

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO

MÁRCIA SOLANGE VOLKMER

COMPATRIOTAS FRANCESES OCUPAM A FRONTEIRA:
Imigração e Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul
(segunda metade do século XIX)

Porto Alegre

2013

MÁRCIA SOLANGE VOLKMER

COMPATRIOTAS FRANCESES OCUPAM A FRONTEIRA:

Imigração e Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

(segunda metade do século XIX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Susana Bleil de Souza

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Volkmer, Márcia Solange
Compatriotas franceses ocupam a fronteira:
imigração e comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande
do Sul (segunda metade do século XIX) / Márcia
Solange Volkmer. -- 2013.
282 f.

Orientadora: Susana Bleil de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-
RS, 2013.

1. Imigração. 2. Comércio. 3. Fronteira . 4. Século
XIX. I. Souza, Susana Bleil de , orient. II. Título.

MÁRCIA SOLANGE VOLKMER

COMPATRIOTAS FRANCESES OCUPAM A FRONTEIRA:

Imigração e Comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

(segunda metade do século XIX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 28 de junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Susana Bleil de Souza (Orientadora) – UFRGS

Prof^a Dr^a Ana Sílvia Volpi Scott – UNISINOS

Prof^a Dr^a Helen Osório - UFRGS

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti – UFSM

Prof^a Dr^a Vanessa dos Santos Bodstein Bivar – UFMS

*Para meus pais,
Adélia e José.
Para o meu amado Cris.*

AGRADECIMENTOS

A tarefa de rememorar em uma página todos aqueles que foram importantes ao longo do percurso de desenvolvimento de uma pesquisa não é fácil. Início destacando a importância fundamental da CAPES para a realização desta pesquisa, financiada através da bolsa de doutoramento no país e também da bolsa de estágio de doutorando no exterior.

Tenho de agradecer imensamente a todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, que acolheram o meu projeto de Doutorado. Um agradecimento especial à Prof^a. Dr^a. Susana Bleil de Souza, orientadora deste trabalho. Na França, fui orientada pelo Prof. Zacarias Moutoukias, durante o período de estágio na Paris VII, e muito lhe agradeço pelas dicas de leitura e possibilidade de participar dos grupos de estudo.

Para as professoras Ana Silvia V. Scott e Helen Osório além do reconhecimento e admiração, preciso enviar dois agradecimentos – pela leitura do trabalho na sua fase de qualificação e pela participação na banca de defesa final. Nesse momento da defesa mais dois pesquisadores cujas obras admiro devem receber o meu sincero e imenso agradecimento: Luís A. Farinatti e Vanessa Bivar. Obrigada pela disponibilidade da leitura e contribuições que tornarão esse trabalho melhor.

Alguns colegas também não deixam de ser lembrados nesse momento em que a ida à Universidade e aos arquivos já não é mais tão frequente: Marisângela Martins, Igor Teixeira, Mariana Thompson Flores, Jonas Vargas, Gabriel Berute, Marli Almeida, Zélce Mousquer e tantos outros... em diferentes situações, foi ótimo tê-los por perto!

Lembro com carinho também das colegas que conheci em Paris: Luana, Paula, Camila, Silvana, Fernanda, Ceres e tantos outros cujas trajetórias de pesquisa nos motivam a seguir em frente.

Muito Obrigada!!! aos funcionários de todos os arquivos e bibliotecas que frequentei em tão distintos lugares. Para Giselle Runjaic, no entanto, o agradecimento é especial! Jamais vou esquecer de todas aquelas horas que passamos diante dos microfimes no CHF, sem horário para chegar ou sair, sempre com aquele teu sorriso acolhedor e um bom chazinho quente.

Para o povo de casa: pai, mãe, Daiane, Neuri, Adriano, Taís, Nanda e Belle que foram me receber com carinho no aeroporto quando da volta de Paris, agradeço pela presença que tornou esse trabalho menos sufocante. Para o Cris, só um obrigada não basta. O teu companheirismo, compreensão e ajuda em todos os momentos ao longo destes anos de pesquisa tornaram esse objetivo possível. Dedico a ti esta conquista.

Por fim, agradeço a todas as pessoas, descendentes destes imigrantes europeus que viveram na Fronteira na segunda metade do século XIX - encontrar vocês nos arquivos em busca dessa memória, e poder ajudar de alguma forma, tornando reais tantas vidas até então desconhecidas, foi a minha maior motivação durante a pesquisa.

“A França me viu nascer e o Brasil me adotou.

O Brasil e a França, a França e o Brasil têm, pois direito às minhas simpatias e ao meu amor.

Desejo a felicidade e a prosperidade da França, porém não menos desejo a felicidade e a prosperidade do Brasil,

Porque me acho no Brasil ligado com laços vitalícios, dou-lhe meus trabalhos e meus serviços. Há 11 anos vivo nesta Pátria adotiva.”

João Pedro Gay.

São Borja, 17 de novembro de 1853.

RESUMO

A presente pesquisa mapeia a presença e analisa a inserção econômica e social dos imigrantes franceses na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Trata-se de indivíduos que cruzam o Oceano Atlântico atraídos pelas políticas de imigração dos Estados platinos e acabam se estabelecendo nas cidades de Itaqui, Uruguaiana e São Borja em meados do século XIX. Nesse período, quando acontece a abertura dos rios da Bacia Platina para a navegação internacional, essas pequenas vilas fronteiriças desenvolvem-se comercialmente, habilitando uma rede de fornecedores, transportadores e comerciantes ao longo de toda a região integrada pelo rio Uruguai. O trabalho analisa essa dinâmica econômica e evidencia as formas de atuação dos imigrantes franceses, que estabeleceram relações de amparo com os seus compatriotas e teceram vínculos com outros grupos sociais, garantindo a sua inserção num espaço regional de negócios transfronteiriços.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração francesa. Comércio. Fronteira. Século XIX.

ABSTRACT

This research maps the presence of French immigrants and analyses the economic and social inclusion of these individuals in the West border of Rio Grande do Sul. These immigrants crossed the Atlantic Ocean attracted by the immigration policies of the La Plata States, settling in Itaqui, Uruguaiana e São Borja in the mid-nineteenth century. During that period, when the opening of the rivers of La Plata Basin for International navigation happens, these small border towns commercially develop, enabling a network of suppliers, transporters and traders throughout the Uruguay River. This thesis analyses such economic dynamics and also highlights the ways of acting of French immigrants, who established relationships of support with their compatriots and wove bonds with other social groups, ensuring their inclusion in a regional area of cross-border business.

KEYWORDS: French immigration. Commerce. Frontier. Nineteenth century.

RÉSUMÉ

La recherche cartographie la présence et analyse l'inclusion sociale et économique des immigrants français à la frontière ouest du Rio Grande do Sul. Il s'agit d'individus qui traversent l'océan Atlantique attirés par les politiques d'immigration des États de la Plata et finissent par s'installer dans les villes d'Itaqui, Uruguayana et San Borja au milieu du XIXe siècle. Durant cette période, lors de l'ouverture des rivières du bassin de la Plata à la navigation internationale, ces petites villes frontalières se sont développées commercialement, permettant un réseau de fournisseurs, transporteurs et commerçants tout au long de la région parcourue par le fleuve Uruguay. Le travail analyse la dynamique économique et met en évidence les manières d'agir des immigrants français, qui ont établi des relations d'entraide avec leurs compatriotes et tissé des liens avec d'autres groupes sociaux, garantissant leur intégration dans une zone régionale de commerce transfrontalier.

MOTS-CLÉS: Immigration française. Commerce. Frontière. Dix-neuvième siècle.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Batismos, casamentos e óbitos – Uruguaiana	73
Tabela 3.2 - Batismos, casamentos e óbitos – Itaqui.....	74
Tabela 3.3 - Batismos, casamentos e óbitos – São Borja	74
Tabela 3.4 - Mapa estatístico da população livre masculina e solteira de 16 a 25 anos (1860)	77
Tabela 3.5 - População masculina livre e estado civil, em 1859.....	78
Tabela 3.6 – População feminina livre e estado civil, em 1859	78
Tabela 3.7 – Total da população do Município e seus respectivos primeiros distritos em 1859	79
Tabela 3.8 - Número de distritos e fogos que constituem as Vilas estudadas.....	79
Tabela 3.9 - Total de imigrantes europeus e as nacionalidades mais representadas	99
Tabela 3.10 - Presença dos europeus por décadas.....	101
Tabela 3.11 - Casamentos dos imigrantes europeus.....	107
Tabela 4.1 – Exportação de erva-mate (1855-1858)	132
Tabela 5.1 - Direitos de Importação arrecadados em São Borja em 1847	144
Tabela 5.2 - Alfândega de São Borja Mercadorias estrangeiras despachadas por reexportação em 1847	146
Tabela 5.3 - Alfândega de São Borja (1845-1846) Mapa geral dos gêneros e mercadorias do País exportados para fora do Império e despachados nesta Alfândega	148
Tabela 5.4 - Receita total arrecadada em Uruguaiana, Itaqui e São Borja/1847-1857.....	150
Tabela 5.5 – Valores oficiais (em Réis) dos gêneros exportados.....	151
Tabela 5.6 – Valores oficiais (em Réis) dos gêneros importados	152
Tabela 5.7 - Número de comerciantes matriculados, atuando nas cidades – Livros de matrícula dos comerciantes – Arquivo Nacional.....	162
Tabela 5.8 - Número de comerciantes matriculados, atuando nas cidades – Livros de matrícula dos comerciantes – Arquivo Histórico do RS	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - População Total das cidades de Uruguaiiana, São Borja e Itaqui.....	72
Gráfico 3.2 – Nascimentos e batismos em Itaqui (1866 a 1875).....	75
Gráfico 3.3 - Evolução do nascimento de filhos legítimos e naturais – Itaqui.....	90
Gráfico 3.4 - Declaração de cor – batismos realizados em Itaqui em 1875 e 1876	94
Gráfico 3.5 - Total de imigrantes europeus em Itaqui – Nacionalidades	97
Gráfico 3.6 - Total de Imigrantes europeus em Uruguaiiana – Nacionalidades.....	98
Gráfico 3.7 - Total de imigrantes europeus em São Borja – Nacionalidades.....	98
Gráfico 3.8 - Presença dos europeus por décadas – Itaqui	100
Gráfico 3.9 - Presença dos europeus por décadas – Uruguaiiana.....	100
Gráfico 3.10 - Presença dos europeus por décadas – São Borja.....	101
Gráfico 3.11 - Presença dos europeus em Itaqui	103
Gráfico 3.12 - Presença dos europeus em Uruguaiiana.....	103
Gráfico 3.13 - Presença dos europeus em São Borja.....	104
Gráfico 3.14 - Casamentos dos imigrantes europeus – Itaqui	105
Gráfico 3.15 - Casamentos dos imigrantes europeus – Uruguaiiana.....	106
Gráfico 3.16 - Casamentos dos imigrantes europeus – São Borja.....	106
Gráfico 3.17 - Ofícios dos imigrantes europeus – Itaqui.....	108
Gráfico 3.18 - Ofícios dos imigrantes europeus – Uruguaiiana	109
Gráfico 3.19 - Ofícios dos imigrantes europeus – São Borja	109
Gráfico 5.1 - Arrobas de erva-mate exportadas por Uruguaiiana, Itaqui e São Borja e a evolução do valor total das exportações pelos portos da Fronteira.....	149
Gráfico 5.2 – Exportação pelos portos da fronteira.....	151
Gráfico 5.3 – Importação pelos portos da fronteira.....	153
Gráfico 5.4 - Arrecadação em Uruguaiiana – direitos de exportação e importação.....	154
Gráfico 5.5 - Despachos de introdução de mercadorias para consumo Alfândega de Uruguaiiana, outubro 1851 - maio 1855	155

Gráfico 5.6 - Procedência das mercadorias introduzidas na Alfândega de Uruguaiana.....	156
Gráfico 5.7 - Tipo de transporte com o qual as mercadorias chegavam a Uruguaiana.....	157
Gráfico 5.8 - Tipo de embarcações registradas no Porto de Uruguaiana (1851-1855).....	160
Gráfico 5.9 - Impostos pagos pela introdução de mercadorias na Alfândega de Uruguaiana – agosto, setembro e outubro de 1854.....	164
Gráfico 6.1- Ofícios dos imigrantes franceses da fronteira gaúcha.....	177

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1 - Primeiras colônias agrícolas na Argentina.....	65
Figura 3.1 – Mapa da área em estudo - 1º distrito de cada cidade, em 1860.....	80
Figura 3.2 - Mapa da Vila de Uruguaiana	112
Figura 4.1 - Circuitos mercantis platinos – século XIX	119
Figura 4.2 - Malha ferroviária do Rio Grande do Sul 1898	121
Figura 4.3 – Malha ferroviária do Rio Grande do Sul 1910.....	122
Figura 4.4 – Malha ferroviária da Argentina 1870.....	123
Figura 4.5 – Malha ferroviária da Argentina 1895.....	123
Figura 4.6 - A região integrada pelo Rio Uruguai.....	125
Figura 4.7 - São Borja e as Missões Jesuíticas.....	126
Figura 4.8 - Etapas de fundação das cidades correntinas	136
Figura 4.9 - Caminhos e rotas mercantis da Província de Corrientes em 1856.....	138
Figura 6.1 – O Sudoeste francês.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADN – Archives Diplomatiques, Nantes

ADP – Archives Diplomatiques, Paris

ANP – Archives Nationales, Paris

AGNA – Archivo General de la Nacion, Argentina

AGNU – Archivo General de la Nacion, Uruguai

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AN – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BNB – Biblioteca Nacional, Brasil

BNF – Biblioteca Nacional, França

CHF – Centro de História da Família

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

1 Introdução	19
1.1 O contexto da pesquisa	21
1.2 Perspectivas teórico-metodológicas e as fontes	28
1.3 Estrutura do trabalho	36
2 “Gobernar es Poblar” – Os Estados Nacionais, a Fronteira e o incentivo à imigração europeia na Argentina e no Brasil	38
2.1 Os Estados Nacionais: discursos de progresso e ideal de população	39
2.2 Uma política colonizadora para a fronteira gaúcha?	46
2.3 A ocupação do território das margens do Rio Uruguai: o caráter geopolítico e os interesses particulares	54
2.4 As colônias agrícolas na Argentina	60
3 “Pela fronteira é incalculável o movimento” – Imigrantes, migrantes e migradores nas margens do rio Uruguai	67
3.1 A população da Província de São Pedro	68
3.2 Imigrantes, migrantes e migradores	75
3.3 Imigrantes europeus na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	82
3.3.1 Os registros eclesiásticos: uma população que vive ilicitamente	83
3.3.2 Uma população misturada em cores e línguas	95
3.3.3 Os registros civis: aproximando-nos da vida urbana	108
4 “Dans les vastes plaines de l’Amérique du Sud”: o espaço fluvial platino e a fronteira oeste do Rio Grande do Sul	114
4.1 A região integrada pelo Rio Uruguai	115
4.2 As Povoações que margeiam a esquerda do Uruguai	126
4.3 Do outro lado do Rio, a província de Corrientes	134
5 “Estando a navegação do Uruguai livre...” - O comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro	143

5.1 A dinâmica econômica na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	144
5.2 Rotas, mercadorias e agentes comerciais	154
5.3 Os comerciantes europeus da Fronteira	164
6 “<i>Sous le drapeau français</i>” – Imigrantes Franceses na Fronteira Oeste da	
Província de São Pedro do Rio Grande do Sul	169
6.1 A emigração francesa	170
6.2 Viver na fronteira gaúcha	178
6.3 Os vínculos com a pátria mãe	183
7 “<i>Faisant des affaires sur la frontière</i>” - Comerciantes franceses no espaço	
fronteiriço	193
7.1 Interesses comerciais franceses	194
7.2 Comerciantes franceses na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	197
7.2.1 A inserção na rede mercantil	200
7.2.2 A circulação de informações e o crédito	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
FONTES	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
APÊNDICE 1 - Alfândega de São Borja (1845-1846) – mercadorias estrangeiras	238
APÊNDICE 2 - Alfândega de São Borja (1845-1846) – mercadorias nacionais	241
APÊNDICE 3 – Imigrantes europeus Itaqui	243
APÊNDICE 4 – Imigrantes europeus Uruguaiana	252
APÊNDICE 5 – Imigrantes europeus São Borja	266
APÊNDICE 6 – Comerciantes que despacham mercadorias na Alfândega	
de Uruguaiana (1851-1854)	272
APÊNDICE 7 – Mestres das embarcações (Uruguaiana 1851-1854)	275
APÊNDICE 8 – Imigrantes franceses que viveram nas vilas da Fronteira	
Oeste do RS na segunda metade do século XIX	276
ANEXO 1 – Mapa da Bacia do Rio da Prata	282

1 INTRODUÇÃO

O número de franceses nesta província, ocupados no comércio, na indústria, ou mesmo ganhando a vida como simples trabalhadores, têm aumentado consideravelmente. Mas a extensão da província e a dificuldade de receber de seus diversos pontos as informações precisas não permitem indicar um número exato. Cremos que ultrapasse o de quatro mil nacionais, não incluídos aí os que emigram das repúblicas vizinhas, em tempos de perturbações políticas, que chegam frequentemente mesmo enquanto traço estas linhas.¹

O vice-cônsul francês de Porto Alegre, Noel D'Ornano, não soube informar às autoridades francesas o número exato de imigrantes daquela nacionalidade que estariam vivendo no Rio Grande do Sul em 1863. Nas suas estimativas, seriam mais de quatro mil franceses vivendo no território gaúcho, não considerados aí aqueles imigrantes que, saídos da França, teriam desembarcado em Montevideú ou Buenos Aires e depois se deslocado até aqui.

Esta tese investiga justamente esse fluxo constante e intenso de imigrantes franceses que chegam ao oeste do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Trata-se de indivíduos que não entraram nas estatísticas portuárias e imigratórias do Estado, e nem mesmo eram reconhecidos pela autoridade consular que os deveria representar no país que escolheram para viver.

O projeto da tese teve sua origem e motivação ao longo da pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado, defendida em 2007.² Naquele momento, várias das fontes consultadas atestavam a presença de indivíduos de nacionalidade francesa vivendo nas cidades da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. Mais importante me pareceram as atividades econômicas que aqui exerciam, constituindo-se como

¹ SORIANO, Raqueline; MAURO, Frédéric. Un Consul Français au Rio Grande do Sul (1863). In: *Cahiers des Ameriques Latines*, 1977, p.57.

² VOLKMER, Márcia S. “*Onde começa ou termina o território pátrio*” – Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). 2007. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2007.

intermediadores das mercadorias que partiam de Buenos Aires e Montevideu e abasteciam as casas comerciais da fronteira brasileira.

A falta de trabalhos historiográficos sobre o tema passava a justificar o meu interesse. Instigante pareceu-me conhecer a presença de imigrantes europeus num espaço onde pouco se falava deles – a Campanha; elucidar algumas questões sobre a imigração francesa no Estado, outro tema pouco trabalhado; além de problematizar as questões e vínculos comerciais existentes na região da Bacia do Prata. Efetivamente, no entanto, existiam apenas pistas, e os relatos deixados pelos europeus que visitaram a região ao longo do século XIX.

Estive visitando Itaqui. O lugarejo é apenas do tamanho de São Borja e tem cerca de 2.000 habitantes. Apresenta, no entanto, mais movimento e vida do que São Borja. [...] Itaqui cresce a olhos vistos e é animada por várias atividades. Antes de tudo, tem um comércio realmente ativo. Pelo menos cinquenta lojas, grandes e pequenas, existem no lugar e parece que em todas se ganha dinheiro. Quase todos os produtos europeus lá se encontram e se vendem a enormes preços. Um dos principais artigos de exportação de Itaqui é o mate. Só meu amigo francês e patrono em Itaqui exporta 4.000 arrobas por ano. [...] Com o uso do mate estabeleceu-se em Itaqui certo castelhanismo. Quase se admite que é aqui o começo das repúblicas espanholas. Entre os estrangeiros, têm primazia os franceses. Contam-se setenta franceses no lugarejo; vieram na maioria do sul do Uruguai e por isso parecem ligados aos seus pontos de origem espanhola: Buenos Aires e Montevideu.³

Depois das primeiras pesquisas, o projeto ganhou nova dimensão e, de certa forma, tornava-se mais abrangente do que me parecia ao princípio. O leque de fontes consultadas e os resultados encontrados demonstravam que o número de imigrantes europeus que viveram nas cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana na segunda metade do século XIX foi realmente bastante expressivo. Durante a pesquisa, ficou ainda mais nítida a grande lacuna historiográfica que existe sobre o tema da imigração europeia nessa região do Estado.

Nos arquivos, foram vários os casos de encontros com familiares que estavam em busca de informações sobre os seus antepassados que, vindos da Europa, viveram na região da Fronteira Oeste. O desconhecimento sobre o tema é tão grande, que nos arquivos históricos eles eram informados sobre a inexistência de fontes que pudessem atestar a presença desses imigrantes aqui.

Realmente, esses registros não se encontram nos arquivos brasileiros, pelo menos não em sua maioria, visto tratar-se de um movimento diretamente relacionado ao processo

³ AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. p. 272, grifo nosso.

imigratório acontecido na Argentina e no Uruguai. A possibilidade de fornecer informações sobre esse processo imigratório, depois de realizado um levantamento da presença dos europeus na Fronteira, talvez seja o resultado prático desta pesquisa. Além da sua contribuição historiográfica, esta tese resultou num banco de dados com informações relevantes sobre os imigrantes europeus que pretendo disponibilizar nos arquivos em formato digital.

Antes de estudar os franceses que viveram nas cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, portanto, tive de mapeá-los em fontes diversas. Nesse sentido, tornava-se importante mapear o conjunto dos imigrantes europeus, uma vez que não havia dados disponíveis sobre esse movimento na região. Foi um trabalho que ganhou proporções bem maiores do que o projeto estabelecia em seu início.

Da mesma forma, depois de conhecer os 264 franceses que moraram nas cidades citadas, tornou-se necessária uma pesquisa sobre o funcionamento do comércio nesta região, tema igualmente ausente na historiografia rio-grandense. O fato de que grande parte dos franceses tornara-se comerciante na fronteira exigia que, antes de entender as práticas desse grupo, fosse preciso estudar a dinâmica comercial dessa região. Assim, apresento ao leitor o resultado de uma pesquisa que exigiu uma aproximação a dois temas amplos, como a imigração e o comércio, para só depois se deter na análise do grupo de franceses em específico.

1.1 O contexto da pesquisa

O ano de 1852 marca a abertura definitiva dos rios Paraná e Uruguai à livre navegação e comércio para todos os países interessados. Esse Tratado de Livre Navegação, de grande interesse para o Império Brasileiro, tornou-se possível após a deposição do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, que havia estabelecido o bloqueio desses rios com a intenção de concentrar no porto daquela Província todo o fluxo de mercadorias da região da Bacia Platina.

Com a assinatura do Tratado, as praças comerciais de Montevidéu e Buenos Aires “viram-se integradas às províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e Santa Fé, assim como às províncias brasileiras de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, estendendo essa

influência comercial até o Paraguai e o sul da Bolívia”.⁴ A existência desse “circuito comercial platino”, responsável pela integração de várias zonas produtivas da América do Sul remonta, pelo menos, ao século XVII. Para a metade oeste do Rio Grande do Sul, no entanto, essa possibilidade de intercâmbio passa a ser condição vital de desenvolvimento em meados do século XIX.

Com a abertura dos rios da Bacia Platina à navegação internacional, a fronteira oeste do sul do Brasil receberia um grande incremento populacional e comercial. A exemplo de Itaqui, cidade portuária, outras cidades como Uruguaiana e São Borja despontam como importantes praças mercantis no período. Todas se localizam no extremo oeste do Rio Grande do Sul, por sobre o limite geopolítico entre o Brasil e a Argentina. Essas cidades, pequenos núcleos populacionais urbanos que foram aparecendo em locais de acampamento ou fortificações militares no projeto de expansão português, rapidamente veem-se transformadas a partir de meados do século XIX.

Aquela “viva atividade comercial que se manifestava em todos os recantos”, e que tanto impressionou ao viajante europeu, acabava de adquirir importância realmente significativa num âmbito estadual. A abertura dos rios platinos à livre navegação e comércio possibilitou tal incremento aos negócios na região, que o comércio de exportação e importação pelas praças da fronteira, ligadas aos Portos de Buenos Aires e Montevideu, passou a abastecer várias cidades gaúchas e habilitou ao exercício um importante grupo de comerciantes e transportadores de mercadorias.

Através da alfândega de Uruguaiana, de portos e coletorias de Itaqui e São Borja, eram introduzidas mercadorias importadas de ultramar que abasteciam grande parte da metade oeste do estado do Rio Grande do Sul. Por esta via fluvial, a região vinculava-se ao comércio internacional:⁵ embarcações transportavam manufaturados europeus, e ao retornar traziam erva-mate, couros e produtos da lavoura local. É importante salientar o papel central da exportação da erva-mate (produto de maior geração de riquezas para a Província depois dos produtos bovinos) que, durante a maior parte da segunda metade do século XIX, teve pelo menos a metade de toda a sua produção estadual exportada pelo porto de Itaqui. Esses portos da fronteira gaúcha estavam ligados também ao Paraguai, de cuja rota tornaram-se portos centrais no movimento de reexportação de mercadorias.

⁴ DIAS, Marcelo Henrique. *O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino: permanência ou desarticulação durante a 1ª República?*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 1996, p.46.

⁵ MEDRANO, Lilia. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay*. Uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina 1852-1889. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1989.

O desenvolvimento dessas praças mercantis da fronteira ganhou tais projeções também devido aos problemas e altos custos de transporte através do Porto de Rio Grande. Além de não ter as condições ideais de funcionamento até as primeiras décadas do século XX, a distância deste Porto em relação ao extremo oeste do estado e a inexistência de ferrovias que ligassem as duas regiões auxiliaram no aumento do tráfego pela Fronteira. Além disso, as políticas de atração exercidas pelos portos de Montevideu e Buenos Aires, como o direito de livre trânsito das mercadorias pelo Uruguai, as baixas taxas de armazenamento cobradas e as facilidades de acesso produzidas pelas vias fluviais tornaram bastante sólida a inter-relação do oeste gaúcho com os portos platinos.

Lilia Medrano, em sua Tese, reconhece a influência que teriam exercido “países potências” como Inglaterra, França e Estados Unidos para a instalação da Lei da livre navegação. Em 1852, “estes rios se projetaram como uma via de entrada dos produtos europeus para todos os países do Prata”.⁶ De fato, estes países europeus tinham importantes interesses comerciais na Região, demonstrados claramente desde a abertura dos portos brasileiros em 1808.

A partir de meados do século XIX, a Europa conheceu novas e grandes transformações tecnológicas que geraram uma intensa disputa pelo controle do comércio mundial. Nesse contexto, tornou-se importante a conquista de novos territórios por parte dos Estados Nacionais industrializados, o que seria garantia de grandes lucros: mercado para seus produtos manufaturados, fornecimento de matéria-prima e ainda local de acolhimento de gente e capitais que já não tinham espaço em seu país de origem. Novamente os europeus reconheceriam “um mundo de possibilidades” na América. Por aqui, a expansão da urbanização, do comércio e das indústrias seria estímulo, tanto para os governos como para os interesses particulares, justamente para a boa recepção dessa gente e capitais estrangeiros.

Esse grande “apetite pelo controle de portos”⁷ espalhados pelo mundo, principalmente por parte do Reino Unido e da França, fez com que estes países organizassem meios de controle informal e efetivo destes novos territórios. Para garantir vantagens comerciais diante do país concorrente, e assegurar o acesso aos mercados, toda uma estrutura burocrática foi mobilizada. Trata-se de um período de grande “migração de capitais” pelo mundo, apoiada na expansão das relações internacionais em termos de acordos políticos e econômicos.

⁶ MEDRANO, Op. Cit. , p.04.

⁷ COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. In: *Estudos Avançados*. Vol.8, n.21, 1994, p. 32.

Nesse novo contexto, será fundamental o trabalho diplomático “dos cônsules que protegeriam o comércio, as pessoas e os lucros dos negociantes”,⁸ agindo como intermediários entre os interesses dos países europeus e as nações latino-americanas, conciliando os propósitos do Estado aos seus negócios particulares. O trabalho desta rede diplomática europeia foi fundamental para garantir o acesso à informação sobre as possibilidades de novos mercados e aos recursos desejados.

Fato é que, em meados do século XIX, a presença dessa gente e capitais estrangeiros é percebida de forma mais intensa nas regiões de fronteira do Brasil. O que se destaca no presente estudo é a grande presença de indivíduos de nacionalidade europeia, sobretudo franceses, negociando nessa região. O que se objetiva é conhecer os interesses despertados por este território fronteiriço, problematizando as formas de atuação dos comerciantes e reconhecendo as possibilidades e vantagens de negócios nele percebidas pelo “olhar estrangeiro”.

O estudo centra-se na presença e atuação dos comerciantes franceses estabelecidos nas cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, que se convertem em importantes praças mercantis ao longo da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo que “analisa a presença de imigrantes franceses em território brasileiro, temática que ocupa lugar bem menos proeminente que o reservado à influência da cultura francesa” no país.⁹

São poucos os estudos sobre a presença de imigrantes franceses no Brasil, ainda mais se considerarmos que o Brasil foi o segundo país sul-americano (depois da Argentina) que recebeu maior quantidade destes imigrantes. Assim como Hernán Otero¹⁰ pontua o fenômeno na historiografia argentina, no Brasil a imigração francesa igualmente recebeu pouco destaque.

Para a segunda metade do século XIX, Jorge Mialhe¹¹ analisa os registros de saída dos franceses do porto de Bordeaux e evidencia dois aspectos desse fluxo que serão pontuados como características gerais dos imigrantes franceses: são predominantemente homens solteiros que indicam como ocupação o setor de serviços ou o comércio. Dos aproximadamente 1.300 embarques em Bordeaux em direção ao Brasil analisados pelo autor,

⁸ COSTA E SILVA, Op.cit, p.32.

⁹ VIDAL, Laurent; DE LUCA, Tania Regina. (org.) *Franceses no Brasil: séculos XIX-XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p.09.

¹⁰ OTERO, Hernán G. *L'emigration française. Une analyse des facteurs d'expulsion de la population durant la seconde moitié du XIX siècle et Notes pour une étude des Français en Argentine*. Memoire pour le Diplome d'Etudes Approfondies. Paris, 1987.

¹¹ MIALHE, Jorge Luis. *Cidadãos de dois mundos*. Imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos histórico-jurídicos. Tese. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

em somente nove o emigrante pediu visto para o Rio Grande do Sul.¹² Isso não impedia que um passageiro fosse para o Rio de Janeiro e depois fizesse uma nova viagem ao sul do país, mas demonstra que como destino escolhido já no país de saída, poucos foram os franceses que vieram para o Rio Grande do Sul, pelos portos brasileiros, na segunda metade do século XIX.

A tese de Vanessa Bivar¹³ evidencia que os franceses ocuparam uma grande diversidade de ofícios urbanos na São Paulo do século XIX. A autora, ao analisar um fluxo imigratório essencialmente urbano, permite uma aproximação para o entendimento das formas de inserção social dos imigrantes analisados nesta pesquisa, uma vez que os franceses que passam a viver na fronteira gaúcha neste período dedicar-se-iam igualmente aos ofícios citadinos. Ao relacionar o desenvolvimento econômico da cidade com a atração de negociantes estrangeiros, Bivar aproxima a vida cotidiana do mundo dos negócios, que é analisado sobremaneira por Takeya.

Denise Monteiro Takeya estuda o funcionamento de casas comerciais francesas estabelecidas no nordeste do Brasil¹⁴, enfatizando a importância dos vínculos econômicos e comerciais entre a França e o Brasil no decorrer do século XIX. As considerações da autora sobre o estabelecimento de uma rede consular que geraria informações e seria apoio para o incremento dos vínculos econômicos entre as duas margens do oceano serão retomadas ao longo dos capítulos.

No Rio Grande do Sul, estado com uma tradição historiográfica fortemente centrada no tema da imigração europeia, a presença dos franceses foi igualmente pouco mencionada. São exceção os trabalhos que enfocam o surgimento da única colônia agrícola francesa que prosperou no Estado,¹⁵ estudos de genealogia¹⁶ e alguns dados de caráter informativo reunidos por Armindo Beux.¹⁷

¹² MIALHE, Op.cit, p.62.

¹³ BIVAR, Vanessa dos Santos B. *Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁴ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origens do capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: Hucitec. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995. A autora também afirma a importância de novas pesquisas, de cunho regional, em: Casas comerciais francesas no Brasil e na América Latina do século XIX: fontes para a pesquisa histórica. In: *América Latina en la Historia Económica*. N. 9, 1998. p. 55-63.

¹⁵ GRANDO, Marinês Z. *Pequena agricultura em crise*. O caso da Colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1989. BETEMPS, Leandro R. *Vinhos e doces ao som da Marselhesa*. Um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio de Pelotas. Pelotas: Educat, 2006. BETEMPS, Leandro R. *A presença francesa no sul do Brasil*. O caso de Pelotas. Porto Alegre: EST edições, 2010.

¹⁶ MOUSQUER, Zélce D. *Família Mousquer*. Uma imigração francesa no sul do Brasil. Porto Alegre: EST edições, 2008.

¹⁷ BEUX, Armindo. *Franceses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

Esta pesquisa pretende contribuir também para o conhecimento sobre a dinâmica comercial do Rio Grande do Sul, uma vez que ainda são poucos os estudos sobre o setor mercantil e seus fluxos no estado mais meridional do Brasil. De forma geral, os estudos realizados priorizaram aquele grupo mercantil que constituiria a elite econômica da Província no século XVIII, subordinada aos comerciantes do Rio de Janeiro e fortemente vinculada a este centro político e econômico.¹⁸ Nesta mesma perspectiva, Gabriel Berute¹⁹ analisou a atividade mercantil de Rio Grande e Porto Alegre na primeira metade do século XIX. A análise do crédito e o comércio de cabotagem entre a Coroa e as províncias do Sul²⁰ igualmente destacaram a atuação das praças mercantis do litoral gaúcho.

No entanto, o fluxo mercantil do Rio Grande do Sul não passava necessariamente pelos portos de Rio Grande e Porto Alegre. Da mesma forma, nem só de negociantes brasileiros e portugueses estava formado o grupo mercantil do estado em meados do século XIX. Igualmente relevante é destacar uma hierarquia dentro do conjunto dos comerciantes do Rio Grande do Sul, e conferir importância também àqueles que não necessariamente eram donos das maiores fortunas acumuladas.²¹

Possivelmente a atuação dos comerciantes franceses tenha recebido pouca atenção da historiografia porque esta, ao tratar de investimentos e empresas estrangeiras na América Latina, priorizou a atuação das grandes companhias. Conhece-se a presença do capital francês na expansão da rede ferroviária, na melhoria dos portos e infra-estrutura urbana²², na importância do mercado financeiro - em instituições bancárias, no crédito hipotecário e nos empréstimos públicos²³ - e nas empresas “de maior volume de capital declarado”.²⁴ Pouco se estuda a sua presença nas redes de comércio e nas pequenas indústrias, tão importantes nos países latino-americanos a partir de meados do século XIX.

¹⁸ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

¹⁹ BERUTE, Gabriel. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Tese. (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

²⁰ KUNIOCHI, Márcia. *Créditos, negócios e acumulação: Rio de Janeiro (1844-1857)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²¹ Para o Rio de Janeiro, Piñeiro constatou que os franceses dedicaram-se mais ao comércio feito no varejo, o que parece ter acontecido também neste Brasil Meridional. PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *A construção da autonomia: O Corpo de Comercio do Rio de Janeiro*. Disponível em: www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf, p.06.

²² MAURO, Frédéric. *Las empresas francesas y América Latina, 1850-1930*. In: MARICHAL, Carlos. (org.) *Las inversiones extranjeras en América Latina, 1850-1930*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 53-69.

²³ REGALSKY, Andrés. *Mercados, inversores y elites*. Las inversiones francesas en la Argentina 1880-1914. Argentina: EDUNTREF, 2002.

²⁴ Como afirma CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 109.

Existe uma especificidade regional na expansão comercial francesa para o Brasil no século XIX que precisa ser recuperada nas pesquisas sobre o tema. Essa especificidade é tanto mais importante quando observamos que, em províncias distantes da capital do Império, a atuação comercial francesa teve um peso muito maior do que aquele que lhe costuma ser atribuído nos estudos sobre o comércio estrangeiro no Brasil.²⁵

Da mesma forma, é preciso romper com a ideia que vincula o comércio fronteiriço apenas ao contrabando. Ao acompanhar a trajetória destes comerciantes franceses rumo à fronteira do Rio Grande do Sul e a constituição de vínculos sociais, percebe-se as possibilidades de ação nesse espaço fronteiriço, em constante transformação, bem como o modo como esta fronteira foi pensada pelos seus agentes.

A análise será centrada na atuação e relações dos indivíduos fronteiriços, e nas possibilidades de interação com o território. Pensa-se que o conhecimento das percepções, motivações, ações e perspectivas dos agentes sociais desse espaço é que permitem a sua caracterização. Dada a natureza do “mercado pré-industrial, em que a política tinha um papel decisivo a cumprir na economia”,²⁶ acredita-se que a boa inserção social que estes indivíduos tiveram de fazer neste novo cenário que passaram a habitar foi fundamental para o bom andamento dos seus negócios. Da mesma forma, pensa-se que tiveram de se articular na defesa de interesses comuns.

Piñeiro²⁷ pontua de maneira bastante clara a reação dos negociantes do Rio de Janeiro, arregimentados sob o Corpo do Comércio, diante da atuação dos comerciantes estrangeiros logo após a Abertura dos Portos. No Rio Grande do Sul, foi bastante intenso o combate ao comércio realizado pela fronteira do Brasil por parte das praças comerciais do litoral gaúcho. Diante disso torna-se importante conhecer a reação dos comerciantes já estabelecidos na fronteira quando chegam estes “estrangeiros”.

Luís Augusto Farinatti,²⁸ em sua tese sobre a elite econômica da fronteira sulina nas primeiras décadas do século XIX, demonstra que este grupo luso-brasileiro utilizou certos mecanismos para reproduzir e manter a posição social alcançada no decurso da expansão

²⁵ TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. Origens do capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: Hucitec. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995, p. 176.

²⁶ FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.29, 2002, p. 13.

²⁷ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. A construção da autonomia: O Corpo de Comercio do Rio de Janeiro. Disponível em: www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf

²⁸ FARINATTI, Luis A. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

territorial portuguesa. Eram estes indivíduos proprietários de grande riqueza agrária (terras e semoventes) e investiam também em outros ramos econômicos, dentre eles o comércio. O mesmo autor nos indica que alguns comerciantes acabam por estabelecer relações parentais com estes grandes proprietários de terras, casando-se com as suas filhas. No entanto, não há referência direta aos comerciantes estrangeiros.

De maneira geral, os estudos relacionados à fronteira do Rio Grande do Sul do século XIX evidenciam um mundo essencialmente rural. É certo que a historiografia já pontuou tratar-se de uma sociedade composta de distintos grupos sociais, com a presença de escravos, peões e trabalhadores livres e arrendatários.²⁹ A própria imagem da elite estancieira e da economia pecuarista já foi revista, e hoje se sabe o quão importante foi a prática da agricultura na região.³⁰ No entanto, ao enfatizar a vida urbana e o contexto comercial da região da Fronteira Oeste, um novo grupo se apresenta para fazer parte desta sociedade da fronteira: os imigrantes europeus. A condição do comércio realizado na fronteira, e a sua vinculação com a região do Prata, permitiram a esses indivíduos uma inserção econômica bastante diversificada, que será analisada no texto.

1.2 Perspectivas teórico-metodológicas e as fontes

Se pensarmos nos paradigmas que, de forma geral, conduziram a escrita da História ao longo do século XX, perceber-se-á uma ruptura ao findar da década de 1980, quando são revistos os sistemas explicativos das ciências sociais e o intuito de pensar as estruturas e o inconsciente coletivo. Quando essas ideias são abandonadas, ou repensadas, ressurgem a aceitação de uma “filosofia da consciência”, que recusa determinismos sociais e condicionamentos coletivos e restabelece a eficácia histórica da ação intencional de sujeitos interagindo em situações dadas.³¹

²⁹ FARINATTI, Luís A. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2005. FOLETTO, Arlene Guimarães. *Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra. A paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2003. LEIPNITZ, Guinter. *Entre contratos, direitos e conflitos. Arrendamentos e relações de propriedade na transformação da campanha rio-grandense*. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

³⁰ FARINATTI, Op. Cit., 2007.

³¹ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 131.

Assim, volta-se a falar de sujeitos, ações e acasos. Reconhece-se a importância das decisões políticas individuais e não mais apenas das forças impessoais socioeconômicas. Passa a ser desejado “levar em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações, crenças, valores e desejos”.³² A narração, que evidencia a liberdade e a racionalidade humanas, no entanto, não se interessa apenas por uma pessoa, um processo ou evento por eles mesmos, mas entra, através deles, na cultura e na sociedade.

Além de o evento retornar como inaugurador de estruturas, como um ponto de inflexão de um modelo ou como o “ocorrido” entre possibilidades objetivas, ele volta também sob uma nova perspectiva: “entrada”, “janela”, “abertura” através da qual se pode atingir a estrutura social. A partir de um evento súbito e da subjetividade do seu autor, busca-se atingir as condições objetivas que o sustentam. A hipótese que dirige essa perspectiva é a de que a sociedade global aparece na experiência vivida dos indivíduos e os integra.³³

Assim, se por longo tempo evidenciou-se a vida dos homens isolada da estruturação e fatos histórico/sociais, até há bem pouco tempo, as estruturas sociais eram compreendidas sem menção às trajetórias individuais. Hoje, as ações conscientes voltam a ter destaque, mas o entorno vivido não é apenas paisagem que recebe este homem. “Sendo assim, não é possível pensar o território como algo sobre o qual se atua, e sim como algo com o qual se interage. É essa interação que define tanto o limite como a fronteira”.³⁴

A “fronteira”, portanto, por si só não é agente de integração. É o reconhecimento deste elemento pelos indivíduos, a forma pela qual “usam, compreendem e definem a linha”,³⁵ que confere sentido prático, possibilidades de interação e convívio. Como bem explicita Sánchez, os indivíduos que vivem nas áreas “cortadas” por limites geopolíticos passam a “adaptar essa linha a suas urgências cotidianas”, sem esquecer ou anulá-la.³⁶

O que se pretende, portanto, é “interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis”.³⁷ Pensa-se a relação e articulação das trajetórias individuais

³² CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 16.

³³ REIS, Op. Cit., p.145.

³⁴ MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. In: *Revista Território*, n.8. 2000. p. 05.

³⁵ SÁNCHEZ, Andréa Quadrelli. *A Fronteira Inevitável*. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 56.

³⁶ Idem, p. 84.

³⁷ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 176.

aos sistemas normativos, e o conceito de *fronteirização*³⁸ permite tal abordagem. Afinal, o que confere especificidades ao estudo da “fronteira” é o “reconhecimento de que não se trata de identificar uma linha política, mas um espaço, que só adquire significado quando referenciado às sociedades que o produziram”.³⁹

Para compreender as características e os sentidos que a fronteira tinha para as pessoas que a habitaram e a constituíram como espaço de negócios em meados do século XIX, parte-se da ideia de que não há fronteiras, nem sociedades fronteiriças, sem Estado. Esse pressuposto, defendido por Grimson,⁴⁰ sugere que para os habitantes da fronteira o mundo se torna inteligível na medida em que é classificável em termos nacionais, ao menos de sua própria nacionalidade e a da povoação vizinha.

Este mesmo autor reconhece que se hoje os estados nacionais são muito presentes nas regiões de fronteira, ao ponto de regularem uma atividade central da vida cotidiana como a ação de “cruzar a linha”, essa presença nem sempre foi percebida desta maneira. Houve um projeto e processo de nacionalização orientado pelo Estado para essas regiões. No presente trabalho, defende-se a hipótese de que estes interesses estatais estiveram articulados com os interesses de alguns grupos locais. Houve não somente um processo de imposição de regras, mas uma negociação entre distintos atores sociais, que ocupam distintas posições, favorecendo-se ou não de acordo com as situações dadas. Farinatti e Thompson Flores pontuam de maneira clara o dinamismo desta fronteira ao pensá-la como um recurso manejado pelos atores sociais.⁴¹

O que se quer destacar é que as áreas de fronteira são regiões que apresentam muitas possibilidades de fluxos e trocas, justamente pela presença do limite internacional. Nesse sentido, as vantagens e novas possibilidades de trabalho ou aquisição de terras, os lucros em algum investimento, isenções fiscais e a possibilidade do comércio são atrativos para novos

³⁸ Este conceito, desenvolvido por Alejandro Grimson, designa os processos históricos através dos quais os diversos elementos da fronteira são construídos pelos poderes centrais e pelas povoações locais. Com este conceito, enfatiza-se que a fronteira não é um dado fixo, mas um objeto inacabado e instável. Considera-se que os indivíduos que a habitam tiveram que lidar com essa instabilidade, com riscos e imprevistos. Foram moldando suas ações, e essas deram sentido à fronteira vivida, constantemente re-significada. A ideia que se vincula a isso é a de que tiveram que aprender a utilizar a fronteira, e souberam se beneficiar disso.

³⁹ CASTELLO, Iara Regina. Áreas de fronteira: territórios de integração, espaços culturalmente identificados? In: *Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p. 23.

⁴⁰ GRIMSON, Alejandro. *La Nación en sus límites*. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003, p.26.

⁴¹ FARINATTI, Luís Augusto E.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

agentes que procuram se estabelecer nesta área. Para entender esse processo será preciso estudar as alianças e as redes que atravessam a fronteira e analisar as relações entre os diferentes grupos que conformaram a população fronteiriça do período.

El movimiento de los grupos humanos en el espacio no es un fenómeno aleatorio. Responde a ciertas lógicas que han sido analizadas desde diferentes puntos de vista por las ciencias sociales. Entre los modelos de alcance general, los economistas han desarrollado teorías de explicación basadas en los conceptos de atracción y de repulsión para calificar los entornos de salida y de llegada de los migrantes. En este marco, se han desarrollado diferentes esfuerzos de entendimiento de los contextos en los cuales se mueven los migrantes, en términos de macro análisis de las fuerzas que producen y estructuran los flujos migratorios. Hacia una época reciente, el interés por esos factores había contribuido a una cierta falta de análisis respecto a las lógicas que los migrantes producen ellos mismos en sus experiencias de migración y de movilidad entre varios puntos en el espacio. Al lado de los grandes sistemas de explicación del fenómeno migratorio, se hizo necesario un esfuerzo para entender las formas de organización de los grupos móviles, sus formas de adaptación a condiciones cambiantes y sus capacidades a sacar provecho de los diferenciales económicos que perduran entre regiones y países del mundo.⁴²

Numa perspectiva que se aproxima de alguns postulados da Micro-História é que se pretende conhecer a atuação e motivações dos imigrantes franceses até a região da fronteira da Província de São Pedro. A partir de um cruzamento nominativo, que mapeia o mundo relacional dos indivíduos, tenta-se reconstituir as redes de informação e contatos que garantiram o movimento migratório. Mais do que isso, no entanto, torna-se fundamental saber o que circulava nesta rede, bem como os propósitos e práticas dos indivíduos nela inseridos. Metodologicamente, portanto, este estudo está apoiado no conceito de rede social.⁴³

En el centro de estos planteamientos surgidos desde la nueva historia social de inspiración microhistórica, se halla el concepto de red social, el cual permite reflexionar sobre las relaciones mantenidas por actores sociales situados dentro de contextos determinados. El aporte de este concepto reside, principalmente, en su capacidad de tomar en cuenta la diversidad de las relaciones sociales – familiares, profesionales, de dependencia, de amistad, de interés, clientelares – y en la posibilidad de combinar esta diversidad con otras variables tales como la intensidad

⁴² FARET, Laurent. Las redes de la movilidad: formas de organización social entre los migrantes mexicanos en Estados Unidos. In: BERTRAND, Michel (org). *Configuraciones y redes de poder*. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002, p.187.

⁴³ Em Paris, tive a oportunidade de participar do Atelier “Analyse des donnés relationnelles et des réseaux sociaux”, na EHESS, quando foram apresentados os softwares que permitem a formalização de uma rede em gráficos. Um mundo de possibilidades se abre ao historiador quando da aproximação aos recursos da informática; no entanto, o domínio desses recursos exige um investimento de tempo assombroso. Por orientação de quem já se aventurou no desafio de lançar dados provenientes de distintas fontes em algum dos muitos softwares disponíveis, neste trabalho não apresento as redes configuradas em gráficos, mas sim utilizando da velha arte do historiador – a descrição.

de las relaciones así como los fines perseguidos por todo actor capaz de movilizar una red en torno a sí.⁴⁴

Nesta perspectiva, pode-se conhecer as estratégias produzidas pelos próprios migrantes acerca do espaço que tinham para atuar, e conhecer os recursos que mobilizaram para alcançar seus objetivos. Para estes comerciantes que vêm da França, certamente foi necessário construir um espaço de garantias e confiabilidade para seus negócios, partindo das possibilidades e da análise que fizeram do próprio contexto em que estavam inseridos.

Realizar-se-á, assim, a análise do tecido social definido por este conjunto de indivíduos, interconectados por uma multiplicidade de laços sociais, o que permite que se produzam explicações sobre os fenômenos nos quais estas pessoas estão implicadas.⁴⁵ As redes de relações pessoais representam tanto o instrumento para observar a dinâmica do sistema, como o espaço no qual se situam os mecanismos que o geram.⁴⁶

Desde as décadas de 1940 e 1950, quando a noção de rede começa a ser utilizada para descrever as ligações entre os indivíduos, até hoje, quando o conceito está praticamente presente em todos os campos da pesquisa histórica, importantes alterações no uso do conceito aconteceram. “A utilização da noção de rede aplicada ao estudo do espaço social que estrutura a economia é relativamente recente”⁴⁷, no entanto.

A presente pesquisa estuda as relações comerciais entre as cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul e os portos da Bacia Platina, mas também os vínculos estabelecidos pelos indivíduos. Nesse sentido, a tese aborda tanto uma rede comercial quanto uma rede mercantil, assim definidos por Silvia Marzagalli:

O termo rede comercial designa a teia de trocas dentro de um espaço geográfico, privilegiando uma abordagem espacial das trocas, consideradas em seu conjunto: essa noção engloba o que se denomina relações comerciais. A noção de rede mercantil abrange o estudo da natureza e da intensidade dos vínculos estabelecidos entre os indivíduos que a compõem, concebendo-se um espaço relacional, não a partir de estruturas sociais pré-estabelecidas, mas considerando as redes pessoais,

⁴⁴ BERTRAND, Michel (org). *Configuraciones y redes de poder*. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002, p.08.

⁴⁵ MOUTOUKIAS, Zacarias. Lazos débiles/ lazos fuertes y la organización espacial de los negocios en hispanoamerica colonial. In: BERTRAND, Michel. Op. Cit., 2002, p.15.

⁴⁶ Idem. Narracion y analisis en la observacion de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: OTERO, Hernán; BJERG, Maria. *Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 229.

⁴⁷ MARZAGALLI, Silvia. La mise en place d'un réseau comercial et marchand: Bordeaux et les États-Unis à la fin du XVIIIe siècle. In: COULON, Damien (org.). *Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques*. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010, p.89.

procurando-se explicar as trajetórias distintas de dois indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social.⁴⁸

“Os historiadores economistas, influenciados pela economia institucional, consideram as redes mercantis como uma forma de governança contratual, uma instituição econômica que se afirma em relação a outras em função de sua superioridade em alguns contextos”.⁴⁹ Para a autora essa concepção é problemática porque a noção de racionalidade econômica se adapta mal para considerar comportamentos humanos, que o historiador pretende entender em sua complexidade. “Para o mundo dos negócios, trata-se de explicar as causas do sucesso de alguns e o fracasso de outros, mas também de compreender como esse tipo de funcionamento por redes forja mentalidades, valores, comportamentos, modalidades de ação dos indivíduos.”⁵⁰

Sendo assim, atenção maior deve ser dada para a natureza dos vínculos internos à rede, interrogando-se sobre os elementos que levam os indivíduos a colaborar entre si. A ideia da racionalidade econômica não será totalmente descartada, uma vez que pertencer à rede pode diminuir os custos ou otimizar as chances e ocasiões de fazer negócios. Mas não será o único elemento da análise, considerando-se que as redes são construídas sobre relações de confiança, nas quais a essência é a reputação individual associada a um controle social.⁵¹

A noção de confiança e a importância do acesso a informações são igualmente relevantes para a concepção das redes imigratórias. Boa parte dos imigrantes franceses que vêm para a região Platina foram guiados por informações remetidas por compatriotas que já tinham empreendido a viagem. “A emigração era uma empresa difícil no plano econômico e emocional que exigia para a sua realização um conjunto complexo de saberes, desses que não se encontram facilmente nos livros, e de ajudas concretas.”⁵² Nesse sentido, foram as redes imigratórias que garantiram o intenso fluxo de imigrantes que chegam na América a partir de 1830.

Esposas siguiendo a sus maridos, hijos siguiendo a sus padres, sobrinos llamados por tíos exitosos, amigos alcanzando a amigos, conocidos de conocidos de amigos que traían en sus bolsillos muchas veces vacíos una carta de recomendación o la dirección lejana de alguien ya instalado, tejieron así un puente sólido y efectivo. Estas redes invisibles definían mapas mentales que cambiaban el significado de la distancia, de modo que para un vasco dispuesto a intentar la aventura de la emigración Buenos Aires se hallaba más cerca que París.⁵³

⁴⁸ MARZAGALLI, Op. Cit., p.88.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ MARZAGALLI, Op. Cit, p.89.

⁵¹ Ibidem, p.90.

⁵² OTERO, Hernán. *Historia de los franceses en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2012, p.165.

⁵³ Ibidem, p.167.

Nesse sentido, o estudo a partir das redes sociais constitui-se num meio que possibilita ao historiador efetivar o “jogo de escalas” pretendido pela Micro-História.⁵⁴ Trata-se de um recurso metodológico que permitirá a abordagem adequada para o estudo aqui proposto, no que se refere à circulação de informações, à diversidade e complexidade das relações entre os indivíduos e à mobilização de recursos diversos por parte dos negociantes franceses de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. A delimitação do espaço de análise respeita igualmente a existência dessas relações. Portanto, como será melhor explicado no terceiro capítulo, considera-se a região em estudo como um espaço integrado, no qual as relações sociais pautam as especificidades e características analisadas.

Como ponto de partida da pesquisa, toma-se o *nome* como fio condutor da investigação.⁵⁵ Esse procedimento possibilita acompanhar um mesmo sujeito em momentos diversos e através de diferentes contextos sociais, recompondo suas trajetórias, diante da consulta a uma gama bastante variada de fontes. No entanto, não se trata de uma metodologia de fácil aplicação. Uma questão presente nos questionamentos dos historiadores da população⁵⁶ diz respeito justamente às possibilidades que existem de se reunir dados e entender a vida do homem comum do passado, que nem sempre deixou vestígios pelos lugares percorridos.

O estudo das populações migrantes tem uma dificuldade ainda maior. Como já referido nas linhas acima, os imigrantes europeus que viveram nas cidades estudadas chegaram até a região da fronteira partindo dos portos de Montevideu e Buenos Aires. Poucos foram aqueles que, vindos da França, desembarcaram nos portos do litoral brasileiro. Portanto, não estão registrados nas fontes de entrada de imigrantes do estado. Da mesma forma, não existem registros que pudessem listar quem eram os estrangeiros residindo na fronteira em meados do século XIX.

Portanto, para iniciar a pesquisa, foi necessário rastrear esses imigrantes. Numa aproximação aos métodos da Demografia Histórica, pretendeu-se a localização dos imigrantes e a reconstituição das famílias a partir dos registros eclesiásticos. Em uma pesquisa que demorou mais de um ano, foram lidos e catalogados os livros de batismos, casamentos e

⁵⁴ BERTRAND, Op. Cit, p.13.

⁵⁵ Proposta cunhada por Carlo Ginzburg e Carlo Poni.

⁵⁶ MACFARLANE, Alan; HARRISON, Sarah; JARDINE, Charles. *Reconstructing Historical Communities*. Cambridge: University Press, 1977; WRIGLEY, E. A. *Identifying People in the Past*. Londres: Edward Arnold, 1973.

óbitos das três cidades em estudo. Para tanto, definiu-se o primeiro distrito de cada município para essa varredura nas atas paroquiais.

Para agregar dados àquela população, como, por exemplo, a ocupação (informação pouco presente nos registros eclesiásticos), foram mapeados os registros civis de casamentos, os inventários e testamentos e os processos criminais dos respectivos municípios. Essas fontes também nos permitiram conhecer indivíduos europeus que viviam na região, mas que não frequentavam os livros dos padres. Tratam-se de fontes com variadas possibilidades e limitações, mas que permitem uma boa aproximação aos registros nominais, e o entendimento de fenômenos sociais, sempre que buscando um encadeamento de informações.

A análise desse banco de dados, (com nome, nacionalidade, naturalidade, idade, profissão, cônjuge, data de casamento, do nascimento de filhos, netos e de óbito e da participação em diversos eventos como padrinho ou testemunha), além de evidenciar os grupos europeus que viveram na fronteira e delimitar o grupo dos franceses, permitiu uma análise comparativa com o trabalho do historiador Hernán Otero⁵⁷, que estudou a imigração francesa para a cidade de Tandil, um pequeno núcleo urbano em meio a um cenário agrário, na região platina, tal como era a realidade das cidades por mim estudadas.

Uma segunda grande empreitada empírica foi necessária para a aproximação ao mundo dos negócios. Para tanto, os livros de registros de importação e exportação de mercadorias da Alfândega de Uruguaiiana, localizados no Arquivo Nacional, foram de fundamental importância. Os registros do fundo Fazenda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ações ordinárias e os registros notariais complementaram o entendimento das rotas, mercadorias e agentes do comércio fronteiriço.

A documentação consular francesa consultada no Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu, Paris e Nantes deu outra dimensão ao fenômeno migratório analisado. Desde a compreensão dos interesses econômicos da França na região platina até o acesso aos registros de matrícula nos consulados e dossiês nominais de vários imigrantes que viveram nas cidades estudadas, uma teia de nomes e dados se formava. Parte dessa teia ainda permanece intacta, e o que se conseguiu deslindar foi organizado em cinco capítulos.

⁵⁷ Otero analisa o percurso individual e familiar dos imigrantes franceses a partir do estudo de seus comportamentos demográficos específicos e dos aspectos centrais de sua integração ao novo meio.

1.3 Estrutura do trabalho

No primeiro capítulo, intitulado **“Gobernar es Poblar” – Os Estados Nacionais, a Fronteira e o incentivo à imigração europeia na Argentina e no Brasil**, apresenta-se o espaço social da região integrada pela Bacia do rio da Prata, os incentivos à imigração europeia e os projetos de colonização na Argentina e no Rio Grande do Sul. Demonstra-se o estabelecimento das primeiras colônias agrícolas, que atrairão os primeiros imigrantes franceses para a região, e os interesses particulares despertados em relação à exploração territorial da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. A proposta do capítulo foi de conhecer os discursos e as práticas relacionadas à atração de imigrantes europeus para a região em estudo. As principais fontes utilizadas nesta seção foram os discursos e relatórios das autoridades provinciais e municipais.

“Pela fronteira é incalculável o movimento” – Imigrantes, migrantes e migradores nas margens do rio Uruguai, é o título do segundo capítulo apresentado. A partir daqui, ganham centralidade os atores principais da tese – os imigrantes europeus. Mapeiam-se os esforços em empreender os primeiros censos da Província, a impossibilidade de contabilizar as entradas pela Fronteira e mergulha-se na estrutura populacional das cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Diante da inexistência de dados que informem sobre a quantidade, origem, ocupação e inserção social dos europeus nestas cidades, fez-se o estudo das fontes eclesiásticas, associadas ao mapeamento de inventários, testamentos e processos criminais para conhecer o crescimento da população e a representatividade de cada nacionalidade europeia no conjunto da população. Revelam-se alguns aspectos da estrutura demográfica e práticas sociais da região.

No terceiro capítulo, **o espaço fluvial platino e a fronteira oeste do Rio Grande do Sul** são analisados na perspectiva da História Regional. Caracteriza-se a região a partir das relações sociais firmadas nesse espaço, que acabam por integrar econômica e socialmente a região da fronteira gaúcha com os portos dispostos ao longo do rio Uruguai e com as cidades de Montevideu e Buenos Aires, no estuário do Prata. Pontua-se o surgimento das vilas e povoações em ambas as margens do rio Uruguai, e o desenvolvimento econômico das cidades da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul a partir da década de 1850.

O comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro é analisado no capítulo quatro. A partir da documentação da Alfândega de Uruguaiana e demais coletorias da fronteira, analisa-se o comércio de importação e exportação de mercadorias que era efetivado

nos portos das três cidades estudadas. Evidencia-se a importância econômica da exportação da erva-mate e também os vínculos da região com o Paraguai, rota que permitiu a efetivação de um lucrativo comércio de reexportação. A análise dos registros de mercadorias despachadas na Alfândega para consumo em Uruguaiana evidenciou a existência de um grande grupo de comerciantes e mestres de embarcações que transitavam pela região em estudo, transportando mercadorias de um ponto a outro na segunda metade do século XIX. Destaca-se a importação de mercadorias vindas das províncias argentinas, o transporte em carretas a partir de Salto e a hierarquia dentro do grupo dos comerciantes.

O capítulo cinco é dedicado ao estudo dos **imigrantes franceses na Fronteira Oeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Mencionando os fluxos emigratórios e a atração exercida pela região do Rio da Prata, estuda-se os principais locais de partida e os motivos que impeliram os franceses a emigrar para a América. Os dados coletados em fontes diversas sobre cada um dos imigrantes franceses localizado nas cidades em estudo permitiram uma análise comparativa àquela realizado por Hernán Otero para a Argentina, indicando: o período e formas de chegada dos imigrantes à Fronteira; as características sociais do grupo e a sua inserção na sociedade de acolhimento; a importância da atuação dos cônsules e os vínculos mantidos pelos franceses com o seu país de origem.

A documentação consular e principalmente os dossiês nominativos encontrados nos *Archives Diplomatiques*, em Nantes, associados às informações de inventários, ações ordinárias e processos criminais revelam, no sexto capítulo, a atuação dos **Comerciantes franceses no espaço fronteiriço**. Ao mapear os interesses comerciais franceses no mercado dos países sul-americanos, confirma-se a atuação dos cônsules como importantes intermediadores dos agentes mercantis. Ao percorrer algumas trajetórias individuais, apoiando a análise no conceito de rede social, procurou-se conhecer algumas possibilidades de inserção social dos comerciantes franceses, bem como o ordenamento desta dinâmica comercial da região da fronteira rio-grandense.

2 “Gobernar es Poblar” – Os Estados Nacionais, a Fronteira e o incentivo à imigração europeia na Argentina e no Brasil

A segunda metade do século XIX é marcada tanto na Argentina como no Brasil por planos e ações estatais que pretendiam consolidar um projeto de nação. Questões centrais como a intervenção do Estado na sociedade, a sua matriz econômica e a constituição de uma identidade nacional pautaram as discussões do período. Um projeto de nação, orientado para o progresso, estava nas mentes das elites latino-americanas. Para tanto, um novo sistema político e econômico deveria ser pensado e instituído.

Nesse processo, a questão do progresso econômico recorrentemente foi associada à questão populacional e ao desenvolvimento da agricultura, para as quais a imigração europeia teria papel central. Nos dois países, coube à elite intelectual e/ou política estabelecer as diretrizes e os incentivos para tal corrente que acabou por atrair milhares de europeus às terras ditas “desertas” na América do Sul. Para esses “pensadores da nação”, a mudança econômica estava necessariamente atrelada à mudança política e social, fatores dependentes da ocupação e legitimação do território.

Del siglo XVI al XVIII, la defensa y manutención de los fondos territoriales del continente americano constituyeron un objetivo muy claro de las metrópolis ibéricas. En el siglo XIX, cuando las poblaciones de las antiguas regiones coloniales iniciaron el proceso que culminaría con la organización de nuevos Estados nacionales, adoptaron la perspectiva de los colonizadores observando los “fondos territoriales” como espacios a ser ocupados, defendidos y explorados. El “*senhorato*” rural (los grandes señores de tierras) brasileiro, por ejemplo, mirándose como heredero de la metrópoli, asimiló el pasado colonial enfatizando la continuidad aun donde ella no existía como aparece con nitidez en uno de los mitos fundadores de la nación, que considera la integridad territorial del imperio una dádiva de la metrópoli. Esa camada de la población, por no reconocerse en la masa de esclavos y mestizos, que constituían la mayoría de la población, identifica el país con el territorio (supuestamente heredado) y considera la tarea fundamental del Estado la defensa de la soberanía sobre los fondos territoriales y su objetivo primordial la ocupación del territorio.⁵⁸

⁵⁸ SILVA, Ligia Osório. *Las tierras públicas en la construcción del Estado: una perspectiva comparada*. Anais do II Congresso Nacional de História Econômica. México: Ciudad Universitaria, 2004, p.07.

Nesse sentido “en el cuadro de la formación nacional hay un territorio a ocupar y un Estado en construcción, pero la población disponible no se ajusta a los modelos identitarios vigentes en los centros hegemónicos”.⁵⁹ Diante da inadequação da população mestiça e escrava para constituir as bases dessas nações, as elites construiriam uma imagem do ideal de imigrante e do ideal de imigração. Nessa construção, seria o trabalho do imigrante europeu que possibilitaria a ocupação e exploração agrícola de áreas ainda não aproveitadas economicamente, ou então seria a mão de obra que em breve substituiria aquela ocupada pela escravidão. Ao mesmo tempo, seriam esses imigrantes a força propulsora do progresso e da civilização, uma vez que trariam os hábitos de trabalho e civilidade europeus.

2.1 Os Estados Nacionais: discursos de progresso e ideal de população

Em relação à definição do que seja um “imigrante”, Fernando Devoto salienta que a noção não é direta e foi mudando ao longo do tempo. De acordo com este autor, nas sociedades antigas, certamente era muito difícil estabelecer quem era um estrangeiro, afinal, o pertencimento legal de uma pessoa era impreciso, e poderia mudar depois de uma guerra. Neste período, “el sentido de pertenencia, definirse en relación con “otros”, no iba, en la mayoría de los casos, más allá de un ámbito local o regional.”⁶⁰

Será o Estado moderno “el que se empeña en clasificar, en definir, a la vez a los ciudadanos que gozan de ciertos derechos y a los extranjeros que no pueden beneficiarse de tales”.⁶¹ Nesse sentido, o autor salienta a importante diferença entre um imigrante e um estrangeiro, categorias que não podem ser associadas indistintamente. Para aqueles que se deslocam de um lugar para outro podemos fazer uso de vários termos: viajantes, estrangeiros, imigrantes, exilados. No entanto, o “imigrante” do qual se falará nesse trabalho é uma categoria dotada de sentido muito específico.

No século XIX, na perspectiva das elites sul-americanas, imigrante era aquele indivíduo europeu que viria para “povoar o deserto” e “cultivar as terras”. O imigrante nesse contexto era sinônimo de trabalho e civilidade, apesar da pobreza que o caracterizava na

⁵⁹ SILVA, Op. Cit, 2004, p.07.

⁶⁰ DEVOTO, Fernando. *Historia de la Inmigración en la Argentina*. 2.ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004, p.21.

⁶¹ Idem.

origem. Nesse período, na Argentina, nem todo estrangeiro era tido como um imigrante – os comerciantes, engenheiros, médicos e políticos europeus que viviam no país em nenhum momento eram considerados imigrantes pela elite. Eram a bagagem cultural, os hábitos de consumo, o prestígio do grupo de origem e os meios em que circulavam que definiam a diferença entre as duas categorias. Será na segunda metade do século XIX que a “noção de imigrante adquire suas formulações mais sistemáticas e conceitualmente mais abrangentes”:

Elas se plasman en el carácter civilizatorio atribuido al rol del inmigrante en la sociedad argentina, en especial en la obra de Juan Bautista Alberdi, pero también en la Constitución de 1853 y en la ley de inmigración y colonización de 1876. Esta última daba una definición de inmigrante que servía para delimitar quiénes tenían derecho a los beneficios que ofrecía el Estado argentino. En sus términos, inmigrante era el europeo.⁶²

A definição jurídica na Argentina, de acordo com a Lei de Imigração e Colonização, deixava explícito que imigrante era aquele estrangeiro que viajava em barcos oriundos de portos europeus, com o objetivo de estabelecer-se no novo país. Para serem enquadrados nesta categoria, deveriam ter viajado em segunda ou terceira classe, ter menos de 60 anos e estar livres de qualquer defeito físico ou doença. A lei deixava claro tratar-se de mão de obra para o país, empregada especialmente nas tarefas manuais e, sobremaneira, para cultivar o campo.

No Brasil, a preferência era por imigrantes/colonos de “idades de 10 a 50 anos, acompanhados dos certificados dos cônsules brasileiros, de que são pessoas de bons costumes, e que pelas suas ocupações, ou meios de vida sejam próprios para viver do trabalho de suas mãos”. Enfatizava-se que “para ser colono é indispensável ser moço, sadio, e casado com mulher moça.”⁶³ Em ambos países, portanto, a definição e qualificação de imigrante está associada àquela de trabalhador europeu.

O importante é destacar que a definição e qualificação de imigrante associado àquela de trabalhador europeu, e o papel que o mesmo teria na constituição do Estado argentino, devem-se em muito àquela difundida pelos pensadores e literatos do período. Por esses meios, consolida-se uma imagem da imigração que será dominante no país pelo menos até a década de 1880.

⁶² DEVOTO, Op. Cit, 2004, p. 30.

⁶³ Regulamento de Imigração de 1848. AHRS - Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o exm.o vice-presidente da província em sessão de 4 de março de 1848, pelo illm.o e exm.o sr. presidente da província e comandante do exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente a mesma Assembleia. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848, p. 19.

Essa imagem e grande expectativa e otimismo estarão relacionadas ao processo de atração de imigrantes para a América do Sul até a década de 1880. Nesse período, quando milhões de imigrantes desembarcam nos portos platinos é que passa a vincular-se uma idéia socialmente mais restritiva desses indivíduos e de sua inserção no novo país. Ao findar do século XIX, a imigração começava a tornar-se um problema para a elite, que precisava, a todo custo, manter a sua posição social, impedindo a ascensão dos recém-chegados.⁶⁴

A partir do início da segunda metade do século XIX, após a queda de Rosas, o que se modifica é a atuação do Estado no que se refere ao processo imigratório⁶⁵ argentino. Como salienta Devoto, a partir de então “os governos se mostram desejosos em promover a imigração”, promulgando leis e incentivando projetos e comissões.

Luego de Caseros lo que efectivamente cambia es el papel del Estado. Los gobiernos de la Confederación y de Buenos Aires se mostraron deseosos de promover la emigración y mientras el primero dictaba una Constitución e iniciaba negociaciones para el establecimiento de colonias, el segundo creaba em 1854 una comisión de inmigración subvencionada por el Estado.⁶⁶

No Brasil, acontece o mesmo com a promulgação da Lei de Terras em 1850, quando o Estado passa a ter o controle sobre as terras devolutas e sobre a sua venda, bem como em relação a outras leis relacionadas ao patrocínio da imigração. Uma importante participação do Estado na promoção da imigração era a política de criação de colônias, públicas ou particulares. Nesses casos, o Estado patrocinava os custos da viagem e também a concessão de lotes de terras.

Na Argentina, esses incentivos foram importantes, principalmente, logo após a queda de Rosas até os anos 1870, e conseguiram consolidar o movimento migratório europeu para o país. Essa política colonizadora, no entanto, teve maior força em algumas províncias, como em Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes, e não foi somente uma política do Estado nacional.⁶⁷ No Brasil, da mesma forma, a partir de 1850, caberá às províncias um maior envolvimento nas questões que regulavam e incentivavam a imigração. No Rio Grande do Sul, a primeira lei sobre colonização é de 1851, referente à medição e demarcação das terras para os colonos que chegavam.

⁶⁴ A importância dessas medidas pode ser considerada a partir da grande presença de imigrantes na sociedade argentina - o censo de 1890 evidencia que 25,5% da população total era constituída por imigrantes.

⁶⁵ DEVOTO, Op. Cit, p.227.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ DEVOTO, Op. Cit, p.83.

Iniciava-se, portanto, uma intervenção ativa do Estado na promoção da imigração europeia. A vinda desses imigrantes, no entanto, já acontecia há muito tempo, e as redes sociais estabelecidas entre os grupos eram fortes alicerces para a vinda de outros indivíduos. O fluxo, portanto, já existia. O que se fazia nos círculos intelectuais eram a construção e legitimação de uma “retórica pró-migratória”, como a intitula Devoto. Para este autor, “essas retóricas e essas iniciativas não deixaram de operar e criaram um clima muito favorável para a acolhida dos imigrantes e a partir daí também para seu êxito social.”⁶⁸ Vejamos como se deu a construção desse discurso ao longo de todo o século XIX.

Quando vamos a la orilla de nuestro río y contamos los buques anclados en él con las banderas de todos los países del mundo; cuando nos damos cuenta de la riqueza que nos traen y de la que llevan, de los hombres que llegan a nuestro país en busca del trabajo, garantido por la paz, que ofrece cómodos y abundantes medios de subsistencia a las numerosas familias que abandonan el suelo europeo tan cargado de población, y vienen a llenar los inmensos vacíos de nuestro territorio, sentimos renacer la esperanza abatida por el doloroso espectáculo que presentan estas repúblicas de Sudamérica. No es tanto las luces del siglo, como los hombres del siglo lo que importa hacer penetrar en medio de nosotros. De aquellas luces hacemos muy a menudo mal uso, y las convertimos frecuentemente en teas incendiarias. **Pero el extranjero es el agente vivo, el mejor conductor de la civilización.** El hombre moralizado por la educación y por el hábito del trabajo, es la lección más elocuente que pueda darse al habitante indígena de Sudamérica. El buen ejemplo fue en todo tiempo muy persuasivo, y la presencia del hombre europeo, esto es, el ejemplo inmediato de un hombre que conoce y practica los deberes de la familia, los que lo ligan a los demás hombres y a Dios, puede ser y será con el tiempo en estos países el instrumento de que la Providencia se valga para extinguir los instintos semi-bárbaros, que pugnan por rechazar la benéfica influencia de la civilización que nos invade.⁶⁹

Felix Frías⁷⁰ enfatizava em seu discurso dois grandes problemas identificados na região do Rio da Prata pelas elites do século XIX: o baixo nível de povoamento - e a barbárie dos povos originários - e a pouca produtividade agrícola em uma terra tão fértil. Será a conhecida “Geração de 1837” que desenvolverá o projeto de uma Argentina moderna e civilizada que ditará as ações do Estado em boa parte do século XIX. Tratavam-se de jovens em 1837 que anos depois constituíam um forte grupo de intelectuais que pretendeu realizar uma reflexão crítica sobre o país: descrevendo seus problemas e traçando um programa que fizesse da Argentina uma nação moderna.⁷¹ Uma geração que se ocupou, fundamentalmente,

⁶⁸ DEVOTO, Op. Cit, p. 229.

⁶⁹ FRÍAS, Felix. Sobre inmigración. El Orden, Buenos Aires, 20 de enero de 1856. In: *Escritos y discursos de Félix Frías*, tomo II. Buenos Aires: Casavalle, 1884, grifo nosso.

⁷⁰ Periodista, deputado provincial, embaixador e ministro de relações exteriores dos presidentes Sarmiento e Avellaneda, nas décadas de 1860 e 1870.

⁷¹ SHUMWAY, Nicolás. *La Invención de la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1995, p.131.

de descrever e explicar o fracasso do país, “tomando o grosso das ideias de seus contemporâneos europeus”.⁷²

Os intelectuais argentinos, aos que a drástica desintegração do rosismo lhes possibilitaria o acesso surpreendente a posições relevantes na política argentina, se veriam facultados para promover esse conjunto de iniciativas que desde o exílio vinham propondo. Encontrar-se-iam assim com a possibilidade de planejar uma nova sociedade através do aporte europeu. “*No se trataría sólo de poblar sino también de “civilizar” a través de él*”. Sarmiento já o havia expressado na introdução de 1845 ao *Facundo*, e um itinerário seguinte unirá aquele texto com os sucessivos”, todos obra de um governo.⁷³

Para estes autores, a imigração deveria povoar o deserto e a colonização agrícola deveria construir a sociabilidade argentina que a extensão e o despovoamento faziam inexistente. Os imigrantes seriam os atores principais na mudança de rumo que o país assumia. Nesse trajeto, caberia à agricultura transformar a estrutura dos campos, onde imperava a barbárie, e os imigrantes seriam os agentes diretos dessa transformação, eliminando o deserto e seus produtos sociais e políticos.⁷⁴ Para Sarmiento, “el elemento principal de orden y moralización que la República Argentina cuenta hoy, es la inmigración europea, que [...] si hubiera un Gobierno capaz de dirigir su movimiento, bastaría, por sí sola, a sanar en diez años, no más, todas las heridas que han hecho a la patria”. Alberdi seria ainda mais enfático:

¿Qué nombre daréis, qué nombre merece un país compuesto de doscientas mil leguas de territorio y de una población de ochocientos mil habitantes? Un desierto. ¿Qué nombre daréis a la constitución de ese país? La constitución de un desierto. Pues bien, ese país es la República Argentina; y cualquiera que sea su constitución, no será otra cosa por muchos años que la constitución de un desierto. Pero, ¿cuál es la constitución que mejor conviene al desierto? La que sirve para hacerlo desaparecer; la que sirve para hacer que el desierto deje de serlo en el menor tiempo posible, y se convierta en país poblado. Luego éste debe ser el fin político, y no puede ser otro, de la constitución argentina y en general de todas las constituciones de Sudamérica. Las constituciones de países despoblados no pueden tener otro fin serio y racional, por ahora y por muchos años, que dar al solitario y abandonado territorio la población de que necesita, como instrumento fundamental de su desarrollo y progreso.⁷⁵

⁷² SHUMWAY, Op. Cit, p. 131.

⁷³ DEVOTO, Op. Cit, p. 229. Tradução minha.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ ALBERDI, Juan Bautista. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina, derivadas de la ley que preside el desarrollo de la civilización en la América del Sur. Reedición de Ricardo Rojas. Buenos Aires: La Facultad, 1915. Los pasajes transcritos son de la primera edición, Valparaíso, mayo de 1852. In: HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación*. Apéndice Documental em CD. Buenos Aires: Eméce, 2007.

Para Alberdi, a constituição de um novo regime político dependeria da formação de uma nova população para o país. Para ele “sin mejor población para la industria y para el gobierno libre, la mejor constitución política será ineficaz”. Nesse sentido, o deserto era o atual inimigo da América, e a imigração é anunciada como o “meio de progresso e de cultura para a América do Sul” - da Europa, os imigrantes trariam o progresso e a civilização.

¿Cómo, en qué forma vendrá en lo futuro el espíritu vivificante de la civilización europea a nuestro suelo? Como vino en todas épocas: la Europa nos traerá su espíritu nuevo, sus hábitos de industria, sus prácticas de civilización, en las inmigraciones que nos envíe. Cada europeo que viene a nuestras playas, nos trae más civilización en sus hábitos, que luego comunica a nuestros habitantes, que muchos libros de filosofía. Se comprende mal la perfección que no se ve, que no se toca y palpa. Un hombre laborioso es el catecismo más edificante. ¿Queremos plantar y aclimatar en América la libertad inglesa, la cultura francesa, la laboriosidad del hombre de Europa y de Estados Unidos? **Traigamos pedazos vivos de ellas en las costumbres de sus habitantes y radiquémoslas aquí.** ¿Queremos que los hábitos de orden, de disciplina y de industria prevalezcan en nuestra América? Llenémosla de gente que posea hondamente esos hábitos. Ellos son pegajosos; al lado del industrial europeo, pronto se forma el industrial americano. La planta de civilización no se propaga de semilla sino con extremada lentitud. Es como la viña, que prende y cunde de gajo.⁷⁶

O texto de Alberdi servirá de inspiração para a Constituição de 1853, onde se vê consagrada essa vontade “poblacionista”. Para ele “en América todo lo que no es europeo es bárbaro”, intitulado um subcapítulo do texto: “governar es poblar”! “Difícilmente pueda hallarse una obra como ésta que proponga una más radical transformación de una sociedad a partir de la constatación del fracaso de todas las recetas para superar el atraso intentadas por las generaciones precedentes.”⁷⁷

No pensamento alberdiano todo esforço de transformação da Argentina seria inútil se não se pudesse modificar os traços de uma sociedade atrasada através da troca do agente dessa sociedade. A imigração europeia era esse agente que deveria cumprir o papel de implantar novos hábitos e comportamentos que, através do exemplo cotidiano, seriam logo imitados pelos nativos. O papel da imigração era então muito mais vasto que o de prover mão de obra (ou força de trabalho) para uma economia em expansão ou, como mais tarde se diria, de criar uma demanda de terra que valorizasse a enorme quantidade disponível. Muito mais que isso, a imigração devia “cambiar a la Argentina”. Para isso é claro que aquela importação de imigrantes devia proceder da Europa mais desenvolvida e não daquela mais arcaica cuja incorporação dificilmente faria algo mais que reproduzir hábitos e comportamentos já existentes.⁷⁸

⁷⁶ ALBERDI, Op. Cit, 1852.

⁷⁷ DEVOTO, Op. Cit., p.230.

⁷⁸ DEVOTO, Op. Cit., p. 230. Tradução minha.

Nesse sentido, para Alberdi, “governar era poblar pero porque poblar era civilizar”. Seu objetivo era recriar a civilização europeia na América. A vinda dos imigrantes europeus era vista, assim, como a solução para os males da Argentina: seu costume e afeição pelo trabalho, sua moralidade e seu amor à liberdade eram vantagens que auxiliariam em muito o desenvolvimento do país. “Para Alberdi, en efecto, la apelación al trabajo y el capital extranjero constituye el mejor instrumento para el cambio económico acelerado que la Argentina requiere. El país necesita población; su vida económica necesita también protagonistas dispuestos de antemano a guiar su conducta en los modos que la nueva economía exige.”⁷⁹

No Brasil, políticos e intelectuais também se dedicavam a pensar o Estado e a nação brasileiros em busca de civilidade, lei e ordem. Não muito distinto daquilo que era propagado por Sarmiento e Alberdi, entendendo que o papel do Estado era civilizar e que na falta dele encontrava-se a barbárie. Nesse sentido, os “sertões brasileiros” seriam desbravados. No Rio Grande do Sul, havia igualmente várias áreas ditas de “deserto populacional”, uma vez que a presença e economia indígena não interessavam para os projetos da nação que se formava. Uma dessas áreas correspondia ao norte/nordeste do estado, da qual passaremos a enfatizar a região da Fronteira Oeste, limite com a Argentina.

Convém chamar às margens do Uruguay populações civilizadas que possam desenvolver tantos germens de riqueza que neles existem. As suas florestas permanecem na mais completa esterilidade, e suas campinas apenas habitadas por raros descendentes das decadentes tribos de selvagens e por menor número de advessos. É na agricultura que se devem fundar as bases sólidas do futuro bem estar dos vastíssimos sertões do Uruguay. É necessário chamar para seus desertos centros de população e de comércio para darem vida e animação. Por que só assim o gênio do progresso e da indústria fará desaparecer o gênio das solidões.⁸⁰

Da mesma forma, atrelava-se a presença dos imigrantes europeus com o desenvolvimento da agricultura e conseqüente progresso econômico do país. No Rio Grande do Sul, em 1850, a colonização era um assunto “de alto interesse para a Província”. De acordo com as autoridades estaduais “a colonização conduz consigo para o país que ela demanda população, variados conhecimentos da agricultura, e diferentes processos das artes úteis; ela

⁷⁹ HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Proyecto y construcción de una Nación (1846-1880)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007, p.54.

⁸⁰ IHGB – Coleção João Pedro Gay. DL 406.41.

dá incremento à produção e ao consumo: acumulando sucessivamente os capitais e desenvolvendo o trabalho, cria e distribui a riqueza.”⁸¹

2.2 Uma política colonizadora para a fronteira gaúcha?

Ao iniciar uma pesquisa que pretende estudar a presença de indivíduos europeus nos ainda indefinidos limites geopolíticos entre o Brasil e a Argentina de meados do século XIX, uma primeira pergunta se impõe: houve uma política de atração de imigrantes europeus para a região da fronteira oeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul?

Sabemos que, desde os embates travados entre as coroas portuguesa e espanhola, a ocupação e legitimação do território foram realizadas justamente através da criação de núcleos estratégicos de povoamento, quando a definição dos limites políticos estava pautada na efetiva ocupação das terras. Nesse sentido, a expansão dos limites que hoje constituem a fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul foi um processo gradual, pautado principalmente na doação de terras àqueles que se comprometiam em assegurá-la para a Coroa. Enquanto se efetivava a ocupação da terra ditada por planos políticos e militares, o Estado garantia a lealdade e legitimidade dos poderes locais.

Como resultado desse processo, vemos a conformação de um território dito nacional e a formação das grandes propriedades de terras, que ainda hoje caracterizam a região. Nesse sentido, veremos que foi bastante complicado conciliar os discursos das vantagens da colonização e da prática da agricultura com a forma que efetivamente foram ocupados “*os sertões do Uruguay*”.

A indústria agrícola sucumbe sob a influência do mesmo mal, contemplando a fertilidade das terras, essa fonte infindável de riqueza, essa vasta extensão de campos e matas desabitados, que abasteceriam a província inteira se houvessem braços para se empregar nesse mister. A colonização é só quem pode salvar do naufrágio o Município; a colonização é tão necessária para o desenvolvimento e progresso deste Município, como o ambiente o é para todos os entes criados. Ele tem em si a matéria prima necessária para se tornar grandemente rico, faltam-lhe as forças, e com a colonização ele as teria. Metade dessa colonização que se perde no interior da província seria o suficiente para torná-lo importantíssimo e notável entre os mais importantes da província na indústria agrícola, e se à colonização juntar-se as pontes e barcas terá o mesmo papel quanto à indústria pastoril.⁸²

⁸¹ AHRS – Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no. 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850, p.23.

⁸² AHRS – AM.U 233. Câmara da Vila de São Borja, 1858.

A situação demonstrada pelo informe enviado pela Câmara Municipal de São Borja evidencia que no Rio Grande do Sul a preocupação era a mesma em relação às políticas de povoamento e crescimento econômico: para as lideranças políticas, era preciso povoar as terras com homens honrados, capazes de promover o desenvolvimento da agricultura.

Em 1855, o vigário da Freguesia, João Pedro Gay,⁸³ já escrevia: “*sem embargo quase que se pode dizer que este território é deserto ou se parece com um deserto*”. O padre lamentava profundamente o estado de decréscimo da região de São Borja em relação com a antiga ocupação missioneira, e se perguntava: “*Quais as causas do moroso aumento da sua população?*”⁸⁴ A existência de um grande contingente de índios, ou então filhos nascidos a partir da miscigenação, era motivo que permitia a caracterização daquela população como constituída de “*homens grosseiros*”, de “*má índole*”, “*mui ignorantes, supersticiosos e preguiçosos*”.

Roberto Avé-Lallemant, o viajante alemão que visita a cidade no ano de 1858, também vê na população fronteiriça falta de civilidade, instinto de preguiça e criminalidade. Em sua visão, o perigo estava na forte influência espanhola na região e na presença de muitos indivíduos provindos do outro lado da linha geopolítica, para ele o “*último extremo da humanidade civilizada*”. Lallemant diz que “*sentia que estava na fronteira. Toda a gente que estava comigo na praia me pareceu ordinaríssima corja*”. Em seu relato, igualmente o escasso povoamento e a pouca produtividade agrícola receberia atenção.

É vergonhoso ver ficarem incultas, aqui, regiões que, em tamanho, equivalem a muitos principados. Quantas desculpas se ouvem, com as quais a boa gente inconscientemente se queixa! “A terra produz tudo, mas não há quem a cultive; temos falta de braços” – essa a eterna cantiga com que se desculpa a preguiça na margem do Uruguai. Cultivar, lavrar com os próprios braços, semear, colher – nisso ninguém pensa. Antes privar-se de tudo e satisfazer-se com carne, leite e queijo.⁸⁵

⁸³ Nascido na França em 20 de novembro de 1815, Gay será ordenado sacerdote em 18 de abril de 1840. Chega em Montevideu em outubro de 1842 e pouco tempo depois retira-se para o Brasil, desembarcando em Santa Catarina em abril de 1843. Em 1848, o Padre João Pedro Gay está na Paróquia de Alegrete, sentindo-se como “*perdido nas suas numerosas ocupações, ao meio de umas campinas quase desertas e pouco civilizadas*”. Em 1850, Gay assume a Paróquia de São Borja, e o cenário descrito será o mesmo. Gay permanecerá na “fronteira” até a sua morte, em 1891, tendo sido nomeado vigário da Vara de Uruguiana em 1887. IHGB. Coleção João Pedro Gay. DL 406.24.

⁸⁴ IHGB – Coleção João Gay. Lata 404, pasta 16.

⁸⁵ AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p.271.

No Brasil e, especialmente, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o tema da imigração europeia também recebia atenção especial das autoridades políticas. Desde a vinda dos casais açorianos, ainda no século XVIII, e depois com a chegada dos primeiros colonos alemães em 1824, a tônica das imigrações igualmente recaía sobre os temas do povoamento e da produção agrícola.

Sabemos que maior importância no processo de migração tiveram as cadeias migratórias e a própria atuação dos agentes de imigração. No entanto, no presente momento, pretende-se atentar para as políticas públicas e as idéias difundidas em relação a isso no Rio Grande do Sul. De forma geral, os argumentos e possibilidades do processo de colonização anunciados para o estado seguiam aqueles anunciados para o país:

O Brasil, pela vastidão, uberdade e clima salubre de seu solo, deve necessariamente constituir um ponto de atração às correntes emigratórias e aos colonos trabalhadores e morigerados que quiserem explorar, em seu benefício, os elementos de riqueza que a Providência liberalizou a esta parte da América Meridional. E com efeito em nenhum país do mundo encontrará o imigrante vantagens superiores as que o Brasil lhe oferece.⁸⁶

Nesse período, o incentivo à imigração europeia era uma prática defendida não apenas pelo Império Brasileiro e pelas Províncias. Até mesmo os opositores do sistema monárquico defendiam tal prática. Esse é o exemplo de Francisco Xavier da Cunha,⁸⁷ um dos primeiros a defender a necessidade que os estrangeiros tinham de se inserir mais rapidamente na sociedade e ter nela direitos mais amplos.

À exemplo do que anunciava Alberdi, o Estado deveria promover os incentivos para que “o estrangeiro residente tome amor à terra que habita e se associe, ele e seus filhos, ao progresso e engrandecimento dela”. Igualmente em conformidade com as ideias difundidas na Argentina, para Xavier, o imigrante ideal seria aquele que viria para “cultivar o campo, rotear a mata, iniciar-nos na indústria em que somos leigos”. O imigrante ideal seria aquele que se estabeleceria no campo, e não nas cidades; aquele que cultivaria a terra e não que se dedicasse ao comércio ou demais atividades citadinas.

⁸⁶ MOREIRA, Nicolau J. *Indicações agrícolas para os emigrantes que se dirigirem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875, p.15.

⁸⁷ Republicano, formado em Direito, foi militar, jornalista e político. Dentre os vários cargos que exerceu, foi o de Inspetor Geral das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre março de 1865 e janeiro de 1867. “o discurso jornalístico de Xavier da Cunha é emblemático da “campanha democrática” em que estava envolvido, fazendo propaganda sistemática contra o regime vigente.” In: PICCOLO, Helga. *A imigração estrangeira na visão de um republicano na década de 70 do século XIX*, p. 279.

Para o autor de vários artigos críticos, a monarquia brasileira não estaria sabendo receber os imigrantes e aproveitar as benesses da sua presença e do seu trabalho. Xavier admirava as Repúblicas do Prata e a sua força de assimilação para com os imigrantes, o que esclarece grande parte das idéias expostas e defendidas. Para o autor, era o sistema monárquico o responsável pelos obstáculos ao desenvolvimento das colônias agrícolas no Rio Grande do Sul. Somente a República seria capaz de estimular tais práticas, e estimular a vinda de novos imigrantes.⁸⁸

Em meados do século XIX, quando a Província assume a dianteira no projeto de colonização de áreas despovoadas, o processo de imigração para o Rio Grande do Sul já estava bastante consolidado, e várias colônias agrícolas já prosperavam. Nos Relatórios dos Presidentes da Província⁸⁹ a Colônia de São Leopoldo aparece como sendo um exemplo de colonização no Império. Seus habitantes seriam os mais apropriados para a agricultura, e a prosperidade do lugar estaria a cada dia atraindo novos colonos. O fato de a maioria dos imigrantes serem alemães também é elogiado, assim como o espírito de solidariedade que os antigos chegados têm para com os novos.⁹⁰ Nesses relatórios, aparece claramente que a ideia é povoar as novas e desertas áreas do interior da província. A necessidade de trazer imigrantes por falta de população ou então a recusa em dar esse espaço para outros grupos – como os negros – aparece igualmente nos discursos.

Na opinião geral é considerada a colonização a necessidade mais palpitante do Império. A vastidão das terras desertas, que não quereis sem dúvida povoar com negros, e que não é possível igualmente povoar pelo lento e gradual crescimento da população existente em menos de um século (supondo mesmo entrada do grêmio da sociedade a indígena) é circunstância de tanto momento, que desafia e provoca por si mesmo, as mais sérias considerações.⁹¹

A ideia propalada pelo Presidente referia-se à criação de colônias em todos os municípios da Província. Para tanto, já havia sido encaminhado um pedido às Câmaras para que informassem sobre a localização das terras devolutas e propícias à agricultura existentes em cada Vila. O projeto seria parcialmente custeado pelos municípios, que seriam

⁸⁸ MOREIRA, Op. Cit, p.281.

⁸⁹ AHRS – Relatórios dos presidentes de Província: Manoel Antônio Galvão, em 1847, e Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 1849.

⁹⁰ AHRS – Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typ. de Argos, 1847.

⁹¹ Idem, p.12.

responsáveis pelo pagamento de grande parte dos custos depois da chegada dos imigrantes. O principal objetivo seria o povoamento de grandes áreas despovoadas e a prática da agricultura.

Agricultura – é este um ramo quase desconhecido na Província. Há léguas não interrompidas de terreno em que não existe uma só árvore plantada, e em que nenhuma semente tem sido lançada à terra; e o terreno presta-se a quase tudo. [...] Precisa-se entremear colonos agricultores por todos esses grandes desertos para que o exemplo mude as tendências da população. Escassa como é a agricultura da Província, não admira nem o alto preço dos gêneros de primeira necessidade, nem a penúria geral deles: as colônias farão desaparecer esse mal.⁹²

Povoar e cultivar os desertos – eis a tônica dos pronunciamentos lidos nos Relatórios dos Presidentes de Província. Tal como anunciava Alberdi, no Rio Grande do Sul igualmente acreditava-se que a presença desses “colonos agricultores” poderia servir de exemplo e “mudar as tendências da população”. Em relação aos imigrantes, portanto, assim como na Argentina, a busca era por mão de obra, especialmente agrícola. Seriam úteis aqueles que aportariam bons costumes e possibilidade de trabalho na lavoura.

A colonização conduz consigo, para o país que ela demanda, população, variados conhecimentos da agricultura, e diferentes processos das artes úteis: ela dá incremento à produção e ao consumo: acumulando sucessivamente os capitais e desenvolvendo o trabalho, cria e distribui a riqueza. [...] Essa classe de colonização – a imigração espontânea – traz consigo moralidade não contestada, ideias de ordem, inteligência desenvolvida, e certa soma de capitais, que muito importa.⁹³

A falta de condições práticas (demarcação e preparação do solo) para o pronto uso e cultivo da terra obrigava o Estado a cobrir os primeiros custos da produção logo da chegada dos imigrantes.⁹⁴ Apesar de o orçamento ser bastante curto para um empreendimento de tal magnitude, a certeza era de que os subsídios à imigração deveriam ser mantidos, para garantir a entrada de novos colonos no estado.⁹⁵

⁹² AHRS – Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o tenente general Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º de junho de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1849-1850. Porto Alegre: Typog. do Porto-Alegrense, 1849, p.10.

⁹³ AHRS – Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no. 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 23.

⁹⁴ De acordo com os artigos e leis de orçamento, para o estabelecimento de novas colônias agrícolas ou militares seriam doadas aos colonos as terras medidas e demarcadas bem como toda a estrutura para iniciar a produção, incluindo material de trabalho e animais para criação. No entanto, na maior parte dos casos, quando os imigrantes chegavam, não encontravam esses lotes medidos e demarcados.

⁹⁵ “Para os estrangeiros parece-me suficiente que uma lei provincial de segurança aos capitães de navios de que os transportes dos colonos lhes serão pagos todas as vezes que conduzam colonos entre as idades de 10 e 50 anos, acompanhados dos certificados dos cônsules brasileiros, de que são pessoas de bons costumes, e que pelas

Para as autoridades da Província, convinha estabelecer colônias:

Primeiro: nas terras incultas para levar a população a todos os lugares da Província. Nestes lugares devem dar-se as terras medidas e demarcadas, e dar todos os meios aos colonos de fazerem prontamente as suas habitações, e de desenvolverem os diversos ramos de agricultura de que o país for capaz.

Segundo: nos lugares em que a nossa agricultura esteja abandonada, e falta de exemplos, ou de estímulos [...] como em toda a Província ao Sul do Rio Ibicuhy aonde se desconhece quanto é plantação. Para estes lugares convém até comprar terrenos para os dar a colonos estrangeiros, que levem ali o desenvolvimento, a variedade de alimentos, e a fartura que falta.

Terceiro: ao longo das estradas novamente abertas, disseminando colonos por igual, aonde o perigo da invasão indígena não se der, e para isto podem servir famílias brasileiras, mediante algum prêmio, ou colonos antigos com igual socorro.

Quarto: nos lugares expostos às incursões dos indígenas não civilizados, assentes bem no centro dessas matas, que só eles e os tigres habitam, para extinguir os segundos, e obrigar os primeiros a procurar os povoados.

Quinto: enfim, deve ser nos lugares desertos da Fronteira desta Província, tanto com as outras do Império, como com as Repúblicas nossas vizinhas, para cujo fim fica já proposta a abertura da Estrada ao longo da margem esquerda do Rio Uruguai até sair na Estrada de Lages pela margem do Rio Canoas.

As Colônias, no quarto e quinto caso, devem ser colônias militares pelo modo pouco mais ou menos constante no Regulamento, que dei à Colônia Militar do *Mucari* na Província da Bahia, que junto vai. Em todas as colônias, como na do *Mucari*, deve ser proibida a existência de escravos, e acostumar os colonos, desde o princípio, a pagarem o culto, e a instrução, em determinado peso de prata.⁹⁶

Se existir algum nível de prioridade entre os casos acima explicados, fica claro o interesse da Província em primeiro povoar as regiões onde ainda não existiam habitantes formalmente registrados. Aliado a isso, está o interesse em difundir a prática da agricultura nessas áreas. O estímulo à agricultura igualmente aparece no segundo caso, para reanimar antigas povoações. Nos demais casos, igualmente a ocupação de “lugares desertos” fica evidente.

Para o presente trabalho, é importante a ideia referenciada no quinto item: o estabelecimento de colônias ao longo da Fronteira da Província, e a sua vinculação ao caráter de Colônias Militares. Seria este o caso do Município de São Borja, que tanto apelava para que fosse palco do estabelecimento de colonos. Nessa região, de acordo com as autoridades, as terras para o assentamento dos colonos seriam liberadas à medida que a estrada ao longo da margem esquerda do Rio Uruguai fosse sendo efetivada.

suas ocupações, ou meios de vida sejam próprios para viver do trabalho de suas mãos”. AHRS – Relatório de 1848, p.19.

⁹⁶ AHRS - Aditamento feito ao relatório, que perante a Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul, dirigiu o exm.o vice-presidente da província em sessão de 4 de março de 1848, pelo illm.o e exm.o sr. presidente da província e comandante do exército em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente a mesma Assembleia. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848, p. 19 e 20.

Além das vias de transporte, havia um outro impedimento para o rápido acesso dos colonos às terras: a existência de grandes propriedades destinadas quase que exclusivamente à pecuária que caracterizavam a área. O problema dos “desertos” – de gente e de produção - encontrava aí a sua origem: “um dos maiores obstáculos que se tem se oposto nesta Província ao desenvolvimento da Agricultura, e mesmo ao da população, é a existência de grandes fazendas, ou antes, de grandes desertos.”⁹⁷ Em 1860, ao apresentar-se como um “liberal por convicções” e pretender ser representante da Câmara, o influente político Pinheiro Machado evidenciava a sua preocupação com relação ao espaço da fronteira:

A colonização dos vastos sertões às margens do Uruguay, e o melhoramento da navegação deste rio são medidas correlatas, de transcendente alcance. Aquelas solidões, hoje apenas devassadas pelo índio refratário à catequese, só esperam o braço laborioso do homem civilizado para franquear os tesouros que encerra o seu solo ubérrimo. Novas e fecundas fontes de riqueza dali surgirão, que darão alimento e impulso ao nosso comércio lícito daquele rio. E aquela fronteira, hoje deserta, ficará guarnecida por um povo ligado ao solo pelo interesse da prosperidade, capaz de repelir qualquer temerária pretensão ofensiva ao nosso bom direito naquela parte. A colonização, portanto, do Uruguay merece preferência a qualquer outra.⁹⁸

No relatório de 1860, há referências sobre uma “nova colônia na zona da Fronteira”. O lugar onde a mesma seria erguida foi escolhido a partir de critérios expedidos pelo Governo Imperial. O lugar escolhido ficava na foz do rio Ijuhy-Grande, “no ângulo formado pela margem direita deste com o Uruguay”, no município de São Borja. Era um terreno elevado, com mata virgem de onde se poderia extrair madeira de lei, além do mesmo apresentar ótimas condições para o cultivo de produtos alimentícios, como o feijão, o arroz e o trigo.

O lugar escolhido ficava a “4 léguas do Povo de São Luiz”, e apresentava ótimas condições de navegabilidade, já que estava margeado por grandes rios.⁹⁹ Os terrenos seriam distribuídos gratuitamente aos colonos, com a obrigação de os cultivar e permanecer no local por três anos antes de receberem o direito definitivo sobre a terra. Esses mesmos colonos não teriam, no entanto, “direito a abono de quantia alguma pelos cofres públicos para transporte, subsídio, ajuda de custo, ou por qualquer outro título”¹⁰⁰, o que certamente contribuiu para o

⁹⁷ AHRS – Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o tenente general Francisco José de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no 1.º de junho de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1849-1850. Porto Alegre: Typog. do Porto-Alegrense, 1849, p.10.

⁹⁸ IHGB – Coleção João Pedro Gay. DL 406.38.

⁹⁹ AHRS – Relatório apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul na 1ª sessão da 9ª legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1860, p. 31.

¹⁰⁰ Idem. Conforme ofício n.46 de 07 de fevereiro de 1861, que “estabelece as condições para distribuição de prazos na Colônia de Ijuí Grande, no Município de São Borja”.

fato de que até 1862 nenhum dos lotes estava ocupado. O estabelecimento dessa colônia integrava os objetivos de direcionar imigrantes agricultores para a região das Missões. Um objetivo, aliás, perseguido há muito tempo (basta lembrar os planos de enviar os casais açorianos para lá) e que, até meados do século XIX, ainda não tinha alcançado êxito. Nesse momento, portanto, somente o lugar estava escolhido, e o resto eram planos.

Em 1864, o resultado desses planos, que não permitiam sua realização na prática, fica explícito em relação à *Colônia Militar Caseros*. Essa colônia fora fundada no ano de 1858, contando com algumas famílias de colonos e muitos funcionários. Passados cinco anos, o governo admite que “não tem feito progresso algum sensível. O terreno, que a alguns dos meus antecedentes parecia o melhor, reconhece-se agora ser de má qualidade, e demais sem fáceis vias de comunicação para exportação dos produtos de sua limitada lavoura.”¹⁰¹ A sugestão de quem redigia o relatório era de que “o pessoal oficial”¹⁰² da Colônia fosse transportado para a margem do *Ijuhy-Grande*. Esta colônia agrícola, “situada no ângulo formado pela margem direita do Ijuhy-Grande com o Uruguai, tem-se aumentado com muitos indivíduos que procuram ali estabelecer-se.”¹⁰³ A organização da Colônia e a ocupação das posses, no entanto, ainda não fora efetivada.

Apesar de se enfatizar a “necessidade que tem a província de povoar o seu imenso território, e de prover de braços industriosos a sua agricultura”, já na década de 1850, entendia-se que a imigração subsidiada deveria dar lugar àquela feita por conta dos próprios colonos. “Essa classe de colonização – a imigração espontânea – traz consigo moralidade não contestada, idéias de ordem, inteligência desenvolvida, e certa soma de capitais, que muito importa”.¹⁰⁴ Para alguns, a imigração já deixava de “corresponder às esperanças prometidas”.

A percepção que se passa a ter era de que “o maior número destes emigrantes não eram aqueles que a nossa lei de colonização procura atrair ao país.” Além disso, as condições para seu estabelecimento não eram as ideais, pois poucos conseguiam pagar os seus custos de transporte e acomodação. Outro complicador era que “ainda não estão medidas as terras

¹⁰¹ AHRS – Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1864, p.83.

¹⁰² 1 capitão diretor, 1 alferes ajudante, 1 cirurgião do corpo de saúde, 1 capelão, 1 escrivão, 5 cabos de esquadra, 2 anseçados e 20 soldados.

¹⁰³ AHRS – Relatório apresentado pelo presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1ª sessão da 11ª legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1864, p.84.

¹⁰⁴ AHRS – Relatório do presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no. 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o ano de 1851. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850, p. 23.

devolutas da província”. Dizia-se que a corrente imigratória já estava estabelecida e que os gastos tidos até então não poderiam ser mantidos. Falava-se na melhoria das vias de comunicação e na melhoria das colônias já estabelecidas. Era urgente que a propriedade territorial dos colonos fosse regularizada, assim como era importante a cobrança dos débitos dos mesmos e também das companhias de colonização.¹⁰⁵

2.3 A ocupação do território das margens do Rio Uruguai: o caráter geopolítico e os interesses particulares

Novos esforços concretos no sentido de estabelecer colônias agrícolas na Fronteira Oeste do Estado seriam realizados no decorrer da década de 1880 e avançando no século XX. Mas, é importante ressaltar que esses projetos não atingiam toda a região da fronteira margeada pelo rio Uruguai. As áreas para as quais se pensou no estabelecimento das colônias agrícolas e militares ficavam todas na região do Alto Rio Uruguai, abrangendo somente o norte do município de São Borja. Toda a extensão ao sul do rio Ijuí, onde a produção pecuarista dos latifúndios era hegemônica, ficou intacta aos planos de desenvolvimento agrícola. De acordo com os dados do Registro Paroquial de Terras de São Borja, em 1855:

Os 233 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares somavam 97,7% da área registrada, enquanto as 34 propriedades com mais de 10.000 hectares atingiam 41% da área. Neste município das Missões, dedicado ao pastoreio, as pequenas propriedades com menos de 50 hectares significavam meros 0,01% da área.¹⁰⁶

Como afirma Paulo Zarth em sua tese, a ocupação da terra para o desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades não atingiu o sistema dos latifúndios. Na região oeste do estado, o rio Ijuí pode servir como um delimitador da paisagem vegetal do território: ao sul deste rio, predominam os campos. Ao norte, temos uma região de matas. Interessante é que as ações de estabelecimento de colônias nessa região se dão justamente ao norte do rio Ijuí, um espaço ocupado por indígenas e lavradores nacionais, não atingindo as grandes propriedades pastoris de São Borja.

¹⁰⁵ AHRS - Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854.

¹⁰⁶ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Tese. (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 81.

Esta posição de dividir as matas sem mexer nos campos nativos foi a saída encontrada para resolver os problemas levantados e atribuídos aos latifúndios pastoris. Os campos poderiam continuar como estâncias de grandes extensões, mas a colonização não seria prejudicada se os imigrantes ocupassem as matas desertas e devolutas. Esta foi a fórmula adotada com sucesso até que as últimas áreas florestais foram apropriadas.¹⁰⁷

Com relação à região da Fronteira, outras importantes questões interferiam nos projetos de ocupação e exploração econômica do solo. Uma delas era a presença dos ervais, que tomavam grande parte do território desde a presença dos jesuítas. A exploração desse produto torna-se bastante importante em meados do século XIX, quando a sua exportação vai representar grande parte das arrecadações da Província. A erva-mate era extraída de um amplo território, conformado pelo norte/noroeste do estado do Rio Grande do Sul e norte/nordeste da Argentina. Sua exportação se dava através dos portos fluviais, ao longo do rio Uruguai, sendo que a maior quantidade era consumida na Argentina.

Inicia nesse período o grande interesse de particulares na compra por terras nessa região, região esta caracteristicamente de grandes propriedades, que será o padrão de vendas ainda seguido até o final do século XIX. Junto com a expansão da grande propriedade, aconteceu a exploração indiscriminada da erva-mate, o que exigiu que se buscassem os ervais cada vez mais afastados dos povoados e, inclusive, que se “extrapolassem” os limites geopolíticos. Nesse sentido, encontramos brasileiros explorando os ervais argentinos e vice-versa. A exploração dos ervais passava a constituir, igualmente, uma questão de jurisdição territorial.

As referidas notícias induzem a crer que os interesses que hoje chamam a atenção do Governo Imperial para aquela fronteira também preocupam o Governo de Corrientes. Convém evitar que estes nos tomem a dianteira, mas por modo que a nossa ocupação não pareça uma posse nova.¹⁰⁸

Nesse sentido, a legitimidade e ocupação do território nacional ganhavam novas dimensões num contexto de indefinição dos limites geopolíticos. A linha de fronteira entre o Rio Grande do Sul e as repúblicas vizinhas será definida somente nos anos de 1851/57, sendo que os últimos litígios fronteiriços com a Argentina se estendem até o final do século XIX.¹⁰⁹ Ou seja, durante todo o século XIX o objetivo dos estados ainda era assegurar a ocupação e legitimação do território. Fato que se tornava mais importante nos momentos de conflitos e

¹⁰⁷ ZARTH, Op. Cit, 1994, p.92.

¹⁰⁸ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 404.37

¹⁰⁹ Com a resolução do litígio envolvendo o território de “Palmas”, no atual estado de Santa Catarina, em 1895. Não deixando de considerar os momentos de conflitos, como a Guerra do Paraguai, quando esses limites entre os países voltavam a ser questionados e redefinidos.

invasões armadas ou então quando estavam em jogo interesses econômicos, como a exploração dos ervais, por exemplo.

Da mesma forma, eram decisivas as questões de apoio das elites ao projeto político dos Estados. A terra estava nas mãos de poucos; no entanto, eram esses poucos que garantiam a estabilidade do governo instituído. Por isso tudo, a região da fronteira no pós-1850 representava para os Estados uma conjugação complexa de interesses e poderes, aliando estabilidade e lucros. Em 1858, um coronel propunha para o Estado a criação de três colônias militares ao longo da Fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Para ele:

Se fossem criadas aquelas colônias ou ao menos se o Governo mandasse para aquelas paragens desertas ou habitadas quase unicamente por desertores, malfetores ou aventureiros sem patriotismo, um comandante de fronteira encarregado de vigiar e de dirigir os estabelecimentos, de chamar a indiada à vida civilizada, certamente não teríamos que recear as avançadas dos Argentinos sobre nosso território.¹¹⁰

Ao nomear esses coronéis como os comandantes da fronteira, “distribuir grandes extensões de terras como aconteceu na Argentina, ou fechando os olhos para a apropriação privada, como no Brasil, as terras públicas foram usadas como troca ao apoio ou aliança política, neutralizando os grupos oligárquicos rivais”¹¹¹ e garantindo o processo de centralização estatal, mesmo que em detrimento de um efetivo projeto de colonização.

O discurso desses indivíduos era de que a fronteira estava desguarnecida, os recursos naturais eram imensos e a navegabilidade do rio Uruguai permitiria um rápido desenvolvimento da região, desde que os projetos de colonização pudessem ser realizados. Em 1863, enquanto ainda se descobriam novos campos para a exploração da erva-mate na região, esse espaço será descrito por Manuel Borges da Rocha¹¹² como um “mundo desconhecido”. Na sua opinião, caminhos e segurança “é tudo o que necessitam aqueles territórios para que se inundem de povoação laboriosa que audira (sic) para a exploração de suas fabulosas riquezas”. A terra recompensaria com ótimos frutos a qualquer um que a quisesse explorar, e isso por si só despertaria “o interesse da povoação industriosa e da emigração voluntária”.

Neste período, até o padre Gay tinha planos de iniciar uma “empresa colonizadora” própria. Em 1860, tenta comprar, da Província de Corrientes, um campo situado na margem

¹¹⁰ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 404.37.

¹¹¹ SILVA, Lígia Osório. Op. Cit., p. 25.

¹¹² Indivíduo que fez várias expedições e incursões até a região e acabava de descobrir um novo e frondoso erval. IHGB, Coleção Padre Gay, Pasta 404.24

do rio Uruguay.¹¹³ A solicitação (do que se acredita ser terra devoluta) seria seguida da medição de dito campo. No entanto, o mesmo campo estaria sendo comprado por um outro indivíduo, e o litígio se arrastaria por muitos anos. Na verdade, ainda não sabemos com certeza se Gay conseguiu efetivar a sua compra, e obter o título da propriedade. No momento, no entanto, o principal é destacar os objetivos de Gay com dita compra.

Para o Governador da Província de Corrientes

São Borja, 23 de abril de 1862

A vontade que tenho, Ex. Sr. de ter habitantes das margens do rio Uruguay e de promover a prosperidade das Missões Correntinas me tem feito conceber faz alguns anos a ideia de estabelecer uma Colônia na Província de Corrientes sobre as margens do Uruguay. A este respeito tenho estabelecido relações por via de Montevideu com casas colonizadoras da Europa e em particular com uma casa que colonos em Entre-Rios e nossas combinações estão quase concluídas, não devendo ser muito afastado o prazo em que deverão vir os colonos.¹¹⁴

Para efetuar esses propósitos, Gay teria acordado com o anterior governo da Província de Corrientes a compra do campo do Cerrito, sito à margem direita do Uruguay em frente à foz do rio Piratini, departamento de Santo Tomé. Gay enfatizava em suas cartas tratar-se de um projeto que traria muitos favorecimentos para aquela “parte quase deserta da Província de Corrientes.”¹¹⁵ Antes do campo do Cerrito, Gay já solicitara a compra do Rincão das Mercês, igualmente no departamento de Santo Tomé.

Os dois campos juntos totalizavam oito léguas quadradas de terreno, campos que seriam utilizados para o estabelecimento de uma colônia agrícola e industrial. O Rincão das Mercês ficava a sete léguas ao norte de São Borja e as terras do Cerrito ficavam a 17 léguas ao norte de Santo Tomé e São Borja, na proximidade dos ervais correntinos e brasileiros. Além disso, ambos os territórios seriam propícios para a exploração de madeiras e teriam fácil acesso, através do rio, aos portos de São Borja e Itaquí. O próprio Gay reconhece que foi preciso percorrer várias vezes o território para fazer a escolha dos terrenos que pudessem oferecer ótimas vantagens para a sua prosperidade.

É interessante pensar que essa prosperidade seria bastante lucrativa para os envolvidos na compra dessas terras. Junto com o padre Gay, seu irmão Francisco e outros moradores de São Borja estarão igualmente interessados no negócio de compra de terra no lado direito do rio Uruguay. No material pesquisado, há menção e o mapa de alguns campos devolutos na margem ocidental deste rio. Ou seja, estava-se de olho nas terras argentinas, pertencentes à

¹¹³ Lembrando que Gay já tinha uma extensão de terras na Província de Corrientes, onde criava cavalos, desde 1858.

¹¹⁴ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 406.41

¹¹⁵ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 406.41

Província de Corrientes. De acordo com esses interessados “*pode-se para o poente tomar a extensão de campo que se quer*”. Ou “*pode-se estender indefinitivamente para o oeste a extensão de campo*. Sobre a margem do Uruguay há dois ou três ranchos que não estorvam o campo que é devoluto. Os donos dos ranchos quase unicamente tratam da exploração de madeiras de que é riquíssimo o campo.”¹¹⁶ Essas terras compradas na margem direita do rio por vezes poderiam ser exploradas juntamente com aquelas possuídas na margem brasileira. Aquelas do Padre Gay podem ser pensadas nesse sentido, uma vez que “para fundar uma colônia” Gay receberia, gratuitamente, em março de 1863, “uma légua quadrada de terreno devoluto sito à margem do Rio Comandaí, confluyente do Uruguay”.¹¹⁷

Em fevereiro de 1860, *La Union Argentina* publicaria um artigo repudiando a presença de brasileiros em território argentino, mencionando que a Província de Corrientes estava naquele momento nas mesmas circunstâncias que o Estado Oriental. Reclamava-se que as riquezas do país estariam sendo exploradas por brasileiros, em benefício próprio e em detrimento das vantagens do estado argentino que não estaria recebendo os benefícios advindos da exportação da erva-mate.

Mais de oito mil brasileiros exploram nossos bosques de erva-mate sem deixar nenhum benefício ao Estado. Uma grande povoação brasileira se há derramado e apoderado dos campos de Missões e tem estabelecido suas estâncias sem justos títulos e sem nenhum direito. Eles ocupam os campos do Aguapey desde o Paraná até o Uruguay, eles estão de posse de toda a costa argentina sobre o Uruguay e o Campo Grande território argentino que se estende até as cabeceiras dos rios Paraná e Uruguay, é uma joia que está em poder de centenas de famílias brasileiras sem sujeição às leis do país, sem outra dependência que a que impõe a arbitrariedade.¹¹⁸

Do lado brasileiro, as preocupações com a presença de argentinos no território dos ervais, e onde os limites geopolíticos ainda não estavam concretizados, igualmente exigiam o estabelecimento de proprietários brasileiros na área e a efetiva exploração da região. “Que só o estabelecimento de uma colônia militar na margem do Uruguay ao pé da confluência deste rio com o Pepiri-guassú pode prevenir que os correntinos ali se introduzam e conseqüentemente que se não compliquem nossas questões de limites por aquela parte.”¹¹⁹

Os projetos de estradas e colônias vinham a tal encontro. A ideia era abrir uma estrada de Cruz Alta e Santo Cristo até os campos “*desertos*”. Levar para habitar “*aquelas paragens*” cerca de 20 famílias que viviam nos ervais das cidades citadas. Para eles, se o Uruguay não

¹¹⁶ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 404.37

¹¹⁷ Várias destas doações seriam realizadas na década de 1860. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil.

¹¹⁸ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 404.37

¹¹⁹ IHGB – Coleção Padre Gay. DL 404.37

oferecesse dificuldades “*podem vir por água as ervas que daquele ponto se exportam para Itaquí e São Borja*”. A ideia era explorar também outros produtos “*a que o terreno se presta*”. Na correspondência lida chega-se a mencionar ser a colônia sinônimo de presídio, para a qual a guarda deveria ser constituída por cerca de 40 a 50 homens. Afinal, naquela região, temia-se ainda “*o perigo do insulto dos selvagens*”.

Nesse processo de ocupação e legitimação da fronteira que se estende até o final do século XIX, muitas léguas de terras serão doadas para particulares. Ao conseguirem algum apoio do Estado, como a doação de terras, vemos o quão lucrativos poderiam ser os projetos de estabelecimento de colônias agrícolas e o quão favorecidos foram os interesses particulares nesse processo.

O discurso era o de estabelecer colônias, produzir alimentos para o abastecimento das cidades, acabar com os desertos de população, mas, também e principalmente, “*assegurar e defender a nossa posse por aquele lado*”. Nesse processo, grande parte das terras públicas acabou novamente nas mãos de particulares, e tiveram o seu preço valorizado, dificultando o acesso aos pequenos proprietários e reduzindo as possibilidades de uma política de terras que pretendesse a efetiva colonização de amplos territórios. Essa situação, que recebia atenção das autoridades brasileiras, aconteceu da mesma maneira do outro lado da fronteira, como afirma Roberto Schmit:

De modo que las reformas de la propiedad rural lejos de haber ayudado a estabilizar y optimizar la producción primaria y a dinamizar proyectos de poblamiento en la frontera, produjeron concentración inédita de la tierra y en el mediano plazo la venta masiva llevó a un cierre de la oferta de tierras. Ello se tradujo también en un súbito aumento del valor de la propiedad y en la emergencia de una masa de pobladores sin tierra que abrió serias heridas dentro del tejido social rural.¹²⁰

Nesse sentido, apesar dos discursos de atração de imigrantes e desenvolvimento da agricultura na região da Fronteira geopolítica entre o Brasil e a Argentina, o que se percebe é que poucas foram as ações realizadas em tal sentido até a década de 1880. Na maior parte do tempo, foi a função estratégico-militar da fronteira que orientou as ações de ocupação e exploração da terra. Em função disso, mantém-se a tradicional estrutura produtiva baseada na grande propriedade e na pecuária bovina, o que acaba minando com as possibilidades do estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas.

No entanto, na concepção das autoridades políticas do século XIX, o fomento à imigração constituía uma solução perfeita para os problemas de ocupação e exploração do

¹²⁰ SCHMIT, Roberto. Derechos y acceso a la tierra en una economía de frontera, Entre Ríos 1820-1870. IN: *Anais XX Jornadas de Historia Económica Argentina*. AAHE-UNMDP, 2006, p.25.

território. São poucas as vozes que se atrevem a dizer que para governar não era preciso apenas povoar, que a imigração não seria o remédio absoluto para transformar a situação social e econômica de um país. Far-se-iam necessárias condições para o trabalho, recursos para a exploração da terra e condições de vida para aquela gente.¹²¹ As tentativas frustradas do estabelecimento de colônias agrícolas ao longo da fronteira geopolítica evidenciam que a estrutura de ocupação e uso da terra não pôde ser modificada como era pretendido.

Também fica evidente, quando essas colônias são apresentadas dotadas de uma função militar (para “cuidar” da fronteira desguarnecida), que os interesses em jogo representavam a legitimação e posse de um território fronteiriço ainda indefinido. O interesse estava nas terras situadas na margem direita do rio Uruguai, e na legitimação daquelas na margem esquerda – nesse processo fica bastante evidente o uso feito do *uti possidetis* na delimitação desses espaços. O temor do lado rio-grandense era de que fossem estabelecidas colônias nos campos não ocupados pelos brasileiros, assegurando a posse do território para os argentinos.

Tratava-se de uma região com grandes vantagens econômicas e estratégicas, possibilitadas pela navegabilidade do rio Uruguai, pela exploração da erva-mate e ainda pela inconstância da delimitação dos territórios nacionais, seja em função das guerras ou em razão da inexistência de tratados assegurados por ambas as partes em conflito. Todos esses elementos estavam interconectados e receberiam a atenção do Estado. O que se percebe, portanto, é que os projetos de ocupação e exploração da região da Fronteira, ainda no século XIX, continuam conjugando fundamentalmente interesses de ordem político-militar aos interesses econômicos particulares.

2.4 As colônias agrícolas na Argentina

Esses mesmos interesses particulares seriam contemplados no projeto de expansão agrícola promovido pelo Governo da Confederação Argentina. As províncias de Entre Ríos, Corrientes e Santa Fé tiveram um desenvolvimento econômico bem expressivo a partir da década de 1840, quando “hubo un aumento de las exportaciones de Entre Ríos y sobre todo se

¹²¹“¿Qué iría a hacer a una tierra que no le pertenece? ¿Qué iría a hacer, sin recursos para sostenerse, mientras no se los proporcionase su industria? ¿Qué iría a hacer sin instrumentos de trabajo? ¿Qué iría a hacer sin medios de transporte y de comunicación con los centros de población? ¿Qué iría a hacer sin armas para defenderse de los ataques de los indios? Nadie puede exigir de la inmigración ese milagro, ni puede esperar que sea en esas condiciones, un elemento benéfico de población y de riqueza.” HERNÁNDEZ, José. *La inmigración. El Río de la Plata*, 14 de setiembre de 1869.

debe destacar que el eje del tráfico comercial de cabotaje en la cuenca del Plata se fue trasladando desde el río Paraná – donde se ubicaba hasta principios de los 30 – al río Uruguay”.¹²² Nesse sentido, os governos provinciais exerceram força política e um importante papel em defesa da livre navegação dos rios platinos, que garantiria o pleno desenvolvimento dessas províncias. Estes interesses vinham ao encontro também daqueles do Império Brasileiro, que pretendia conquistar o mercado platino, sendo necessário, portanto, a diminuição da influência exercida e controlada por Buenos Aires.

O gado em pé das províncias de Corrientes e Entre Ríos era exportado para as charqueadas do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, a cidade de Restauración ganha centralidade nas relações comerciais da região. O governador Urquiza, ao arquitetar uma via comercial alternativa a Buenos Aires, vinculando os portos de Entre Ríos ao de Montevideú, permite o incremento de um comércio de couros e demais produtos pecuários, e a estruturação de fluxos de comércio por via fluvial que garantirão o desenvolvimento econômico da região. É o momento em que se desenvolvem os portos fluviais, em que há um aumento da população urbana nessas Vilas, o estabelecimento de comerciantes estrangeiros e o surgimento de novos projetos arquitetônicos e editoriais.

Urquiza, líder do governo da Confederación Argentina, com sede em Paraná, atribui ao agrimensor francês Carlos Sourigues a missão de encontrar, nas margens do Rio Uruguai, um ponto apropriado para o estabelecimento de uma colônia agrícola. Seria a primeira em Entre Ríos, quase na margem do rio Uruguai, e seria chamada de *San José*. A colônia estava situada à cerca de 5 km do rio Uruguai, e estava nos planos de Urquiza que se formasse ali, junto ao rio, um centro de intercâmbios comerciais. Este novo “porto” depois chamado de Colon, ficava há 35 km de Concepción del Uruguay.

Os imigrantes chegavam até Montevideú e, depois, em pequenos barcos, seguiam pelo Rio Uruguai até o destino. Procurava-se trazer até a Colônia imigrantes de moral sólida, trabalhadores agricultores ou com algum “ofício útil”. Muitos dos imigrantes franceses que se estabeleceram na Colônia San José, em pouco tempo, transferiram seu domicílio para outras regiões e cidades, incluindo o território do Estado Oriental e província de Corrientes, destino que os trouxe ao país.

O primeiro contrato para trazer imigrantes para a região do “litoral argentino” foi assinado em 1853 entre Augusto Brougues, francês, e o governador da província de

¹²² SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra*. Sociedad, economía y poder en el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p. 134.

Corrientes, Juan Pujol. Neste contrato, firmado em fevereiro de 1853, o governo de Corrientes se propunha a fornecer aos imigrantes, “a título de primeiros auxílios”, alojamento e alimentação pelo tempo necessário até que pudessem se prover. Receberiam uma pequena casa de madeira, farinha, sementes e mudas de algodão, tabaco, cana-de-açúcar e trigo. Para auxiliar nas tarefas de plantio, cada colono receberia de dois a quatro bois, oito vacas e dois cavalos. Os contratantes tinham recebido da província 24 quadras de terra, e o objetivo era repassar, para cada família composta de pelo menos cinco indivíduos adultos, um terreno de 33 hectares, em solo propício para a agricultura. Cada imigrante receberia o título de propriedade depois de cinco anos, período durante o qual não pagaria impostos sobre a terra. Estavam os imigrantes também isentos do serviço militar durante este tempo.

O acordo era trazer 1000 famílias francesas, de no mínimo cinco pessoas cada uma, divididas em grupos de 200 ou 300, ao longo de 10 anos. O primeiro grupo, constituído por 40 famílias (aproximadamente 250 pessoas) partiria de Bordeaux em outubro de 1854. No ano seguinte, mais 330 indivíduos (ditos colonos) embarcariam na França com direção a Corrientes.

Para este primeiro grupo de franceses que chegariam em Corrientes no início de 1855, desagradáveis surpresas os esperavam. A ideia inicial era enviar esse primeiro grupo para a região de Misiones, fronteira litigiosa entre a Província e o Paraguai que, aparentemente, tinham entrado num acordo sobre os limites em 1852. No entanto, em 1855, a situação ainda era tensa e não havia garantias sobre a jurisdição Correntina do território em questão. Como então promover a colonização num território contestado? “Se planteó así la necesidad de elegir un nuevo lugar para ubicar a los inmigrantes. Luego de algunas vacilaciones, se decidió instalarlos en un pequeño terreno fiscal en el puerto de Santa Ana, en las inmediaciones de la capital de la provincia.”¹²³

Os colonos chegariam em Santa Ana em novembro de 1855, data oficial da fundação da primeira colônia patrocinada por um agente particular, com o apoio do governo da província – a Colonia San Juan. Imaginar as condições de sobrevivência dessa gente ao longo do primeiro ano em que estiveram na Argentina é tarefa amarga. Depois de enfrentarem uma viagem extremamente penosa, na qual foram acometidos pela varíola, e um posterior período de quarentena (situação igualmente de restrições), devem ter perambulado de porto em porto, em situações de habitação precárias até finalmente serem encaminhados para Santa Ana.

¹²³ SCHALLER, Enrique C. *La distribución de la tierra y el poblamiento en la Provincia de Corrientes (1821-1860)*. Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1995, p.141.

Santa Ana era um porto bem localizado, numa região com expressivo desenvolvimento populacional e econômico. No entanto, as terras destinadas à Colônia desde logo se mostraram insuficientes para cumprir com as disposições do contrato. Numa tentativa de “alargar o perímetro da Colônia” a província tentou desapropriar as terras que a limitavam, o que acabou gerando uma série de contendas e litígios. Mais um grande motivo para gerar insatisfações nos colonos uma vez que não estavam recebendo as terras, motivo que os teria trazido a Corrientes.

Dentro do grupo de “colonos” trazidos por Brougues, “associados” às tais famílias que deveriam ter no mínimo cinco pessoas adultas para ter direito ao terreno, vieram vários jovens, contratados pelas famílias ou então (imagino) numa espécie de acordo que possibilitaria a vinda dos jovens e o acesso à terra pela família. Outro fato importante, que gerou o descontentamento por parte das autoridades dizia respeito à verdadeira aptidão dos imigrantes para o trabalho agrícola. Dentro do grupo dos ditos “colonos” eram poucos os que, na verdade, dedicavam-se exclusivamente à agricultura no país de origem. Eram, na maioria, “artesanos de distintos ofícios, entre los que se encontraban zapateros, picapedreros, carpinteros, albañiles”¹²⁴ e outros.

Nesse contexto, sabendo-se da impossibilidade do acesso a terra, ou mesmo na busca dos objetivos reais que impulsionaram a travessia do Atlântico, os imigrantes deixaram a Colonia San Juan. Medidas para que os mesmos não a abandonassem, e deixassem de pagar suas dívidas, foram tomadas pelo Governo da Província. No entanto, San Juan não motivava seus moradores a permanecerem aí. Em 1858, continuavam na Colônia apenas 32 famílias, que se deslocarão para San Martín, nas margens do rio Uruguai, em 1862.

Outro contrato foi assinado com o também francês Juan Lelong, num projeto ainda mais frustrado do que aquele de Brougues. Como resultado desse fracasso, o sócio de Lelong procura Urquiza, e seria este o início da Colônia San José. As terras onde foi estabelecida a Colônia, em Entre Ríos, pertenciam a Urquiza, e os primeiros colonos chegaram em 1857. Os contatos com Concepción foram intensos e através dela a Colônia se ligava ao resto do mundo.

Em 1863, é fundada Colón, porto que habilita novas relações comerciais da Colônia. Para o meu trabalho, fato importante é que a colônia San José, logo nos primeiros anos de sua fundação, já se tornava um foco de atração de outros imigrantes. Uma corrente espontânea de

¹²⁴ SCHALLER, Enrique C. *La distribución de la tierra y el poblamiento en la Provincia de Corrientes (1821-1860)*. Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1995, p.138-146.

imigração se formava a partir das informações de acolhida enviadas para a Europa por aqueles que aqui estavam e percebiam que realmente as condições de vida seriam melhores do que em sua terra natal.

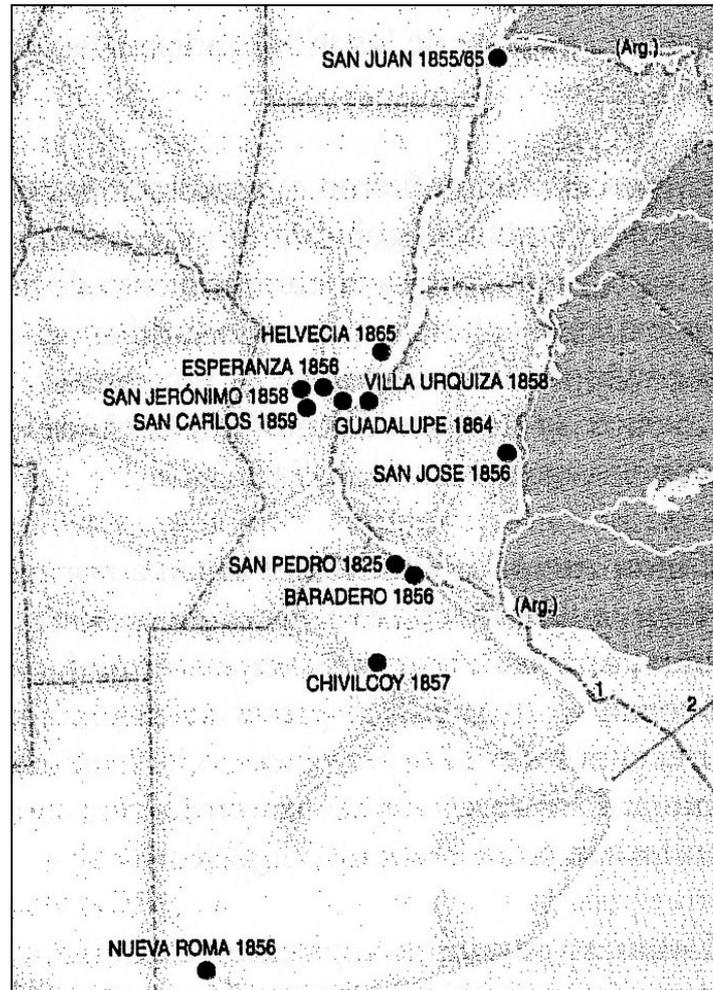
O recrutamento pretendido era de indivíduos adultos, que viriam com sua família para estabelecer residência fixa na Província. A partir de 1858, portanto, San José era uma colônia que atraía, a cada ano, novos imigrantes que deixavam a França em busca de oportunidades na América do Sul. Em 1857, vieram 85 famílias e, em 1860, já viviam na colônia mais de 300 famílias, compondo uma população de cerca de 2 mil habitantes. A população era constituída de indivíduos de várias nacionalidades europeias, no entanto, estavam em maior número os franceses e os suíços - predominavam os homens das regiões montanhosas da Europa.

Outro ponto de atração dos franceses, o *pueblo* de General San Martín será criado por lei em 13 de novembro de 1860, no local da antiga redução jesuítica de Yapeyú. Praticamente a meio caminho entre La Cruz e Paso de los Libres (Restauración), a povoação receberá um expressivo número de imigrantes franceses a partir de 1862, vindos da extinta colônia de San Juan.

Esta colônia foi um exemplo das motivações e dificuldades do processo de colonização que iniciava na década de 1850. Como primeira colônia pensada nesses moldes, em contrato firmado entre o Governador da Província, Juan Pujol, e o médico francês Augusto Brougues, a ideia era trazer 1000 famílias francesas para se estabelecer ao longo dos rios Paraná e Uruguai. Na verdade, a ideia era constituir várias colônias, sobretudo no território de Misiones, praticamente despovoado. O contrato foi celebrado em 1853 mas, desde 1851, Brougues já expressava em folhetos divulgados tanto na Europa como no Rio da Prata a importância de tirar da miséria os agricultores na Europa e trazê-los para a América, que necessitava de seu trabalho e sua boa conduta.¹²⁵

¹²⁵ SCHALLER, Op. Cit, 1995.

Figura 2.1 - Primeiras colônias agrícolas na Argentina



FONTE: LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. *Atlas histórico de la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000, p.247.

Na Argentina, portanto, as colônias formadas pelo Governo Nacional foram em menor número; aquelas fundadas por empresários particulares, com apoio e/ou controle governamental (as ditas colônias oficiais) – foi o modelo que deu origem a poucas, mas às primeiras e mais importantes colônias da Argentina, como Esperanza e San Carlos, na Província de Santa Fé. Já as colônias privadas constituíram o maior número na Argentina - sistema no qual o empresário comprava a terra a preço de mercado, a subdividia e vendia a melhores preços; muitas vezes receberam isenção do governo argentino do pagamento de impostos pelos primeiros cinco anos, período que os colonos tinham, em média, para pagar a terra.¹²⁶

¹²⁶ LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. *Atlas histórico de la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000, p.248.

Eram 75 colônias agrícolas produzindo nas Províncias de Santa Fé e Entre Ríos até 1880. A produção aumentava e se diversificava, dando à economia do país uma nova dimensão e importância para além da pecuária. A iniciativa privada estava à frente do negócio de colonização, e o mercado de terras tornava-se bastante movimentado. No entanto, apesar dos projetos e iniciativas, uma característica não foi alterada (sobremaneira na Província de Corrientes): a venda de grandes propriedades. Ou seja, a terra ficou (ou continuou) concentrada nas mãos de poucos.

A falta de projetos de criação de colônias agrícolas na região estudada, na margem esquerda do Rio Uruguai, não impediu a atração de centenas de imigrantes para essas cidades. No entanto, o perfil do imigrante e os objetivos buscados foram distintos daqueles que pretendiam comprar e produzir em seu pedaço de terra. Trata-se de uma imigração de caráter essencialmente urbano – o que não impede que parte dos imigrantes chegados à Fronteira tenham antes pensado ou efetivado o desejo de ter a sua propriedade de terra, sendo que a grande maioria deles teve passagem pela Argentina.

3 “Pela fronteira é incalculável o movimento” – Imigrantes, migrantes e migradores nas margens do rio Uruguai

Ao ler os ofícios de José dos Santos Pereira, nomeado encarregado da estatística do Rio Grande do Sul entre os anos de 1857 e 1861¹²⁷, percebe-se as dificuldades e esforços em realizar um trabalho que ainda era bastante impreciso na Província. Nesse período, há um grande esforço para que se realize um levantamento “aproximado à verdade” da população da província e de suas condições. O primeiro mapa populacional é realizado em 1858/1859 e, nas palavras das autoridades, chegou a resultados “quase satisfatórios”.

É certo que a preocupação com o tema e tentativas mais pontuais de contabilizar a população da Província aconteciam desde a década de 1830. No Relatório para o Conselho Administrativo, de 1834, constava uma importante nota sobre a “estatística”:

População / Recenseamento

[...] Das relações que pedi aos párocos em 11 de fevereiro, poucas ainda tenho recebido; e todas elas (com poucas exceções) não poderão fornecer resultados satisfatórios, porque em muitas freguesias não há párocos, e em outras faltam absolutamente assentos de nascimentos, casamento e óbitos; ou são lançados com notável insuficiência, por descuido já perpetuado de alguns párocos anteriores, e pela funesta relaxação que tem grassado, de serem os meninos batizados depois de adultos, deixando de se relacionar os que morrem antes do batismo; e o que é pior, de se enterrarem os cadáveres furtivamente, sem inspeção da autoridade, e sem conhecimento dos párocos, em cemitérios particulares nas estâncias, e campos, muitas vezes por desleixo, outras para subtrair-se ao solvimento dos insignificantes direitos de estola; e algumas, talvez, para ocultar o homicídio, e escapar a ação das Leis pessoais. Estes abusos carecem de pronto remédio, não só para se poderem alcançar dados estatísticos, que por outros meios se não poderão tão facilmente obter. [...].¹²⁸

Em 1846, com o interesse de estabelecer colégios eleitorais, foi elaborado o “Mapa das Comarcas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com declaração das freguesias

¹²⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS. Fundo Estatística. Códice E-2.

¹²⁸ AHRS. Fundo Estatística. Maço 03.

de que se compõe, extensão e população presumível.”¹²⁹ As listas com as informações foram enviadas pelos párocos e delegados de cada região. No entanto, assume-se que os dados apenas “se aproximam da verdade”.

“[...] quanto o permitiram os diminutos informes elementos de que pude dispor para organizá-lo; e pode-se assegurar assentadamente que não só peca ele por exagerado como que inquestionavelmente se provaria achar-se mui aquém da cifra real da população atual se fossem, como deveriam sê-lo, mais regulares, exatas ou verídicas as listas sobre que aquele total foi calculado. [...] ao expediente de que lanço mão; para sair a grão custo do quase inextricável labirinto, que nos deparam relações infieis, diminutas e sobre modo disparatadas”.¹³⁰

3.1 A população da Província de São Pedro

Os principais problemas enfrentados, e elencados pelo responsável pela elaboração do mapa da população, eram a omissão de assentos nos registros eclesiásticos, pois nem sempre estavam os nascimentos e óbitos declarados, ou apenas eram feitos para parte do período; a falta de esmero na confecção dos censos pelos delegados; o interesse com que os chefes de família subtraíam do censo parte de seus filhos e criados (impedindo ou retardando o recrutamento militar); o grande número de “vadios” sem domicílio que nunca chegavam ao rol - ou seja, uma população omitida nas listas dos padres e delegados; e o grande número de brasileiros/rio-grandenses que viviam parte do ano na Província do Rio Grande do Sul e outra parte no Estado Oriental, igualmente não contabilizados em sua totalidade. O responsável pela criação da lista/mapa é bastante crítico, e quase cético ou pessimista em relação ao trabalho que tenta realizar, deixando claro que a base sobre a qual constrói seu quadro é totalmente inconsistente.

Ao findar da década de 1850, no entanto, já havia uma noção mais “científica” sobre como proceder à coleta dos dados, e o esforço empregado para conseguir as informações foi tremendo. De redação do encarregado, são livros e mais livros onde constam todos os ofícios enviados pelo encarregado da estatística a fim de obter as informações necessárias para construir seu relatório. Talvez ele tivesse realmente uma preocupação excessiva com o tal relatório, que era enviado para o Presidente da Província ao final de cada semestre, no entanto, percebe-se que o esforço empregado para a sua realização foi grande.

¹²⁹ AHRS. Fundo Estatística. Maço 01.

¹³⁰ AHRS. Fundo Estatística. Maço 01 - *Quadro da população nacional livre da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1846, organizado pelo encarregado da Estatística seguindo as listas Paroquiais e de Delegados da mesma Província.*

“[...] venho dar conta dos trabalhos realizados pela pequena repartição, a cuja frente me acho colocado. [...]

[...] é por demais sabido que a estatística, elevada muito a categoria de ciência tem regras fixas, métodos universalmente admitidos para suas operações; tem sobretudo proporções bem definidas, não menos para o seu todo, do que para o que chamarei, seus membros. [...] haveria arrogância e quase insânia em afastar-me dessas regras . [...] Assim foi Ex. Sr. que desde o momento em que se me fez a honra de encarregar-me de coligir dados para a estatística da província, formei o projeto de aplicar aí as ligeiras e rudimentares noções que tinha dessa ciência e sobre as regras essenciais dela pautar todos os meus trabalhos: pretendia mesmo metodizá-los na ordem que os melhores tratados nos ensinam”.¹³¹

Para o responsável pelo serviço, “havia apenas um canal para penetrar no movimento da população, e apreciá-la: a polícia”. Nesse sentido, por intermédio do chefe de polícia, fez chegar aos delegados, subdelegados e inspetores de quarteirões das cidades, listas que deveriam ser distribuídas para cada família. Nessas listas, seriam anotados todos os membros do grupo familiar, “reunindo os dados primordiais sobre a população”. Nessa tarefa, foram distribuídas mais de 50 mil listas na Província. A distribuição foi lenta, e o retorno não completamente de acordo com o esperado: “foi em alguns lugares demorada, em outros incompleta a remessa das listas de família, e desconfio mesmo que em alguns distritos não houve o maior escrupulo na sua distribuição. [...] imperfeição com que algumas listas estavam escritas; continua a falta de listas de alguns distritos”.¹³²

Para conseguir as informações sobre a região da Fronteira Oeste, o trabalho foi imensamente maior. É fácil imaginarmos as dificuldades de comunicação com as vilas da Fronteira, sabendo-se que o serviço dos correios era precário e demorado no período. Uma correspondência enviada de Porto Alegre poderia chegar em Itaqui ou São Borja apenas no mês seguinte, e o que se percebe nas cartas e ofícios trocados é que, realmente, em média, era necessário um mês para se receber e devolver a resposta a alguma correspondência. Imagine-se então o tempo e informações trocadas para a execução de um trabalho como o mapeamento total da população, contando-se com a falta de instruções e a má vontade demonstrada pelos administradores municipais.

Em 26 de novembro de 1857, foram enviadas 200 listas de família para São Borja. Em 20 de janeiro de 1858, foram remetidas mais 700 listas, conforme pedido vindo da cidade em 23 de dezembro de 1857. Em 02 de junho, são enviadas mais 1200 listas “que com elas espero

¹³¹ AHRS. Fundo Estatística. Maço 04. Relatório do encarregado da Estatística para o Presidente da Província, 1858.

¹³² AHRS. Fundo Estatística. Maço 04. Relatório do encarregado da Estatística para o Presidente da Província, 1858.

me satisfará o que me diz em seu ofício de 08 de maio”. Em 05 de junho, o encarregado recebe do delegado de polícia de São Borja, as listas de família do 3º distrito de *Camaquã*. Mas faltavam os mapas de dois bairros, dos quais pedem-se providências para que sejam enviadas o mais breve possível. Em 04 de julho o pedido anterior é refeito, indicando que aquele delegado já recebera “uma ordem da Presidência para abreviar a remessa das listas de família”. Do total de três distritos, portanto, o delegado, um ano após as primeiras listas serem enviadas para o Município, somente havia devolvido aquelas referentes ao 3º distrito e ainda de forma incompleta.

Neste mesmo período, as tratativas com Uruguaiana igualmente não tinham progredido muito. Em 13 de outubro de 1858 o contato é novamente feito com o Delegado de Uruguaiana: “em virtude de seu ofício de 10 do passado em que me diz V.S. ter essa vila 22 bairros, remeto mais dois mapas e rogo a V.S. para fazer com que estejam aqui até 31 de dezembro próximo futuro”. Um ano após os primeiros contatos e remessa de listas para os municípios – e depois de inúmeros pedidos e súplicas para recebê-las de volta – as dificuldades enfrentadas pelo encarregado do serviço estavam claras: demora no envio/recebimento dos ofícios; dificuldades de entendimento; e até insuficiência de material, como as listas, que o mesmo pedia que fossem supridas por listas feitas manualmente:

“Ao delegado de polícia da Uruguaiana
Acabo de receber seu ofício de 2 do mês p.p., em que me pede mais 40 listas além das que remeti para nelas serem inscritos os bens, o número, e qualidade de criação de cada um vizinho desse município, mas como de sua redação se pode entender que VaSa. julgou dever se dar uma a cada fazendeiro torno a explicar que essas listas são para serem distribuídas aos inspetores de bairros, e estes é que devem relacionar nelas tantos quantos forem os proprietários residentes dentro do seu respectivo bairro, e seus bens e haveres segundo a classificação do mapa, se assim mesmo ainda faltar alguma lista rogo a v.s. as faça suprir por outras manuscritas”.¹³³

A própria tarefa de fazer as autoridades locais entenderem a maneira como deveriam recolher as informações não foi nada fácil. Em março de 1859, o prazo para entrega estava se esgotando – após uma prorrogação do prazo em três meses – e um novo ofício era enviado aos municípios. Neste, o encarregado enfatizava a grande importância de todos colaborarem no processo: “reconheço que é trabalho, mas um trabalho dos que a Nação exige de seus filhos, para seu engrandecimento e glória”.

Junto com as informações sobre a população, portanto, pretendia-se fazer um levantamento geral das condições econômicas da província. Para tanto, os inspetores de

¹³³ AHRS – Fundo Estatística.

quarteirões informariam sobre a propriedade e bens semoventes; os inspetores de alfândega e coletorias sobre exportações e importações; os padres sobre os nascimentos e mortes. De uma maneira geral a ideia era unir todos em prol do objetivo de coletar informações: delegados, inspetores, professores, câmaras municipais, encarregados das alfândegas e coletorias e também os padres, que tradicionalmente realizavam tal tarefa. Em 10 de outubro de 1859, fica claro que o trabalho não foi realizado tal como se pretendia e/ou devia:

“Ao delegado de Polícia de Itaqui
Suspenda V.Sa. o trabalho de mandar encher novas listas de família até que se tomem novas disposições pois que o primeiro mapa geral está feito, e só para quando se ordenar outro então comunicarei a V.Sa. a maneira como deva ser feito este serviço; no entanto receba V.Sa. meus agradecimentos pelo bom desejo de me coadjuvar neste ramo de serviço”.

Parece que a frase tão pronunciada pelo encarregado do serviço de estatística da província não recebeu a devida consideração das autoridades locais: “Espero não tomará por ocioso meu pedido”. Fica claro, portanto, que o sucesso do projeto dependia do comprometido e eficiente trabalho dos responsáveis pela coleta das informações no nível local. Nos mapas de população do início da década de 1860, onde são apresentados os números de batismos, casamentos e óbitos, tal comprometimento por parte do Padre Gay fica explícito. Os dados apresentados para São Borja conferem com os dados retirados dos registros paroquiais por mim analisados. Aliás, o Padre Gay vai fazer parte da comissão para tais assuntos, e demonstrará um grande empenho nos serviços a ele solicitados. Infelizmente, nem todos fizeram como ele.

Muito do trabalho do encarregado da Estatística se resumia em pedir, cobrar, exigir, cobrar novamente os ofícios em que solicitava informações das câmaras, párocos ou delegados. Não foram poucos os casos em que constava: “algumas câmaras tem satisfeito esse meu pedido, porém outras se negam”; “algumas prometem e não cumprem os pedidos, mandam informações incompletas”. Da fronteira, quando eram enviadas informações a Porto Alegre, estas eram recebidas com muito atraso! De maneira quase constante, consta que “Alegrete, Uruguaiana, Cruz Alta, São Borja e Itaqui não responderam.”¹³⁴

I.

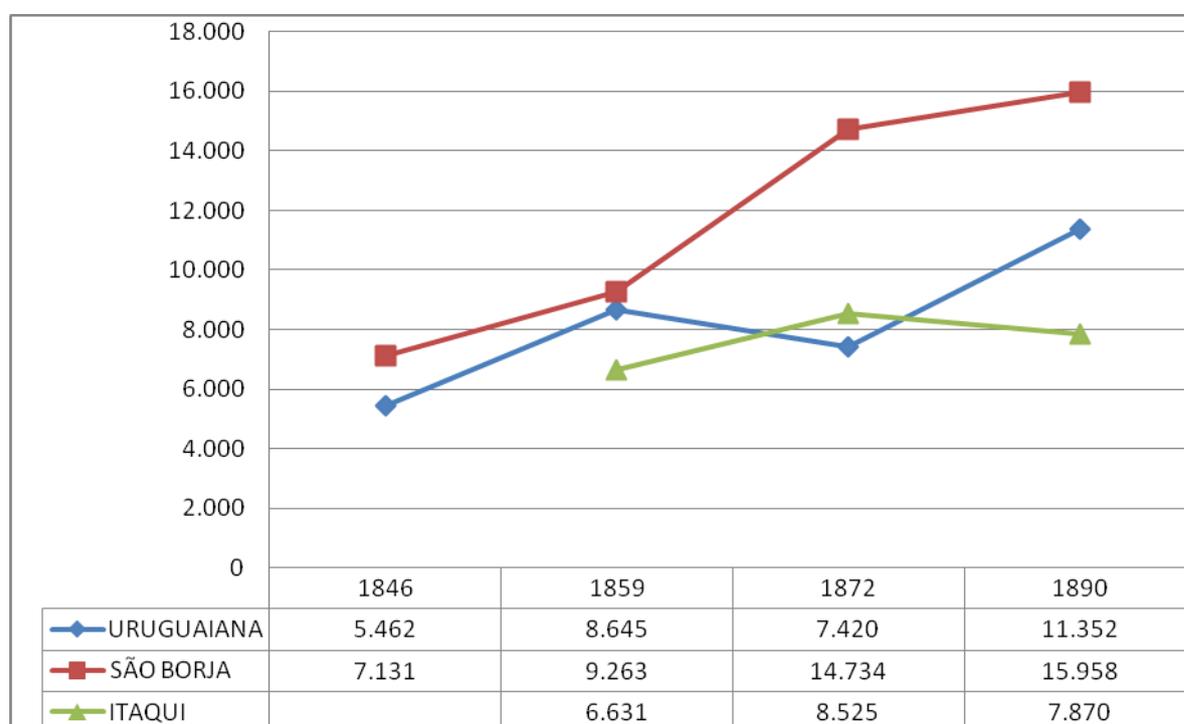
Diante de um panorama no qual sabemos que, ao longo do século XIX, o serviço de estatística da Província do Rio Grande do Sul não conseguiu realizar um trabalho satisfatório

¹³⁴ AHRS – Estatística, maço 04.

em relação à contagem da população das vilas e municípios da região da Fronteira Oeste, resta-nos olhar para as informações apresentadas com bastante cautela.

No entanto, como bem nos alertam os especialistas da História Demográfica, *a população é uma entidade matemática, que não pode ser só descrita*. Nesse sentido, apresento os dados disponíveis do total da população das cidades de Uruguaiana, São Borja e Itaqui. Mesmo que não precisos, nos indicam algumas referências importantes.

Gráfico 3.1 - População Total das cidades de Uruguaiana, São Borja e Itaqui



Fonte: AHRS – mapas de população e censos.

No gráfico da evolução demográfica os indicadores nos mostram um aumento importante da população das três cidades ao longo da segunda metade do século XIX. Chama a atenção o grande crescimento da população de São Borja e Uruguaiana entre o final da década de 1840 e início da de 1860.

Itaqui tem igualmente um grande crescimento logo de sua emancipação, em 1859, até a década de 1870. Durante a década de 1880, nesta cidade, houve um relativo decréscimo absoluto da população em função da perda do território e população do distrito de São Francisco de Assis, que era o segundo mais povoado do Município. Pode ter contribuído também para um menor aumento da população a epidemia de sarampo que acabou vitimando muitos ao longo da Fronteira no ano de 1883.

A diminuição do número de população absoluta para Uruguaiana em 1872 não podemos ainda explicar. Muito possivelmente, encontremos alguma falha no recolhimento das informações. Tal hipótese é considerada porque na reunião de dados do Censo de 1872, em várias fontes, não constam os dados para Uruguaiana, o que indicaria a falta ou inconsistência deles.

O crescimento absoluto da população pode ser inferido igualmente pelo número de nascimentos e mortes acontecidos nas Vilas dos municípios – distritos para os quais fiz o levantamento dos registros paroquiais.¹³⁵

Tabela 3.1 - Batismos, casamentos e óbitos - Uruguaiana

ANO	BATISMOS	CASAMENTOS	ÓBITOS
1859	227	20	38
1860	261	23	33
1861	285	39	55
1862	371	37	73
1864	530	42	59
1866	384	41	
1867	381	20	
1868	426	54	
1869	355	57	
1870	271	52	43
1871	538	59	
1872	363	35	
1873	345	42	
1874	442	88	
1875	444	75	93
1876		60	
1877		59	
1878		63	128
1879		84	182
1880		81	199

Fonte: registros paroquiais

¹³⁵ Recorte espacial que será explicado nas páginas seguintes. Muitos dos registros da década de 1850 estavam nos livros que foram extraviados durante a Guerra do Paraguai.

Tabela 3.2 - Batismos, casamentos e óbitos - Itaqui

ANO	BATISMOS	CASAMENTOS	ÓBITOS
1859	177	7	
1860	180	12	59
1861	132		
1862	127		
1863	197		
1864	93		
1866	157		
1867	198		
1868	216		
1869	183		
1870	183		
1871	257		
1872	201		
1873	297	39	
1874	232	39	
1875	389	47	
1876	263	57	
1877	280	50	
1878	328	42	50
1879	311	42	41
1880		64	40

Fonte: registros paroquiais

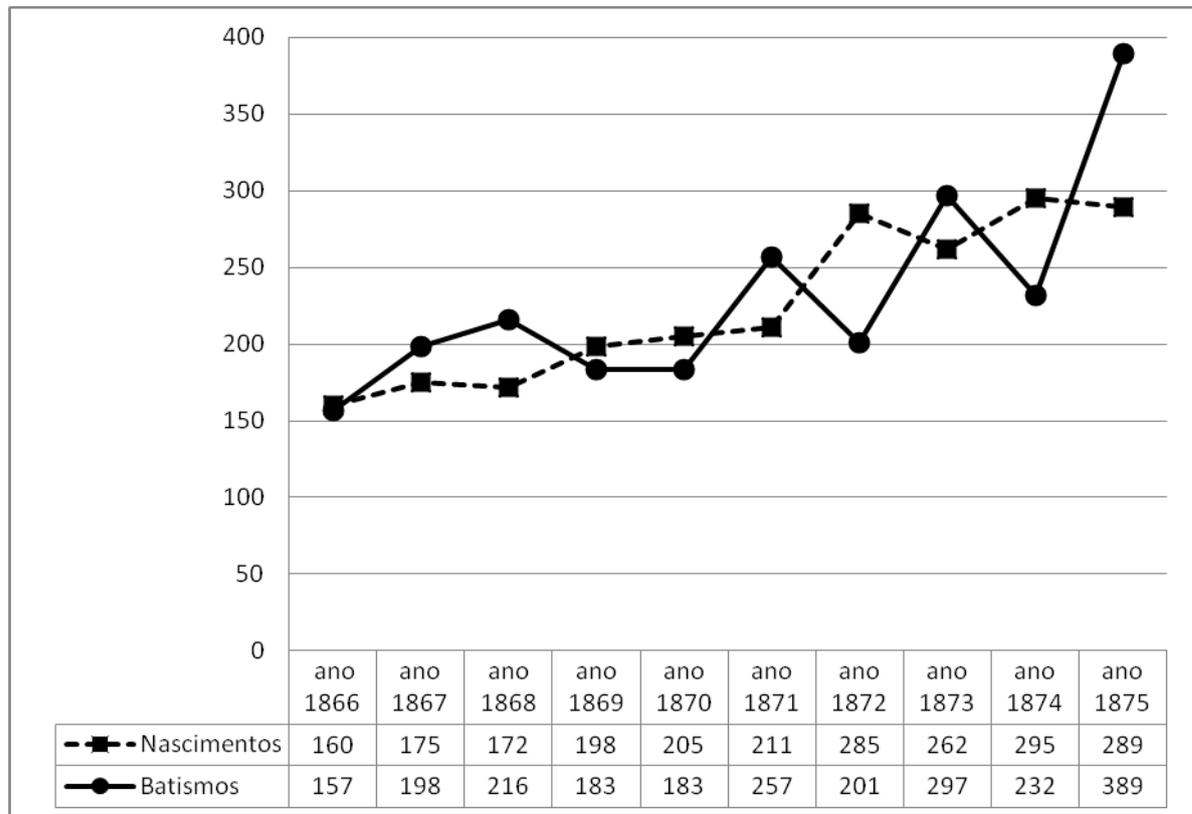
Tabela 3.3 - Batismos, casamentos e óbitos – São Borja

ANO	BATISMOS	CASAMENTOS	ÓBITOS
1850	435		
1851	620		
1852	312		
1853	624		
1854	390		
1856	520		
1857	528		
1859	363	42	21
1860	396	54	28
1861	318	36	22
1862	531	83	30
1870	661		

Fonte: registros paroquiais

É importante destacar que os números apresentados nas tabelas acima referem-se aos batismos realizados a cada ano, que é distinto dos nascimentos que aconteceram a cada ano em cada Vila. Ou seja, um ano com muitos batizados pode não corresponder ao nascimento daquelas crianças em tal ano. No entanto, de forma geral, as proporções são bastante próximas.

Gráfico 3.2 – Nascimentos e Batismos em Itaqui – 1866 a 1875



Fonte: Registros paroquiais de Itaqui

Com dados que nos apresentam nascimentos em ordem crescente, assim como a dos casamentos, e níveis de mortalidade que se mantêm estáveis (mas ainda elevados) por um período, e um súbito aumento dos números absolutos de óbitos a partir de 1880, nos sugerem que havia uma tendência ao crescimento da população das vilas da Fronteira durante as décadas de 1850 e 1870. De acordo com Maria Amorim, “a situação demográfica das sociedades tradicionais seria uma situação equilibrada entre uma forte fecundidade, uma fecundidade próxima da natural, e um nível elevado de mortalidade, sujeita a crises.”¹³⁶ Como será melhor explicado quando da caracterização desses fenômenos nas cidades estudadas, parece que estamos tratando com tal situação.

3.2 Imigrantes, migrantes e migradores

Estudar indivíduos em movimento, num período em que a mobilidade das pessoas era grande e definida por motivos variados, e onde as diferentes etapas do movimento

¹³⁶ AMORIM, Maria Norberta. Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980). In: *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVI, I, 1998, p. 57.

difícilmente ficaram registradas, torna-se uma tarefa complicada. O processo migratório extrapola em muito a verificação de um deslocamento individual. Trata-se de um fenômeno que deve ser tratado “como uma transformação social que opera em todos os níveis de agregação social”.¹³⁷

O aumento populacional na fronteira do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX, além do seu crescimento natural, teve grande incremento em função de distintos processos migratórios. Pode-se dizer que são três as principais correntes imigratórias que convergem para esse espaço: um grande número de moradores das províncias da Confederação Argentina, sobretudo correntinos, que aí estabelecem residência; aqueles indivíduos, sobretudo militares, provindos de outras províncias brasileiras; e os imigrantes europeus, tema deste estudo. Cada corrente tem suas motivações e períodos definidos, mas todas acabam gerando um aumento absoluto da população das Vilas da Fronteira e influenciando os níveis de organização política, econômica e social destas cidades.

Chama à atenção a constituição social de cada corrente: em relação aos correntinos residentes na Fronteira do Rio Grande do Sul, são, em sua maioria, constituídos por grupos familiares. Ou então são homens e mulheres adultos que se casam com brasileiros. Já as duas outras correntes migratórias, constituídas pelos militares vindos do centro e norte do país e pelos imigrantes europeus, são fundamentalmente constituídos por indivíduos adultos, solteiros, do sexo masculino.

Em Itaqui e Uruguiana é grande o número de homens, pertencentes ao exército ou guarda nacional, naturais de vários estados brasileiros, mas fundamentalmente dos estados do norte do país (Paraíba, Sergipe, Bahia e, em menor número, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Estes indivíduos fixam residência na Fronteira e acabam casando com mulheres daquela “paróquia”, geralmente as igualmente filhas de tenentes e demais militares. Mas isso nem sempre acontece: os militares de menor escalão acabam casando muito com as paraguaias e correntinas que vivem na região.

Ou seja, esses “militares vindos do norte”, pertencentes a algum batalhão de infantaria, prestando serviço em alguma fragata ou então alferes e coronéis aquecem o “mercado matrimonial” da região. Deve-se considerar que muitos dos homens naturais da paróquia possivelmente fossem escalados para outros locais, ou mesmo, “desertavam” para os estados vizinhos para fugir do recrutamento. Em 1850, o vigário de São Borja alertava: “poderá

¹³⁷ MATEO, José. *Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: UNMd-GIHRR, 2001, p.111.

certificar-se que a campanha do município de São Borja é quase unicamente povoada de velhos, inválidos e mulheres, porque desde que um moço nele chega, ou seja capaz de pegar-se em armas, com o receio do destacamento, ele passa-se para os municípios vizinhos, para os ervais e outras partes.”¹³⁸

Tabela 3.4 - Mapa estatístico da população livre masculina e solteira de 16 a 25 anos (1860)

Municípios	Úteis e desembaraçados	Mais de um por fogo	Filhos únicos de casal	Agregados	Total
Uruguaiana	55	31	35	42	163
São Borja	148	60	51	48	307
Itaqui	43	14	16	15	88

Fonte: AHRS – Fundo Estatística. Maço 02.

Além dessa questão do recrutamento, e associada a ela, está o grande índice de mortes do sexo masculino, com idade inferior a 30 anos. Em Itaqui, entre os anos de 1878 e 1883, 30,6% das mortes registradas eram referentes a população entre 15 e 50 anos. A população entre os 22 e 35 anos representou 14,7% de todas as mortes registradas no período. Em Uruguaiana, esse índice era ainda maior, e a população entre 22 e 35 anos representou mais de 17% do total de mortes, constituindo 36% das mortes a idade entre 15 e 50 anos.

Nesse sentido, essa grande presença de imigrantes do sexo masculino nas cidades, sobretudo a partir de 1860, aparentemente, não gerou grande disparidade dos sexos. Isso porque nesta região a mortalidade masculina, sobretudo de jovens, é bastante elevada. Além disso, num período anterior ao estudado, há indícios de um grande percentual dessa população local masculina adulta ter emigrado, para escapar aos alistamentos militares.

Outro fator que contribuiu para um não equilíbrio maior entre os sexos foi a presença de várias mulheres naturais de Corrientes e até mesmo do Paraguai residindo nas vilas fronteiriças do Brasil. Geralmente, elas aparecem nas fontes batizando os filhos, que constam como naturais e não há vestígios sobre com quem elas estariam casadas. No entanto, muitas possivelmente tenham emigrado solteiras, em função dos contextos de guerra, e casado quando chegavam ao Brasil.

¹³⁸ IHGB, Correspondência Padre Gay, pasta DL 406.40.

Tabela 3.5 - População masculina livre e estado civil, em 1859

Município	Solteiros	Casados	Viúvos	Total masculino livre
Uruguaiana	2657	844	41	3542
São Borja	2905	1048	163	4116
Itaqui	1980	834	147	2961

Fonte: AHRS. Fundo Estatística – código E-1. Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos (1859)

Tabela 3.6 – População feminina livre e estado civil, em 1859

Município	Solteiros	Casados	Viúvos	Total feminino livre
Uruguaiana	2031	863	157	3051
São Borja	2596	1148	199	3943
Itaqui	1636	836	121	2593

Fonte: AHRS. Fundo Estatística – código E-1. Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos (1859)

Em termos de emigração, ao que tudo indica, nas cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana não se percebe tal fenômeno na segunda metade do século XIX. Houve uma grande retirada populacional dos centros urbanos no ano de 1865, quando praticamente todos os moradores das Vilas foram obrigados a deixá-las durante a invasão do exército paraguaio. Depois da expulsão do mesmo, no entanto, a Guerra não se deu por terminada, e possivelmente muitos moradores não voltaram imediatamente para suas casas e afazeres na Vila. Até porque grande parte das casas ficou completamente destruída, demandando algum tempo e dinheiro para reconstrução.

Fora esse período, no entanto, entre as décadas de 1850 e 1880, nas margens esquerdas do Rio Uruguai, manteve-se um período de relativa paz, onde pelo menos não houve incursões militares capazes de remover a população do local. Pelo contrário, constitui-se num período de grande preocupação com a guarda do território, constituindo-se forças militares estabelecidas na Fronteira justamente para a sua proteção.

Houve alguns movimentos entre as cidades estudadas. Ou seja, uma pequena emigração de uma cidade a outra, mas, como a região será estudada em sua totalidade, não se trata de uma população que abandonou a região. Na segunda metade do século XIX, portanto, a fronteira oeste do Rio Grande do Sul constitui-se numa região receptora de população.

I.

É muito importante esclarecer que os dados pesquisados e referências que se fazem à população imigrante nas cidades da Fronteira Oeste referem-se exclusivamente aos imigrantes estabelecidos nas Vilas das cidades e arredores. Ou seja, definiu-se como área de estudo a região que constituía o 1º Distrito de cada Município. Os motivos estão relacionados à grande extensão territorial de cada município e ao objetivo da pesquisa, que é entender a região de forma contínua, referenciando as atividades comerciais aí desenvolvidas.

Tabela 3.7 – Total da população do Município e seus respectivos primeiros distritos / 1859

Área	livres	libertos	escravos	Total da população
Município de Uruguaiana	6.593	179	1.873	8.645
1º distrito de Uruguaiana	2.663	25	545	3.233
Município de São Borja	8.059	64	1240	9.263
1º distrito de São Borja	3.384	42	560	3.986
Município de Itaqui	5.554	63	1014	6.631
1º distrito de Itaqui	2.824	28	474	3.326

Fonte: AHRS. Fundo Estatística – código E-1. Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos (1859)

Considerando os dados da população acima, no ano de 1859, 37% de toda a população de Uruguaiana vivia no 1º distrito. No 1º distrito de São Borja, concentrava-se mais de 43% da população total, e 50% da população de Itaqui residia no 1º distrito. Ou seja, considerando sua área em relação à área total dos municípios, são os espaços mais densamente povoados, e que praticamente não perderam sua configuração (limites territoriais) ao longo das décadas estudadas. As cidades estavam assim organizadas:

Tabela 3.8 - Número de distritos e fogos que constituem as Vilas estudadas

MUNICIPIO	N. DISTRITOS	N. QUARTEIRÕES	N. FOGOS
Uruguaiana	03	27	798
São Borja	03	35	1138
Itaqui	04	25	799

Fonte: AHRS. Fundo Estatística – código E-1. Mapa estatístico da população da província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres, libertos e escravos (1859)

No entanto, o motivo que levou a sua escolha como campo de análise (diante da impossibilidade de estudar os registros paroquiais para a totalidade dos municípios/freguesias) foi o fato de eles estarem estabelecidos nos limites do Rio Uruguai, nos quais se assentavam os núcleos mais urbanos, as Vilas em si. É nesta região que se encontram os portos, a maioria das casas comerciais, e demais serviços prestados a toda população. Nessa região, estavam as Câmaras Municipais, a Igreja Matriz, clubes e demais serviços aos quais a população que morava nas estâncias da Campanha necessitava. É nesta região que se mapeará a presença dos imigrantes europeus.

Figura 3.1 – Mapa da área em estudo - 1º distrito de cada cidade – em 1860



Ao longo da pesquisa, revelou-se o quão acertada foi a escolha de entender a região de forma integrada. De forma geral, os moradores das três vilas citadas movimentavam-se intensamente pela região de estudo. Foram muitos os casos em que o batizado de algum filho se dava numa cidade e o casamento desse mesmo filho em outra. Ou mesmo, o casamento numa cidade e o nascimento de todos os filhos e inclusive a morte do casal na cidade vizinha.

Ao falar dos negócios, então, impossível entender uma cidade isolada da outra. Uruguaiana, como sede da Alfândega, era responsável pela maior introdução de mercadorias provindas dos portos do Prata. Desta cidade, seguiam em carretas ou em barcos até as cidades vizinhas. Em função disso, os comerciantes e negociantes da região transitavam constantemente entre um ponto e outro.

Alguns exemplos tornam isso claro, como Joaquim Arrondo, residente em Itaqui, que vai falecer no Hotel Galarraga, em Uruguaiana, no dia 16 de janeiro de 1898. Seu registro de óbito, portanto, foi feito no cartório de Uruguaiana. Constantemente, os moradores participam de festas ou comparecem como padrinhos ou testemunhas na cidade vizinha. Há ainda os casos em que há uma mudança definitiva de cidade, como Clemente Elizalde, francês, que batiza os primeiros filhos em Uruguaiana e, anos mais tarde, estará residindo em Itaqui.

Nos inventários dos comerciantes de Uruguaiana, ou Itaqui, há referência a dívidas a receber e/ou pagar na Vila vizinha. Poder-se-ia pensar que os comerciantes de Itaqui vêm se abastecer em Uruguaiana. No entanto, o contrário também acontecia: são vários os comerciantes de Uruguaiana que tem dívidas passivas para com Marcellino Domingos Lacroix, de Itaqui. O italiano Sebastião Alçadi morre solteiro e sem filhos em Uruguaiana em 1871. Seus negócios, no entanto, eram em São Borja, em cujo porto tinha “uma chácara com casa, quatro carros de rodagem, com os competentes aparelhos, cavalos e mulas”.¹³⁹ Seu inventário e testamento permitem entender as relações e negócios que se davam em São Borja, mas também atesta esse grande fluxo de indivíduos entre as cidades. Nesse mesmo sentido, havia as migrações transfronteiriças.

Nas fontes analisadas, encontramos famílias que residem em Corrientes ou em Salto, depois transferem sua residência para as cidades da fronteira brasileira, e não raras vezes retornam para morar nas Repúblicas vizinhas um tempo depois. Permanências curtas ou mais demoradas dos moradores de São Borja, Itaqui ou Uruguaiana nas cidades platinas são bastante frequentes.

¹³⁹ APERS, PROVIDORIA, CAIXA 344, AUTO N. 115, 1871.

O espanhol Manoel Dario Ofur, casado com espanhola, declara em uma ata de justificação¹⁴⁰ que o seu primeiro filho nasceu no Salto, em 1868. O segundo filho nasceria na Província de São Pedro, em Itaqui, em 1870. Dois anos depois, o casal estaria em Montevideu, onde nasce a terceira filha, e depois retornariam para Salto, local onde nasceria a quarta filha em 1874. Em 1877, o casal novamente firma residência na Paróquia de São Patrício de Itaqui - onde vão nascer mais dois filhos – e cidade na qual Manoel acabaria com a própria vida, suicidando-se com um tiro de espingarda, em 19 de maio de 1882.

Trata-se de indivíduos que se movimentam por esse amplo espaço platino, constituindo relações transfronteiriças e inserindo-se econômica e socialmente em distintas realidades. Se temos os imigrantes e/ou migrantes que se estabelecem na Fronteira, os migradores estão em permanente movimento.

3.3 Imigrantes europeus na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

Nos relatórios da repartição da Estatística da Província de São Pedro, os únicos demonstrativos de entrada de imigrantes europeus no Estado referem-se àquelas acontecidas através da Barra de Rio Grande ou então pelo porto de Porto Alegre. De acordo com os encarregados pelo serviço “*pela fronteira é incalculável o movimento*”.¹⁴¹

A declaração, que nomeia o presente capítulo, tem um duplo sentido importante para o meu trabalho. O primeiro, no sentido de que a entrada de imigrantes europeus pela Fronteira Oeste não era contabilizada. Seja por falta de estrutura, fiscalização ou mesmo projetos para tal. Ou seja, a presente tese tem como atores indivíduos que não entraram nas estatísticas oficiais da Província de São Pedro. Num outro sentido, talvez o que a tese procura revelar, poder-se-ia referir à grande quantidade desses imigrantes entrados pela Fronteira. Nesse sentido, inimaginável para as autoridades eram o fluxo e força das migrações naquela região.

¹⁴⁰ Centro de História da Família - CHF, microfilme 1284963.

¹⁴¹ AHRS – Fundo Estatística. Maço 04. Relatório do Encarregado da Estatística, ano de 1860.

3.3.1 Os registros eclesiásticos: uma população que vive ilicitamente

“A demografia histórica se ocupa de todos os homens e mulheres, e não somente daqueles que foram poderosos, de boa família, ricos ou cultos”¹⁴²

Para conhecer esses europeus que viveram nas cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana ao longo da segunda metade do século XIX, empreendeu-se ao estudo dos registros eclesiásticos. Esses registros paroquiais não nos permitem penetrar na vida de todos os habitantes das Vilas, mas, pelo menos, nos permitem conhecer boa parte deles. Ao todo, foi constituído um banco de dados com 6.841 registros de batizados, 1.879 casamentos e 1.896 óbitos.

De maneira geral, através dos microfimes¹⁴³, foi possível acessar todos os livros disponíveis para o período. No entanto, nem todos os livros puderam ser fotografados na década de 1980, quando os microfimes foram produzidos. Infelizmente, a Guerra do Paraguai deixou tristes vestígios nas três cidades estudadas, que foram invadidas pelo exército paraguaio em 1865, quando muitos dos documentos das cidades foram perdidos, queimados ou extraviados. Alguns assentos ainda puderam ser encontrados graças aos pedidos de justificação, como o que se apresenta abaixo:

“Aos 22 dias do mês de junho do ano 1874 tendo requerido Vasco dos Santos Belmonte justificar o seu nascimento e batismo nesta Freguesia, visto não ser achado o assentamento de seu batismo em os livros desta Paróquia, por ser este seu assentamento extraviado em os livros, que a invasão paraguaia levava consigo em o ano 1865, aceitei-o a justificar perante esta Vara ser ele filho legitimo dos falecidos Ignácio dos Santos Belmonte e Dona Ana Paes Belmonte: ter nascido no ano 1851, e ter sido batizado nesta Paróquia”. Livro 2 de batismos de Itaqui, pagina 191.

Não consegui precisar exatamente a quais anos os livros extraviados faziam referência. No entanto, é certo que a Guerra acabou com alguns registros anteriores a 1865. Os livros com os registros de 1865 foram levados junto com os párocos quando de sua fuga da cidade. João Pedro Gay, que estava em São Borja quando do acontecido, deixa registrado em algumas cartas o esforço que fez para que os livros da Igreja, e demais objetos, não fossem perdidos. Os registros do ano de 1865 em Uruguaiana são interrompidos em 24 de junho e retomados somente em 26 de novembro. No entanto, o pároco de Itaqui, aparentemente, não teve a mesma preocupação de Gay. Ficou comprovado que os registros do final da década de 1850 e início da de 1860 foram perdidos nessa cidade.

¹⁴² WRIGLEY, E.A. *Historia y Población. Introducción a la demografía histórica*. Madrid: Guadarrama, 1969, p.12

¹⁴³ Microfimes pesquisados no Centro de História da Família.

“Aos 16 de setembro de 1886 tendo justificado perante esta vara o Doutor Patrício Bertran o casamento de seus falecidos pais, Buenaventura Bertran e Ana Garcia, em virtude de tendo sido estes casados nesta Paróquia, nada constar de seu casamento, pelo extravio dos livros dela, por ocasião da invasão paraguaia, proferi nos autos desta justificação a sentença do teor seguinte: Sentença – vistos e examinados os presentes autos, onde o Doutor Patrício Bertran, tendo exibido o testemunho de três pessoas fidedignas, que depuseram ser verdadeira a matéria de sua petição de fls 2, isto é, que Buenaventura Bertran e Ana Garcia, que eram seus pais, tinham contraído matrimônio nesta Paróquia, no mês de abril do ano 1857, tendo assistido ao seu casamento o Reverendo Vigário Jose Coriolano de Souza Passos, tendo sido ainda testemunhas do mesmo ato Fernando Roldan e Joaquim Tio, hei por concluída a mesma justificação [...]. Em favor, pois, da presente sentença que deste modo profiro, interponho toda a autoridade delegada a esta vara por S. Excia. Revma. o senhor Bispo Diocesano a fim de que, a todas as autoridades, a quem competir o conhecimento da presente, seja esta o documento comprobatório do casamento dos indicados Buenaventura Bertran e Ana Garcia, já falecidos, e supletoria a falta do assento de casamento dos mesmos, visto não constar dos livros desta Paróquia, pelo extravio, que teve lugar, por ocasião da invasão paraguaia, cujos autores assaltaram o arquivo desta Paróquia, levando os livros ali existentes, como se vê do despacho ao requerimento de fls 3 dos presentes autos. Dada e passada nesta cidade do Itaquí em 16 de setembro do ano 1886 o vigário da vara da Comarca. Jose de Noronha Nápoles Massa.”¹⁴⁴

Esse foi um pedido de justificação em que o filho, por motivos não declarados, necessita de um documento probatório do casamento dos pais. Muitos certamente não tiveram a necessidade de ter tal documento, e por isso fica difícil rastrear os anos dos assentos que estavam registrados nos livros extraviados durante a Guerra. Considerando, portanto, que estamos tratando com arquivos que sofreram, literalmente, uma ofensiva de guerra, há de se reconhecer que uma importante parte dos livros foi salva e preservada. Inclusive com uma situação peculiar – a de um livro que foi reencontrado no Paraná e reenviado para a fronteira gaúcha:

“Tendo sido por nós encontrado este livro no arquivo da paróquia de Antonina, por ocasião da nossa Visita Pastoral, o remetemos agora ao Exmo. Sr. Bispo do Rio Grande do Sul, a cuja diocese pertence.
Antonina, em Visita Pastoral, 19 de maio de 1905.
Duarte, bispo de Curitiba”.¹⁴⁵

No entanto, para além da existência dos livros, há algumas lacunas que impossibilitam um mapeamento total. Alguns livros estão desordenados, com páginas faltando ou então com a letra que dificulta a leitura. Outro grande problema é a inconsistência dos registros dos padres. Cada qual tinha sua maneira de fazê-lo e com dados que não eram homogêneos em todo o período. Boa parte dos registros vistos não fazia menção à nacionalidade dos indivíduos envolvidos nos eventos registrados. Em número ainda mais reduzido aparece a

¹⁴⁴ CHF, Microfilme 1284893, Livro Matrimônios 3, p. 32. Grifo nosso.

¹⁴⁵ CHF, Microfilme 1284868.

profissão ou idade dos mesmos. Nem mesmo as recomendações feitas em visita pastoral eram ouvidas.

“Visto em visita pastoral, ordenamos ao reverendo vigário que declare sempre nos assentos de batizados os avós paternos e maternos da pessoa que batizar, como se pratica nas demais freguesias desta diocese. Uruguaiana 21 de março de 1864. eu cônego Vicente Ferreira da Costa Pinheiro, secretário da visita escrevi”.

Diante dos dados estudados, ficou claro que, para uma região como a da Fronteira, o estudo da fonte deve iniciar pelos registros de batismos. Isso porque há uma grande parcela da população que nunca chegou a oficializar a sua união perante a Igreja. No entanto, esses casais estão batizando os seus filhos, meio através do qual o pesquisador toma conhecimento da existência de tal família. Se a existência de uma família dependesse do registro do casamento, grande parte da população da Fronteira seria por mim desconhecida.

“À generalidade os habitantes de Missões são religiosos, mas a religião não pode ter sobre eles o seu concurso eficaz, porque, ou seja pela distância que há entre suas habitações e a igreja paroquial, ou seja pelo descostume em que se habituaram durante a revolução da província, eles pouco frequentam os sacramentos”.

Nas palavras do padre Gay, que foi pároco das Vilas da Fronteira por um período de mais de 40 anos, e que conhecia muito bem os seus “fregueses”, não se tratava de gente não religiosa. Apenas não eram muito adeptos ao cumprir os deveres e ritos da Igreja. Gay menciona em suas cartas às autoridades eclesiásticas que as paróquias da Fronteira gaúcha eram constituídas por um número bastante grande de fregueses. Além disso, a jurisdição paroquial abrangia uma extensão territorial tão ampla que, de certa forma, os bons serviços dos párocos ficavam prejudicados. Da mesma forma, a distância da residência dos fiéis dos poucos templos sagrados que existiam naquela região era um forte motivo para o descumprimento dos sacramentos.

Seja por dificuldades de acesso à Igreja, ou até por causa do “descostume” citado por Gay, o fato é que o sacramento do matrimônio não era recebido por um grande número dos habitantes da Fronteira. Os batismos, igualmente, em algumas regiões, eram realizados muitos meses ou até anos depois do nascimento da criança. Em Itaqui, a maioria dos batizados acontece depois de decorridos vários meses do nascimento, e geralmente eram realizados quando havia mais de um filho para ser batizado. Nesse dia, reuniam-se todos da casa: filhos, sobrinhos, netos, escravos e eram levados para a Igreja e recebiam o sacramento de uma só vez.

Para Gay, seria injusto que a culpa pela pouca frequência dos fregueses à religião seja atribuída aos párocos. Ele reconhece que vários padres deveriam mostrar maior virtude e

melhores trabalhos nas paróquias. No entanto, diz que os paroquianos preferem aqueles párocos que se “amoldam aos seus vícios”. Nesse sentido, os bons párocos, aqueles que tentariam modificar hábitos e fazer cobranças, não seriam bem vistos pelos paroquianos. “Nem sei como haveriam-se os Apóstolos e mesmo Jesus Cristo com a geração atual”.¹⁴⁶

De forma geral, todos os párocos da Fronteira reclamavam por melhores condições de trabalho. Mencionavam o lastimável estado de suas igrejas, a dificuldade para chegar aos paroquianos (já que na Fronteira existiria o “costume” de se administrar os sacramentos em casas e estâncias particulares) e inclusive os poucos recursos gastos por estes paroquianos com as obras da Igreja. Em relação aos estrangeiros, Gay menciona uma indisciplina dos párocos que “apesar de ter muitos fregueses estrangeiros e ter feito casamentos entre parentes nunca recorreu diz o meu antecessor a este cartório eclesiástico para justificação de premissas, nem para justificação de estado livre e desimpedido, nem para licença de administrar sacramentos em casa o que ele faz continuamente.”¹⁴⁷ Ou seja, mesmo que os trâmites para o casamento de estrangeiros pudessem ser demorados ou custosos, percebe-se que, nem sempre, eles foram seguidos nestas igrejas.

Em meados do século XIX, portanto, “tudo falta nestas freguesias da fronteira; as igrejas estão em ruínas, os cemitérios são campos abertos, não se celebram festas, a disciplina eclesiástica está em abandono, precisa de muita atividade, de muita paciência, de muita virtude, de muita prudência para poder reanimar se posso dizer esses ossos”.¹⁴⁸ Outro problema apontado por Gay para a falta de regularidade dos sacramentos seria a extrema pobreza da população.

“Daqui a poucos anos mais da metade dos fregueses de São Borja serão pagãos, e a maior parte das uniões conjugais serão concubinatos [...] pessoas que não tem o que vestir para ir aos batismos [...] Tanta é a impossibilidade desta pobre gente e de outros em iguais circunstâncias de virem à Igreja paroquial celebrar o seu casamento”.

Relata ainda a existência de muitos alemães no distrito de São Francisco de Assis. De acordo com o vigário, estes “casam entre eles em qualquer momento e, depois, quando o padre vai até lá, apresentam-se oficialmente à Igreja”.¹⁴⁹

Fatos como esses se tornavam tão recorrentes que, inclusive, pode-se aventar o tal “descostume” citado por Gay. Em Itaqui, por exemplo, onde durante décadas os batismos das

¹⁴⁶ IHGB – Fundo João Pedro Gay. Pasta 406.11

¹⁴⁷ IHGB – Fundo João Pedro Gay. Pasta 24.

¹⁴⁸ IHGB. Idem. DL 406.24

¹⁴⁹ IHGB. Idem. DL 406.29

crianças acontecem muitos meses, ou até anos depois do nascimento, é possível que isso se tenha tornado quase um hábito, ou costume (ou “descostume”, no caso). Inclusive, depois da obrigatoriedade do registro civil, esse peculiar “hábito” de batizar as crianças, decorrido bastante tempo após o nascimento, fez com que muitos pais pagassem os 35 reis de multa pelo atraso no registro, que deveria ser feito no cartório até 30 dias depois do nascimento da criança. Mas o interessante é que isso acontecia mais em Itaqui do que em São Borja ou Uruguaiana.

Depois de conhecer alguns hábitos da Fronteira e a diferença entre o que era feito numa cidade e em outra, posso sugerir que a influência ou ação do pároco poderia ter relação com as ações e costumes dos moradores. É claro que os motivos citados por Gay: distância das Igrejas, falta de recursos e inacessibilidade do pároco de atender a todos foram motivos práticos e fortes para que a população não fosse à Igreja em todos os domingos ou procurasse um padre logo do nascimento de um filho.

No entanto, as cobranças feitas pelos párocos certamente influenciaram em tais atitudes. De forma geral, os párocos permaneciam à frente da mesma região e população por longos períodos de tempo. Jose Coriolano de Souza Passos estará em Itaqui entre os anos de 1853 e 1871, ou seja, 18 anos convivendo com as mesmas pessoas. Tornava-se, certamente, íntimo de todos os habitantes da Vila e possivelmente tivesse algum grau de influência nas ações relacionadas ao ritos eclesiásticos. Independentemente dos motivos citados, acredito que havia diferença na postura tomada por um padre ou outro.

Em Uruguaiana, inclusive pode-se sugerir que o padre pretendeu encobrir esses tais costumes de sua população. Em determinado período de tempo, por exemplo, ele não registrou o termo “filho natural” nas certidões de batismo. Somente colocava o nome da mãe e em alguns casos dizia ser de “pai desconhecido”. Esse fato me faz pensar que talvez não fosse bom para um pároco gerir uma população tão avessa ao casamento e onde havia tantos descendentes dessas “uniões ilícitas”.

Interessante, por exemplo, o que acontece com Leão Lagisquet. Entre os dias 03 e 15 de abril de 1862, ele vai batizar e/ou registrar dois de seus filhos. No livro, os dois registros ficam entre aquele realizado no dia 03 e aquele do dia 15 de abril de 1862, e não estão apertados na página, como que supondo um registro aí copiado posteriormente. Mas o interessante é que o padre modifica as datas dos dois batizados (não sabemos se por vontade própria ou por vontade do pai das crianças). No primeiro registro consta:

“Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1859, nesta paróquia de Santana do Uruguay, batizei e pus os santos óleos ao inocente Leão, nascido a sete de novembro de 1858, filho de Leão Lagisquet e Joana Lartigue, foram padrinhos João Clausel Lagisquet e Maria Lafitte. E para constar fiz este assento o vigário João Vicente Fernandez”.¹⁵⁰

O segundo registro consta:

“Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1861, nesta paróquia de Santana do Uruguay, batizei e pus os santos óleos a inocente Maria, nascida ao primeiro de outubro de 1860, filha de Leão Lagisquet e Joana Lartigue. Foram padrinhos Pedro Lagesquet e Maria Lapouble de Lagesquet”.¹⁵¹

Ou seja, a data de batismo dos dois filhos de Leão, supostamente, foi outra, tendo-se batizado cada filho no mês de janeiro posterior ao seu nascimento, e não em 1862, como possivelmente aconteceu. Que tipo de motivação teria dado origem ao registro de duas crianças, no mesmo dia, com datas de batismos distintos? Talvez isso possa ter sido decorrência de uma vontade e/ou exigência do próprio pároco. Em Uruguaiana, inclusive há o registro de crianças batizadas no “mesmo mês e ano” do seu nascimento, o que em Itaquí foi muito raro.

Na região da fronteira, nem mesmo os registros de óbitos podem ser considerados como abrangentes a toda morte acontecida na cidade. De acordo com os párocos, era grande o número de pessoas que morriam sem receber a extrema unção, fato declarado quando do registro do óbito. No entanto, mais importante para este estudo, é o fato de que muitos eram enterrados sem anunciar isso à autoridade alguma – ficando o óbito sem registro.

“Só tenho a fazer uma observação que já notei nos mapas a respeito de óbitos. Quase em todas as fazendas deste município há cemitérios particulares onde se sepultam os defuntos sem se dar parte ao vigário nem a autoridade nenhuma; a mesma coisa acontece às vezes nessa Vila, onde o cemitério está aberto, e quando bem parece, qualquer indivíduo vai cavar uma cova nele e sepultar um defunto sem nada participar”.¹⁵²

Sendo assim, aquela população que vivia nas estâncias, a longas distâncias do cemitério da Vila, era enterrada nos cemitérios particulares a cada família, em sua propriedade. Dependendo das crenças e condições financeiras da família, certamente o padre seria chamado até o local. No entanto, como já vimos, a vontade e os recursos nem sempre existiam. Ou até não existia a possibilidade de algum padre ir até o local, como demonstra o atestado seguinte:

¹⁵⁰ CHF, Microfilme 1284868, p.111.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² IHGB. Fundo João Pedro Gay, pasta 24.

“Faleceu em sua fazenda de Guapitangui no dia 20 de março de 1866, na idade de 56 anos, sendo sepultada no cemitério de sua fazenda onde são sepultadas as pessoas de sua família, não sendo encomendada, por se achar ausente naquela ocasião o vigário da paróquia o que tudo se prova pelo juramento do justificante e pelo depoimento das testemunhas destes autos.”

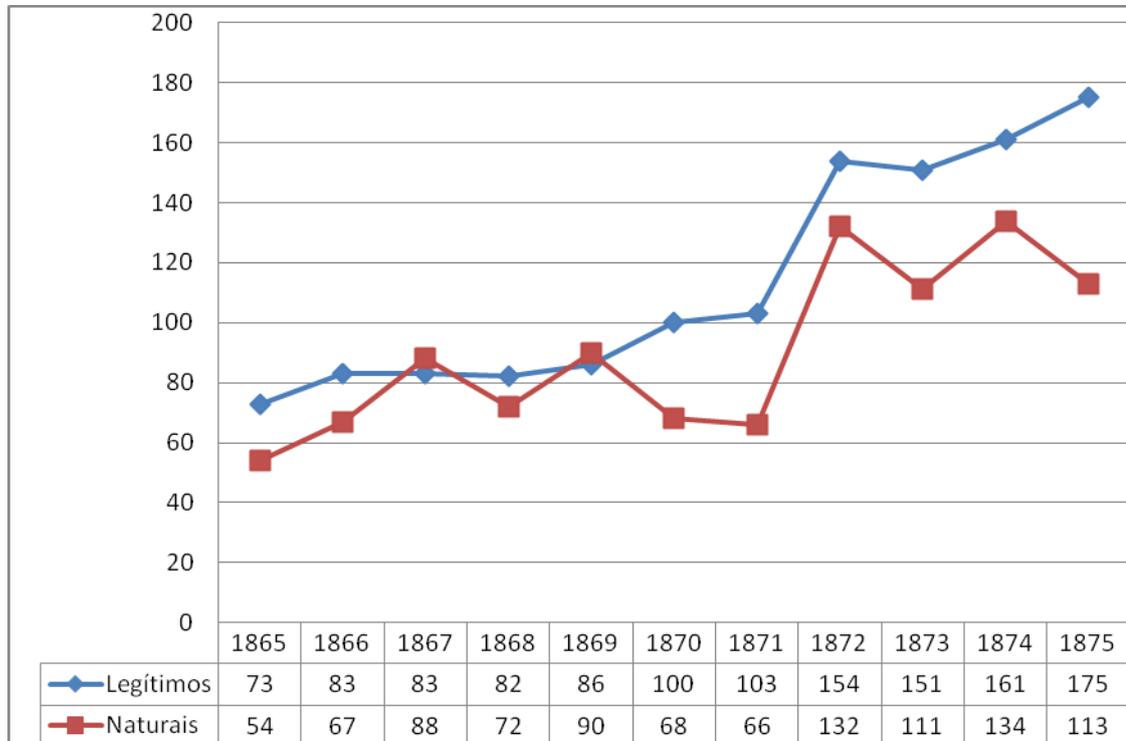
Nesse caso, além da pessoa ser enterrada na sua fazenda, as últimas bênçãos não foram dadas porque o padre estava ausente da cidade. Em outros casos, os corpos não eram encomendados “pela grande distância da cidade”. Muitas dessas pessoas morriam inclusive sem assistência médica, sendo enterradas em cemitério particular. Esses casos aparecem porque, por algum motivo, os familiares precisaram de tal registro, recorrendo à justificação. Outros não tiveram jamais seu óbito registrado.

No entanto, ao que tudo indica, trata-se de casos menos recorrentes do que a falta do registro de casamento. Esta foi a principal característica encontrada nas três cidades estudadas – o alto índice de ilegitimidade dos nascimentos, em decorrência da não regularização da união dos casais através do sacramento do matrimônio.

Do total de 4.246 registros de batismos em Itaqui que tiveram tal informação descrita, 2.398 crianças eram filhas legítimas e as 1.848 restantes, ilegítimas ou naturais. Ou seja, Itaqui registra 43,5% de nascimentos ilegítimos. Em Uruguaiana e São Borja esse índice é um pouco menor. No entanto, ainda bastante expressivo. Os filhos naturais nascidos em Uruguaiana representavam 30,1% do total (484 casos entre 1.607), e em São Borja, os ilegítimos perfaziam 33,9% (252 casos entre 744).

Fato que se destaca é que, entre os índices de Uruguaiana e São Borja, foram distinguidos os escravos, o que não aconteceu nos registros de Itaqui. Se contabilizados os escravos junto aos ilegítimos (sendo que os casos de escravos nascidos de uma união matrimonial oficializada eram poucos), as duas cidades também registrariam um percentual de mais de 40% de filhos naturais. Esses dados estão bastante aproximados àqueles encontrados por Roberto Schmit para a região de Entre Ríos, onde em 1849 os filhos ilegítimos representavam 30,6% do total de nascimentos.¹⁵³

¹⁵³ SCHMIT, Op.cit., 2004, p.81.

Gráfico 3.3 - Evolução do nascimento de filhos legítimos e naturais - Itaquí

Fonte: Registros paroquiais – Itaquí

O padre Gay tinha duas maneiras de identificar os casais que viviam uma vida conjugal antes de oficializar seu casamento diante da Igreja: dizia no texto que “viviam maritalmente” ou então escrevia na margem do registro, “amigados”. A maior parte destes registros refere-se a casamentos que aconteciam quando um dos parceiros estava gravemente enfermo (ou nas palavras de Gay “perigosamente enfermo”), existindo iminente risco de morte.

Muitos foram os casos de indivíduos que, depois de viver toda uma vida ao lado de alguém com quem o casamento oficialmente não aconteceu, decidirem casar antes de morrer. Nas palavras do padre, o sacramento acontecia já no leito da morte, para “a salvação da alma” ou então para “desencargo da consciência”. Este foi o caso do italiano João Galetti que casa em 1878 com Gabriela Lucera, brasileira com quem vivia há muitos anos. À exemplo dele, esses casais por vezes viviam juntos por toda uma vida, tendo filhos e os batizando, sem a formalização do casamento.

Foi o que aconteceu com Rogerio Antonio Capua que, em 1888, com 45 anos e no leito da morte, casa com a paraguaia Assumpção Arquiler, com quem tivera “vida ilícita por

espaço de 14 anos”, “achando o nubente enfermo e antevendo o risco de sua vida”. “Por ser urgente o caso, em que o nubente mencionado pediu confissão, por achar-se em perigo de vida e viver vida ilícita com a nubente, para desincumbido de sua consciência” acontecia o sacramento do matrimônio.

Jose Felipe Gomes e Dolores Galliana, que casam em 1880, também recebendo o sacramento na hora da morte, tinham juntos, “de sua união ilícita” 5 filhos, com 45, 41, 36, 31 e 28 anos. Ou seja, uma união de mais de quatro décadas! Assim como eles, a grande quantidade de filhos ilegítimos atesta a pouca frequência do sacramento do matrimônio na Vila de Itaquí. Muitos o fazem, na última hora da vida, para “salvação da alma”, mas muitos outros, os quais morrem inclusive sem assistência médica ou espiritual, certamente não deixaram tal registro.

Para além dessa “necessidade espiritual” havia, por vezes, uma intenção prática no ato de oficializar uma união antes da morte de um dos cônjuges – legitimar os filhos com esse ato para que pudessem usufruir do patrimônio existente de forma mais facilitada e garantida. Esse ato era também realizado através dos testamentos, como forma de garantir a posse dos bens deixados para aqueles seus filhos.

O nome de Aleixo Vicente Vurlod aparece na lateral da página do registro de batizado de seu filho, registrado como natural em 1868, filho apenas de Thereza Maria, no ano de 1882, quando o padre diz ser a criança “reconhecido filho legítimo por ter seu pai Aleixo preenchido as formalidades do matrimônio”. Trata-se de um dos casos para os quais os pais sentiram vontade ou necessidade de “formalizar o casamento”, vindo a constar o nome do pai (inserido 14 anos depois) no registro. No entanto, os pais de muitas outras crianças nunca apareceram nos registros, mesmo que vivessem juntos por décadas, ou durante toda uma vida!

Em relação aos imigrantes europeus, muitos deles conservam-se nessa situação de ilegitimidade ao longo de toda a vida. Chegam solteiros, e assim decidem permanecer até morrer. Percebe-se, no entanto, haver uma preocupação prática em definir tal estatuto: garantir que seus filhos naturais garantam o direito à herança deixada. Pedro Cazimiro Ranquetat, que faz “testamento cerrado muito tempo antes de morrer” teve tal preocupação. Como já era viúvo, quis garantir para os filhos de 15, 11 e 8 anos os direitos sobre os bens deixados, procurando ampará-los quando da sua morte.

“Declaro que sou natural de França, departamento dos Baixos Pirineos, que sou filho de Nerguesinho Ranquetat, já falecido, e de Ignez de tal, também já falecida. Declaro que sempre me conservei no estado de solteiro, e ainda hoje me conservo, e

que tive de Bernabella Franca três filhos de nome Theodora, Antonio e Carmela, e que a dita Bernabella já faleceu. Declaro que tendo sempre conservado debaixo de minha guarda e proteção os referidos três filhos Theodora, Antonio e Carmela, ministrando-lhes desde os seus nascimentos todo o necessário para seus sustentos, vestuário e educação, pelo presente testamento solene, e no melhor de direito, perfilho, legítimo e adoto aos mesmos meus filhos Theodora, Antonio e Carmela como meus legítimos e verdadeiros filhos, como se fossem havidos por matrimônio, e por isso os constituo meus únicos e universais herdeiros de todos os meus teres e haveres”.¹⁵⁴

Ou seja, havia uma necessidade “espiritual” ou então uma vontade estritamente “prática” que norteava a intenção daqueles que casavam quando a enfermidade prometia levar a sua vida. Aconteceram também vários casamentos no mesmo dia ou ato do batizado dos filhos. Pode-se pensar aí também em “praticidade”, ou recursos para fazer duas coisas de uma só vez, agregado à exigência ou vontade de declarar seu filho como sendo de uma “união legítima”. Alguns, portanto, esperavam até o momento da morte para “legitimar” os filhos. Outros o faziam em alguma situação oportuna, como o batizado de filhos, por exemplo. Mas havia uma terceira possibilidade: aqueles que fizeram questão de registrar o seu estado de “solteiro” até o fim de sua vida. Essas situações foram responsáveis pelo grande número de crianças ilegítimas nascidas e batizadas nas Vilas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul até o final do século XIX.

O registro abaixo apresenta grande parte das características dessa população da Fronteira: casais que viviam juntos sem oficializar a união; a grande quantidade de filhos ilegítimos por tal causa – notar que os pais já eram filhos naturais; o grande número de filhos por casal; e a procedência de grande parte da população, vinda das cidades Argentinas ou Orientais.

“Aos 2 dias do mês de abril do ano 1877 nesta Matriz de São Patrício de Itaquí, em minha presença e das testemunhas Pedro d’Alcantara Reis e Jose Pando, se recebem em matrimônio com palavras de presente Antonio Gutterres, natural e batizado na Paróquia da Vila de São Borja, filho natural de Francisca Antonia Gutterres, com Juliana Mendonça, natural e batizada na cidade do Salto Oriental, filha natural de Nicalastina Sapata. Os nubentes já tinham a seguinte prole: Maria Antonia, de idade de 28 anos; Anacleto, de idade de 23 anos; Nicolau, de idade de 20 anos; Gabriela, de idade de 16 anos; Martiniana, de idade de 15 anos; Senhorinha, de idade de 12 anos; Damazio, de idade de 10 anos; Francisca, de idade de 8 anos; Manoel, de idade de 5 anos; e Demetrio, de idade de 3 anos”.¹⁵⁵

Assim como o casal acima, muitas eram as famílias que tinham mais de 10 filhos. E para tanto não havia distinção de posição social, cor ou procedência – a reprodução seguia seu

¹⁵⁴ APERS, FAMILIA E ÓRFÃOS, TESTAMENTOS, AUTO N.162, 1864, CAIXA 331.

¹⁵⁵ CHF - MICROFILME 1284893 – MATRIMONIOS 2, p. 93

caráter natural. O grande número de filhos por casal era decorrência, em grande parte, da baixa idade média ao casar dessas mulheres da Fronteira, que era inferior a 22 anos. Muitas delas, inclusive, casavam duas vezes, ao se tornarem viúvas antes dos 30 anos. Com os imigrantes europeus que se casaram aqui a situação foi a mesma – casavam com mulheres bem mais jovens e chegavam a ter 12 filhos, como Marcelino Lacroix.

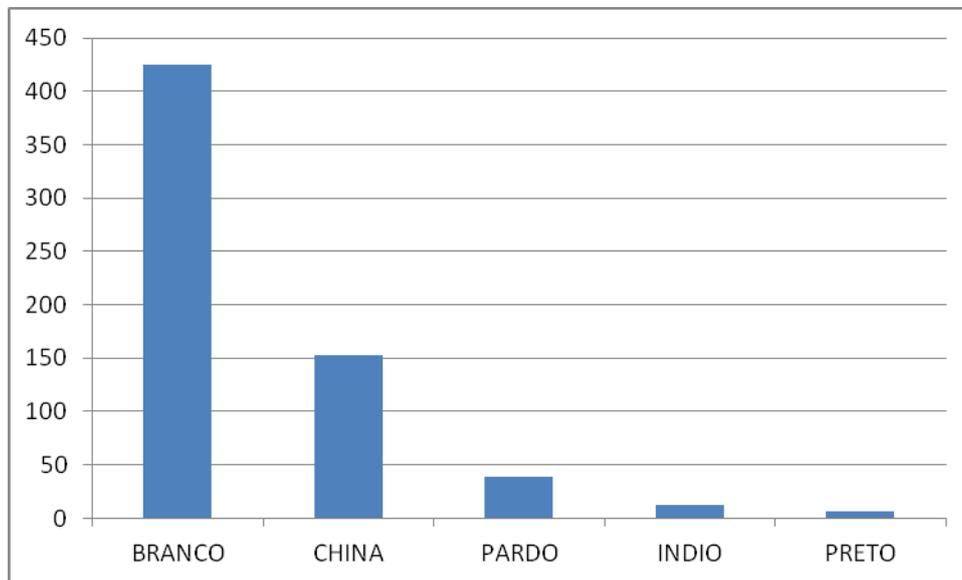
No entanto, percebe-se que a vida dessas pessoas – e principalmente dos imigrantes - foi marcada por muitos eventos tristes nestas vilas da Fronteira. A grande maioria deles perde um ou vários filhos gestados; é grande o número daqueles que ficam viúvos; não faltam casos de mulheres que morriam após o parto e, geralmente, a criança recém-nascida morria logo depois.

Em Uruguaiana e Itaqui, cidades para as quais temos o levantamento completo dos óbitos entre 1878 e 1883, o óbito das crianças com menos de um ano é bastante elevado. Do total de mortes registradas em Uruguaiana nesse período, 27,2% correspondem a menores de um ano. Em Itaqui, do total de mortes, 30,3% dos casos são de menores de um ano.

Se consideramos o grupo que morre com menos de 15 anos de idade, representam, coincidentemente, 50,6% em ambas as cidades. Ou seja, mais da metade de todos os óbitos registrados nos seis anos citados são de crianças. Os óbitos de adultos em idade reprodutiva (15 a 50 anos) são 36,3% em Uruguaiana e 30,6% em Itaqui. Aqueles que morrem com mais de 51 anos são 13,1% em Uruguaiana e 18,8% em Itaqui. Impressionam também os casos em que vários filhos de um casal, de diferentes idades, morrem no espaço de poucos dias, acometidos por doenças ou situações trágicas.

No que se refere à composição étnica evidenciada pelos registros, encontramos na fronteira uma população branca, preta, parda e china. Em 1875 e 1876, dentre os batizados em Itaqui, encontramos a seguinte configuração étnica:

Gráfico 3.4 - Declaração de cor – batismos realizados em Itaqui em 1875 e 1876



Fonte: Registros paroquiais de Itaqui.

Percebemos que para o pároco que realizou tais assentos, a criança “china” não era nem “pardo” e nem “índio”. Como entender então esse termo? Mais representativo ele se torna se percebermos que 24% das crianças batizadas eram “chinas”.

Para o padre Gay, que igualmente utiliza o termo em São Borja e em Uruguaiana, por vezes dá a entender se aproximar muito da categoria “índio”:

“A 22 de novembro do ano 1850 nesta freguesia de São Borja com licença minha o reverendo Marcellino Lopes Falcão batizou solenemente a Jose, nascido a 24 de outubro de 1850 filho natural de Maria Rodriguez **chino amañado já cristão**. Foram padrinhos Jose Antonio de Castilhos e Mafalda de Oliveira Castilhos. E para constar fiz este assento que assino, O vigário João Pedro Gay”.¹⁵⁶

Outras vezes, novamente se distanciava da mesma:

“A primeiro de fevereiro de 1857, nesta freguesia de São Francisco de Borja, em Missões, batizei solenemente a Lino **índio pardo** de idade de 14 meses filho legítimo de João dos Santos, **índio** e de Francisca **china**, foram padrinhos Joaquim Machado Gallo e Ana Bierman”.¹⁵⁷

Depois de muitos “encontros” com o termo achei que designasse aqueles indivíduos “miscigenados”, de difícil categorização entre branco ou pardo. No entanto, o próprio padre Gay encontrava um termo que explicava melhor o que eu procurava dizer: eram indivíduos “misturados”.

¹⁵⁶ Livro 8º de assentos de batismo, p.123.

¹⁵⁷ Livro 9º de assentos de batismo, p. 112.

“A 03 de dezembro de 1857, nesta freguesia batizei solenemente a Lourença, nascida a 10 de agosto deste ano, filha de Senhorinha Alves do Nascimento, **misturada**; sendo padrinhos Luiz Maria Rios e Maria Joaquina de Souza”.¹⁵⁸

O interessante é que o termo “china” não apareceu somente na documentação eclesiástica, não era apenas uma denominação utilizada pelos padres. Era, pelo que os registros indicam, um “atributo” reconhecido civilmente, como no registro civil de óbito de uma criança natimorta no rancho de Januaria Fernandez, no Passo da cidade de São Borja. Consta no registro que a criança era do “sexo masculino, filho da china Maria Valentina, natural desta cidade, solteira, lavadeira e moradora no Passo”.¹⁵⁹

Diante das contradições vistas na documentação, o relato de Roberto Lallemant, alemão que visita a região em 1858, e que relaciona o termo à população originária da região, é mais um elemento a ser considerado para a interpretação dessa designação que possivelmente tenha tido distintos usos.

“Descubro no guarani certa dificuldade chinesa e nos guaranis, não só na constituição física como também na atividade espiritual, semelhança com aqueles índios do Oriente, pelo que a denominação dos índios brasileiros de chineses do Oeste ou do Sudoeste, que já usei uma vez, se justifica mais do que parece a primeira vista. Para mim é, pois, de grande significação que sempre tenham chamado chineses aos moradores dos rios Uruguai e Paraná e assim os continuem chamando. Sobre estes singulares chineses do Oeste, de cujo depercimento como povo crepuscular ocidental já não se duvida, tenho algumas idéias que desejo amadurecer mais um pouco para, talvez, publicá-las depois”.¹⁶⁰

3.3.2 Uma população misturada em cores e línguas

Neste emaranhado de fontes, fatos e agentes a minha busca era pelos europeus que viviam nas Vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana na segunda metade do século XIX. Além de entender a estrutura da população, perceber a organização familiar e o comportamento dos habitantes, meu primeiro objetivo era contabilizar aqueles imigrantes.

Minha busca às atas de batismos, casamentos e óbitos tinha um objetivo bastante definido – conhecer e mapear todos os imigrantes europeus encontrados. Para tanto, alguns registros foram mais esclarecedores do que outros. Infelizmente, alguns padres simplesmente ignoravam a nacionalidade daqueles que estavam a sua frente ou, pelo menos, não acharam

¹⁵⁸ Livro 10º de assentamento de batismo, p.170.

¹⁵⁹ CHF. Microfilme 1408289. Cartório de São Borja – Registro n.07, de 9 de janeiro de 1890, p.100.

¹⁶⁰ AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p. 274.

importante fazer tal registro. Outros, no entanto, foram bastante meticolosos, colocando inclusive a região da Europa de onde o imigrante provinha.

Dois outros grandes problemas, comuns a toda pesquisa que utiliza essa fonte, foram a grafia irregular dos nomes e, principalmente, sobrenomes e a grande presença de homônimos na população em questão. João da Jornada, João Malgor e João Serres, todos franceses, aparecem com o mesmo nome dos pais. No entanto, teriam migrado tanto os pais quanto os filhos? Seria apenas o pai francês e o filho de mesmo nome já nascido na América? Ou seriam os dois franceses, tendo vindo apenas o filho para o Brasil? O mapeamento do cônjuge, demais registros feitos pelo mesmo padre e o cruzamento com outras fontes permitem resolver a questão.

Para muitos casos, são três gerações que apresentam o mesmo nome. Felix Alexandre Grivot, francês, agrimensor, é casado com Prudência Dornelles Grivot. Em 24 de março de 1899, morreu um filho seu, de nome Felix Alexandre Grivot, natural deste estado, com 34 anos e empregado estadual. Neste ano, consta estarem os pais, Felix e Prudência, já mortos. Este Felix Alexandre Grivot, do qual se lê a certidão de óbito, tem igualmente um filho chamado Felix, de 5 anos, e outra filha chamada Prudência, de 2 anos. Ou seja, os dois filhos receberam o nome dos avós paternos. Serão três gerações com o mesmo nome! Com o francês João Etcheverry acontece a mesma coisa, o que pode induzir o pesquisador a alguns erros, principalmente, na fase inicial da pesquisa. Com o passar do tempo, no entanto, a “familiaridade” com o tema e com os personagens envolvidos permite minimizar esses problemas.

Depois de uma busca exaustiva aos livros paroquiais, inventários e processos criminais, chega-se a uma lista de imigrantes europeus que residiram nas Vilas de Uruguaiana, Itaquí e São Borja. Dessa lista, anexada a este texto, a pesquisa seleciona os franceses para o estudo que segue nos próximos capítulos.

A ideia de mapear o conjunto total dos europeus deveu-se à necessidade de saber o quão representativo era o conjunto dos franceses no total da população, mas também em relação aos outros imigrantes. A falta de trabalhos sobre o tema instigou-me a saber quantos e quem eram esses imigrantes que viveram na Fronteira na segunda metade do século XIX.

No conjunto total foram nomeados 733 imigrantes europeus em Uruguaiana, 470 em Itaquí e 329 em São Borja. Nesta primeira lista, foram anotados, além do nome e da nacionalidade, a idade, a ocupação e a nacionalidade do cônjuge – sempre que estes dados

apareciam. A primeira data, ou o primeiro evento do qual participaram na cidade foi igualmente anotado.

Gráfico 3.5 - Total de imigrantes europeus em Itaqui – Nacionalidades

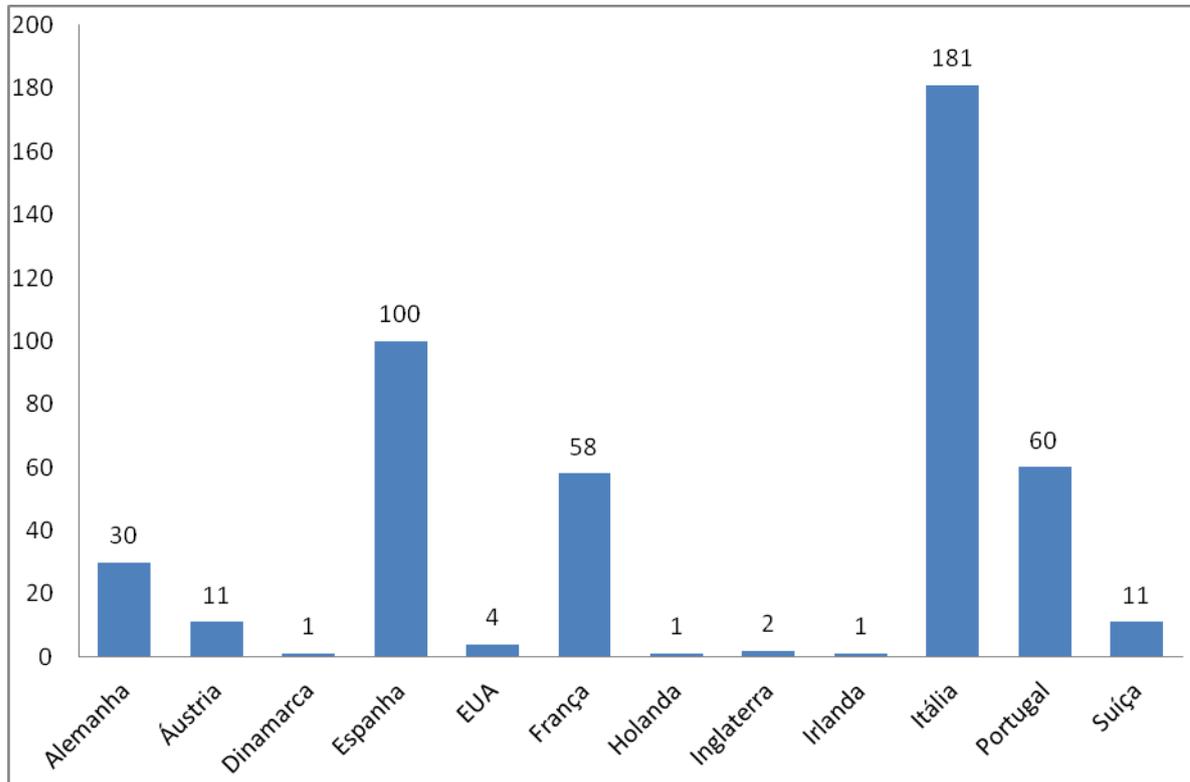


Gráfico 3.6 - Total de Imigrantes europeus em Uruguaiana - Nacionalidades

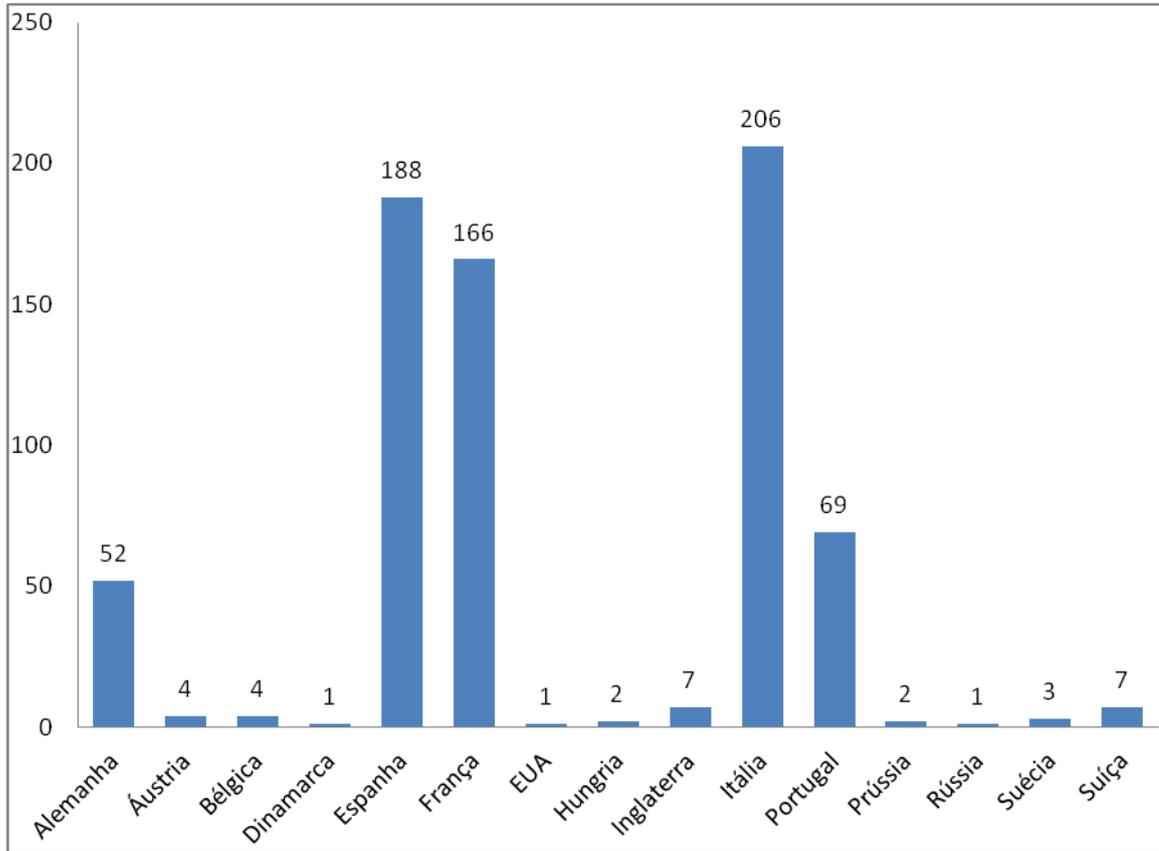


Gráfico 3.7 - Total de imigrantes europeus em São Borja – Nacionalidades

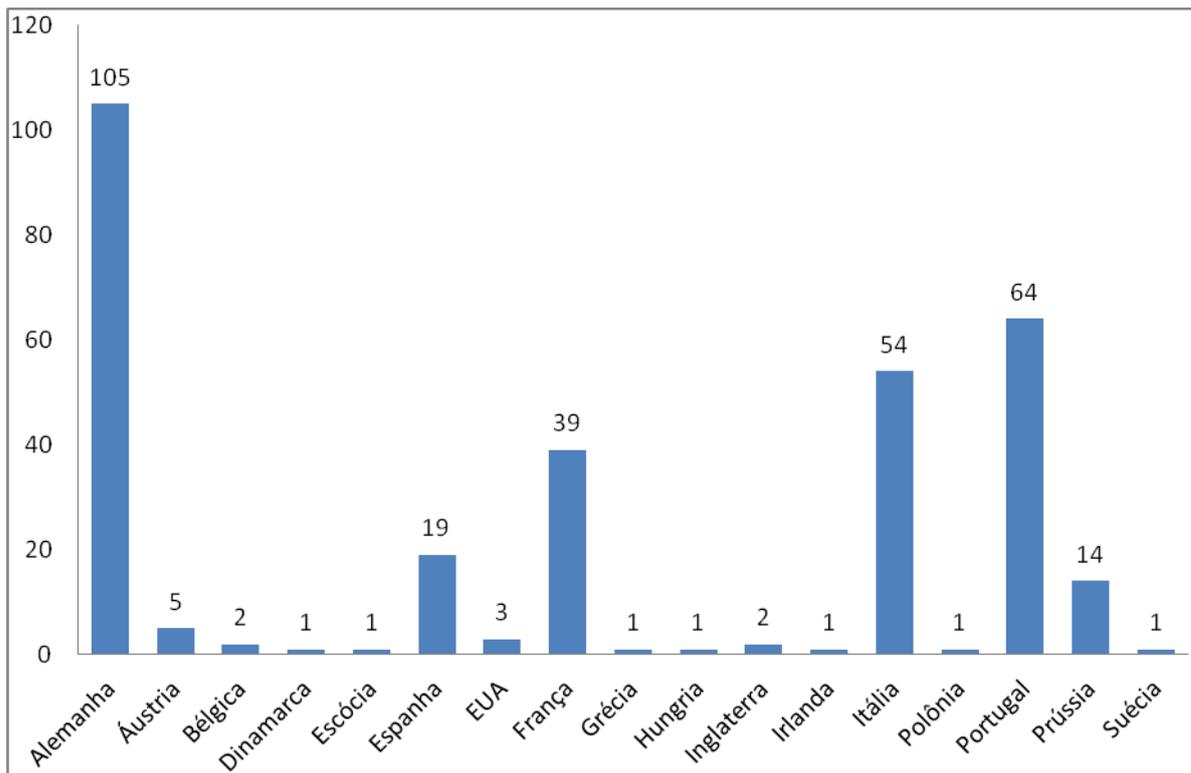


Tabela 3.9 - Total de imigrantes europeus e as nacionalidades mais representadas

País de origem	ITAQUI	URUGUAIANA	SÃO BORJA
Alemanha	30	52	105
Áustria	11	06	06
Bélgica	00	04	02
Espanha	100	188	19
Estados Unidos	04	01	03
França	58	166	39
Inglaterra	02	07	03
Itália	181	206	54
Portugal	60	69	64
Prússia	00	02	14
Suécia	00	03	01
Suíça	11	07	00

Ao analisar a população dos imigrantes europeus, percebe-se que a maioria em termos absolutos é de italianos. São o grupo mais representativo em Itaquí, onde, com 39% dos imigrantes da cidade, tem destaque em números absolutos, e também em Uruguaiana, onde os italianos são 28% do grupo total de imigrantes. Nesta cidade, no entanto, o grupo é seguido de perto pelos espanhóis e franceses, que igualmente tem uma representatividade importante em Itaquí. As duas cidades apresentam uma relação e importância dos grupos bastante próxima, recebendo destaque os italianos, espanhóis e franceses.

São Borja, no entanto, apresenta uma grande distinção. Nesta Vila, os alemães são 32% da população imigrante, grupo que praticamente não aparece nas cidades anteriores. Em oposição, em São Borja, os italianos são apenas 16%. Esta distinção está relacionada ao contexto e momento em que esses imigrantes se dirigem para a Fronteira Oeste.

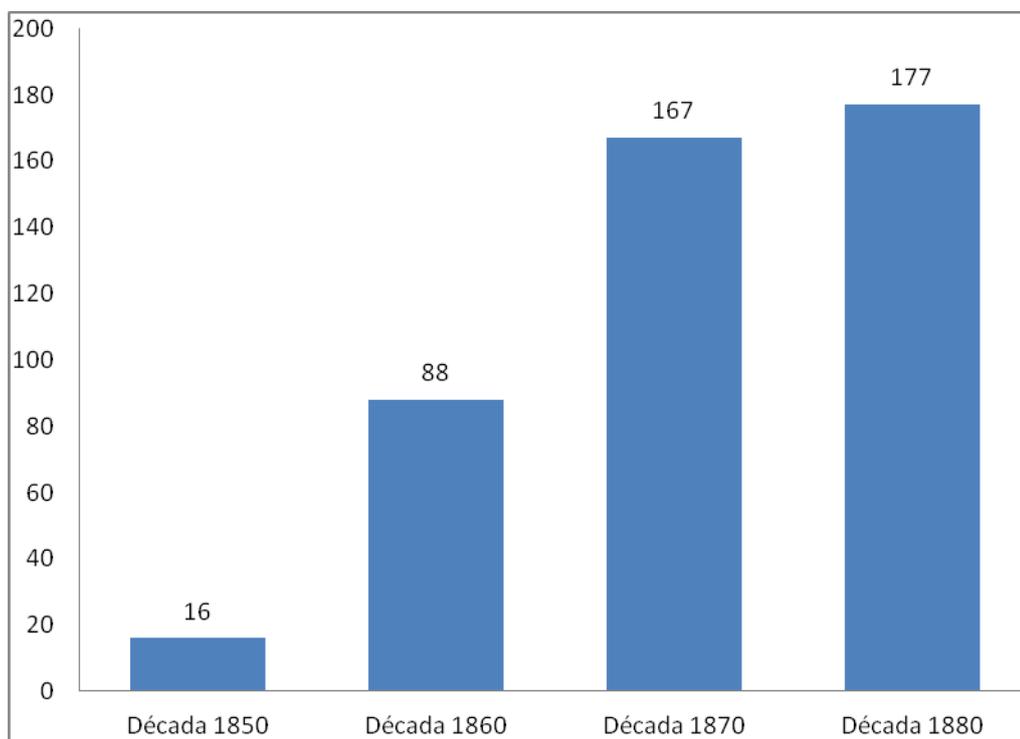
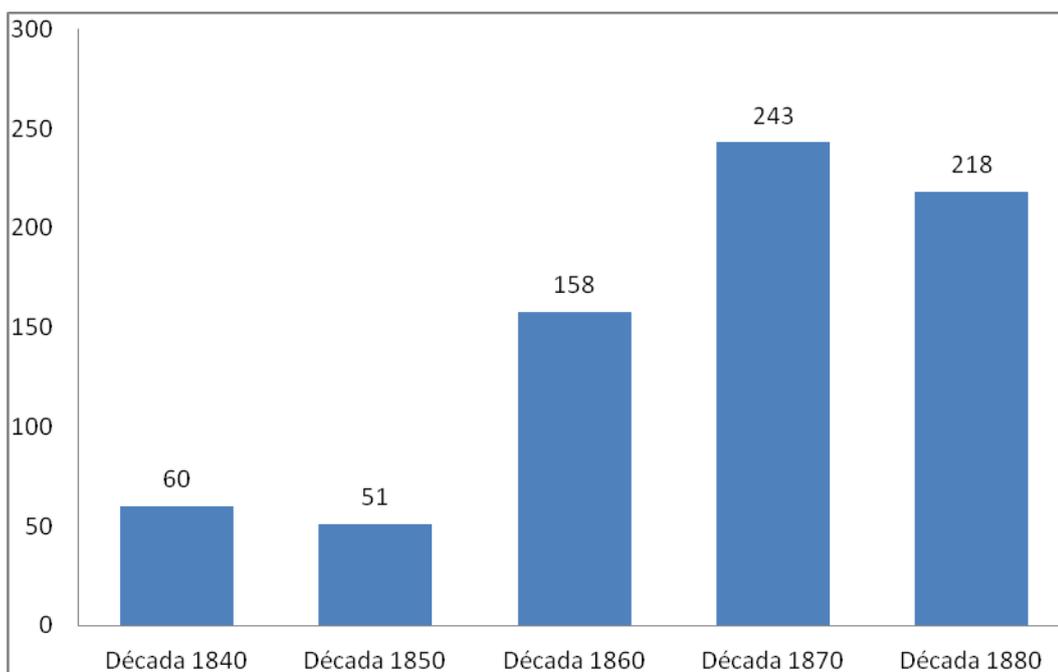
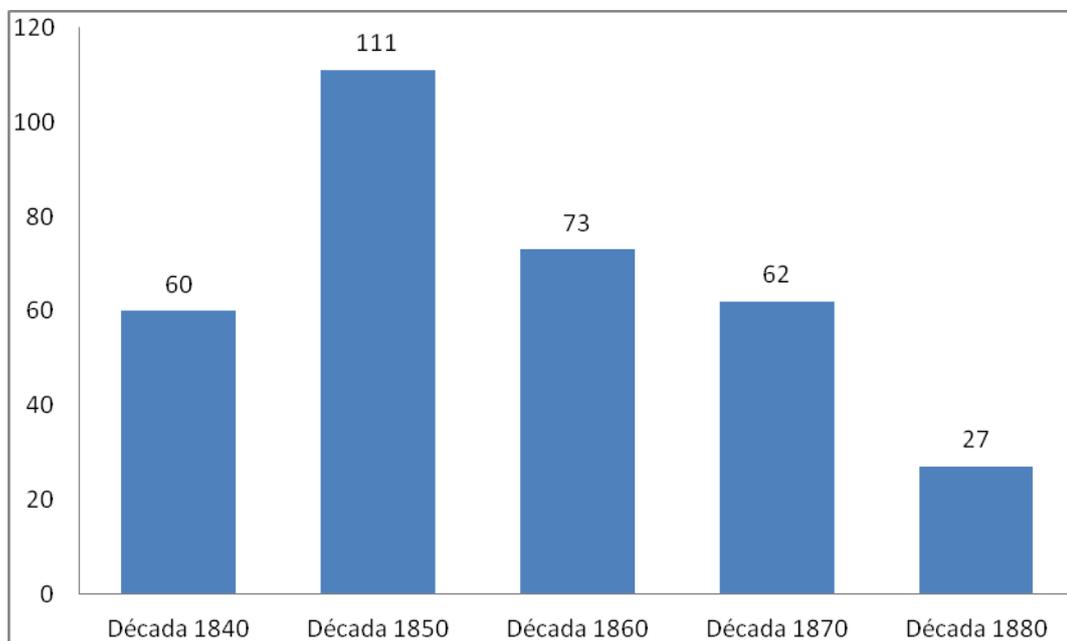
Gráfico 3.8 - Presença dos europeus por décadas – Itaqui**Gráfico 3.9 - Presença dos europeus por décadas – Uruguiana**

Gráfico 3.10 - Presença dos europeus por décadas – São Borja**Tabela 3.10 - Presença dos europeus por décadas**

Décadas	ITAQUI	URUGUAIANA	SÃO BORJA
1850	16	51	111
1860	88	158	73
1870	167	243	62
1880	177	218	27

Para Itaqui, possivelmente, ocorra um sub-registro da presença dos imigrantes anterior a 1859, data a partir da qual existem os livros da Paróquia microfilmados. No entanto, ao longo da pesquisa isso foi amenizado com a consulta a outros tipos de fontes. Os processos de justificações, embargos e notas, por exemplo, evidenciaram a presença de vários imigrantes, na década de 1860, que não apareceram nos registros paroquiais.

O que se destaca nos registros de Uruguaiana é a importância de existirem os livros e atas para os últimos anos da década de 1840 e início de 1850. Além disso, os registros são bastante completos, com a indicação da nacionalidade inclusive dos padrinhos das crianças batizadas. Trata-se de um padre que coloca também o nome dos avós paternos e maternos, e a nacionalidade dos mesmos. No entanto, a qualidade desses registros não se mantém. As

décadas seguintes apresentam péssimos registros, do que talvez decorra a não ascendência do número de imigrantes. Nestes registros, nem ao menos consta a nacionalidade dos pais, ou nome dos avós das crianças.¹⁶¹ Exigências foram feitas até em visita pastoral, mas que não foram cumpridas.

Em relação aos dados acima, é importante destacar que o número correspondente a cada década representa a vinda de novos europeus para a cidade. Ou seja, nos mostra a quantidade de europeus que se estabeleceram nas cidades em cada período. Esse dado foi definido a partir do primeiro registro encontrado para cada indivíduo, ou seja, a referência ao ano em que o imigrante passou a viver – ou estava vivendo - na cidade.¹⁶² A evolução da presença de cada grupo ao longo do período em estudo está nas linhas abaixo.

¹⁶¹ Como os registros de Uruguaiiana dificilmente mencionavam a nacionalidade dos pais e/ ou noivos até a presença do padre Gay, na década de 1880, os portugueses dessa cidade certamente estão sub-representados nos dados registrados, uma vez que quando aparecia algum sobrenome que indicava origem europeia eu anotava, mesmo não tendo certeza da naturalidade da pessoa. A mesma, muitas vezes, foi atestada depois, ou em outras fontes. No entanto, no caso dos portugueses, isso não foi possível, principalmente pela mescla de nomes, no que resulta um grande grupo de “luso brasileiros”. Na verdade, essa falta não chega a prejudicar a análise dos dados, uma vez que serão os outros grupos que receberão atenção especial nesse estudo, no qual considero a presença portuguesa como uma imigração de outro caráter – com objetivos, temporalidade e fluxos distintos dos demais grupos, que começam a chegar somente nos idos do século XIX.

¹⁶² Mais um motivo pelo qual o estudo dos registros paroquiais se mostrou importante. Por exemplo, ao analisar os inventários, eu descubro a posição social/familiar da pessoa na final da vida. Podem até existir algumas referências como “pertenceu a sociedade desde o ano tal” ou “arrendamento feito no ano tal” mas dificilmente encontro o ano aproximado da chegada do imigrante até a Fronteira – não vou encontrar o carimbo de passagem pela alfândega ou semelhante. Assim, o batizado de algum filho, ou mesmo o casamento, foram listados como a primeira data (o primeiro registro) da pessoa na região em estudo.

Gráfico 3.11 - Presença dos europeus em Itaquí

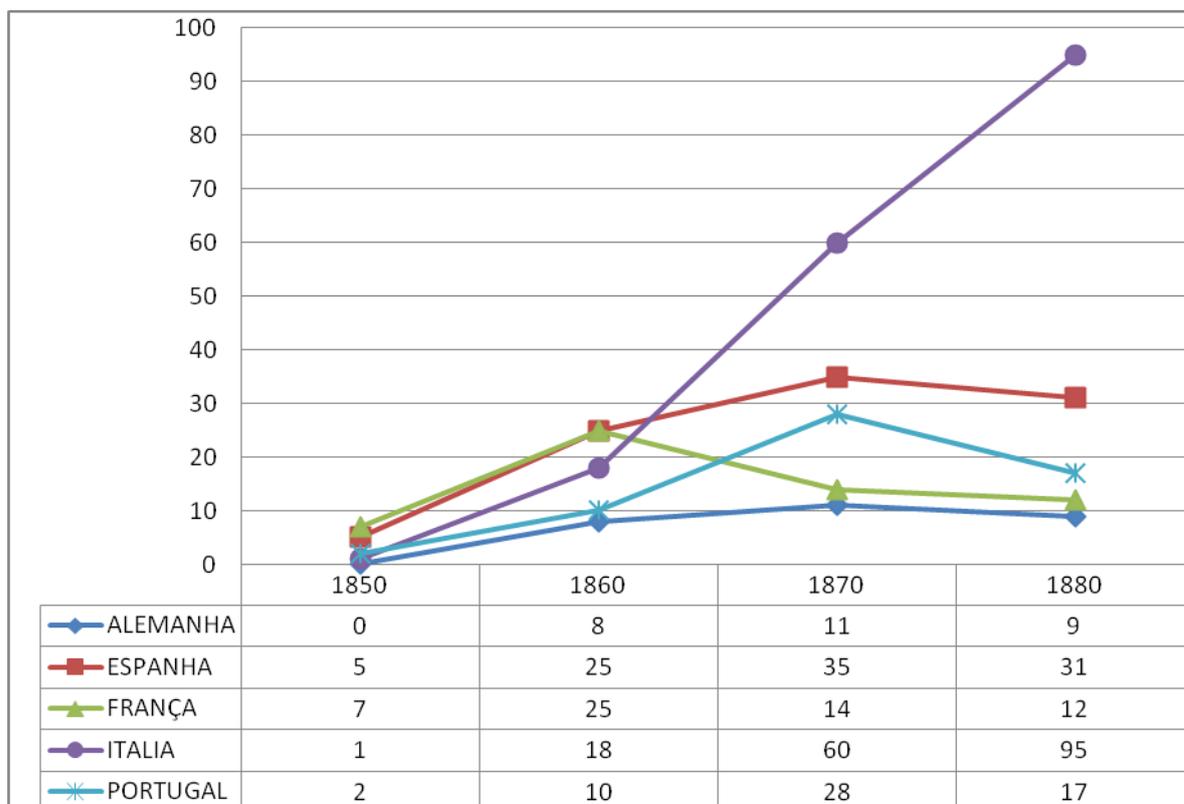


Gráfico 3.12 - Presença dos europeus em Uruguaiana

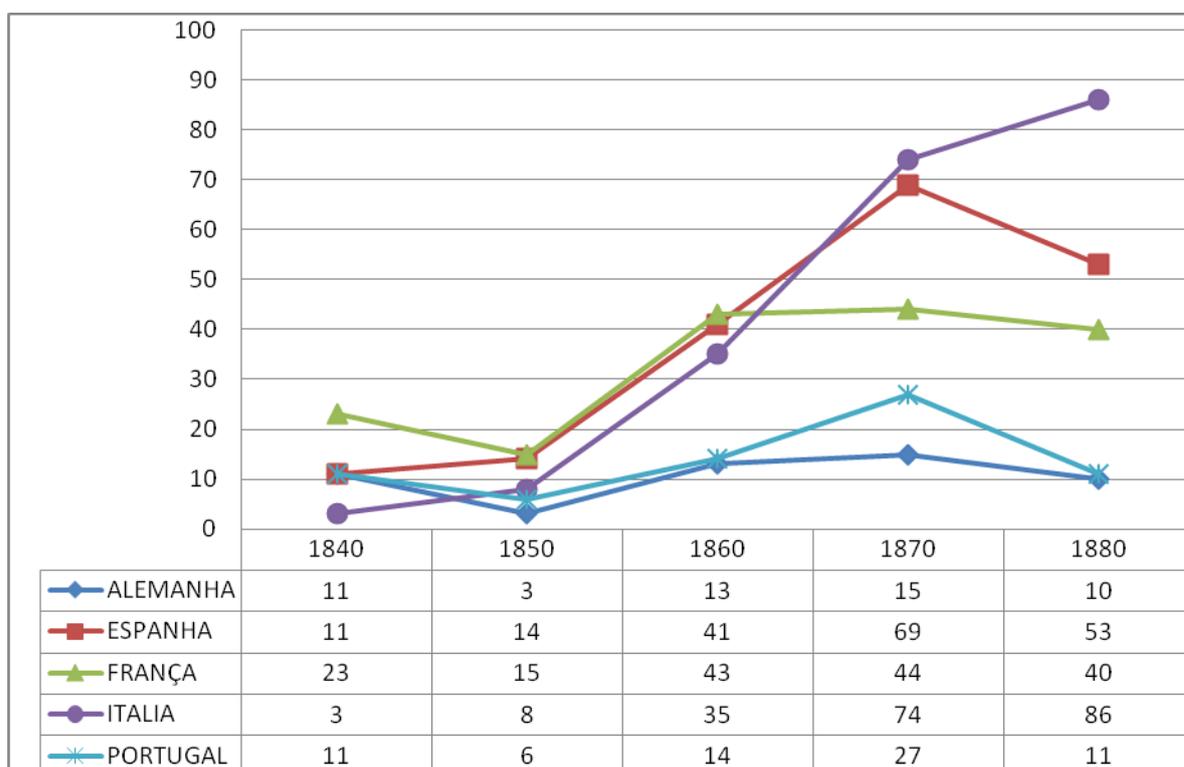
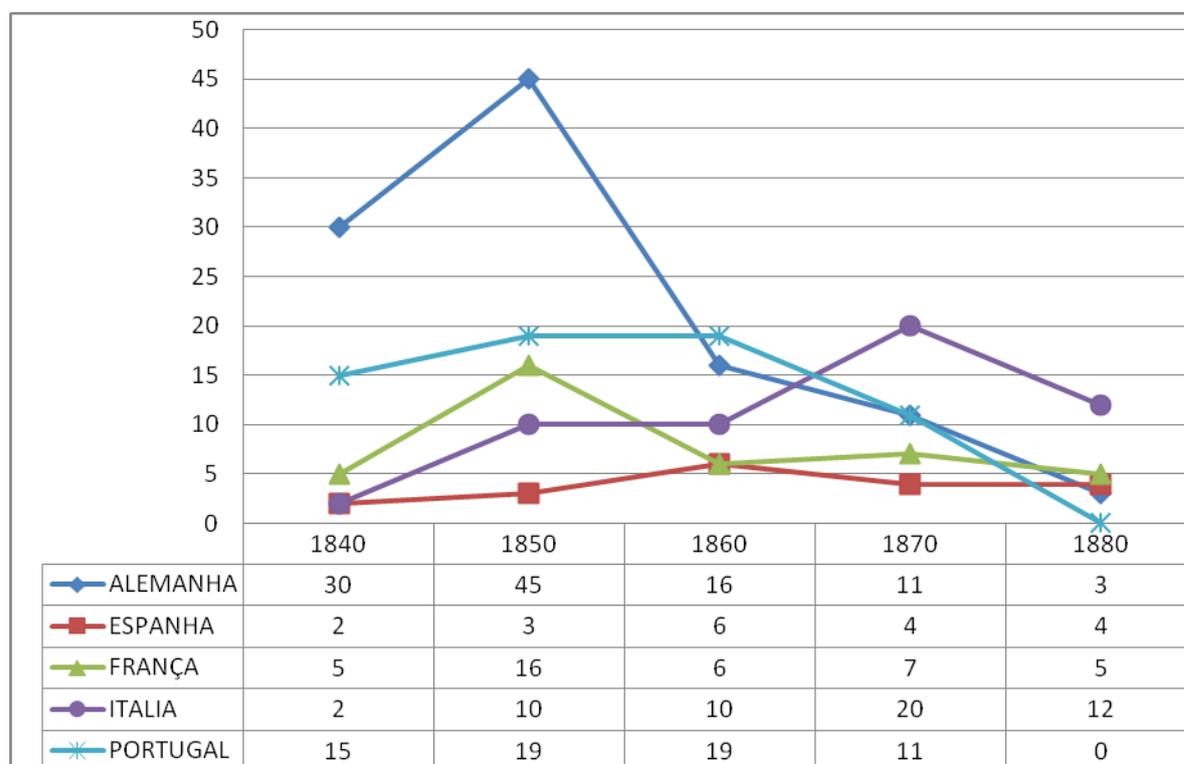


Gráfico 3.13 - Presença dos europeus em São Borja

Novamente, as cidades de Itaqui e Uruguaiiana apresentam uma evolução bastante similar no mapa da chegada do contingente de europeus ao longo do período em estudo. Avaliando a evolução da corrente migratória de cada grupo, nas duas Vilas, há o aumento expressivo e absoluto dos imigrantes italianos com o passar das décadas. No pós-1870, os emigrados da Itália são maioria se considerado o total dos imigrantes. Esse aumento coincide com um novo momento na história da imigração, definido pela chegada de grandes contingentes populacionais italianos e espanhóis ao território sul-americano.

No entanto, até a década de 1860, os espanhóis e franceses constituíram a presença mais importante na região da Fronteira. Em Itaqui, no pós-1860 há uma pequena queda na vinda de novos imigrantes franceses e a chegada de novos espanhóis mantém-se regular. Em Uruguaiiana, a imigração dos franceses é mantida em números constantes durante todo o período e a espanhola apresenta queda somente em 1880.

A presença dos alemães é pequena, mas constante em ambas as cidades. Processo inverso ao percebido em São Borja, onde os alemães são o grupo hegemônico até 1850. Os franceses estão bem representados na cidade nesta década de 1860 e o número de italianos é bastante reduzido. Esse grande número de imigrantes alemães, e concentrado ainda na

primeira metade do século XIX, tem relação direta com os projetos de criação de colônias agrícolas na região das missões por parte da Província do Rio Grande do Sul. Como algumas das tentativas realizadas não tiveram sucesso, esses imigrantes estabeleceram-se em São Borja.

No entanto, para o meu estudo, a informação mais importante em relação à presença dos europeus na região da Fronteira é aquela que apresenta os franceses como o grupo mais representado em Itaqui e Uruguaiana até a década de 1860. Disso infere-se que o processo migratório e o estabelecimento nas cidades estudadas acontece justamente no momento em que há um visível crescimento econômico desses espaços, decorrente dos fluxos comerciais na região da Bacia do Prata. Atraídos pelas possibilidades de sucesso econômico, qual seria o perfil e como teria se dado a inserção social desses imigrantes na região? O fato de terem chegado sozinhos ou já com o seu grupo familiar terá importância central nesse processo.

Gráfico 3.14 - Casamentos dos imigrantes europeus – Itaqui

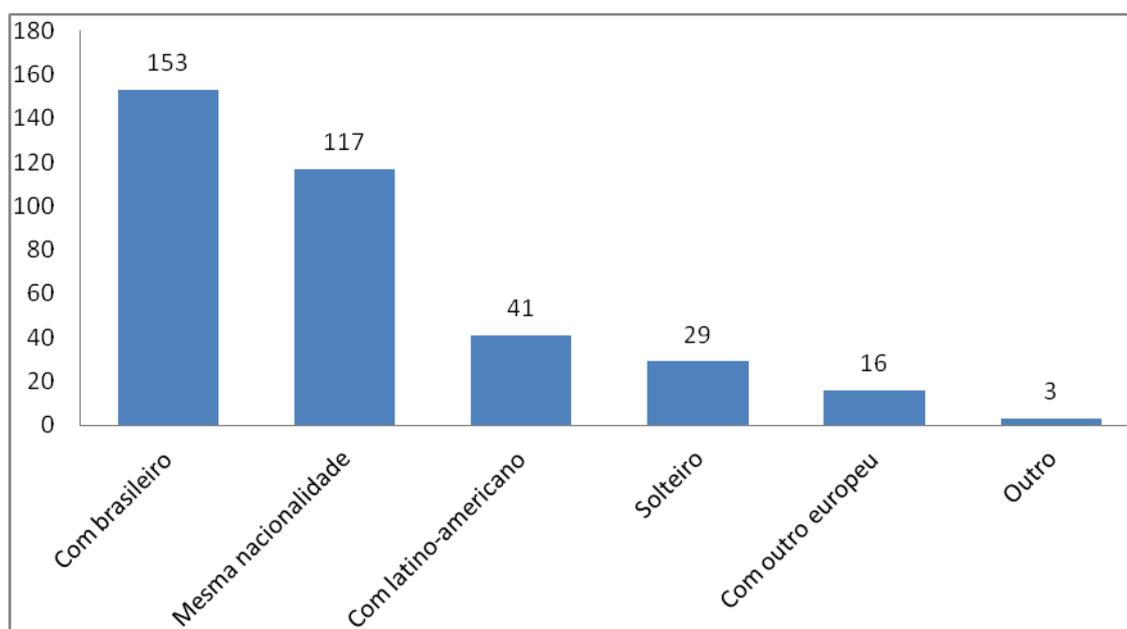


Gráfico 3.15 - Casamentos dos imigrantes europeus – Uruguiana

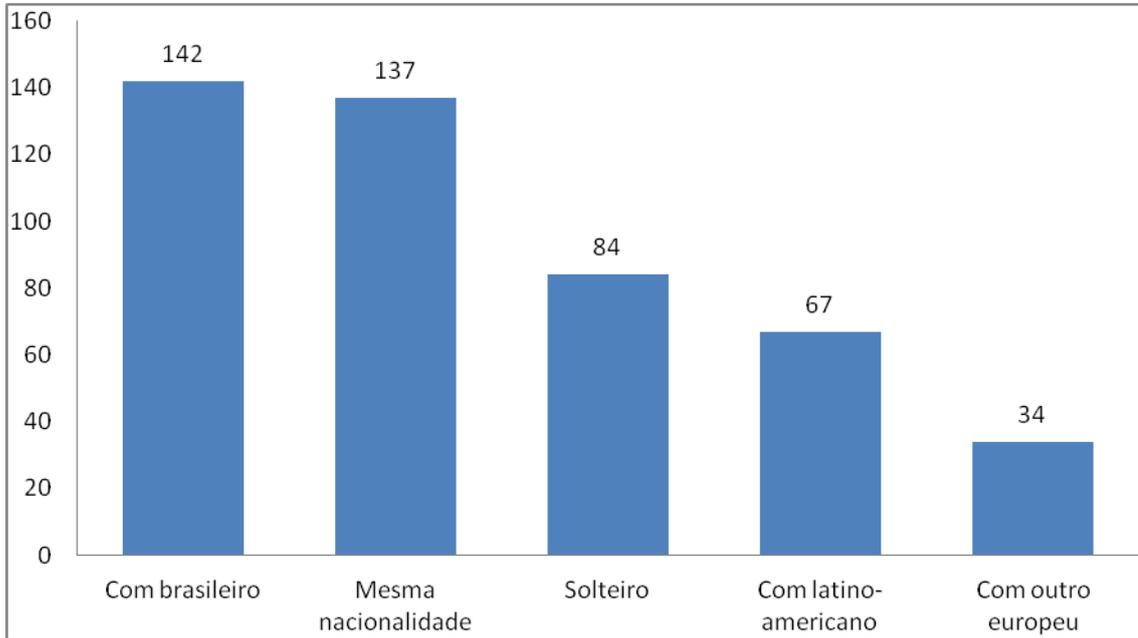


Gráfico 3.16 - Casamentos dos imigrantes europeus – São Borja

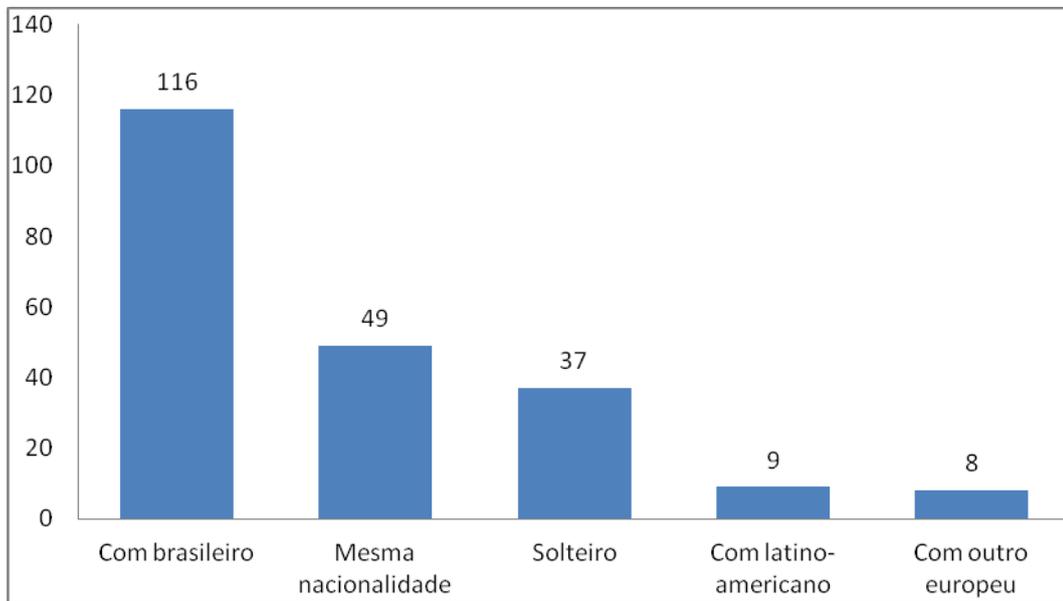


Tabela 3.11 - Casamentos dos imigrantes europeus

Casamentos	Itaqui	Uruguiana	São Borja
Com brasileiro (a)	153	142	116
Com latino-americano	41	67	09
Mesma nacionalidade	117	137	49
Com outro europeu	16	34	08

Ao analisar a nacionalidade dos cônjuges dos imigrantes europeus, chega-se a conclusão de que o maior contingente imigrante foi constituído por homens solteiros. Para os casos em que se conhece tal informação, predominam os casamentos acontecidos no Brasil, depois da chegada à Fronteira.

O índice de casamentos acontecidos entre indivíduos de mesma nacionalidade também é bastante alto. Boa parte deles está representada por uniões que aconteceram no país de origem, antes da emigração. No entanto, são também muitos os casos de imigrantes casando com filhos/filhas de imigrantes da mesma nacionalidade. Muitos desses cônjuges são nascidos nos países vizinhos. É o caso de Felix Bilbás, espanhol, que casa com Juliana Fernandez, nascida na Republica Oriental do Uruguay, e filha dos espanhóis Manoel Fernandez e Iñez Reguera Fernandez que residem em Itaqui no momento do batizado dos filhos do casal Felix e Juliana. Miguel Ascaverreta, igualmente espanhol, vai casar com outra filha do casal Manoel e Iñez. Caso igual se repete muito entre os espanhóis e italianos.

Ao que tudo indica, no pós-1880, quando chegam as grandes levas de italianos e espanhóis, o que se percebe é o aumento de casamentos endogâmicos entre esses grupos, mas com uniões acontecendo no destino imigratório. Ou seja, são imigrantes recém-chegados à América que procuram um par da mesma nacionalidade para casar. É evidente que os casamentos desses imigrantes homens com mulheres brasileiras continuam acontecendo, mas a endogamia é bastante grande.

O que também acontece é o casamento dos recém-chegados com viúvos, ou seja, imigrantes já chegados há mais tempo. Assim, se nas décadas de 1850 e 1860 casamentos endogâmicos, na sua grande maioria, indicam que o casal já emigrou casado, e por vezes já com filhos, nas décadas de 1870 e principalmente pós-1880, com a presença de um grande contingente de imigrantes no Brasil e na Argentina, os casamentos entre compatriotas aconteciam aqui.

Em todo o período, é bastante comum filhos de imigrantes da mesma nacionalidade se casarem. Entre os franceses, principalmente, isso é bastante recorrente. Esse tema será tratado no capítulo seguinte, quando serão reconstituídas algumas famílias e analisadas as estratégias matrimoniais do grupo. Dentre o grande número daqueles que se declaram solteiros, vale lembrar que os mesmos podem estar naquele grupo dos que mantém as uniões ilegítimas que caracterizam boa parte das uniões na região.

3.3.3 Os registros civis: aproximando-nos da vida urbana

Percebe-se, portanto, um aumento crescente do número de europeus que fixam residência em Itaqui e Uruguaiana ao longo da segunda metade do século XIX, período este em que o comércio pelo rio Uruguai permitirá boas oportunidades de negócios para estes indivíduos. Nas Vilas, será percebido o crescimento do fluxo de pessoas e mercadorias, gerando a necessidade de novos serviços e diversificando as possibilidades de trabalho no espaço urbano dessas cidades. A grande maioria destes europeus dedicar-se-ia ao comércio ou então aos ofícios citadinos.

Gráfico 3.17 - Ofícios dos imigrantes europeus – Itaqui

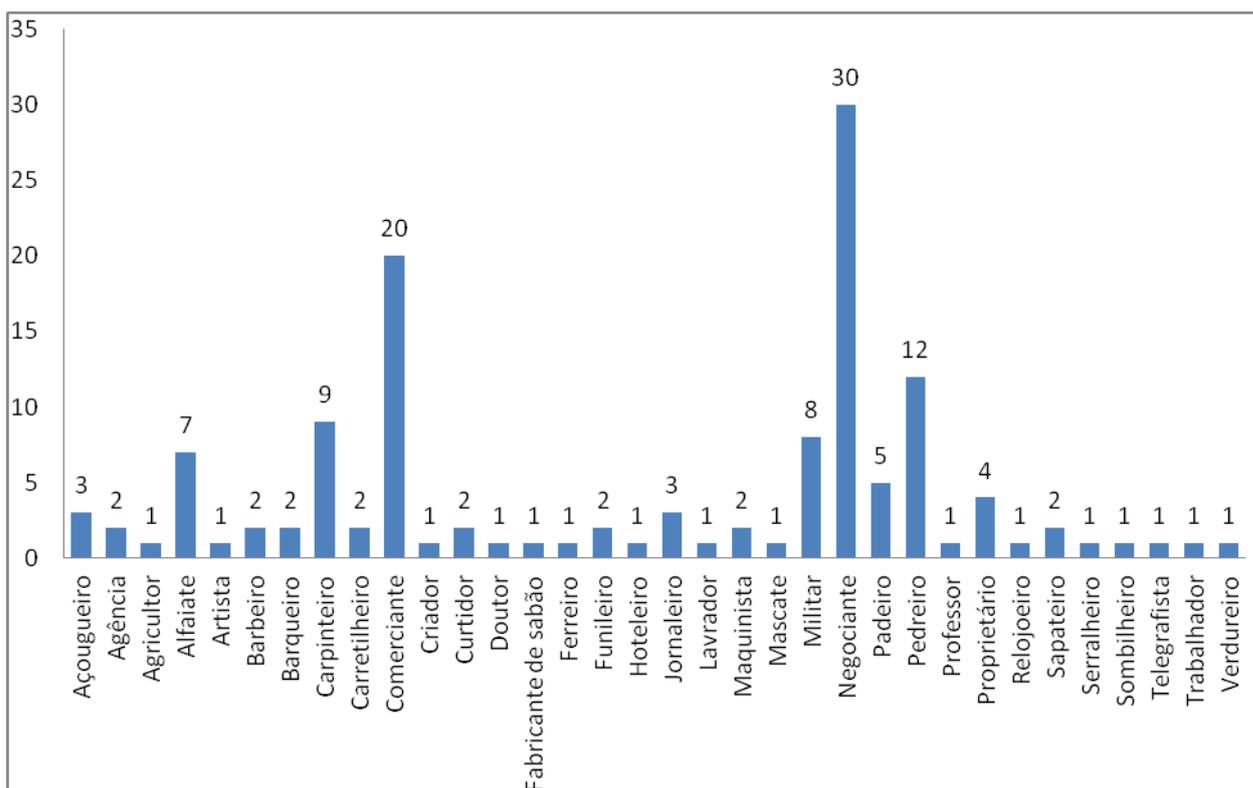


Gráfico 3.18 - Ofícios dos imigrantes europeus – Uruguaiana

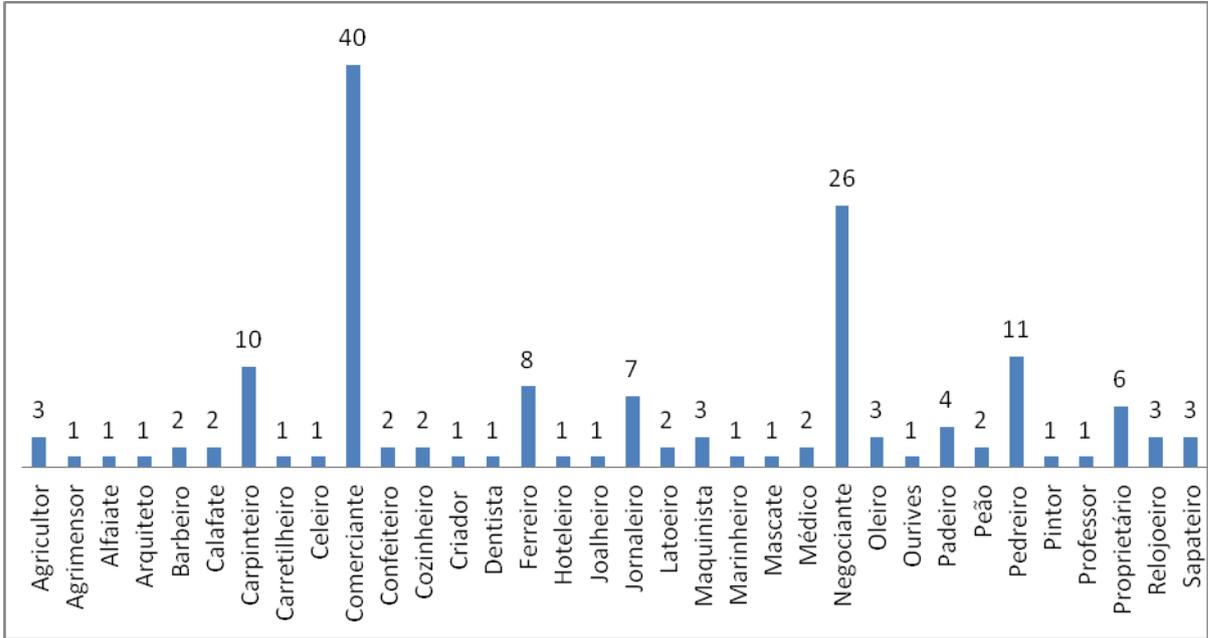
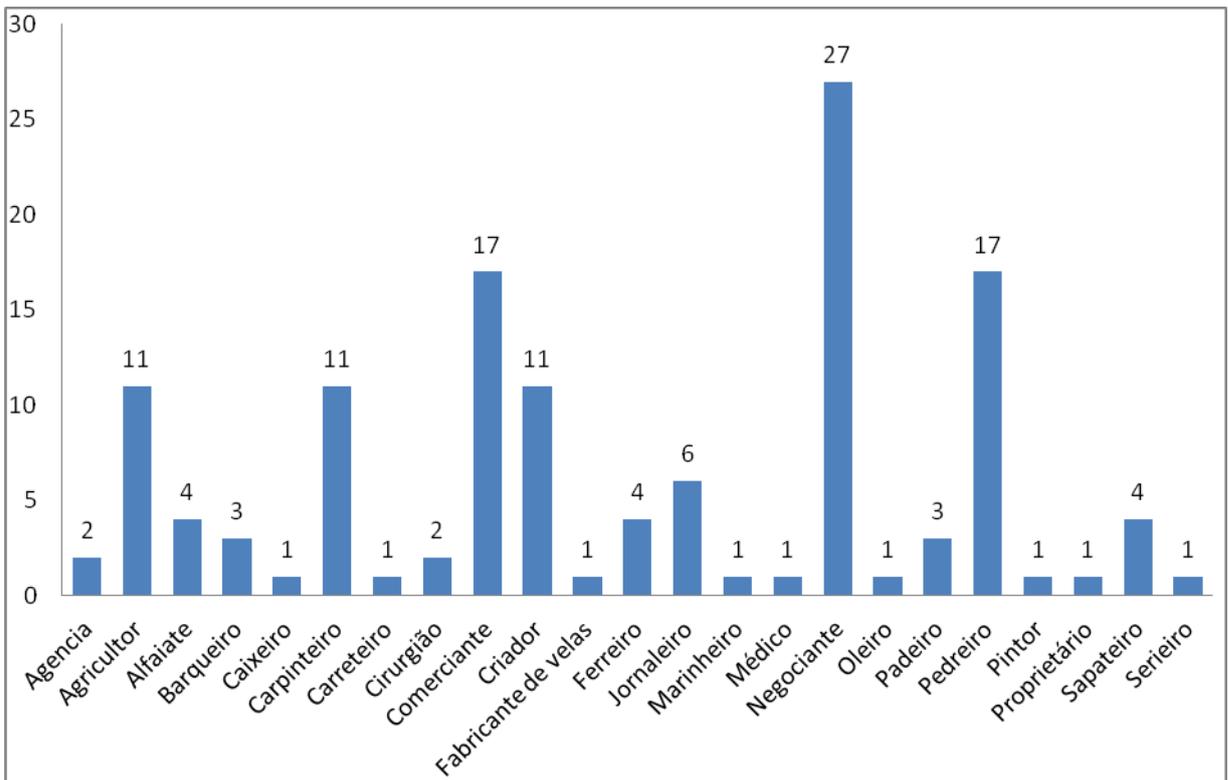


Gráfico 3.19 - Ofícios dos imigrantes europeus – São Borja



Dentre os ofícios e profissões, aqueles que se dedicavam aos negócios¹⁶³ e ao comércio ganham destaque nas três relações acima.¹⁶⁴ Esse dado é confirmado por aqueles disponíveis para o ano de 1872, quando, em relação às ocupações, o censo demonstrava haver em Uruguaiana 92 indivíduos estrangeiros¹⁶⁵ dedicados às atividades do comércio. Estes representavam 57% do total de comerciantes da cidade. Em Itaqui, 70% dos comerciantes eram estrangeiros (142 num total de 204) e, em São Borja, representavam 34%.

Como já dito anteriormente, a informação sobre a profissão das pessoas só começa a aparecer de maneira mais intensa nos registros de nascimento quando é instituído o registro civil no Estado, em 1874. Esse dado, portanto, é conseguido sobremaneira no estudo das fontes civis, como os inventários e processos de ordem diversa. Para tanto, realizou-se uma busca a essas fontes, no sentido de complementar os registros conseguidos através das atas de batismos, casamentos e óbitos¹⁶⁶.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul foram vistos todos os inventários das varas Cível e Crime, Família e Provedoria de Uruguaiana¹⁶⁷. No total, foram vistos 426 autos, dos quais 46 eram de europeus que viveram e/ou morreram na cidade, deixando ali algum bem a ser inventariado.¹⁶⁸

Apesar de que para os 114 óbitos de imigrantes europeus confirmados em Uruguaiana antes de 1880 só se ter encontrado o inventário de 46 deles, essa fonte confirma o

¹⁶³ Trata-se de uma categoria que, nas fontes, apresenta definições pouco precisas. Inclui desde aqueles indivíduos que possuem um “negócio de padaria” ou “negócio de hotel” até os comerciantes propriamente ditos, os compradores e vendedores de mercadorias. Nos gráficos apresentados manteve-se tal categoria somente para os indivíduos para os quais não se conseguiu definir com precisão a ocupação (por referência em outros registros ou a partir da análise dos inventários).

¹⁶⁴ Referências encontradas também para outras cidades portuárias brasileiras. Comércio e serviços possibilitaram boas oportunidades de negócios para esses indivíduos que chegam ao Brasil na segunda metade do século XIX.

¹⁶⁵ Nesta categoria do censo estão incluídos todos aqueles comerciantes não brasileiros, sendo que muitos eram os indivíduos de origem argentina ou uruguaia. Nos gráficos apresentados, as referências se fazem somente aos indivíduos de nacionalidade europeia.

¹⁶⁶ Os registros de nascimentos, casamentos e óbitos realizados nos cartórios das cidades estudadas foram igualmente catalogados. No entanto, como se trata de informações referentes a década de 1870 em diante, foi necessário recorrer a outras fontes civis para saber a ocupação dos imigrantes que chegaram na Fronteira já a partir de 1840.

¹⁶⁷ DISTRIBUICAO DOS INVENTARIOS POR ANOS: 1850:14/ 1851:9/ 1852:3/ 1853:11/ 1854:10/ 1855:5/ 1856:7/ 1857:15/ 1858:10/ 1859:12/ 1860:14/ 1861:5/ 1862:7/ 1863:9/ 1864:12/ 1865:6/ 1866:23/ 1867:30/ 1868:13/ 1869:15/ 1870:15/ 1871:9/ 1872:10/ 1873:13/ 1874:29/ 1875:12/ 1876:7/ 1877:18/ 1878:28/ 1879:23/ 1880:16. É importante destacar que da análise desses inventários foram nomeados 33 novos imigrantes – geralmente aparecendo como testemunhas – que não apareceram nos registros paroquiais, o que reafirma a necessidade de buscar esses imigrantes em uma gama bastante variada de fontes.

¹⁶⁸ Foram vistos os inventários abertos entre os anos de 1850 e 1880. A cada cinco anos, foram anotados todos os dados referentes a todos os inventários. A partir de 1880, foram pesquisados somente os inventários e testamentos dos imigrantes europeus.

investimento dos imigrantes em atividades e bens urbanos. Dos 46 inventários analisados, somente cinco deles apresentaram bens rurais, constituídos por campo ou então com quantidade de semoventes superior a 100 reses. Em sua grande maioria, portanto, os inventários dos imigrantes que viveram em Uruguaiana atesta que investiram em bens urbanos, notadamente em imóveis.

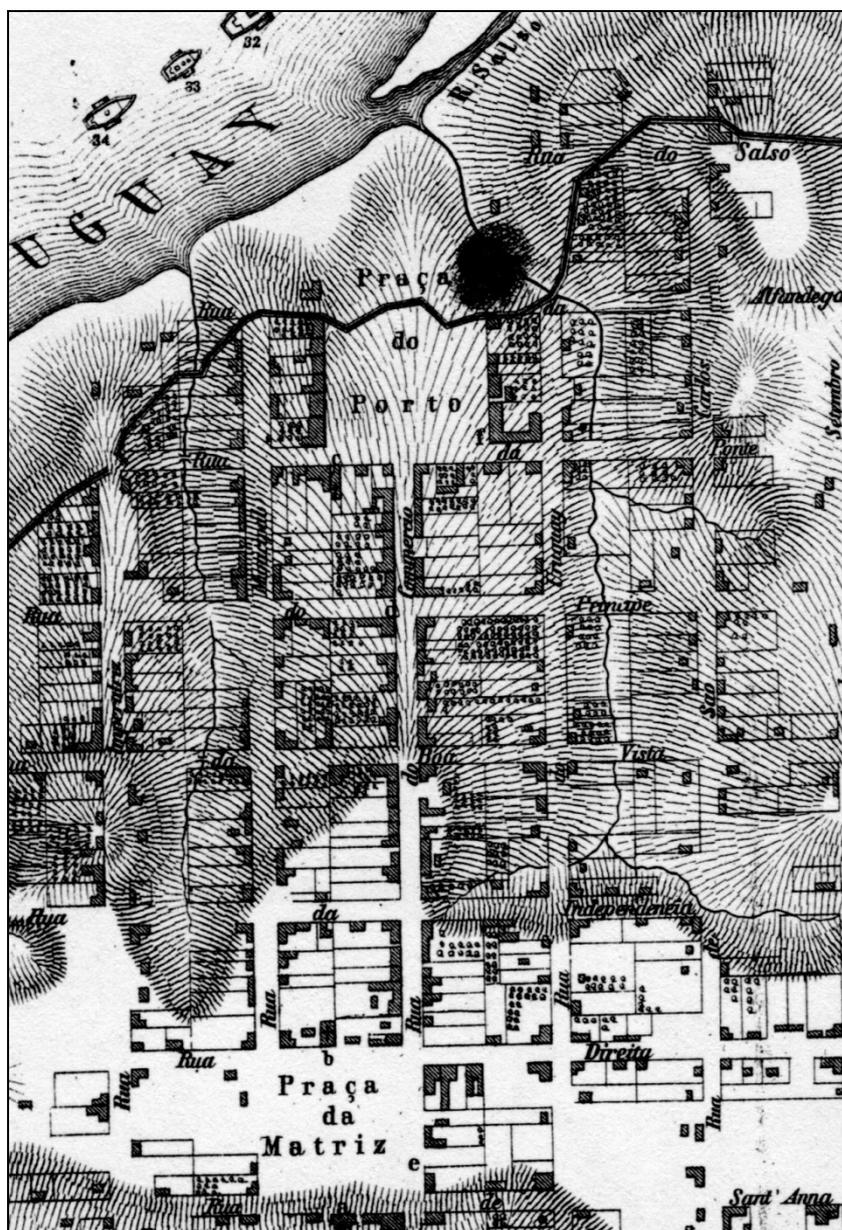
O alemão Frederico Fabricio, por exemplo, tinha três moradas de casas na Rua Duque de Caxias, sob números 61, 69 e 71. Era de sua propriedade também uma outra morada, na mesma rua, que se dividia em três lances, sob números 63, 65 e 67. Ou seja, pode-se entender que as suas casas perfaziam uma grande extensão de um dos lados de uma das ruas mais ativas do centro da cidade.

A Rua Duque de Caxias¹⁶⁹ era onde se concentrava boa parte das casas comerciais, inclusive a de Frederico, e demais serviços, como o hotel e o salão de cabeleireiro de Pedro Nessi (em uma casa com 5 portas de frente e uma janela). Essas casas, extremamente bem localizadas, foram avaliadas em altos valores e, possivelmente, possibilitavam um bom aluguel. Frederico era proprietário ainda de uma casa na Rua General Bento Martins e de uma chácara com duas pequenas casas de material sito aos subúrbios da Vila.

O que se percebe é que a maioria dos imigrantes tinha mais de uma casa na Vila de Uruguaiana. Em sua quase totalidade, recebiam pelas mesmas um bom valor de aluguel. Ou seja, era um bom negócio ter uma casa para alugar na cidade em meados do século XIX. Na Rua do Comércio, ou Duque de Caxias, o valor pago poderia ser entre 20 e 50 mil réis mensais por uma casa de material com vários cômodos. Outras casas, em ruas mais afastadas daquela do Comércio ou mesmo nos subúrbios também eram alugadas – mas a preços menores. Isso evidencia que havia também um contingente de pessoas que não tinham uma residência própria, recorrendo ao aluguel, e trocando de casa ou de cidade constantemente.

¹⁶⁹ “Outrora denominada Rua do Comércio”, era onde residiam: Santiago Demarqui; Pedro Cezarine; Roberto Willig; Siffroi Fauque; Frederico Fabricio; Alexandre Surreaux; Pedro Inda; Carlos Kasten; Pedro Cazimiro Ranquetat; Paulo Soler.

Figura 3.2 - Mapa da Vila de Uruguaiana



FONTE: Mapa confeccionado por Felix Grivot, Agrimensor. Uruguaiana, 1865.

Nos inventários de Itaqui, entre os anos de 1850 e 1900, foram localizados 78 processos relacionados aos bens deixados por imigrantes europeus que viveram na cidade. Destes 78 inventários¹⁷⁰, em seis foram localizados bens rurais, sendo que destes em dois dos casos a propriedade rural declarada tinha sido adquirida por herança. Em todos os demais

¹⁷⁰ APERS, Inventários Itaqui. Fundos Órfãos e Ausentos, Cível e Crime e Provedoria.

casos, os bens declarados pelos familiares dos imigrantes constituíam-se em terrenos e/ou casas na Vila de Itaqui.

Na maior parte dessas declarações, os bens inventariados não ultrapassaram os 10:000\$000 (dez contos de réis) nas décadas de 1850 e 1860, o que representava um montemór bem inferior àqueles inventários nos quais apareciam os bens rurais constituídos por estâncias e animais bovinos e equinos. Destes inventários dos imigrantes europeus, os de maior valor declarado eram referentes aos indivíduos que tinham casa comercial e altos valores em dívidas ativas, e que serão analisados no capítulo sobre o comércio na região.

4 “*Dans les vastes plaines de l’Amérique du Sud*”: o espaço fluvial platino e a fronteira oeste do Rio Grande do Sul

Tendo me retirado a esta capital em consequência de ter concluído os trabalhos da comissão de que fui encarregado por V.Exa. sobre a costa do Rio Uruguay na escolha de um lugar apropriado para a edificação de uma Povoação Marítima, e nela demarcar não só meia légua quadrada de terreno para servir de logradouro Público, como também o estaqueamento das ruas e praças da dita Povoação: é de meu dever agora levar ao conhecimento de V.Exa. a descrição dos trabalhos que em consequência das instruções de V.Exa. tive de seguir nesta comissão. Partindo dessa capital diretamente ao Passo do Inhanduhy [...] eu passava a examinar toda a costa, entre o Passo de Santa Anna, e Barra do Ibicuhy, podia melhor me por ao fato do lugar mais conveniente, e então assentaria a Povoação. [...] Depois de bem ter examinado a dita costa; e informado-me sobre a bondade de seus portos, dos padrões das embarcações que navegam naquele rio, e de alguns moradores da mesma costa assentei que a ponta da Coxilha Geral que vai terminar sobre a margem esquerda do Rio Uruguay por um recife de pedra ao nível do terreno, tendo por seu flanco direito o Arroio Itapitucay com cinquenta braças de largura e fundo suficiente para ser navegável até de quase uma légua, pelas mesmas embarcações que navegam no Uruguay, apresentando por isso um porto abrigado para todas as embarcações que ali navegam, era o lugar mais apropriado para edificação de uma povoação marítima.¹⁷¹

Ao iniciar a década de 1840, as autoridades provinciais gaúchas estavam preocupadas em encontrar um lugar apropriado para fundar uma povoação à margem do Rio Uruguai. O local justificava-se pela conveniência do fisco (já que o fluxo de mercadorias era grande e havia um posto fiscal na região desde 1839), era importante para a delimitação da fronteira Brasil-Argentina (já que ainda imperava, de certa forma, a regra do ocupar para dominar) além das vantagens militares, considerando-se o momento de intensos conflitos armados em ambas as margens do rio Uruguai.

Para as autoridades farroupilhas, houve uma grande preocupação em estabelecer com precisão o ponto em que definitivamente seria assentada uma nova Vila – e no centro dessa preocupação estava a necessidade deste local estar próximo à margem do rio. Nesse processo, toda a costa do Rio Uruguai foi examinada, e as condições favoráveis à navegação e a

¹⁷¹ Correspondência enviada pelo Major de Artilharia José Maria Pereira de Campos, em 13 de janeiro de 1842, ao Ministro da Fazenda encarregado dos Negócios do Interior Sr. Domingos José de Almeida. In: SOARES, Manoel Adolpho. *Uruguiana, um século de História*. Porto Alegre: Gráfica Livraria do Globo, 1942, p.45.

segurança do local como um porto foram decisivas para a eleição do lugar onde seria erguida a povoação de Sant’Ana do Uruguai – Uruguaiana. O local, através da navegação do Rio Uruguai, assim poder-se-ia conectar diretamente com os portos mais importantes da Bacia Platina: Buenos Aires e Montevideú.

4.1 A região integrada pelo Rio Uruguai

A vinculação do extremo oeste da Província do Rio Grande de São Pedro com a região fluvial platina estava estabelecida “desde os tempos da colônia, quando a região que banha o rio Uruguai era pouco povoada e com escassa produção, o rio era o laço de união entre as longínquas povoações missioneiras e Buenos Aires”.¹⁷² O que se enfatiza, no entanto, é a regulamentação dessas relações em meados do século XIX e o consequente desenvolvimento socioeconômico das cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Para tanto, caracteriza-se uma região não a partir da sua delimitação territorial, mas sim, partindo da análise das relações sociais firmadas nesse espaço social. Partindo da perspectiva analítica da História Regional, pretende-se entender a circulação de bens e pessoas que acabaram por conformar esse espaço social integrado.

Es necesario dejar claramente sentado, asimismo, que las regiones no son entidades dadas por la naturaleza (la “región natural”), con lindes precisos e inamovibles; y que no están definidas por los límites y fronteras estatales, aunque éstos constituyen elementos muy importantes a considerar a la hora de definir sus estructuras y funcionamiento. **Las regiones son, en nuestra perspectiva de historiadores, espacios humanizados singulares, que son modificados y se reestructuran, precisamente, a través de la actividad humana.**¹⁷³

Como bem salienta Sandra Fernández, atualmente, a História Regional já não pode ser concebida como um simples recorte administrativo, em uma perspectiva exclusivamente territorial. “Desde este ângulo, em general, se adaptava casi mecanicamente una realidad social-económica-cultural a una forma de división política-administrativa. Así, la historia regional tendría correspondencia directa con una historia ligada a lo provincial o

¹⁷² MEDRANO, Lilia. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay*. Uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina 1852-1889. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 147.

¹⁷³ CAMPI, Daniel. *História Regional ?Por qué?* In: FERNÁNDEZ, Sandra; DALLA CORTE, Gabriela (org). *Lugares para la Historia*. Espacio, Historia Regional e Historia local en los Estudios Contemporáneos. 2.ed. Rosário: UNR Editora, 2005, p.87.

departamental”, não considerando os processos inerentes à construção social e identitária desses espaços.¹⁷⁴

Nesse sentido, a região passa a ser uma categoria flexível que pode fazer referência a múltiplas dimensões espaciais. Trata-se de uma categoria socialmente espacializada,¹⁷⁵ na qual as práticas sociais passam a ser o objeto de análise. “O deslocamento proporcionado pelas novas abordagens, priorizando as experiências cotidianas de homens e mulheres, e a visão de que as realidades são social e culturalmente construídas, numa intrincada teia de relações e atividades humanas com seus inúmeros agentes, interesses e práticas, trouxeram um novo vigor para os estudos regionais e locais”.¹⁷⁶

A região só se entende então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro de uma das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar, igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidam com fronteiras políticas juridicamente definidas.¹⁷⁷

Daniel Campi também alerta que as regiões, para assim serem consideradas, “devem funcionar (de alguma maneira) como um sistema, com articulações endógenas que possuam certa dinâmica própria, ou constituir espaços de grande homogeneidade ou com fortes semelhanças fenomenológicas”.¹⁷⁸

Nesse sentido, a região em estudo passa a ser entendida a partir da integração econômica e social, entre o oeste do Rio Grande do Sul e as províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos. Esse processo se dá de maneira objetiva e institucionalizada em meados do século XIX, quando o comércio realizado através do Rio Uruguai confere dinamismo à região. “É para estudar este tipo de questão que a História Regional apresenta-se como enfoque de análise insubstituível, pois seu objeto é sempre uma *articulação complexa* de relações econômicas, sociais e políticas, em espaços determinados e em tempos determinados”.¹⁷⁹

¹⁷⁴ FERNÁNDEZ, Sandra. *Los estudios de historia regional y local de la base territorial a la perspectiva teórico-metodológica*. In: FERNÁNDEZ, Sandra. (org) *Más Allá del Territorio*. La historia regional y local como problema – discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007, p. 33.

¹⁷⁵ Idem, p. 39.

¹⁷⁶ RODRIGUES, Jane de Fátima. *História Regional e Local: problemas teóricos e práticos*. In: História & Perspectivas, n. 16/17. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p.151.

¹⁷⁷ SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos (org). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 42.

¹⁷⁸ CAMPI, Daniel. Op.Cit, p. 87.

¹⁷⁹ SILVA, Vera. Op.Cit, p. 48.

Jose Carlos Chiaramonte salienta que, em toda a primeira metade do século XIX, a unidade sociopolítica de maior importância na Argentina era a Província, “cuyo espacio define gran parte del conjunto de problemas económicos, sociales y políticos de la época”.¹⁸⁰ Para o autor, essas Províncias autônomas, quando tidas como unidade de análise, são “en realidad una dimension, la mas sólida, de lo que podemos llamar region en la Argentina de la primera mitad del siglo XIX.”¹⁸¹ Para essa forma de organização, o capital comercial terá papel central, na medida em que integra as várias áreas ao mobilizar os produtos necessários para o abastecimento da região. O setor mercantil desenvolve uma função dominante, que é proporcionar a estrutura necessária para a circulação mercantil bem como o financiamento das produções locais.¹⁸²

Para o estudo aqui proposto interessa-nos enfatizar o processo decorrido nas Províncias do Litoral argentino a partir da década de 1840, momento em que a região é caracterizada pelo próprio Chiaramonte, e também por outros autores, a partir do seu renascimento econômico.

A medida que avanza la década de los años 40 se atenúan allí las consecuencias de las guerras frecuentes; el esfuerzo se concentra progresivamente en las operaciones que transcurren fuera de la region. Y aun estas mismas se aminoran. Se acentua entonces en la Mesopotamia una reconstrucción que ya venía de antes. En ella participan sobre todo las tierras ubicadas sobre el Uruguay, que se han beneficiado en periodos de conflictos con accesos a mercados no obligados a la intermediacion de Buenos Aires. Las rutas de Rio Grande do Sul y de Montevideo, ya mencionadas, escapan al control porteño y el ganado en pie de Corrientes y nordeste de Entre Rios se exporta a través del Uruguay hacia los saladeros riograndenses. Los puertos entrerrianos sobre el Uruguay envian a Montevideo cueros, tasajo y sebo. Aun durante el segundo bloqueo de Buenos Aires la hostilidad politica no impide a Urquiza la relación comercial. Desde Concepcion del Uruguay hasta Guleguaychú, el sureste entrerriano conoce una subita prosperidad. La prosperidad se difunde y favorece la vida urbana; en los puertos se afincan los comerciantes, casi todos extranjeros que se han dedicado previamente al cabotaje fluvial.¹⁸³

Ao analisar o período pós-independências, o que o autor destaca é a emergência do estado provincial argentino – e a impossibilidade de conformação de um Estado centralizado. A economia e a sociedade de cada província conformam a região onde se reproduzem as forças autônomas provinciais. Essas configurações regionais tinham certas motivações de ordem geográfica ou econômica, derivadas dos vínculos históricos do período colonial. No entanto, como salienta Chiaramonte, essa configuração regional não tinha bases sólidas, uma

¹⁸⁰ CHIARAMONTE, Jose Carlos. *Mercaderes del Litoral*. Economia y sociedad en la Provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX. Mexico-Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1991, p.25.

¹⁸¹ CHIARAMONTE, Jose. Op.Cit., p. 26.

¹⁸² Ibidem, p. 30.

¹⁸³ Ibidem, p. 40.

vez que os vínculos entre as províncias não passavam daqueles gerados pela circulação de mercadorias. Esse processo econômico e social vai se alterando e promove uma configuração regional mais ampla, que engloba conjuntos de províncias argentinas com parte dos países vizinhos.¹⁸⁴

Al amparo de la inexistencia de un poder central y ante las exigencias de una economía debilitada por las luchas armadas y comprimida en sus posibilidades de desarrollo por el periodo de dificultades que vive la economía mundial entre el fin de las guerras napoleónicas y la mitad del siglo, las provincias se vuelcan a las posibilidades que su ubicación geográfica les brinda. Es el caso de las vinculaciones con Chile de una parte de ellas, con Bolivia de otras, con el sur brasileño y el Uruguay de las del litoral. Así se van perfilando, entonces, esbozos de nuevas regiones con el conseqüente riesgo de disgregación que entrañan para el no concretado proyecto de nación argentina y que urge la puesta en práctica del llamado proceso de organización nacional subsiguiente a la caída de Rosas.¹⁸⁵

Passados os momentos revolucionários do pós-independência, gradualmente, foi se constituindo uma economia e integração *ganadera* entre o sul correntino, Santa Fé, Entre Ríos, Uruguai e o Rio Grande do Sul, “generando en el âmbito litoral las tendencias regionales “centrifugas” que afectaron también a otras provincias.”¹⁸⁶

A região em estudo, uma dessas “regiones intranacionales”, como mencionadas por Chiaramonte, será fortemente estruturada a partir desse momento. Em 1845, em virtude dos conflitos com a França e a Inglaterra, e o conseqüente bloqueio do Porto de Buenos Aires, o governador desta Província, Juan Manuel de Rosas, proibiu o tráfego direto entre os portos fluviais da Confederação Argentina e o de Montevideú.

O governador de Entre Ríos, para aliviar a situação em que esta medida havia colocado a província, autorizou o comércio dos portos habilitados da província com os da República Oriental do Uruguai, sobre o rio Uruguai, possibilitando um constante tráfego comercial, não só com aquele país, mas também, com a região brasileira do Rio Grande do Sul. Os conflitos de Rosas com a Inglaterra e a França (1846-1849), portanto, tiveram grandes repercussões econômicas nas províncias da mesopotâmia Argentina,¹⁸⁷ onde se consolidavam os circuitos mercantis ativados no período colonial.

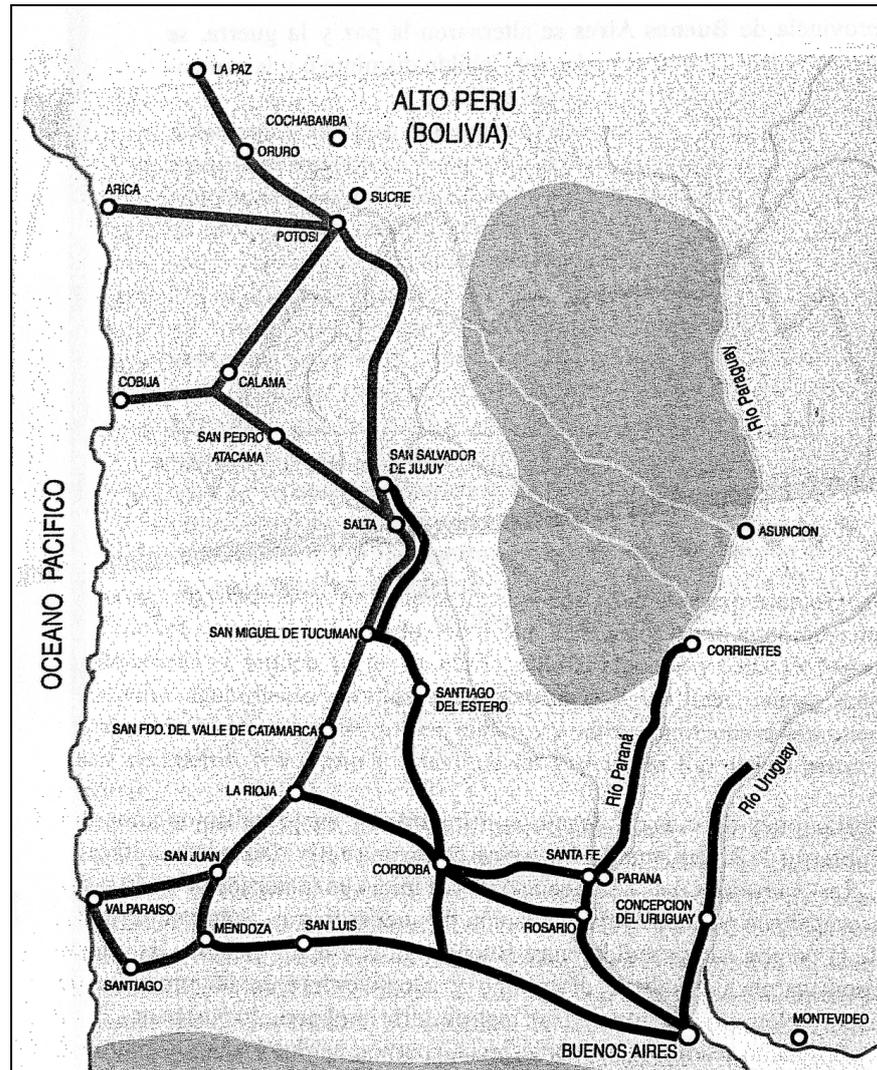
¹⁸⁴ CHIARAMONTE, Op. Cit, p. 52.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 51.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 39.

¹⁸⁷ MEDRANO, Lilia. *A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay*. Uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina 1852-1889. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 150.

Figura 4.1 - Circuitos mercantis platinos – século XIX



Fonte: PEREZ, Maria Emilia. *La red vial y las comunicaciones terrestres en Corrientes*. Origen y evolución (1588-1898). Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1984.

Ou seja, com o bloqueio do Porto de Buenos Aires, essas províncias estabelecem relações comerciais com os países vizinhos (a região ampliada de Chiaramonte) e acabam por se desenvolver enormemente. Aquela vinculação regional com o oeste do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai possibilitou que essa economia pudesse ter alternativas diante do controle de Buenos Aires. Nesse sentido, “los avances económicos son también los de los nexos con áreas limítrofes extranjeras”,¹⁸⁸ o que representava um grande desafio para a unidade nacional tão pretendida e não alcançada até meados do século XIX.

Ao longo do século XIX, portanto, a produção pecuarista ganhará centralidade e será a responsável pela geração da maior parte das riquezas da região. “Las tierras de la cuenca del

¹⁸⁸ CHIARAMONTE, Op.Cit., p. 41.

Río de la Plata, especialmente las que integran en la actualidad la zona sur del Brasil, la República Oriental del Uruguay y el Litoral argentino, productoras de bienes de exportación y puertos de ingreso de las importaciones, se iban a convertir en centros dinámicos de la producción y del comercio Atlántico en el cono sur.”¹⁸⁹ Foi devido ao desenvolvimento econômico da região englobada pelos rios que os mesmos ganharam novo dinamismo comercial.

Nesse cenário, os rios Paraná e Uruguai terão importância central, já que garantirão a intensa movimentação dos navios que traziam produtos manufaturados europeus e levavam a produção local. Lilia de Medrano, ao analisar o comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina na segunda metade do século XIX, enfatiza de maneira bastante clara a centralidade dos portos do sistema fluvial platino para a concretização desses interesses. No que se refere ao Rio Grande do Sul, o rio Uruguai é caracterizado como a “artéria dessa vinculação comercial”.

El Rio Uruguay era una ruta fluvial que permitía el tránsito de las exportaciones e importaciones a ultramar, pero también era una vía de tránsito para una gran variedad de productos regionales del Paraguay y el Brasil como: yerba mate, azúcar, tabaco, café, arroz y aguardiente, dirigidos a una gran cantidad de mercados del territorio rioplatense, donde se consumían en enormes cantidades. El río poseía dos tramos perfectamente navegables; el primero en el Alto Uruguay entre Misiones y el Paso de los Higos (hoy Monte Caseros) en Corrientes. Luego, a partir de allí, había un segmento que era casi intransitable, pues tenía una pendiente de 35 metros, conocida como el Salto Grande y otro más adelante llamado Salto Chico a la altura de la ciudad de Concordia en Entre Ríos y la ciudad de Salto en la Banda Oriental. Para sortear este sector del río, los productos eran descargados a tierra en Belén o en Federación para ser transportados en carretas pasando el Salto, para luego ser reembarcados. Finalmente, en el segundo tramo, desde Concordia hacia el sur, el Río resultaba muy navegable hasta los grandes puertos del Río de la Plata. Este curso de agua fue una excelente vía para que los comerciantes pudieran vincular el tráfico de los efectos locales, regionales y ultramarinos.

Desde 1820 a través del Río, tanto para exportar como para importar, se encauzaba el flujo mercantil proveniente de Itapúa (Encarnación), Rinconada de San José (Posadas), el puerto Hormiguero, San Borja, entre tierras fronterizas paraguayas y brasileñas. Luego seguía por los puertos de La Cruz, Itaqui, Restauración (Paso de los Libres) y Uruguayana en los límites correntinos y brasileños. Y luego transitaba por Mandisoví (Federación), Belén, Concordia, Salto, Paysandú y Concepción del Uruguay puertos limítrofes entre los entrerrianos y los orientales. Por último, los bienes llegaban a los puertos ultramarinos de Buenos Aires y Montevideo.¹⁹⁰

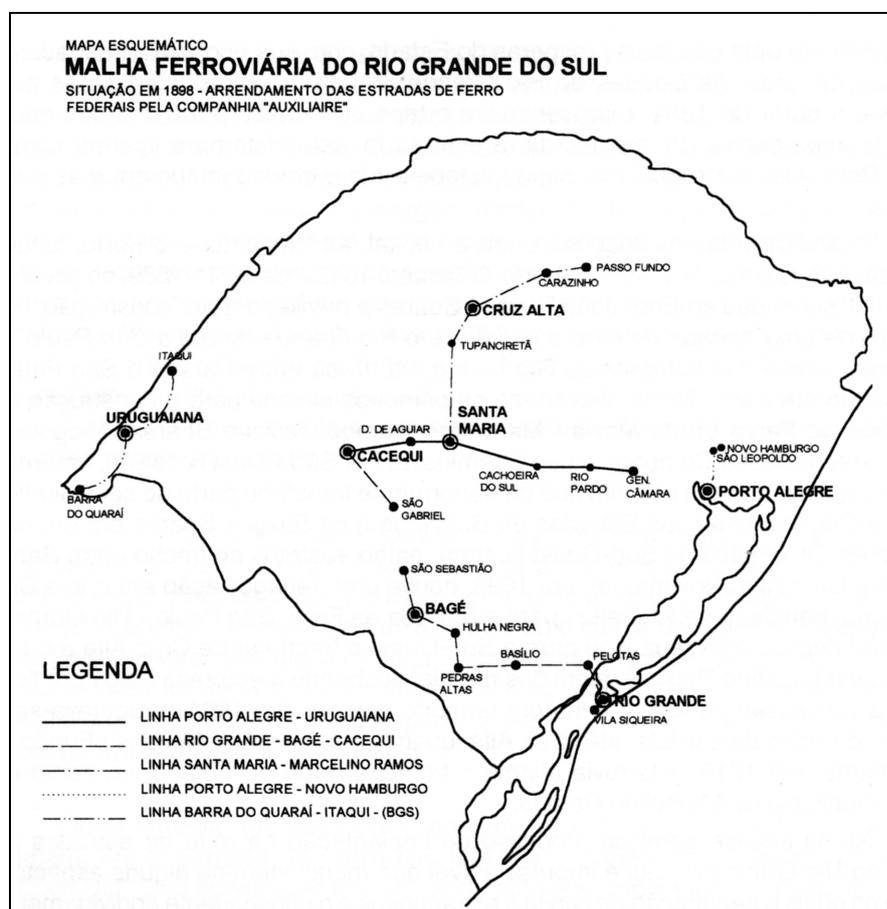
Nesse momento, na região da fronteira gaúcha, todos os meios de comunicação terrestre apresentavam-se bastante precários e eram motivo de reivindicações constantes por

¹⁸⁹ SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra*. Sociedad, economía y poder en el Oriente Entrerriano Posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p. 130.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 136.

parte das autoridades locais. Ave-Lalemant¹⁹¹ dizia que os caminhos vicinais que conduziam a São Borja estavam “*mais na boa vontade dos que os conhecem bem do que debaixo dos pés de quem os utiliza.*” As estradas de carretas, além de demoradas, também estavam em más condições. A falta de pontes em vários pontos do interior impossibilitava o trânsito das mercadorias em épocas de muita chuva. Os trilhos eram inexistentes e nem projetados, sendo que as ferrovias chegam a essa região somente ao findar do século XIX, e a ligação de Uruguaiana ao Porto de Rio Grande é possibilitada somente na primeira década do século XX.¹⁹²

Figura 4.2 - Malha ferroviária do Rio Grande do Sul 1898



FONTE: CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frineia. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventários das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p. 22-25.

¹⁹¹ Viajante alemão que visita as cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana no ano de 1858.

¹⁹² Em 1874, a Câmara de Itaqui solicita que uma linha elétrica, partindo daí até Alegrete, seja realizada permitindo que o município abra suas relações comerciais com os demais povos do interior e também com a Capital, Porto Alegre. Nem ao menos o sistema dos correios funcionava integrando a parte leste da oeste da Província do Rio Grande do Sul – cartas e jornais, vindos de Porto Alegre, chegavam à Fronteira cerca de um mês depois do seu envio. Aqueles enviados desde Buenos Aires ou Montevidéu chegavam em três ou quatro dias.

Figura 4.3 – Malha ferroviária do Rio Grande do Sul 1910



FONTE: CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frineia. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventários das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p. 22-25.

Figura 4.4 – Malha ferroviária da Argentina 1870

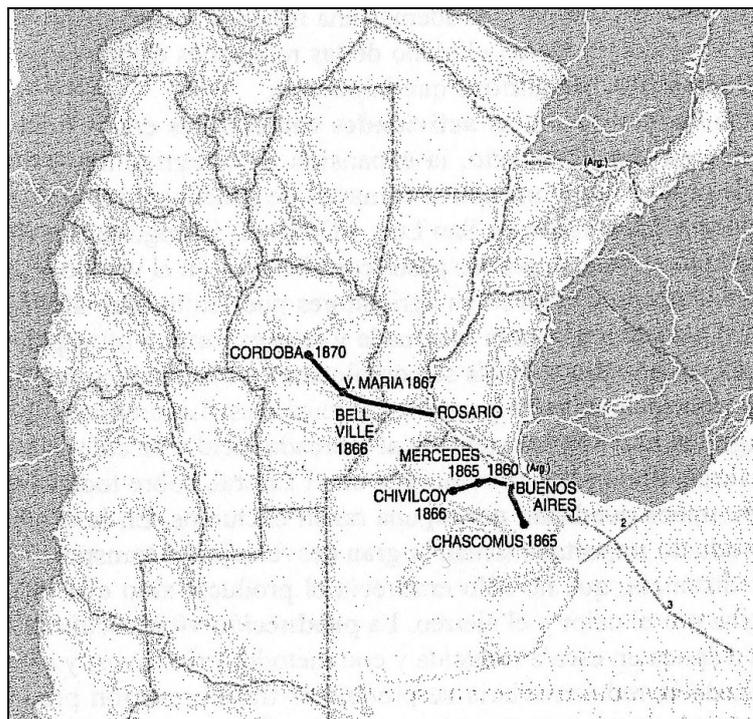
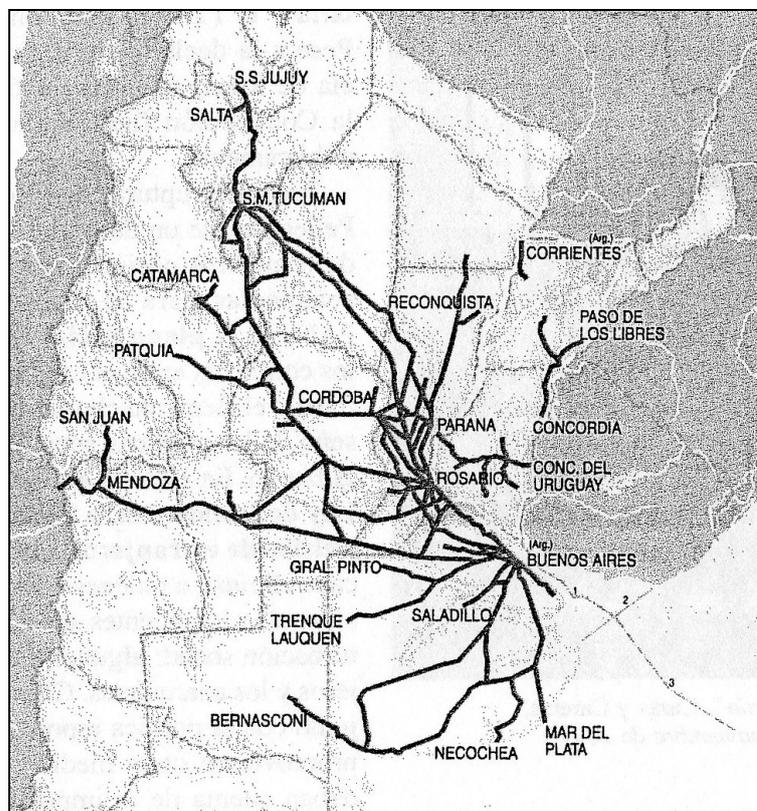


Figura 4.5 – Malha ferroviária da Argentina 1895



FONTE: LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. *Atlas histórico de la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000, p.253 e 297.

Nesse sentido, “as vias fluviais desempenharam não só um papel integralizador das zonas distantes, como também, a base física para a formação do mercado interno vinculando-o aos importantes empórios de ultramar.”¹⁹³ Ou seja, o rio Uruguai, que já havia se tornado o eixo do comércio realizado na região na década de 1840, a partir de 1852 conectará uma série de praças comerciais inter-regionais aos importantes portos de Montevideu e Buenos Aires. O rio permitirá a ligação direta desses pequenos portos ao comércio internacional, agora regido por cláusulas e regimes igualmente internacionais.

“Vemos, portanto que até 1852, não havia um comércio regulamentado nos rios Paraná e Uruguai”.¹⁹⁴ A partir de então há uma maior utilização econômica dos rios, estreitando os laços comerciais já existentes. Nessa segunda metade do século XIX, além dos produtos derivados do gado, principalmente couros e charque, a intensificação da exportação da erva-mate, proveniente do Brasil e do Paraguai e consumida nas províncias argentinas, terá participação fundamental e decisiva nos negócios realizados na região.

O comércio era regularmente praticado, mediante uma frota de relativa densidade, integrada por embarcações pequenas, que navegavam pelo rio Uruguai, vinculando, em forma ascendente, os portos de Buenos Aires, Gualeguaychú, Conceição do Uruguai, Salto, Concórdia, Federação (localizados na Província de Entre Rios), Monte Caseros, Restauração (hoje Paso de los Libres), Alvear e Santo Tomé (na província de Corrientes) aos portos de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, na província brasileira do Rio Grande do Sul. Assim, a faixa fronteiriça do Rio Grande do Sul, especialmente através da Alfândega de Uruguaiana e, em menor escala, das de Itaqui e São Borja, canalizou todo o fluxo de mercadorias importadas de ultramar para o interior gaúcho, propiciando, por esta via fluvial, sua vinculação ao comércio internacional, na segunda metade do século XIX.¹⁹⁵

Como bem explicava o encarregado da Alfândega de Uruguaiana, “*estando a navegação do Uruguai livre*”, qualquer mercadoria não chegaria até a Fronteira vinda do interior da Província. Enfatizava-se que “*os preços em Buenos Aires e Montevideu são muito mais cômodos do que em Porto Alegre e Rio Grande; assim como o transporte mais módico e ligeiro.*”¹⁹⁶ Através do Rio Uruguai, chegavam ao oeste da Província de São Pedro toda a espécie de mercadorias importadas da Europa, principalmente manufaturados (tecidos e demais objetos de uso doméstico). Por essa mesma via, as cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana supriam-se de boa parte dos produtos alimentícios não produzidos nas Vilas.

¹⁹³ MEDRANO, Op.Cit, p. 05.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ MEDRANO, Op. Cit, p. 156-220.

¹⁹⁶ AHRS – Fundo Fazenda – maço 490 - Alfândega de Uruguaiana / ofícios.

Figura 4.6 - A região integrada pelo Rio Uruguai



FONTE: SCHMIT, Roberto. *Ruína y resurrección en tiempos de guerra*. Sociedad, economía y poder en el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004, p.67.

Em 1860, o comércio de trânsito livre¹⁹⁷ é regulamentado na Argentina. A partir de então, os portos de Concórdia e Restauração tornam-se ainda mais atrativos para os intermediadores das mercadorias direcionadas para o Brasil ou exportadas através da Fronteira do Rio Grande do Sul, uma vez que não pagavam impostos sobre os produtos que transitavam pelo país em direção aos portos brasileiros. No Uruguai, o comércio de trânsito já estava regulamentado desde 1837, prática que garantia muitos lucros ao país, por isso da importância de manter atrelado o comércio de toda essa região fluvial aos dois principais portos do Prata.

¹⁹⁷ “Comércio de Trânsito livre nos territórios vizinhos, constituído por todas as mercadorias que, procedentes do exterior, e por meio de reembarques, transbordos ou permissões de embarque direto, transitavam por território argentino ou uruguaio para sair do país sem pagar taxas.” MEDRANO, Op. Cit, p. 156.

4.2 As Povoações que margeiam a esquerda do Uruguai

As primeiras povoações das cidades que conformam a atual Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul são originárias de ocupações que integraram o processo de expansão territorial e militar do Império Português, nas primeiras décadas do século XIX.

São Borja, no entanto, tem origem como uma das Missões Jesuíticas instituídas na região no século XVII, sendo que seu povoamento é iniciado em 1682. Os vestígios materiais e humanos dessa ocupação faziam-se presentes ainda em meados do século XIX, quando o viajante alemão Lallemand¹⁹⁸ descreve a existência de alguns prédios ou paredes em ruínas, e quando a Câmara Municipal determina que o Rincão de São Vicente passará a pertencer aos índios que vivem nos arredores do povoado.

Figura 4.7 - São Borja e as Missões Jesuíticas



¹⁹⁸ AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

FONTE: Mapa das Missões Jesuíticas, com destaque para São Borja. Evidenciam-se no mapa os Tratados de 1750 e 1777, bem como o Rio Uruguai que permitia a ligação dos Povos Missioneiros com Buenos Aires. APUD: HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 66.

Os anos finais da década de 1840 evidenciam uma conjuntura de crise econômica na Vila de São Francisco de Borja¹⁹⁹. Terminados os conflitos armados da Revolução Farroupilha, e com a nova investida de Rosas após o término do Bloqueio do Porto de Buenos Aires, o comércio não passava por um bom momento: o gado vacum tinha seu preço diminuído, assim como fora diminuída a exportação de erva-mate para as províncias vizinhas e o consumo da farinha de mandioca, produtos que movimentam a economia da Vila. As informações e pedidos remetidos pela Câmara Municipal²⁰⁰ ao Presidente da Província têm um tom de lamento e clamor por auxílios.

A Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Borja, não cumpriria com seus deveres se não representasse a V.Exia. os males que pesam sobre o seu município; assim como se não indicasse os meios de o melhorar. Não falando dos prejuízos e estragos da passada revolução, aparece agora o desprezamento do gado vacum, o pouco valor das bestas, a nenhuma exportação de erva-mate para as províncias vizinhas, o pouco consumo da farinha de mandioca, um dos principais ramos de indústria deste local. Os meios que a Câmara presentemente enxerga, ex. senhor, é um único, mandando V.Exia. destacar para este ponto algumas tropas que não só consumirão os efeitos do País, como farão correr algum dinheiro. Além de antigas tradições Exmo. Senhor, o exemplo das Vilas de Alegrete, São Gabriel e Bagé tão florescentes atualmente convenceram a esta Câmara que deveriam recorrer a V.Exia. que lançasse seus paternais olhos sobre este interessante município. A Câmara Municipal está convencida que à perspicácia de V.Exia. não escapa os relevantes serviços feitos a Monarquia Constitucional por seus munícipes, e por isso deixa de os analisar; mas se o Governo Imperial por conduto de seus delegados trata de prestigiar a todos indistintamente o que não deve fazer a favor de um povo que em massa sustentou o Trono e a Constituição na crise por que passamos. V.Exia. permitirá que a Câmara Municipal se explique com ingenuidade se os missioneiros têm braços para servir a seu Monarca também devem ter boca para pedirem remédio a seus males.²⁰¹

Num momento de dificuldades econômicas, portanto, as autoridades de São Borja apostavam que a vinda de novos corpos armados poderiam dar novo dinamismo àquela situação: a presença de mais homens representaria maior consumo de produtos e uma circulação monetária. Tratava-se, no entanto, de um remédio que poderia amenizar os sintomas da crise, mas não acabar com o mal em si.

¹⁹⁹ São Borja torna-se Vila e sede de município por Resolução do Presidente da Província em 11 de março de 1833. A instalação do Município se daria em 21 de maio de 1834, tornando-se cidade pela Lei n.1614 de dezembro de 1887.

²⁰⁰ AHRS – A.MU 232

²⁰¹ AHRS – A.MU 232. Sala das Sessões Municipais na Vila de São Borja, 07 de agosto de 1848.

Dois anos mais tarde, continuava-se a pedir que fosse destacada para o Município uma força militar maior. Naquele momento, o Destacamento era de 300 homens. Diz-se que 100 estavam fora da guarnição, e que mais 50 estariam por sair, “*ficando neste ponto apenas 150 praças para guarnecer mais de 50 léguas de costa*”. A Câmara afirmava nesse momento que os habitantes estavam em uma situação de ameaça e pânico gerada pela pouca segurança, num ponto “*interessantíssimo e perigoso, pelo permanente contato com os Estados vizinhos*”.²⁰²

Em meados da década de 1850, aquela situação de pouca prosperidade “*desta infeliz porção do Povo Brasileiro*” parece que começa a ser modificada. O valor das arrematações das rendas municipais aumentou, e há referências de que as arrecadações foram maiores, evidenciando-se também um suposto interesse de negociantes em estabelecer novas casas de comércio na Vila. Nas fontes consultadas, será em julho de 1853 que pela primeira vez aparecerá a expressão “*os negociantes desta Vila*”.

Nesse período, também se intensificava uma preocupação com o ordenamento urbano da Vila: pretendia-se a nomeação de ruas, a arborização do espaço central e a tão propalada reforma na Igreja Matriz (cujas obras iniciam em 1847 e, em 1858, ainda não estão finalizadas). O Código de Posturas será aprovado em agosto de 1853.

Em 31 de agosto de 1854²⁰³, é expedido um mini-relatório pela Câmara, a partir do qual podemos apreender algumas questões. Nele menciona-se que o Município “*produz com grande vantagem o milho, feijão, algodão, a mandioca, de que se faz farinha em abundância, a cana de açúcar, e já há algumas fábricas de açúcar e aguardentes*”. Enfatiza-se que “*a farinha, o milho e o feijão não só chega para o consumo do Município como para exportar*”, mas que “*este ramo de cultura sofre diminuição por falta de braços*”.

Em relação ao mercado para esses produtos são citadas as vilas de “*São Borja, Itaqui, Alegrete e outros lugares para o interior da província*”. As principais vias de comércio seriam por terra, sendo conduzidos os produtos “*em carretas ou cargueiros por maus caminhos por falta de pontes ou barcas*”. É importante salientar a vinculação desse espaço municipal àquele de âmbito platino: no relatório lido menciona-se que os produtos “*de São Borja e Itaqui são exportados pelo Uruguai para diferentes portos*”. E aí as vias seriam fundamentalmente fluviais: “*para facilitar o trânsito dos gêneros, como para animar ao comércio*” seriam de extrema necessidade a construção de várias pontes, sobre rios e passos. No Ibicuí conviria “*ter*

²⁰² AHRS – A.MU 232, ano de 1850

²⁰³ AHRS – A.MU 232, ano de 1854

uma barca por ser navegável desde o Jaguari até o Uruguai sua extensão navegável será de 50 léguas, mais ou menos”.

Neste relatório também aparece uma importante modificação para o desenvolvimento da economia pecuária da região: o melhoramento dos gados. “O gado vacum tem melhorado tanto em produção como em qualidade; alguns fazendeiros têm mandado vir de outras províncias diferentes raças de gados, e tem produzido muito bom resultado. O lanígero produz em abundância”. Além disso, “os carneiros merinos têm prosperado”, já havendo “vários rebanhos desta qualidade de carneiros”.²⁰⁴

Gradualmente, portanto, percebe-se que a condição econômica do município vai adquirindo novas feições. Possivelmente a abertura da Bacia Platina para navegação internacional, em 1852, tenha favorecido sobremaneira o comércio desta região.

Ordenando V.Exia. em ofício de 05 de novembro do ano próximo passado que esta Câmara informe sobre a navegação a vapor que pretende estabelecer Antonio Rodrigues Chaves Filho, no Rio Uruguay; esta Câmara considerando de grande vantagem essa navegação tem de informar o seguinte: No rio Uruguay pode navegar um vapor que demande pouca água em todo o inverno da barra do rio Quarahim até esta Vila, e daqui para cima até São Xavier, e mesmo no verão não sendo as secas tão sensíveis; abaixo da Ilha Grande, e a Cachoeira do Butuhy a dois palmos da água, isso até esse ponto, e daqui a São Xavier; mas devem balsas de madeiras sem grandes cheias: também pode navegar grande parte do inverno até o Porto da Ilha dos Ferreiros, no Estado Oriental, ou mesmo nos Portos em frente à Confederação Argentina. Todas as estações invernosas de grandes chuvas dá navegação a embarcações de 10 e 12 palmos de calado por cima do salto grande no Estado Oriental. Esta navegação pode desenvolver grandes melhoramentos no comércio deste rio, e facilitar a fiscalização nos mesmos portos que têm proporções de desembarques com facilidade.²⁰⁵

Em 1858, ao informar que os gêneros de primeira necessidade (carne, milho, feijão e mandioca) estão com preços bastante elevados na Vila, a Câmara apresenta indícios concretos dessas mudanças socioeconômicas que se produziam na região. Muito mais do que a falta da mandioca e a diminuição nas farinhas causadas pela peste que atacava as plantas, o relato da Câmara deixa transparecer um aumento populacional e o despontar de novas atividades econômicas que atraíam os trabalhadores.

A produção de milho, feijão e mandioca da Vila já não bastava para a sua subsistência. O consumo havia aumentado, e a produção agrícola diminuído, “por falta de braços, porquanto oferecendo grandes vantagens o preço da erva-mate, parte das pessoas empregadas na lavoura abandonaram este serviço e tem seguido para os ervais e ocupando-se neste ramo

²⁰⁴ AHRS – A.MU 232, ano de 1854.

²⁰⁵ AHRS – A.MU 233, ano de 1858.

de comércio”.²⁰⁶ Nesse sentido, a produção da erva-mate ganhava um importante espaço econômico na região. Da mesma forma, seria uma atividade que atrairia novos moradores. Ficava prejudicada, no entanto, a produção dos demais gêneros de alimentação, e a elevação dos preços foi imediata.

Tudo parece evidenciar que nesse momento a integração comercial da região em estudo é ainda mais acentuada, uma vez que a produção de erva-mate era destinada aos mercados e portos platinos. Da mesma forma, muitos dos produtos de subsistência, antes produzidos no Município, passarão a ser importados das províncias vizinhas.

Essa integração também será intensificada com as demais Vilas rio-grandenses, para o que contribuirá sobremaneira o aumento da criação de gado.²⁰⁷ Essa maior produção, destinada às charqueadas, que justamente nesse período recuperam sua força produtiva, igualmente será fator de aumento das rendas municipais, mas também de carestia da carne no âmbito local. Essa produção voltada para exportação ocasionará o aumento dos preços enfatizado no início da carta escrita pelos membros da Câmara, datada de 08 de janeiro de 1858.

Nesse momento, as condições das relações comerciais ganham ainda maior atenção da municipalidade. “Possuindo este município rios que sendo como são o imprescindível caminho entre os diversos pontos para esta Vila e Itaqui, julga esta câmara ser de necessidade uma ponte em cada um deles [...] pois que a influência do comércio crescerá indubitavelmente na razão direta da facilidade do trânsito”.²⁰⁸ Da mesma forma, solicitam melhorias no porto de embarque e desembarque do rio Uruguai, onde os carreteiros encontrariam dificuldades para a retirada das cargas a bordo. A vida econômica de São Borja encontraria novo vigor e mobilização municipal nos idos da década de 1850.

Seria justamente a manutenção das vantagens oferecidas pelo comércio, e a importância da importação de mercadorias vindas do Prata para a vida financeira da cidade, que seriam reclamados em 1858. De acordo com a Câmara, o Tratado de Comércio firmado entre o Brasil e a Argentina em 1856, que liberaria todos os portos habilitados sobre os rios Paraná, Uruguai e Paraguai para exportar e importar mercadorias, estaria sendo contrariado. A

²⁰⁶ AHRS – A.MU 233, ano de 1858.

²⁰⁷ Lembrando que os próprios ervais, em sua maioria, não estavam localizados em São Borja e sim em Cruz Alta. Toda a produção desse município e demais vinha até São Borja ou Itaqui para embarcar nestes portos e seguir para os países vizinhos.

²⁰⁸ AHRS – A.MU 233, ano de 1858.

denúncia era feita contra as autoridades da Alfândega de Uruguaiana, que estariam concentrando todo o movimento de importação nesse ponto da fronteira.

Pelo decreto n. 1140 de 11 de abril de 1853 foi criada uma Mesa de Rendas neste ponto, assim como o foram em outros. No artigo 1º # 3º diz: todas as mesas de rendas de que tratam os parágrafos antecedentes exercerão as funções, que como tais lhes competir, e bem assim, as de Alfândegas e Consulados. No Tratado de Amizade, comércio e navegação entre o Brasil e a Confederação Argentina de 07 de março de 1856 lê-se: Artigo 6º: As duas altas partes contratantes, desejando pôr o comércio e navegação de seus respectivos países sobre a base de uma perfeita igualdade e benévola reciprocidade, convém mutuamente que os agentes diplomatas e consulares, os súditos e cidadãos de cada uma delas, seus navios, e os produtos naturais, ou manufaturados dos dois Estados, gozem reciprocamente no outro dos mesmos direitos, franquias e imunidades, já concedidas, ou que forem no futuro concedidas a Nação mais favorecida. Mais adiante no artigo 15 do mesmo tratado diz: conseqüentemente as ditas embarcações (brasileiras ou Argentinas, tanto mercantes como de guerra) poderão entrar, permanecer, carregar e descarregar nos lugares e pontos do Brasil e da Confederação Argentina, que para esse fim forem habilitados nos sobreditos rios (Paraná, Uruguay e Paraguay).

No entanto, senhores, em prejuízo do Município e de seus habitantes, vê com pesar esta Câmara que [...] se reduz ao mesmo tempo a mísero simulacro o outro decreto n. 1140 de 11 de abril de 1853. A importação é severamente proibida neste ponto e Itaqui, e só a bem fadada Uruguaiana foi concebido pelo senhor Caetano de Souza Pinto, com aprovação da tesouraria, o favor que o Decreto de sua Majestade concedia as mais povoações ribeirinhas. Senhores, o comércio desta Vila sofre, e sofre muito com a prepotência desse ex-inspetor da Uruguaiana apoiada pelo chefe de uma repartição maior. O município mesmo sofre muito, pois que o comércio se atrasa com essa horrível trave que lhes pôs a ambição desse homem, e que para eterna memória deixou-nos. Removeria pois senhores a necessidade urge, e por certo os dignos representantes da Província não esquecerão jamais que este território faz parte dela.²⁰⁹

Diante dessa hegemonia do porto de Uruguaiana, portanto, a situação econômica de São Borja novamente é desfavorecida. Além do seu porto não conseguir concorrer com o de Uruguaiana (tornada Alfândega), Itaqui deixa de ser Freguesia para se tornar Vila.²¹⁰ Em termos de território, São Borja perderia mais da metade do seu domínio anterior. Itaqui passa a ter uma dimensão territorial maior do que São Borja e o seu porto igualmente exercerá importante papel comercial a partir de então. “No Itaqui, introduz-se uma soma em nada inferior a desta Vila, mas são quase todos os gêneros vindos de Montevideú e Buenos Aires, e fazem a quase totalidade dos pagamentos em erva-mate”.²¹¹

O que diferencia o Porto de Itaqui, e que irá favorecer o desenvolvimento econômico da Vila, é justamente o caráter exportador do mesmo. É através deste porto que a maior parte de toda a erva-mate produzida no estado será exportada. Em 1864, a “erva-mate constituía um

²⁰⁹ AHRS – A.MU 233, ano de 1858.

²¹⁰ Em 30 de março de 1859 a Freguesia de São Patrício de Itaqui, no município de São Borja, fica elevada a categoria de Vila. Tornar-se ia cidade através da Lei n.1207 de 03 de maio de 1879.

²¹¹ AHRS – A.MU 233, ano de 1858.

artigo importante de exportação para os Estados do Prata e do Pacífico, além do grande consumo que tinha em toda a província”.²¹² Tratava-se de um dos gêneros de exportação que maior valor em impostos gerava para a Província, ficando atrás somente dos produtos bovinos como o charque e os couros, que lideravam tal produção.

Tabela 4.1 – Exportação de erva-mate (1855-1858)

LOCALIDADES	1855	1856	1857	1858	TOTAL DOS VALORES
Mesa de Rendas da Capital	2:136	11:277	17:526	19:919	
Mesa de Renda de Rio Grande	27:978	27:338	21:552	16:330	
Mesa de Rendas de Jaguarão	6:267	-	12:025	12:347	
Mesa de Rendas de Itaqui	97:671	-	157:424	116:663	
Mesa de Renda de Uruguaiana	30:252	-	43:141	71:853	
Coletoria de Alegrete	-	-	1:296	674	
Coletoria de Livramento	-	-	1:985	1:060	
Coletoria da vila de Bagé	-	-	-	1:044	
Coletoria da vila de São Borja	-	-	4:416	674	
QUANTIDADE DAS ARROBAS	164:304	38:615	259:365	240:566	
VALOR	419.866.759	115.415.975	1.314.768	1.060.358.193	2.910.409.434

FONTE: AHRS – Relatório do Presidente da Província, 1859, p. 77.

Como se vê a partir da quantidade de arrobas de erva exportadas por Itaqui, a movimentação desse porto não era nada desprezível para os cofres provinciais sendo que, em alguns anos, a metade de toda a erva-mate produzida no estado era exportada por tal via fluvial. Esta vida econômica é descrita pelo alemão Lallemand em 1858 quando visita Itaqui, a caminho de Uruguaiana, viagem que realiza através do Rio Uruguai.

Até a partida de minha chalana, um barco amplo, estive visitando Itaqui. O lugarejo é apenas do tamanho de São Borja e tem cerca de 2000 habitantes. Apresenta, no entanto, mais movimento e vida do que São Borja. Enquanto esta Missão jesuítica, embora de algum modo pareça conservar-se, acha-se em certa decadência ou, pelo menos, está estacionária desde alguns anos, Itaqui, de fundação moderna, cresce a olhos vistos e é animada por várias atividades. Antes de tudo, tem um comércio realmente ativo. Pelo menos cinquenta lojas, grandes e pequenas, existem no lugar e parece que em todas se ganha dinheiro. Quase todos os produtos europeus lá se encontram e se vendem a enormes preços. Um dos principais artigos de exportação de Itaqui é o mate. [...] Não se compreende como se consome todo o mate, que é tomado em pequenas chávenas. Vendo-se, porém, a multidão de consumidores, não se compreende de onde vem tanto mate. O Porto de Itaqui – pois Itaqui de fato tem um porto no Rio Uruguai – parece muito comercial. Encontrei ali umas doze a dezesseis embarcações de diferentes tamanhos; surpreende agradavelmente ver no

²¹² AHRS – Relatório do Presidente da Província, 1864, p. 34.

porto de Itaqui navios de quarenta a cinquenta toneladas, com cobertas, e bonitos iates de dois metros, capazes de, havendo água suficiente, ir até alto mar.²¹³

Esse novo momento econômico, no entanto, parecia estar favorecendo ainda mais a Vila de Uruguaiana. Criada em maio de 1846²¹⁴, contava com cerca de 5.000 habitantes em 1858. Caracteriza-se igualmente pela produção pecuária, principalmente do gado vacum, mas também de cavalos e ovelhas. Quanto à agricultura, igualmente reclama-se da falta de braços, enfatizando que a maior produção é a do milho. Em menor escala, produzia-se uva, trigo, feijão, cevada, mandioca, amendoim e arroz.²¹⁵

Na documentação da Câmara de Uruguaiana fica bastante explícito o momento de crise econômica enfrentada pelas cidades da fronteira a partir de 1847, quando “*começou a decair a Vila*”. Teriam sido abandonadas as três olarias de tijolos e telhas, e a fábrica de farinha produzia só para o consumo local. Havia, no período, poucos prédios de material na cidade, que carecia de Igreja, Câmara e Cadeia instaladas adequadamente. Solicitava-se a construção de pontes e a elevação do ordenado de alguns funcionários, afinal: “é impossível exigir assiduidade e contração de funcionários imperfeitamente retribuídos, e os desta Municipalidade não podem estar pior aquinhoados, em relação ao dispendioso da localidade.”²¹⁶

Em 1845, em ofício que evidenciava os motivos pelos quais a Alfândega da fronteira deveria ter colocação na povoação de Sant’ Ana do Uruguay, a fim de fiscalizar o comércio feito pelo rio Uruguai com os países vizinhos, destaca-se o crescimento de população e a grande “*afluência do comércio nesta nova Povoação*”. Ganha destaque, sobremaneira, a posição geográfica da mesma e as condições favoráveis de seu porto.

A primeira povoação ao entrar no litoral Brasileiro, quem vem Rio acima aí deve ser exercida a fiscalização de tudo que chega, e que passa além: e se, nenhum vexame sofrem as partes, por não serem obrigadas a pagar neste mesmo ponto os direitos das mercadorias que seguem pelo Rio acima para outras Povoações, visto que a Alfândega ramifica estações nessas mesmas Povoações. [...] Por outra, é o último Porto, para as embarcações que descem o Rio, a passar o Quarahim, logo, é donde são mais fáceis, e seguros os exames de exportação. Um “*surgidouro*” com mais de 60 embarcações “*pendeadas*”; um porto preservado da força dos tempos no inverno; um comércio tão considerável, que quando nada despacha pelas circunstâncias políticas das Repúblicas Argentina e Oriental, conserva dentro em si mais de sessenta mil couros, quase vinte mil arrobas de tabaco, e muita erva-mate,

²¹³ AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p. 291 e 292.

²¹⁴ Através da Lei n. 58, de 29 de maio de 1846. FEE. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1986.

²¹⁵ AHRS – A.MU 336, ano de 1849.

²¹⁶ AHRS – A.MU 336, ano de 1849.

de Corrientes e Paraguai, cujos artigos aumentam todos os dias: tudo para demonstrar que é este o lugar mais próprio para se fundar a Alfândega.²¹⁷

De fato, em 1849, a Alfândega²¹⁸ que havia sido instituída em São Borja em 1845 é transferida para Uruguaiana. A partir de então, percebe-se que a maior renda da alfândega depende do movimento de importação de mercadorias vindas dos portos de Buenos Aires e Montevideú.

No *Mapa de Estatística geográfica, natural e civil da Freguesia de Uruguaiana*²¹⁹, de 1859, fica claro que a mesma não exporta produtos agrícolas de ordem nenhuma, sendo que os produtos de exportação referem-se a “couros, cabelos e mais produtos do gado”. Em relação à importação, a mesma é constituída por “gêneros estrangeiros de fazendas e molhados”. Informa-se haver na Vila 200 carretas e 50 pequenos barcos responsáveis pela condução das mercadorias. Em relação ao comércio, haveria “103 casas de negócio das diferentes espécies”.

4.3 Do outro lado do Rio, a província de Corrientes

Com relação aos recursos fiscais, a fonte mais importante para a Província de Corrientes eram as rendas obtidas nas aduanas fluviais. Num período em que as comunicações terrestres eram escassas, lentas e difíceis, as vias navegáveis constituíam as rotas mais utilizadas e rápidas para o transporte e o comércio em geral. Corrientes, nesse sentido, fora bastante favorecida, uma vez que tinha seu território contornado por dois importantes rios navegáveis: o Paraná e o Uruguai. Na província, os direitos de exportação e importação que eram cobrados nas aduanas e portos constituíam mais da metade de toda a arrecadação da mesma.²²⁰

Em 1855, quando essas rendas aduaneiras foram “nacionalizadas” (quando as aduanas fluviais passam à jurisdição nacional), a Província teve de encontrar novas formas de arrecadação. Uma delas, que terá especial importância num contexto de “patrocínio da colonização agrícola” será a venda de terras públicas. Ano após ano, “las entradas

²¹⁷ Estação da Alfândega em Santa Ana do Uruguay, 29 de outubro de 1845. AHRS – Fundo Fazenda – maço 490 - Alfândega de Uruguaiana / ofícios

²¹⁸ No período, havia mais três outras alfândegas na Província: Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte.

²¹⁹ AHRS – A.MU 338.

²²⁰ SCHALLER, Enrique Cesar. *La distribución de la tierra y el poblamiento en la Provincia de Corrientes (1821-1860)*. Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1995, p. 42.

provenientes de la concesión de campos comenzó a aumentar. En 1856 los ingresos de este rubro constituían el 9% del total mientras que en 1859 representaban el 66%”.²²¹

A Lei que autorizou a venda de terras públicas na Província é de 06 de outubro de 1856, mas a substituição definitiva da doação/arrendamento da *enfiteusis* pela venda da terra só acontecerá em 1864, com uma nova Lei Geral de Terras. É nesse contexto que o padre Gay e demais rio-grandenses estão comprando terras “do outro lado do Uruguay”, numa região que ainda tinha várias áreas pertencentes ao estado, ditas “livres” e aptas para ocupação.

Em 1869, a província de Corrientes contabilizava 129.023 habitantes. Destes, quase 10% eram oriundos de outras províncias, e 7% de outros países. Eram 8.825 indivíduos, dos quais 3.823 eram brasileiros. Dentre os europeus, predominavam os italianos, 1.513. Havia ainda 462 franceses, 432 espanhóis e 100 ingleses. Apesar de fazer parte das províncias argentinas que até meados do século XIX estavam mais povoadas, toda a região delimitada pelo rio Uruguai era habitada por menos de 1hab/km² – apenas 7% da população total do país vivia na região nordeste.

Do total de habitantes da Província, “40.732 correspondiam a população urbana, que estava distribuída em 25 cidades, vilas e *pueblos*, correspondendo a 31,5%.”²²² A maior parte dessa população, portanto, vivia na Campanha e, a exceção de Corrientes, eram poucas as povoações genuinamente urbanas na Província. Em sua maioria, havia pequenos povoados, nos quais os limites do urbano e do rural não eram muito definidos.

Desde el punto de vista oficial, el establecimiento de nuevas localidades constituía un elemento importante para la consolidación del poblamiento. Permitían afirmar la presencia correntina en zonas fronterizas o cuestionadas. También contribuían a establecer una administración regular en las zonas rurales, puesto que la fundación de pueblos implicaba la designación de autoridades (comandante militar, receptores, jueces de paz) para todo el distrito. Igualmente, cumplían un papel importante en la política del Estado para regularizar la ocupación de la tierra en razón de que los pueblos constituían los centros en torno a los cuales se buscaba asentar a la población desarraigada.²²³

Foi na década de 1830 que se formaram novos centros de povoamento ao longo da costa do rio Uruguai. A antiga redução jesuíta de La Cruz foi reincorporada à Província e uma crescente população indígena e de variadas procedências foi se estabelecendo no local. Nas proximidades do antigo *pueblo* de Santo Tomé, igualmente formou-se uma pequena comunidade. Grande parte destes povoadores eram brasileiros que cruzaram a fronteira no

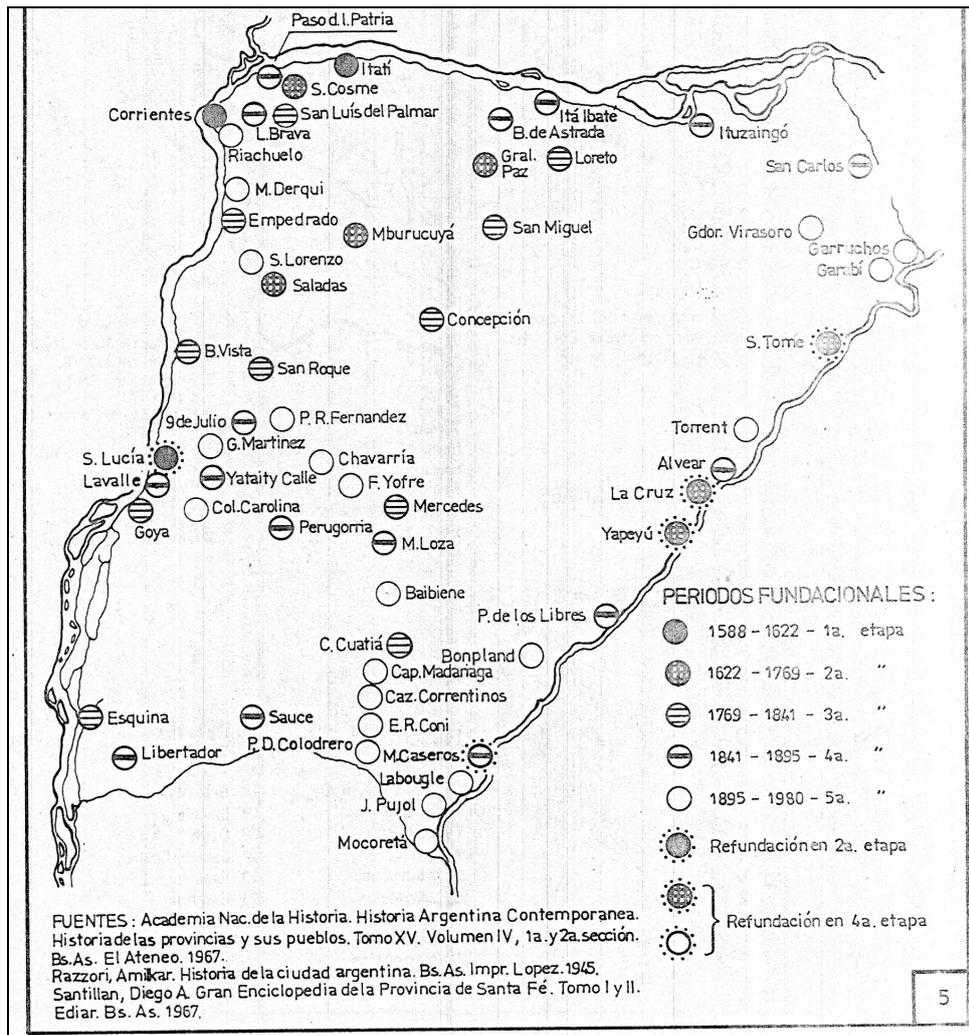
²²¹ SCHALLER, Op. Cit, 1995, p. 45.

²²² PEREZ, Op. Cit, 1984, p. 154.

²²³ Idem, p. 134.

período da Guerra dos Farrapos. Trata-se de uma região que foi ocupada ao longo do século XVIII, mas que, no entanto, foi praticamente abandonada quando da expulsão dos jesuítas e posteriormente destruída nas disputas fronteiriças entre Corrientes e o Paraguai. Será somente na década de 1860 que Santo Tomé verá sua planta urbana novamente ocupada por um número expressivo de habitantes.

Figura 4.8 - Etapas de fundação das cidades correntinas

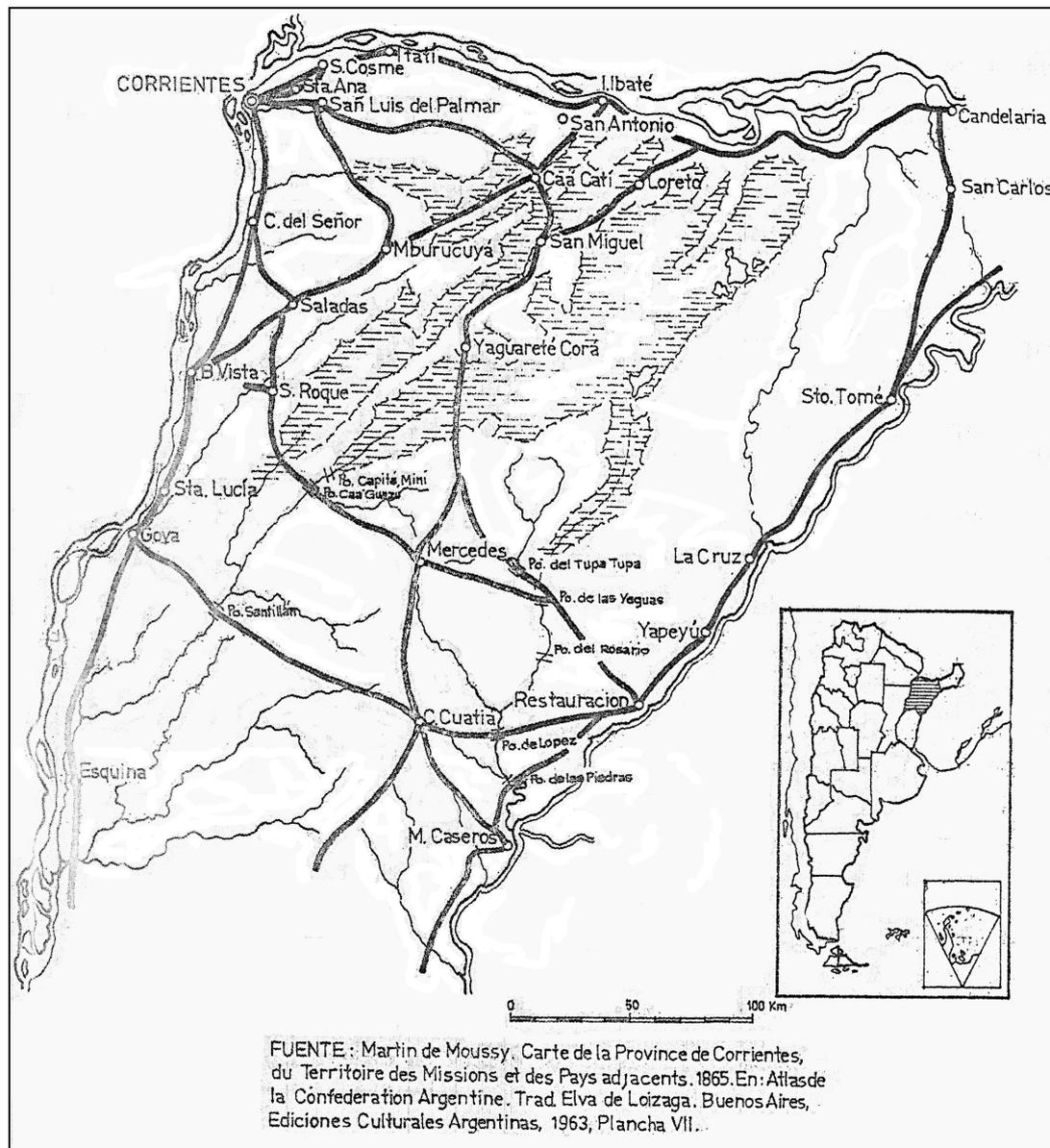


Fonte: BOLSI, Alfredo. "La población de la ciudad de Corrientes entre 1588 y 1980". Buenos Aires: Academia Nacional de Geografía, 1995, p.70.

O “pueblo” de Paso de los Libres (depois denominado Restauracion) foi fundado em novembro de 1843 e, em 1855, se cria Monte Caseros. Esta última foi fundada no mesmo local no qual em 1829 havia se criado um *pueblo* chamado Paso de los Higos, mas que perdeu importância estratégica e praticamente desapareceu. O que se percebe é que o desenvolvimento econômico e populacional das cidades criadas em ambas as margens do rio Uruguai acontece quase que concomitantemente.

Trata-se de um espaço que foi ocupado pelos jesuítas e indígenas, depois se tornou área de litígio fronteiro e campo de batalha para, só em finais da década de 1840, voltar a ter importância estratégica e possibilidades de desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento, acelerado na segunda metade do século XIX, foi possibilitado pelos laços comerciais, via rio Uruguai, da província de Corrientes com o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Restauración e Uruguiana, uma de frente para a outra, divididas apenas pelo Rio Uruguai, foram fundadas praticamente ao mesmo tempo. Fruto das boas relações entre os farrapos e as autoridades correntinas, as duas cidades, pensadas desde a sua origem como portos estratégicos, desenvolveram-se de forma rápida e crescente a partir de 1852, transformando-se em importantes centros comerciais da região.

Figura 4.9 - Caminhos e rotas mercantis da Província de Corrientes em 1856



Fonte: PEREZ, Maria Emilia. *La red vial y las comunicaciones terrestres en Corrientes*. Origen y evolución (1588-1898). Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1984.

O trânsito de pessoas e mercadorias se dava também entre Corrientes e as vilas de São Borja e Itaqui, criando uma estrutura de complementariedade da economia regional. Em 1848, a Câmara Municipal da Vila de São Borja envia correspondência à Presidência da Província a fim de que sejam revistas as ordens que exigiam que fossem retirados desses municípios todos os emigrados residentes aí. A postura da Câmara é bastante clara ao enfatizar que tal ordem traria “*um mal bem notável ao município*”, dando a conhecer o grande número de indivíduos vindos de Corrientes que habitavam a cidade, e a sua importância para a vida municipal.

A Câmara Municipal Ex. Snor, não pretende impugnar as determinações do Governo Imperial, as quais é ela a primeira em dar o exemplo de obediência, tão pouco, neste objeto encara o bem estar de indivíduos; mas incumbida pela sua lei Regulamentar de velar, e promover quanto lhe cabe os interesses de seus munícipes, pelos quais simplesmente pugna; recorre a V.Exia, para julgando atendível o que pede a mesma Câmara, se digne mandar sob estar na continuação de fazer retirar da Fronteira todos os moradores sem distinção, que tem vindo de Corrientes, habitar neste território, procurando arelar-se sob o Pavilhão Imperial. **Grande porção daquela gente, Ex. Snor, passaram com suas famílias, construíram seus arranchamentos, têm desenvolvido meios industriais de vida, já aplicando-se a agricultura, já ajustando-se para trabalhos úteis, e vivem honestamente, e obedientes às leis e às autoridades,** não se podendo rezear que cometam nenhum passo de rompimento com o novo Governo estabelecido em seu país, porquanto, por se evadirem a esses mesmos comprometimentos, e para não serem ali forçados a pegar em armas por qualquer dos partidos que existiram; foi que se retiraram para aqui; não são pois Exmo. Snr, emigrados que passassem com armas na mão, repelidos por força maior. Deve a Câmara Municipal expor mais a V.Exia. que os braços ocupados em diferentes ramos de trabalhos, são somente daqueles que enchem o vácuo dos filhos do país tirados para o Exército, que tem posto o lugar limpo de toda a classe de trabalhadores, para os diferentes serviços, bem como o das olarias e outras que terão de parar.²²⁴

A carta acima evidencia outra grande preocupação das autoridades municipais: a grande demanda de homens exigida para as atividades militares, cuja atuação nessa fronteira era importante. As funções militares, “*que tem posto o lugar limpo de toda a classe de trabalhadores*”, tornariam importante a presença desses migrantes, em sua maioria provindos dos países vizinhos, dedicados à agricultura e que permitiam a produção para a subsistência da cidade.

A presença desses indivíduos de procedência “*correntina*” é igualmente identificada quando se pretende caracterizar as 61 ilhas que se acham no rio Uruguai. A maioria delas tinha menos de 500 braças e eram desabitadas. No entanto, naquelas habitadas, onde se produziam boas madeiras e a prática da agricultura era comum, a maioria dos habitantes era natural da Província de Corrientes. Em muitas delas evidencia-se a presença de um inspetor e de barcas. Tratava-se de um entreposto comercial, em caso de necessidade, e também um refúgio para indivíduos que pretendiam não se envolver nos conflitos armados tão característicos nas duas margens do rio.

Mas essa migração se dava também da margem esquerda para a direita do Rio Uruguai. Além de inúmeros escravos, também os homens em condição de recrutamento militar deixam São Borja em direção a Corrientes. Nas palavras dos representantes da Câmara de Vereadores: “*Corrientes se povoa com os braços úteis à lavoura e à indústria pastoril do Município de São Borja e de seus vizinhos*”.

²²⁴ AHRS – A.MU 232. Sala das Sessões Municipais em São Borja, 08 de maio de 1848.

A atuação e reuniões frequentes da Guarda Nacional no Município estimulariam muitos homens a “*passar para Corrientes*”, onde com seu trabalho ganhariam o pão para alimentar esposa e filhos. As vítimas de recrutamento na cidade também seriam em número muito elevado, o que aumentaria ainda mais as “*evasões para Corrientes*”, não querendo aqueles gastar toda sua “*mocidade no serviço da Pátria, para a qual jurarão um tratado, que terá por duração seis ou nove anos*”.²²⁵

No Porto de Itaqui, a Câmara noticia que com frequência vinham “*de Corrientes pessoas pobres a venderem víveres e comprarem o que era cotidiano*”.²²⁶ Em Uruguaiana, praticamente toda a carne fresca para o consumo “*alguns açougueiros costumam trazer do Estado de Corrientes para vender neste lado no porto desta Vila*”.²²⁷ Além disso, havia uma preocupação com a segurança e o pedido de verbas para a construção de uma cadeia pública, uma vez que “*a disposição topográfica desta Vila em frente de um país estrangeiro, cujos habitantes passam diariamente a este praticando desordens e correrias*” exigia tal medida de controle.

O que se destaca dessas ações é a necessidade que tinham as cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul de se suprirem de gêneros alimentícios vindos do “*outro lado da fronteira*”. Em toda a correspondência enviada pelas Câmaras Municipais, fica evidente a pouca produção agrícola existente nessas vilas, ou então a sua produção em pequena escala, insuficiente para suprir a demanda de toda a cidade. Nesse sentido, boa parte dos alimentos, especialmente os grãos, era enviada dos portos de Concórdia e Restauração e importada pela Alfândega de Uruguaiana.

Além do comércio, ou integrando a este, a prática do contrabando também era muito comum nesse espaço de negócios. “Os procedimentos e “truques” para passar as mercadorias para o território brasileiro eram variados e sofisticados, dependendo da rigidez da fiscalização nas alfândegas que deveriam enfrentar. A mais comum, é claro, era o desembarque dos volumes à sombra da noite ou de conivência com os guardas. Mas a permissividade era tão grande que o comércio de contrabando contava com uma verdadeira organização combinando embarcações e carretas para o transporte das mercadorias contrabandeadas”.²²⁸ Este tema será retomado no próximo capítulo, cabendo agora somente evidenciar que essas práticas eram

²²⁵ AHRS – A.MU 233, ano de 1858.

²²⁶ AHRS – A.MU 76, ano de 1860.

²²⁷ AHRS – A.MU 337, ano de 1850.

²²⁸ MEDRANO, Op.Cit., p. 186.

dependentes de um estreitamento das relações entre os negociantes que conformavam essa região econômica.

Para o deslocamento da população e integração econômica da fronteira oeste do Rio Grande do Sul aos portos de Buenos Aires e Montevideu, foi importante a criação das companhias de navegação a vapor. Destinadas ao transporte de produtos e passageiros, surgem na década de 1850 e continuariam em funcionamento até o início do século XX.²²⁹ A navegação a vapor representou também uma melhoria substancial na quantidade, qualidade e agilidade das viagens feitas. Pelas condições apresentadas pelos rios, os maiores barcos que ali navegavam eram à vela, condição que limitava a quantidade e o tempo dos percursos realizados. Muitos deles nem conseguiam cumprir na sua totalidade o percurso ascendente do rio, e muitas mercadorias eram desembarcadas em Constituição e Salto e daí seguiam em carretas até Uruguaiana.

A permissão para a efetivação da primeira companhia de navegação a vapor no Uruguai é concedida em 1857, sendo que o vapor *Nacional Uruguay* faz a sua primeira viagem em 1860. Seus principais destinos eram Monte Caseros, Santa Rosa, Constituição, Santo Tomé, Restauração, Itaqui e São Borja, conectando toda a região ao longo do estendido do Rio. Em 1864, o *Nacional* fez sete viagens a São Borja tocando Itaqui; trinta e cinco viagens de Uruguaiana a Itaqui; seis a Constituição tocando nos portos intermediários. Nesse ano, novamente uma grande baixa no nível de água do Rio Uruguai prejudicou a navegação nessa costa, sendo que a linha do vapor deixou de funcionar nos meses de fevereiro, março, abril, maio, novembro e dezembro.²³⁰

Em 1874, a Câmara de Itaqui solicita que uma linha elétrica, partindo daí até Alegrete, seja realizada permitindo que o município abra suas relações comerciais com os “*demais povos do interior*” e também com a Capital, Porto Alegre. Nem ao menos o sistema dos correios funcionava integrando a parte leste do oeste da Província do Rio Grande do Sul.²³¹

Outro grande empecilho para essa integração leste-oeste do estado gaúcho foi a inexistência das ferrovias que ligassem a fronteira até Rio Grande e Porto Alegre até a primeira década do século XX, como já enfatizado nas páginas acima. Todos esses fatores

²²⁹ Em 1875, navegavam no alto Rio Uruguai o *Vapor Nacional Uruguay*, que operava desde 1860, transportando passageiros e mercadorias, e mais quatro vapores argentinos: *Federação*, *Formiga*, *El Union* e *Estela del Uruguay*.

²³⁰ Informado pelo encarregado do Vapor, em 1º de janeiro de 1865. AHRS – Fazenda, maço 490.

²³¹ AHRS – A.MU 336, ano de 1849.

contribuíram sobremaneira para a integração platina, que tornou possível o desenvolvimento regional desse espaço em meados do século XIX.

Nesse sentido, fica claro que os municípios da fronteira oeste da Província de São Pedro superaram, no avançar da década de 1850, a crise a que estavam sujeitos na década anterior. Pelo que indicam as correspondências das Câmaras de Itaqui e Uruguaiana, essa prosperidade é devida ao comércio realizado com as províncias das Repúblicas vizinhas, possibilitado pela via fluvial e certamente incrementado a partir de 1852, com a abertura da Bacia Platina para livre navegação. Os dados revelam ainda a participação decisiva do aumento da exportação da erva-mate para o desenvolvimento comercial da região. A inexistência de um porto apropriado, o tipo de relações estabelecidas com o exterior e a concorrência e hegemonia do porto de Uruguaiana não garantiriam a São Borja a manutenção de semelhante posto de favorecimentos.

Apesar dos diferentes desdobramentos para as três cidades mencionadas, a navegação pelo rio Uruguai foi o que permitiu a elas a inserção numa teia comercial mais ampla, da qual foram beneficiárias. O que se pretendeu evidenciar foi uma perfeita integração entre esses municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul e norte/nordeste da Argentina, permitindo que se caracterize uma região socioeconômica a partir das relações sociais estabelecidas entre os seus habitantes em meados do século XIX.

Diante da inexistência de uma ligação rápida e eficiente entre o Litoral e a Fronteira Oeste da Província, essa região do estado logrou vincular-se às cidades platinas, através da trama dos rios, e assim comunicar-se com o resto do mundo. As possibilidades do Comércio de Trânsito realizado pelos países vizinhos, e os lucros auferidos pelos intermediadores das mercadorias, foram o que garantiu a longa vida dessas vinculações. Se foi o desenvolvimento econômico da região que estimulou as trocas e contatos entre o norte e nordeste do Uruguai e da Argentina e o sul do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, foi justamente essa integração que tornou possível o desenvolvimento econômico desse espaço até as primeiras décadas do século XX. Essa dinâmica econômica na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul será analisada no próximo capítulo.

5 “*Estando a navegação do Uruguai livre...*” - O comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro

Ao perceber a estreita dependência do comércio realizado nas três cidades estudadas, e a importância central da sua vinculação com os demais portos platinos, torna-se importante conhecer o desenvolvimento dessas relações e as mudanças socioeconômicas que teriam caracterizado a região nas décadas de 1840 e 1850.

Em 1845, quando a Alfândega da região da fronteira gaúcha é instalada no Passo de São Borja, ela seria constituída por três estações fiscais: a de São Borja, a de Itaqui e a outra em Uruguaiana. Nos primeiros anos, um único inspetor e alguns poucos guardas eram os responsáveis pela fiscalização nos três pontos, que correspondiam a uma extensa região de fronteira. Neste período, as mercadorias eram enviadas constantemente de um ponto a outro, sendo introduzidas para consumo ou então reexportadas. Nesse sentido, era prática corrente a importação de produtos vindos do Paraguai ou de Corrientes e a sua transferência entre os portos de São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

Essas cidades, pequenos núcleos populacionais urbanos que foram aparecendo em locais de acampamento ou fortificações militares no projeto de expansão português, rapidamente veem-se transformadas a partir de meados do século XIX. Através do Rio Uruguai, chegavam ao oeste da Província de São Pedro toda a espécie de mercadorias importadas da Europa, principalmente manufaturados, bebidas e alimentos. Por essa mesma via, as cidades de São Borja, Itaqui e Uruguaiana supriam-se de boa parte dos produtos alimentícios não produzidos nas vilas, e exportavam os produtos locais.

5.1 A dinâmica econômica na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

No ano de 1847, as mercadorias introduzidas no porto de São Borja vinham, sobretudo, da Província de Entre Ríos. Alguns poucos itens eram procedentes de Corrientes e/ou da República do Uruguai. Neste mesmo ano, a Alfândega registrava a entrada de 89 navios nos portos²³², todos provenientes do Rio da Prata, sendo que um único navio era procedente do Uruguai. Dessas 89 embarcações, 83 eram procedentes de Entre Ríos. Destes barcos, 49 deles tinham bandeira brasileira.

Tabela 5.1 - Direitos de Importação arrecadados em São Borja em 1847²³³

Procedência	Valor dos direitos
Entre Ríos	4.663\$180
Corrientes	456\$537
Uruguai	214\$562

A característica apresentada pelo porto – de receber e enviar constantemente mercadorias vindas de outros países – era um fator que dificultou o trabalho de fiscalização e a cobrança das taxas logo quando da criação do posto alfandegário. Os funcionários relatam os inúmeros inconvenientes com a administração do posto, uma vez que não se sabia o que cobrar e de quem cobrar. Desconheciam-se as leis, ou então algumas situações não se enquadravam exatamente no que as mesmas estabeleciam, como dizia o inspetor Estanislau Jose de Freitas, em 15 de dezembro de 1845:

Recebi os dois exemplares da lei de 18 de setembro de 1845. A respeito da mesma lei, cumpre-me pedir com urgência a V.S. se sirva esclarecer-me, se, em vista do artigo n.25, os couros que já aqui se achavam depositados introduzidos de Corrientes até a chegada da lei, quando os quiserem exportar pelo Uruguai, devem ser despachados como os do país; porque nacionalizados, e sendo ao mesmo tempo este ponto, um porto de Alfândega; hesito na inteligência do 2º artigo, pelo que expende no fim: e na mesma razão parece que devem estar os que de agora em diante forem introduzidos, e que a sua exportação seja por aqui, **não sabendo se os direitos devem ser de reexportação, ou de exportação como couros nacionais.** Também não sei o que deva fazer quanto aos que **já tinham sido despachados para consumo, e que foram remetidos para Porto Alegre** antes de receber a lei.²³⁴

²³² AHRS – Fazenda, maço 399, ano de 1848.

²³³ AHRS – Fazenda, maço 399, ano de 1848.

²³⁴ AHRS, Fazenda, maço 357A.

A confusão apontada apresentava-se justamente em decorrência de uma característica desses portos da Fronteira: o trânsito constante de mercadorias que chegavam até os portos gaúchos mas que não tinham aí o seu destino final. Junto ao grande volume de importação de produtos e mercadorias vindos dos portos de Montevideu e Buenos Aires, eram igualmente avultados os negócios de reexportação de mercadorias. Para esse gênero de negócios contribuía, sobretudo, a rota comercial que interligava o Paraguai aos portos platinos.

Através dessa rota, que percorria os portos da fronteira gaúcha e o território correntino, chegavam ao Paraguai todas as espécies de mercadorias, assim como permitia a esse país a exportação de grande quantidade de couros vacuns e de erva-mate. Essa rota já se apresentava bastante ativa na década de 1840, e será responsável pelo aumento do tráfego de mercadorias na fronteira estudada. Infelizmente, pela confusão ou improbidade dos funcionários das repartições fiscais, muitas dessas mercadorias provenientes de algum país estrangeiro e reexportadas para outro não foram registradas como tal. Da mesma forma, havia o interesse por parte dos comerciantes em burlar essa fiscalização, pagando-se menos impostos na realização dos despachos.

Essa suposta inexistência do tráfego Itapúa-Buenos Aires era facilitada “por el ardid” dos comerciantes riograndenses intermediários, que desembarcavam as mercadorias portenhas em São Borja, as passavam para a outra margem e, com carretas de sua propriedade, as transportavam a Itapúa como se fossem mercadorias de origem brasileira, através do território do nordeste correntino. Procedimento similar empregavam para retornar mercadorias paraguaias, com destino a Montevideu ou Buenos Aires, via São Borja.²³⁵

Tratava-se de uma rota bastante eficaz, que fugia ao controle portenho, “provendo o Paraguai dos bens que necessitava e não produzia – tanto armas como têxteis, alimentos ou metalurgia. Em troca deles, o Paraguai dava saída aos seus produtos pecuários e agrícolas – couros, tabaco, mel – e especialmente à erva-mate.”²³⁶ Era igualmente uma rota bastante ativa, que tinha nesses intermediadores da fronteira agentes decisivos na transação dessas mercadorias idas e vindas entre Buenos Aires e o Paraguai. Na documentação das Alfândegas, encontram-se vestígios de grande quantidade de couros vindos do Paraguai e reexportados para os portos platinos. Dentre esses, o porto de Buenos Aires é aquele que aparece como o principal destino dos couros. Se considerado o valor de todas as mercadorias reexportadas a partir de São Borja, vê-se que o principal destino era a província de Corrientes, que era rota até o Paraguai.

²³⁵ CHIARAMONTE, Jose. Op. Cit, p. 87.

²³⁶ Idem, p. 89.

Tabela 5.2 - Alfândega de São Borja
Mercadorias estrangeiras despachadas por reexportação – 1847²³⁷

DESTINOS	VALORES
Buenos Aires	3.908\$960
Uruguai	3.673\$690
Corrientes	4.122\$193
Entre Ríos	1.809\$400

Nestes anos finais da década de 1840, os maiores valores de arrecadação dos portos que faziam parte da Alfândega eram provenientes dos direitos de importação. Os valores arrecadados com os direitos de consumo evidenciam que se tratavam de portos nos quais a introdução de mercadorias de primeira necessidade (roupas, bebidas, alimentos e objetos domésticos) era grande.

O Mapa Geral dos gêneros e mercadorias de produção e manufatura de Países Estrangeiros importados na Alfândega e Consulado de São Borja²³⁸ e despachadas para consumo no exercício de 1845 a 1846 revela que do Estado Oriental vinha a quase totalidade dos tecidos e roupas de algodão, seda e lã; linhas de pescar; cal; vinhos e cachaças; azeite; couros vacuns. Da Província de Entre Ríos eram importadas meias de algodão e xales de chita; a quase totalidade dos tecidos e itens de linho; tesouras, talheres, instrumentos e objetos de ferraria; tintas, espelhos, utensílios de vidro, vinhos e cachaça, além de chocolates e chás. De Corrientes chegavam panos e lenços de algodão, alfinetes, botões, talheres, pás e enxadas; cal; feijão, milho e rapadura; a grande maioria dos couros vacuns importados, cabelo de cavalo, carretas, sebo e sabão; e da República do Paraguai: fumo, couros vacuns e carretas.²³⁹

No quadro anexado como Apêndice 1, fica evidente a diversidade desses produtos importados e consumidos nas cidades rio-grandenses, bem como a importância das reexportações feitas para o Paraguai das mercadorias procedentes dos portos platinos. No caminho inverso, e possivelmente se aproveitando das mesmas carretas e embarcações que levavam os produtos até o Paraguai, eram trazidos couros, fumo e erva-mate que pagavam os

²³⁷ *Mapa estatístico do comércio e navegação do Império do Brasil, com suas províncias e países estrangeiros no ano financeiro de 1847-1848.* Rio de Janeiro, 1854.

²³⁸ AHRS, Fazenda, maço 364.

²³⁹ AHRS, Fazenda, maço 364.

impostos na Alfândega de São Borja e eram reexportados para as províncias argentinas ou então para o Estado Oriental.

Nesse sentido, torna-se tão importante remarcar essa característica da dinâmica dos portos da fronteira gaúcha – a sua vinculação exclusiva com os portos da Bacia Platina para importar e exportar mercadorias. Quase tudo o que era consumido na fronteira tinha procedência dos países vizinhos ou então eram mercadorias europeias que faziam o trânsito pelos portos platinos para chegar ao oeste do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, não havia mercadorias estrangeiras despachadas de outros portos brasileiros para estes da fronteira gaúcha.

Porque nunca aqui vieram de Porto nenhum do Império mercadorias estrangeiras despachadas com Carta de Guia, e nem mercadorias nacionais; pois tudo quanto entra, é considerado de país estrangeiro, como de fato é; assim como também nada se despacha daqui para portos do Império; e por essa razão estão no mesmo caso as embarcações de cabotagem que também não se despacha aqui nenhuma para algum outro porto do Brasil, e nem vem para aqui nenhuma dos outros portos do mesmo Brasil.²⁴⁰

Justamente por apresentar essa dependência do comércio realizado através do Rio Uruguai, a partir do ano de 1847 uma grande crise comercial caracterizaria a economia dessa região. Diversos fatores contribuiriam para essa privação das trocas comerciais, mas, sobretudo, as imposições feitas pela Inglaterra e França ao porto de Buenos Aires, e os regulamentos expedidos a partir delas, praticamente paralisaram o comércio. Em 1848, o Inspetor da Alfândega afirmaria que “*o comércio está no maior decaimento possível*”. Ao informar sobre as arrecadações de dezembro, o mesmo alertaria “*que além das circunstâncias políticas que impedem o comércio, o rio também com a seca fez paralisar tanto a importação como a exportação.*”²⁴¹

Essa crise foi se intensificando ao longo deste ano de 1848, e os primeiros sinais de melhora seriam vistos no final do ano de 1849. E veremos que para essa recuperação, aliado à possibilidade da livre navegação na Bacia Platina, estaria o aumento da exportação da erva-mate. Trata-se do gênero de maior exportação já em meados da década de 1840, e que seria decisivo para o desenvolvimento comercial da região na década seguinte.

²⁴⁰ AHRS, Fazenda, maço 399. O Inspetor da Alfândega Jose Estanislau de Freitas, em São Borja, em 15 de março de 1848.

²⁴¹ AHRS, Fazenda, maço 399.

Tabela 5.3 - Alfândega de São Borja (1845-1846)
Mapa geral dos gêneros e mercadorias do País exportados
para fora do Império e despachados nesta Alfândega²⁴²

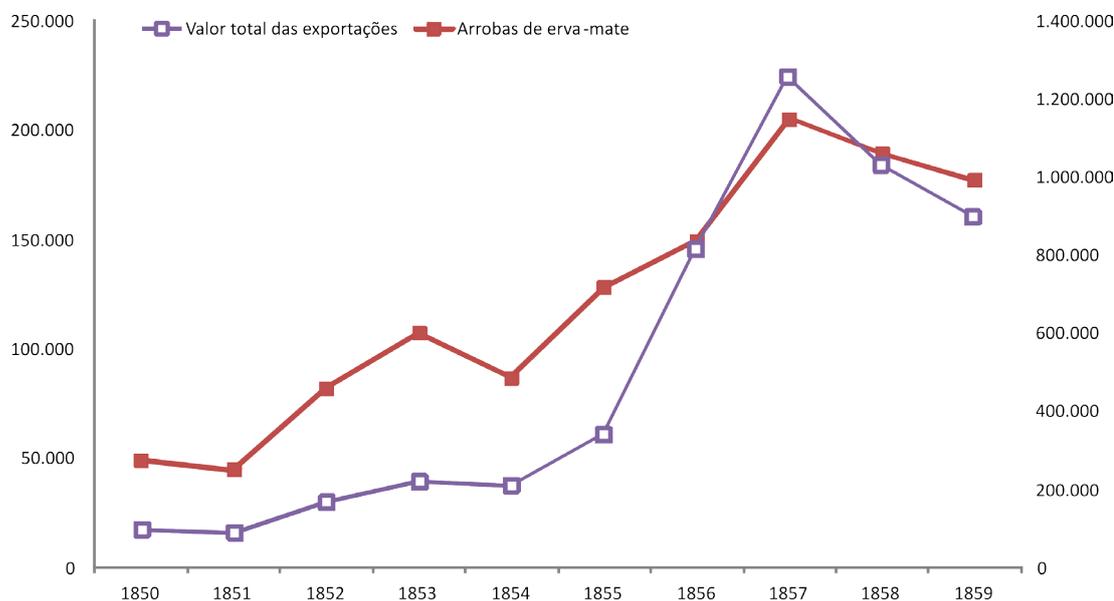
PRODUTO	Exportados para o Estado Oriental		Exportados para Entre Ríos		Exportados para Corrientes	
	QUANTI- DADE	VALOR	QUANTI- DADE	VALOR	QUANTI- DADE	VALOR
Couros vacuns	2293	1:834\$400				
Erva-mate	3109	7:653\$000	1791	4:420\$080	584	1:505\$720
Canadas de aguardente					758	974\$600
Alqueires de fumo			28	280\$000	285	2:938\$125
Farinha de Mandioca					45	181\$600
Alqueires de arroz					71	178\$200
Alqueires de açúcar					215	985\$800
Sal					109	430\$000

Fonte: AHRS, Fazenda, maço 364.

Junto à exportação de couros e outros produtos de menor valor, será a exportação da erva-mate (produzida no norte do Rio Grande do Sul, na província do Paraná, em Corrientes e no Paraguai) que vai alavancar a economia regional e possibilitar o aumento das arrecadações das estações fiscais da fronteira gaúcha. Se o produto já era exportado em grande quantidade em meados de 1840, será ao longo da década de 1850 que essa exportação ganhará maior vigor.

²⁴² AHRS, Fazenda, maço 364.

Gráfico 5.1 - Arrobas de erva-mate exportadas por Uruguaiana, Itaqui e São Borja e a evolução do valor total das exportações pelos portos da Fronteira ²⁴³



Ano	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859
Arrobas de erva-mate	49.098	44.561	82.013	107.309	86.686	127.923	149.359	204.981	189.190	176.985
Valor total das exportações	97:178	89:123	166:878	219:593	210:526	340:895	814:153	1.257:323	1.031:203	896:812

A partir dos dados acima, percebe-se a relação direta do aumento de exportação da erva-mate com o valor total das exportações realizadas pelos portos da Fronteira Oeste da Província de São Pedro. É evidente que a evolução dos dois indicadores dependia de outros fatores, como o valor pago por cada arroba de erva-mate nos respectivos anos e mesmo dos demais itens de exportação. No entanto, o gráfico é bastante importante para nos mostrar uma ascendência das exportações ao longo de toda a década e, sobretudo, o grande impulso que essa economia recebe entre os anos de 1855 e 1857.

A quantidade de arrobas de erva-mate exportadas pela Fronteira cresce 360% ao longo da década de 1850, alavancando os valores arrecadados com a exportação. A análise da

²⁴³ Dados retirados do *Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1868.

Receita arrecadada²⁴⁴ por cada cidade nos mostra que esse crescimento econômico foi sentido nos parâmetros dos dados acima tanto em Uruguaiana como em Itaquí.

Tabela 5.4 - Receita total arrecadada em Uruguaiana, Itaquí e São Borja/ 1847-1857

Localidade	1847 a 1848	1848 a 1849	1849 a 1850	1850 a 1851	1851 a 1852	1852 a 1853
Uruguaiana	19:630\$985	19:283\$846	22:566\$195	20:889\$566	26:943\$641	46:013\$447
Itaquí	-	128\$515	1:636\$913	6:867\$039	9:485\$885	11:454\$607
São Borja	-	1:419\$887	6:907\$463	6:553\$027	3:076\$517	7:612\$153

Localidade	1853 a 1854	1854 a 1855	1855 a 1856	1856 a 1857	Total
Uruguaiana	43:224\$598	49:076\$037	120:799\$472	177:812\$871	546:240\$658
Itaquí	12:202\$488	13:948\$581	36:470\$052	47:302\$129	139:496\$209
São Borja	4:879\$530	5:924\$179	5:256\$830	6:855\$777	48:482\$393

Será em meados da década de 1850 que a economia regional da fronteira gaúcha superará a crise pela qual passou ao findar da década anterior. Os dois momentos do comércio local tiveram relação direta com as condições de acesso aos portos fluviais platinos. Tanto em Itaquí quanto em Uruguaiana, percebe-se um aumento significativo das rendas a partir de 1852, quando o comércio na Bacia do Prata é intensificado. Em 1855, há um novo grande salto nas arrecadações, condizente com o momento em que as exportações da erva-mate aumentam. Esse aumento das arrecadações será mantido pelos anos seguintes, mas com variações acentuadas, pautadas pelas exportações e importações realizadas em cada porto.

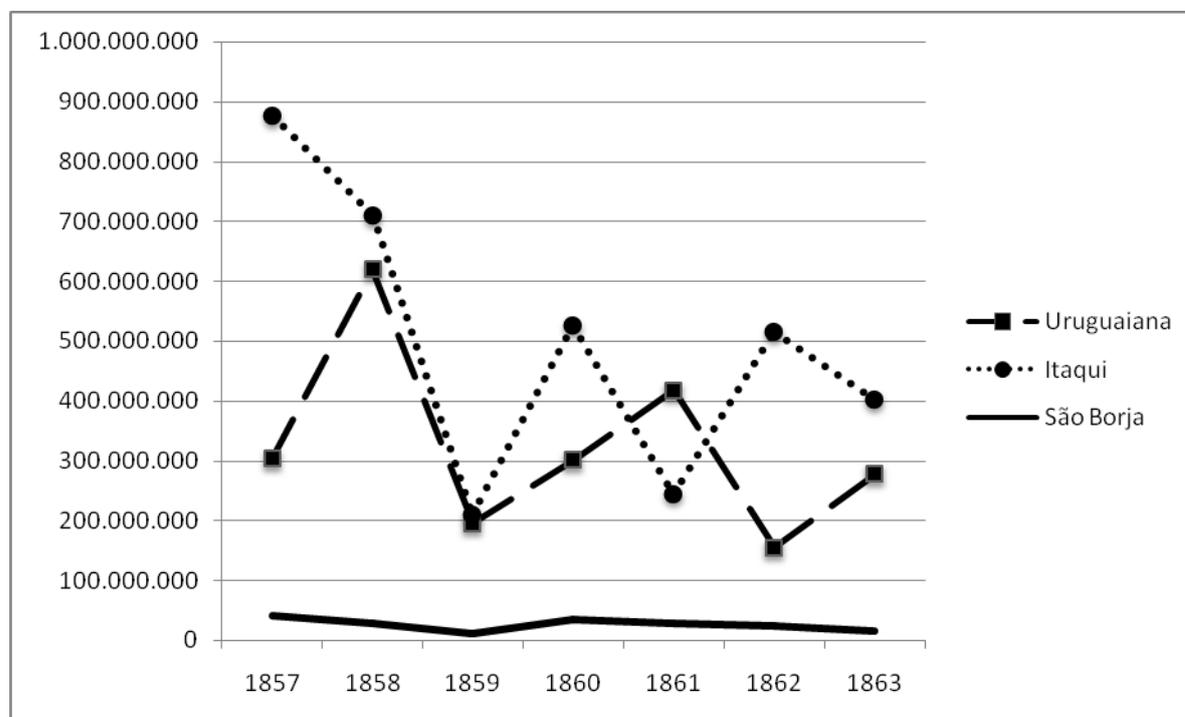
²⁴⁴ *Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1868, p.242.

Tabela 5.5 – Valores oficiais (em Réis) dos gêneros exportados

ANO	Rio Grande	Porto Alegre	Uruguaiana	Itaqui	São Borja
1857	3.298.149.542	57.676.714	303.603.271	876.296.000	42.032.085
1858	4.154.378.614	87.214.871	619.802.857	708.818.828	29.104.228
1859	5.206.198.381	4.189.521.966	195.120.531	209.674.962	11.351.808
1860	5.084.274.685	261.428.630	301.186.225	526.263.083	35.155.480
1861	4.343.451.657	291.774.371	417.251.600	245.081.542	28.006.100
1862	3.169.644.956	205.336.971	154.658.271	515.454.470	23.415.771
1863	4.750.619.971	283.038.657	278.272.871	401.779.528	15.540.028

FONTE: AHRS - Relatórios dos Presidentes de Província (1855-1865).

O que chama a atenção nos valores referentes às exportações é o fato de que Uruguaiana e Itaqui exportavam maior valor do que a Alfândega de Porto Alegre. Nos anos para os quais existem esses dados, o porto de Itaqui apresenta maiores valores de exportação do que Uruguaiana, resultante da grande quantidade de produção e exportação de erva-mate que era despachada, em sua maior quantidade, de Itaqui.

Gráfico 5.2 – Exportação pelos portos da fronteira

No âmbito estadual, as importações pela Fronteira apresentam valores bem inferiores às realizadas pelos portos de Rio Grande ou Porto Alegre. No entanto, os valores são bem consideráveis, ainda mais ao atentarmos que a maior parte dessas mercadorias provinha de portos estrangeiros. Também não é possível negligenciar a grande quantidade de contrabando²⁴⁵ realizado na região, o que aumenta em muito a quantidade e os valores de mercadorias introduzidas na Província através dos portos da Fronteira Oeste.

Tabela 5.6 – Valores oficiais (em Réis) dos gêneros importados

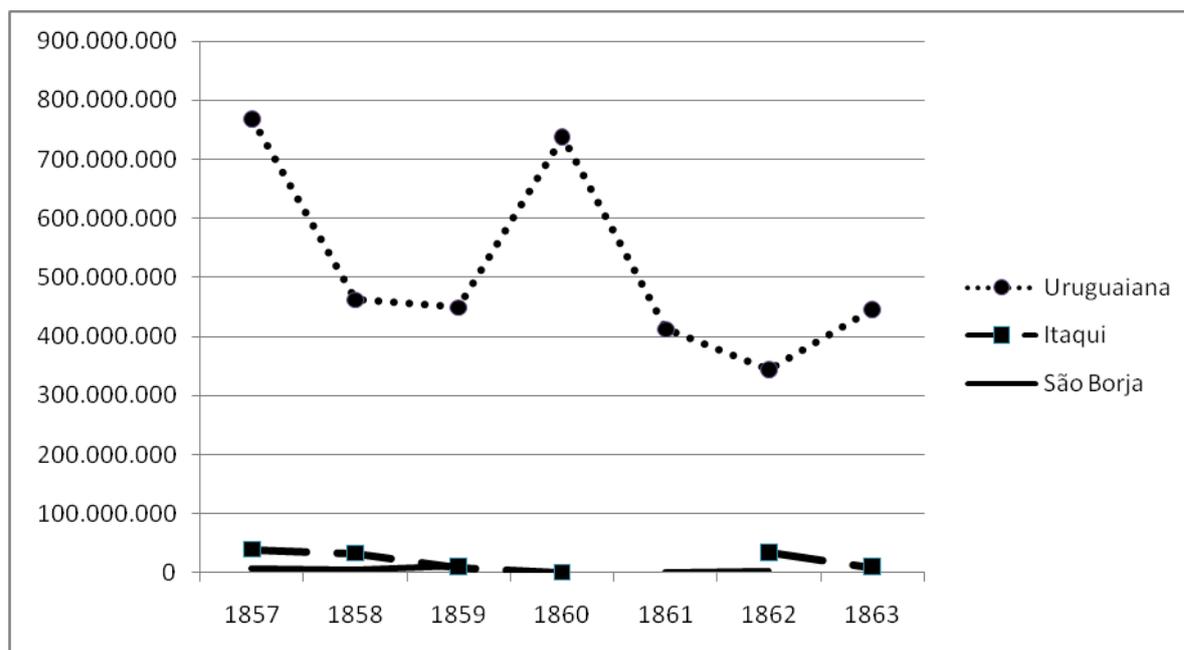
ANO	Rio Grande	Porto Alegre	Uruguaiana	Itaqui	São Borja
1857	2.550.299.032	1.021.551.660	768.649.093	38.452.584	7.992.820
1858	4.425.680.460	792.405.518	461.934.156	31.868.776	4.786.712
1859	2.020.222.600	4.966.231.236	449.143.152	9.238.004	11.976.100
1860	12.043.712.450	3.578.018.332	737.327.313	136.000	-
1861	11.772.412.552	3.692.111.117	412.159.861	-	1.000.000
1862	8.418.834.320	2.160.600.967	343.735.139	33.299.652	2.606.133
1863	8.757.604.530	1.593.264.928	445.693.490	9.695.853	-

FONTE: AHRS - Relatórios dos Presidentes de Província (1855-1865).

No que se refere às importações, considerando-se os portos da Fronteira, percebe-se a hegemonia de Uruguaiana, primeiro porto de acesso para quem sobe o rio Uruguai e cidade na qual, neste período, estava a alfândega da região. A maioria dos produtos importados chegava à Uruguaiana através dos portos de Buenos Aires e Montevideú e depois eram reconduzidos para as demais cidades fronteiriças.

²⁴⁵ Sobre o tema ver: FLORES, Mariana F. C. Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Gráfico 5.3 – Importação pelos portos da fronteira



No ano de 1847, os rendimentos da alfândega estabelecida na Fronteira foram de 4:314\$423. Deste valor, 3:311\$898 foram pagos pelos direitos de consumo, ou seja, 76,7% da renda da Alfândega era proveniente da introdução de mercadorias que seriam consumidas nas cidades ou remetidas para o interior da Província. Neste mesmo período, o total dos rendimentos das exportações foi de 1:920\$545.²⁴⁶ Dez anos depois, a arrecadação da Alfândega de Uruguaiana continuava tendo na importação de mercadorias a sua maior renda.

²⁴⁶ AHRS, FAZENDA, Maço 399. Alfândega de Uruguaiana e recebedorias de S.Borja e Itaqui.

Gráfico 5.4 - Arrecadação em Uruguaiana – direitos de exportação e importação



Neste contexto, é importante saber quem eram os agentes desse comércio de introdução de mercadorias estrangeiras nas cidades da fronteira, bem como a origem dos produtos, as rotas comerciais e os destinos dos mesmos.

5.2 Rotas, mercadorias e agentes comerciais

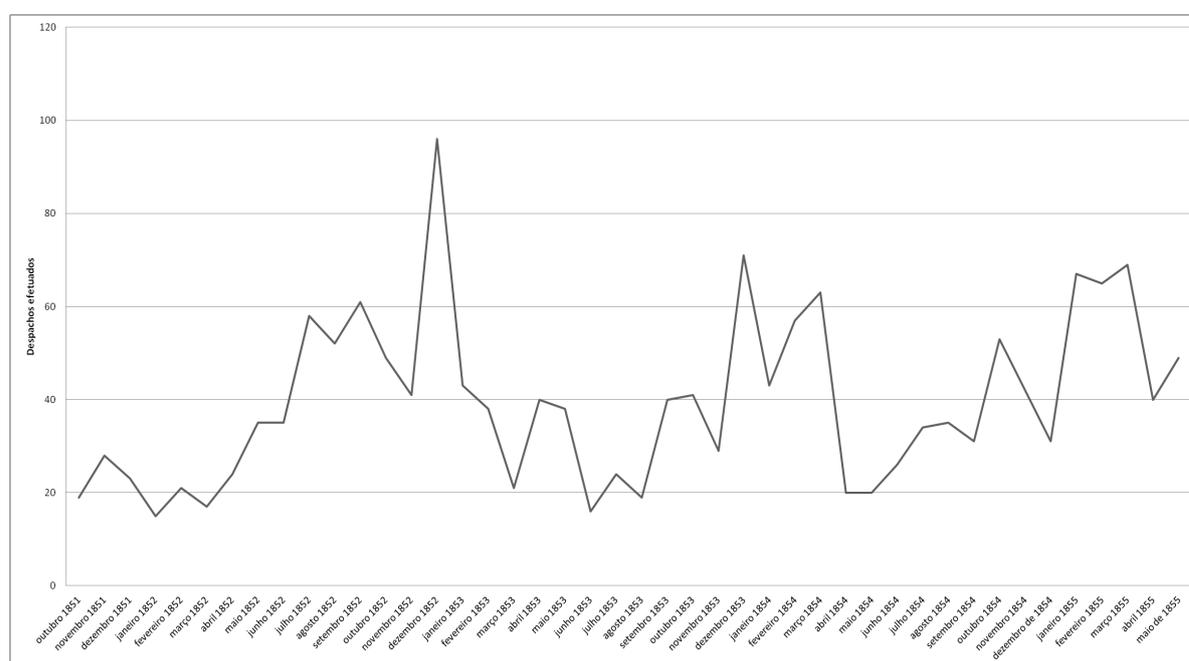
Os livros nos quais foram registrados os despachos para consumo na Alfândega de Uruguaiana²⁴⁷ nos revelam com mais precisão essa dinâmica econômica da fronteira. Apesar de termos encontrado os registros apenas para os meses de outubro de 1851 até maio de 1855, trata-se de uma fonte que nos mostra os agentes comerciais que atuavam na região.

Nos livros analisados os funcionários da Alfândega registravam a liberação para consumo das mercadorias introduzidas na Alfândega mês a mês. Ou seja, trata-se do registro de todas as mercadorias importadas que pagavam os impostos devidos antes de serem

²⁴⁷ Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192.

liberadas para consumo²⁴⁸. Aparecem nos registros também algumas mercadorias que seriam reexportadas. As mercadorias despachadas tinham entrado no porto no mesmo mês, ou então já estavam armazenadas na Alfândega há algum tempo, sendo que por esse tempo de armazenamento os proprietários dos produtos pagavam uma taxa. Assim, o mês estabelecido na fonte é referente à data em que as mercadorias saíram da Alfândega e foram liberadas para consumo. Foram analisados 1.740 despachos, assim distribuídos:

**Gráfico 5.5 - Despachos de introdução de mercadorias para consumo
Alfândega de Uruguaiiana, outubro 1851 - maio 1855²⁴⁹**



Estes 1.740 despachos são realizados por 309 comerciantes que introduzem as mercadorias na praça de Uruguaiiana, ou as reexportam para outros destinos. O transporte destes produtos foi feito por 76 embarcações distintas, que atracaram no porto inúmeras vezes ao longo dos meses estudados, ou então por carretas que chegavam de diferentes destinos.

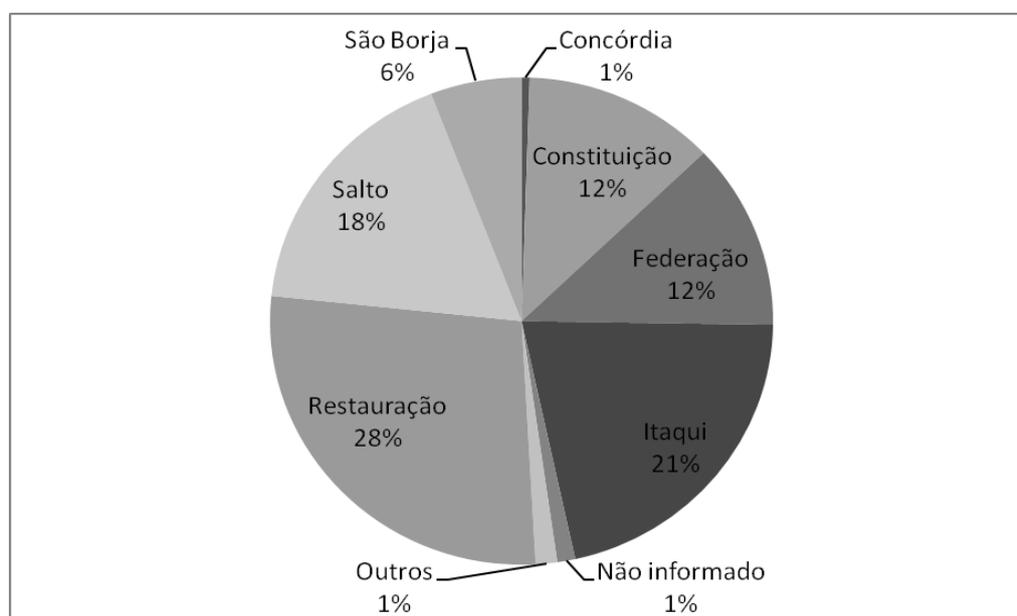
²⁴⁸ Valores e % de impostos pagos pela introdução de mercadorias estrangeiras na Alfândega no ano de 1852: @ amêndoas sem casca: 1\$920; @ massas: 1\$200; Alqueire de sal: 0\$160; Barrica de farinha de trigo: 3\$000; Canada azeite: 0\$360; Canada de cerveja: 0\$400; Canada de Ginebra: 0\$300; Canada de vinho Bordeaux: 0\$600; Canada de vinho Carlón: 0\$200; @ damascos: 1\$200; @ sardinha: 0\$800; Cadeiras, cômoda, lavatório e tocador: 80% do valor do produto; Couros: 20%; Dúzia de pratos fundos: 0\$120; Mantas de lã: 30%; Pólvora: 10%; Serrotes: 10%; Xales e chiripá de lã e algodão: 30% - AN, Fazenda, IF3 191.

²⁴⁹ Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192

Vinho, farinha de trigo, sal e erva-mate eram os produtos que constavam em praticamente todos os registros analisados.²⁵⁰

Duas classes de mercadorias foram introduzidas pela Alfândega de Uruguaiiana: aquelas de procedência estrangeira, vindas dos portos da Argentina e do Estado Oriental, e aquelas classificadas como produto nacional, vindas de portos brasileiros, e que não pagavam tributos. Dos despachos analisados, em 710 guias as mercadorias eram provenientes de portos argentinos, 524 de cidades uruguaias e em 481 casos as mercadorias vinham de cidades brasileiras.

Gráfico 5.6 - Procedência das mercadorias introduzidas na Alfândega de Uruguaiiana²⁵¹



Disso infere-se que em mais de 70% das situações em que mercadorias eram despachadas na Alfândega de Uruguaiiana provinham de portos uruguaios ou argentinos. Os portos da Confederação Argentina tinham primazia nas relações com Uruguaiiana, sobretudo o porto de Restauroação, que ficava de frente à cidade brasileira, *do outro lado do rio*. De Restauroação, partiram 479 carregamentos de produtos que seriam taxados pela Alfândega brasileira e liberados para consumo. Do porto de Federação partiram outros 215 carregamentos, com mercadorias variadas. Muitos destes produtos eram importados da

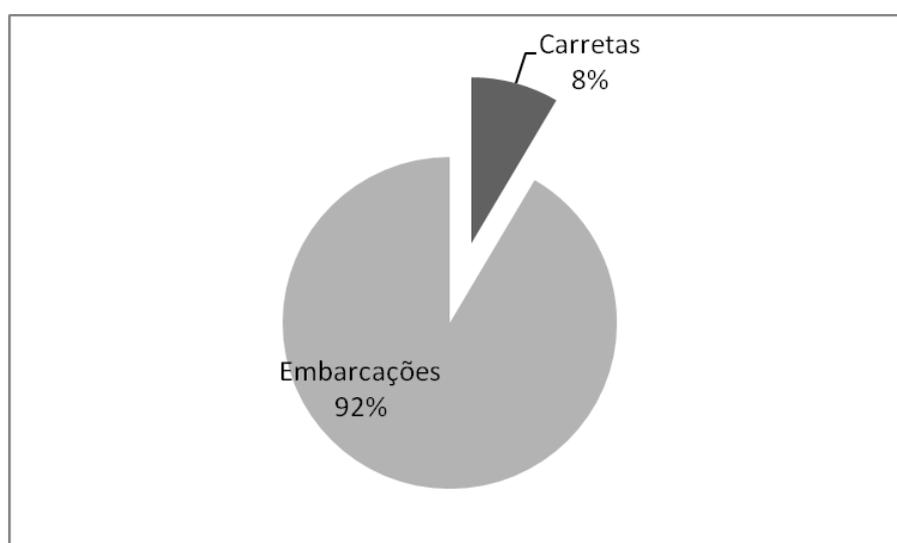
²⁵⁰ Esta fonte não menciona o transporte de gado nesta fronteira em função dos Tratados de 1851 que tornaram livre do pagamento de impostos a introdução de gado uruguaiio na província de São Pedro sendo, portanto, um fluxo não controlado pela Alfândega.

²⁵¹ Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192.

Europa, e estes portos ao longo do rio Uruguai eram intermediadores entre Montevideu e Buenos Aires e os locais de destino das mercadorias. Um único despacho analisado evidencia que as mercadorias chegaram à Uruguiana diretamente de Buenos Aires, sem escalas em portos menores.

Duas cidades uruguaias, Salto e Constituição, também tinham grande participação neste comércio de importação de mercadorias. Salto aparece como sendo a procedência dos produtos em 304 despachos, e Constituição fora o porto de origem de 215 carregamentos chegados em Uruguiana. Os produtos - vinho, farinha, azeite, sal, louças, roupas, tecidos e ferramentas - eram os mesmos, partindo da Argentina ou do Uruguai. Tratava-se de toda sorte de alimentos, bebidas e objetos de uso cotidiano. Esse predomínio de relações do Porto de Uruguiana com os portos argentinos manifesta-se ainda no tipo de transporte que era utilizado, sendo que esses contatos se davam, predominantemente, através da via fluvial.

Gráfico 5.7 - Tipo de transporte com o qual as mercadorias chegavam a Uruguiana²⁵²



As carretas transportavam fundamentalmente as mercadorias saídas de Salto.²⁵³ Geralmente, tratava-se de comboios de até nove carretas, que transportavam mercadorias para vários comerciantes, dando origem a distintos despachos. Mas havia algumas mercadorias que saíam de Salto em barcos, chegando à fronteira gaúcha por via fluvial. O trânsito se fazia em carretas também desde Bagé (1 registro), Alegrete (1 registro) e Santa Rosa (2 registros).

²⁵² Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192.

²⁵³ Este transporte entre Uruguiana e Salto estava bem organizado, pagando-se de 15 a 24 patações de frete por uma carreta que carrega 100 arrobas, gastando de oito a dez dias de viagem. AHRS, Fazenda, maço 490.

Há apenas um registro de mercadorias vindas de algum porto do litoral brasileiro. No entanto, elas cruzam todo o território uruguaio até chegar, via comércio de trânsito, em Uruguaiana. Trata-se de 25 rolos de tabaco negro vindos do Rio de Janeiro e introduzidos na Alfândega de Uruguaiana no dia 23 de dezembro de 1852 pelos comerciantes Balthar Irmãos, que afirmam ser a mercadoria brasileira, vinda a sua consignação.

A mercadoria foi transportada do Rio de Janeiro para Montevidéu no Patacho Brasileiro Santa Cruz. Chegaram em Montevidéu 30 rolos de tabaco, dos quais 25 foram embarcados no Bergantin Goleta Brasileiro Viajante no dia 08 de novembro de 1852 para o Salto. De lá, saindo em 30 de novembro de 1852 na Chalana Brasileira Manoela, do mestre Jose Sabatini, para Uruguaiana. Nas guias que acompanhavam o tabaco nota-se a importância de reafirmar a procedência e a afirmação de que a mercadoria foi transportada em barco brasileiro durante todo o percurso até Uruguaiana, enfatizando o fato do envio se dar “por via de trânsito”, evitando qualquer taxaço. Lilia Medrano destaca que “as cidades localizadas à margem do Rio Uruguai tinham uma tendência a se abastecer pelo porto de Montevidéu, não só em relação aos produtos brasileiros, mas também às mercadorias procedentes da Europa ou dos Estados Unidos.”²⁵⁴

Todos os envios de mercadorias de Itaqui ou São Borja para Uruguaiana se fizeram através do rio Uruguai. Foram 371 despachos de mercadorias vindas de Itaqui e outros 102 procedentes de São Borja. De Itaqui, eram despachados erva-mate, milho, mandioca, fumo, couros, cabelo, madeiras e sabão. São Borja enviava para Uruguaiana milhares de laranjas, além de tábuas, bezerros e também erva-mate. Foram somente quatro os registros de mercadorias como tecidos, calçados, botões e painéis procedentes destas cidades. Ao analisar estas mercadorias, logo se percebe que essa quantidade enorme de erva-mate despachada na Alfândega de Uruguaiana, vinda de Itaqui e São Borja, não seria consumida nesta cidade, mas sim despachada para os portos platinos.

Esses produtos considerados nacionais não pagavam impostos nesse trâmite e entravam livremente em Uruguaiana. A erva-mate, produtos bovinos, couros e laranjas eram posteriormente exportados, do que advêm aquelas cifras de valores referentes à exportação realizada nesta cidade. Ou seja, Uruguaiana não era apenas um porto importador, mas também exportava as mercadorias desta região de fronteira. Para os comerciantes da praça, possivelmente os vínculos com os portos platinos tornavam ainda mais lucrativos os negócios quando se podia aliar as duas práticas, aproveitando as mesmas embarcações que traziam as

²⁵⁴ MEDRANO, Op.cit., p. 75.

mercadorias importadas para levar os produtos de exportação. O mesmo se fazia entre Itaqui e Uruguaiana: as embarcações traziam parte da erva-mate que seria exportada até Uruguaiana, e ao retornar levavam as mercadorias estrangeiras compradas pelos comerciantes locais.

Mais do que isso, a erva-mate e couros enviados de Itaqui para Uruguaiana se convertiam em pagamento pelos produtos adquiridos em Uruguaiana pelos comerciantes de Itaqui. No segundo semestre do ano de 1874, por exemplo, as transações entre os comerciantes José Pando, de Itaqui, e Paulo Soler & Cia, de Uruguaiana, movimentaram mais de 10:972\$700.²⁵⁵ A empresa Soler se tornava credora de José Pando, ao que consta terem sido feitas “*entrega em dinheiro*” “*mercadorias por devolvido*” “*mercadorias por sua entrega em erva-mate*” “*entrega em gêneros*” e referências a “*produto de couro*”. Ou seja, ao que as trocas indicam, Soler enviava mercadorias para Pando, que as revendia em sua casa de comércio em Itaqui. No entanto, para além do pagamento em dinheiro, Pando enviava para Uruguaiana erva-mate e couros que eram descontados da dívida feita em mercadorias. Da mesma forma, havia a possibilidade de Pando devolver mercadorias não vendidas ou danificadas (como foram devolvidas uma balança e uma dúzia de chapéus no semestre analisado).

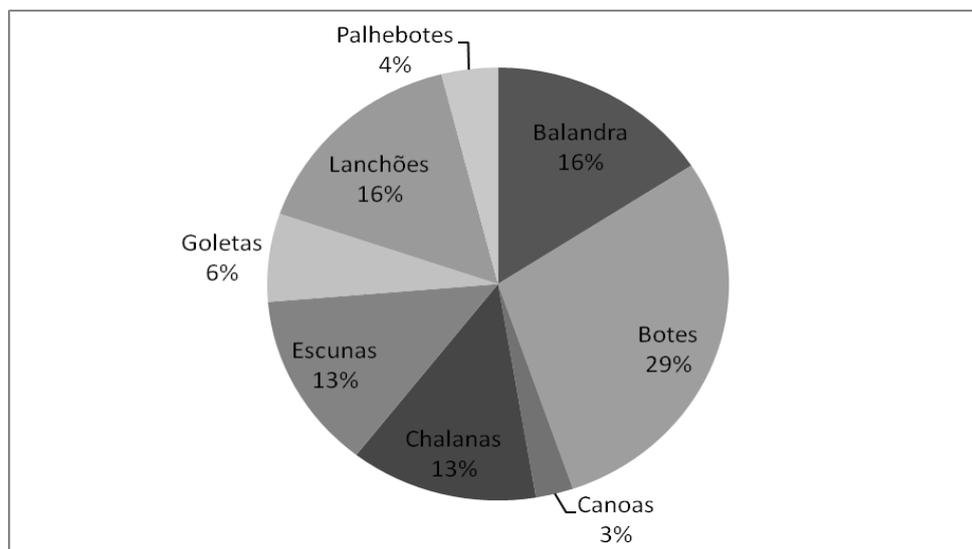
Nesse sentido, os fornecedores para as pequenas casas comerciais de Itaqui eram as casas comerciais de Uruguaiana, onde, através da Alfândega, eram introduzidas mercadorias vindas de diversos portos platinos. Os comerciantes de Itaqui faziam o pagamento em dinheiro, mas também em produtos, principalmente erva e couros. E ao que tudo indica, essas relações eram duradouras e baseadas nos vínculos de crédito e confiança entre os comerciantes. Nessa inter-relação, somavam-se os donos das embarcações que faziam o transporte dos produtos de uma cidade à outra.

Dos despachos analisados, pode-se saber o nome de 76 mestres de embarcações que faziam um movimento constante de ir e vir entre os portos mencionados. Destes, alguns se apresentavam como os donos das mercadorias, ou tinham o consentimento do proprietário para realizar o despacho quando chegavam ao porto de Uruguaiana. Como veremos depois, muitos comerciantes e barqueiros estavam associados para melhor gerir seus negócios, que se estendiam por várias cidades desse cenário regional. Dos 22 mestres de embarcações que pagam impostos em Itaqui em 1861, 12 já tinham aparecido despachando mercadorias em

²⁵⁵ APERS, inventários Itaqui. Órfãos e ausentes, maço 10, auto n. 310.

Uruguaiana na década anterior. As embarcações que percorriam o rio Uruguai eram de pequeno porte e de baixo valor.²⁵⁶

Gráfico 5.8 - Tipo de embarcações registradas no Porto de Uruguaiana (1851-1855)²⁵⁷



Somente cinco das 76 embarcações nomeadas não tinham bandeira brasileira. Das 71 embarcações brasileiras, pelo menos 40 tinham como mestres indivíduos de nacionalidade não brasileira, sobretudo europeus, o que era proibido pelas leis do país.²⁵⁸ Em 09 de junho de 1859, o inspetor da Alfândega de Uruguaiana, Antonio Jose C. da Silva alertava sobre toda sorte de irregularidades que tinha encontrado quando assumiu a Alfândega da região. O encarregado pelo fisco menciona o fato de alguns barcos terem duas bandeiras, para evitar as cobranças que eram feitas sobre as embarcações não nacionais que atracavam nos portos brasileiros. Sobre a nacionalidade dos proprietários e mestres dos barcos, e as irregularidades cometidas, é enfático:

“A navegação do rio Uruguai não é feita com as condições exigidas pelo código do Comércio; não há um só navio que tenha carta de registro, e por isso é duvidosa a nacionalidade dos respectivos proprietários. Para sanar os graves inconvenientes

²⁵⁶ Em 08/08/1850, Antonio Jose de Azevedo Castro vendeu a João Dias Pinto um lanchão nacional denominado Renegado, por 1:200\$000 réis. Em 16/12/1850, José Garcia comprou de José Machado uma balsa no valor de 16\$000 réis. Em 01/04/1851, Rofino Ardana vendeu a João Parra uma chalana denominada Rufina por 36\$000 réis. AN, Série fazenda, IF3 327.

²⁵⁷ Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192.

²⁵⁸ “Art. 496. Para ser capitão ou mestre de embarcação brasileira, palavras sinonimas neste Código para todos os efeitos de direito, requer-se ser cidadão brasileiro, domiciliado no Imperio, com capacidade civil para poder contratar validamente”. Código Comercial do Império do Brasil. Lei n.556, de 25 de junho de 1850 – acesso em: www2.camara.leg.br

que, em detrimento da marinha mercante nacional, resulta do abuso que aqui existe, resolvi por em execução, do 1º de julho em diante, o capítulo 3º do Decreto 1597 do 1º de maio de 1855, atendendo a que seria de grande prejuízo para as partes, se as obrigasse a habilitarem-se competentemente ante a Conservatoria do Comércio da cidade de Rio Grande”.²⁵⁹

Este funcionário, alguns meses depois, seria retirado da Alfândega, recaindo sobre ele “*suspeitas de achar-se inteiramente ligado aos protetores dos contrabandistas*”. Teriam se unido contra o inspetor todos os funcionários que ocupavam importantes cargos na repartição: o escrivão Abel Pires de Oliveira, o 1º Escrivurário João Paulo de Freitas, além do feitor conferente, despachante, alguns guardas e até o Comandante da Guarnição Major Augusto Cesar de Araujo Bastos. Somavam-se a isso várias indisposições com negociantes e “*peças importantes do lugar*”, que afirmavam que o inspetor “*era um entrave aos diferentes fins que uns tinham em vista*”.²⁶⁰

Afastado aquele funcionário que pretendia fazer com que os códigos e leis comerciais fossem respeitados, imagina-se que a situação permaneceu como estava até então ainda por muito tempo. Essa improbidade dos funcionários é atestada com uma segunda irregularidade presente nas praças comerciais da Fronteira: a não efetivação da matrícula dos comerciantes exigida pelo Código Comercial do Império do Brasil.

Art. 4º. Ninguém é reputado comerciante para efeito de gozar da proteção que este Código liberaliza em favor do comércio, sem que se tenha matriculado em algum dos Tribunais do Comércio do Império, e faça da mercância profissão habitual.

Art. 7º. Os negociantes que se acharem matriculados na Junta do Comércio ficam obrigados a registrar o competente título no tribunal do seu domicílio, dentro de quatro meses da sua instalação; podendo o mesmo Tribunal prorrogar este prazo a favor dos comerciantes que residirem em lugares distantes.

Art. 30. Todos os atos do comércio praticados por estrangeiros residentes no Brasil serão regulados e decididos pelas disposições do presente Código.²⁶¹

A exigência manifestada nos artigos do Código Comercial não era cumprida pelos comerciantes que atuavam em Uruguaiana, Itaqui e São Borja. Somente dois dos 308 comerciantes que aparecem importando mercadorias na Alfândega da fronteira fizeram a sua matrícula e a registraram no Tribunal em Porto Alegre.

²⁵⁹ AHRS, Fazenda, maço 490 – Alfândega de Uruguaiana.

²⁶⁰ AHRS, Fazenda, maço 490 – Alfândega de Uruguaiana.

²⁶¹ Código Comercial do Império do Brasil. Lei n.556, de 25 de junho de 1850 – in: ww2.camara.leg.br

Tabela 5.7 – Número de comerciantes matriculados, atuando nas cidades – Livros de matrícula dos comerciantes – Arquivo Nacional

Cidade de atuação dos comerciantes	Livro 1, tomo I 1851-1854	Livro 1, tomo II 1855-1865	Total de matrículas
Rio Grande	45	47	92
Porto Alegre	18	69	87
Pelotas	12	23	35
Rio Pardo	08	09	17
Encruzilhada	01	05	06
São Gabriel	02	03	05
Cachoeira	01	04	05
Alegrete	01	01	02
Jaguarão	01	-	01
São Leopoldo	-	05	05
Santa Maria	-	03	03
Cruz Alta	-	01	01
Taquari	-	01	01
São Borja	-	01	01
Capivari	-	01	01
Santana do Livramento	-	01	01
São José do Norte	-	01	01
Santo Antônio da Patrulha	-	01	01

Tabela 5.8 - Número de comerciantes matriculados, atuando nas cidades – Livros de matrícula dos comerciantes – Arquivo Histórico do RS

Cidade de atuação dos comerciantes	1852-1858	1860-1880	1887-1895	Total de matrículas
Rio Grande	89	109	15	213
Porto Alegre	104	113	98	315
Pelotas	33	49	44	126
Rio Pardo	09	11	-	20
Encruzilhada	04	01	-	05
São Gabriel	04	02	01	07
Cachoeira	-	04	-	04
Alegrete	03	08	-	11
Jaguarão	03	20	04	27
São Leopoldo	03	06	-	09
Santa Maria	01	04	02	07
Cruz Alta	01	02	-	03
Taquari	01	02	01	04
São Borja	-	01	-	01
Caçapava	01	-	-	01
Santana do Livramento	-	05	03	08
São José do Norte	01	06	-	07
Santo Antônio da Patrulha	-	01	-	01
São Vicente	-	01	01	02
Uruguaiana	-	02	04	06
Camaquã	-	-	02	02
São Jerônimo	-	-	01	01
Santa Vitória do Palmar	-	02	01	03
Pinhal	-	-	01	01
Boqueirão	-	-	01	01
São Sepé	-	02	-	02

São Martinho	-	03	-	03
Piratini	-	02	-	02
Itaqui	-	01	-	01
Santa Cruz do Sul	-	01	-	01
Dom Pedrito	-	01	-	01
Bagé	-	05	-	05
Canguçu	-	01	-	01

A carta de comerciante matriculado, registrada no Tribunal do Comércio, certificava que “*tem capacidade legal para poder comerciar, goza de crédito público, e se acha nas circunstâncias requeridas no Código Comercial*”. Para o registro, em 1851, pagava-se 40\$000. O selo do Tribunal do Comércio da Capital do Império talvez indique porque poucos comerciantes da fronteira gaúcha fizeram tal registro: o afastamento deste órgão regulador tornava dispendiosa uma viagem até o Rio de Janeiro. Numa realidade na qual poucos tinham o registro e as autoridades fiscais não prezavam pelo cumprimento das leis, pode-se pensar que esse registro não tivesse exigência ou utilidade prática na região em estudo.

A partir de 1875, a matrícula dos comerciantes gaúchos poderia ser feita diretamente em Porto Alegre, diminuindo os gastos e inconvenientes de uma viagem até o Rio de Janeiro.²⁶² Mesmo com essa facilidade, ainda são poucos os comerciantes da região da fronteira que se inscrevem no Tribunal do Comércio. Na década de 1880, são cinco os comerciantes de Uruguaiana que se matriculam, e somente no final do século XIX é que começam a aumentar os registros. No ano de 1900²⁶³ registram-se 16 comerciantes de Uruguaiana, 20 de Itaqui e outros 17 comerciantes dizendo atuar em São Borja. Como aparece também em outras fontes²⁶⁴, é somente na última década dos anos de mil e oitocentos que parece ser importante constar ser “*comerciante matriculado*” na fronteira.

²⁶² AN, IC 3 4 – FAZENDA – TRIBUNAL DO COMÉRCIO. Regulamento dos Tribunais do Comércio. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1875.

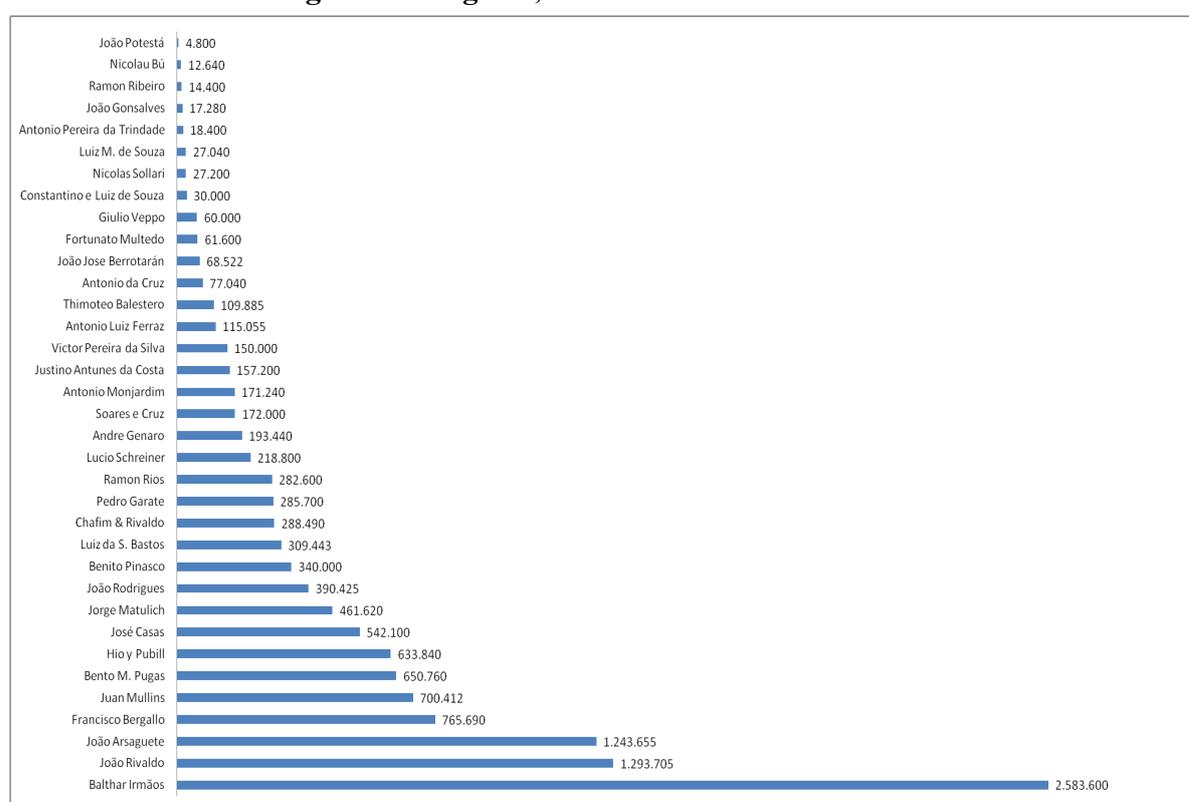
²⁶³ AHRS, Fazenda, JC 105

²⁶⁴ Somente a partir de 1885 a expressão “comerciante matriculado” começa a aparecer nos inventários.

5.3 Os comerciantes europeus da Fronteira

Manuel Balthar e José Pinto Soares são os únicos comerciantes que atuam na Fronteira que se matriculam na década de 1850. Aparentemente, o português Pinto Soares tinha seus negócios restritos a São Borja, não chegando a despachar mercadorias em Uruguaiiana. Já a companhia Balthar Irmãos, comandada em Uruguaiiana pelo argentino Zeferino Balthar, aparece como sendo a maior introdutora de mercadorias na Alfândega.

Gráfico 5.9 - Impostos pagos pela introdução de mercadorias na Alfândega de Uruguaiiana – agosto, setembro e outubro de 1854²⁶⁵



Assim como os irmãos Balthar, outros comerciantes se destacavam nesse cenário econômico. Dos 308 comerciantes nomeados nos despachos da Alfândega, um grupo de 35 negociantes fará mais de 10 introduções de mercadorias em Uruguaiiana entre 1851 e 1855. Estes 35 comerciantes serão responsáveis por 1.142 registros de saída de produtos da Alfândega, ou seja, são os responsáveis por 65,6% do total de despachos.

No topo da lista dos que mais importaram mercadorias (os únicos que fizeram mais de 100 despachos) estão Balthar Irmãos, com 173 despachos, João Vianna, nomeado em 150

²⁶⁵ Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192.

envios e João Arsaguette, com 109 requerimentos. Esses três comerciantes fazem 432 despachos, o que corresponde a 24,8% do total. Os três já estavam estabelecidos na Fronteira na década de 1840, e Balthar Irmãos e João Arsaguette eram também exportadores de mercadorias. Aliar as atividades de importação e exportação e dominar distintas rotas parece ter sido importante para aqueles comerciantes que por mais tempo permaneceram dominando as trocas comerciais na cidade.

Daqueles 35 comerciantes que fazem mais de 10 despachos na Alfândega nos anos pesquisados, 21 são de nacionalidade europeia. Ou seja, se temos uma hierarquia de comerciantes que atuam na fronteira em meados do século XIX, boa parte daqueles em melhor posição são imigrantes europeus, ou então indivíduos nascidos no Uruguai ou na Argentina, como os irmãos Balthar. São imigrantes que foram atraídos para a região da Fronteira e aí conseguiram se inserir exitosamente. Sobre o súdito espanhol Juan Comas, em setembro de 1862, afirma-se:

“[...] Que depois de Zeferino Balthar, que está liquidando, é aqui tido aquele indivíduo como o principal negociante, sendo verdade que possui duas casas, uma de molhados e outra de fazendas, cujo fundo se elevará a 60:000\$000, sendo o seu giro, ao que me consta, de 60 a 80 mil patacões. Mas quem diz aqui principal negociante, diz principal contrabandista, razão porque ainda que esse homem seja de vida regular, pelo que respeita ao seu doméstico, assim como de exterior agradável e alguma coisa polido, justo é não tomá-lo por nada menos que por um de tantos aventureiros dos que desgraçadamente infestam estas paragens, e a quem sobra atrevimento e audácia”.²⁶⁶

Mariana T. Flores, ao estudar o contrabando nesta fronteira do século XIX, evidencia que as rotas, as mercadorias e os agentes que as introduziam ilicitamente na Província de Rio Grande eram os mesmos do comércio lícito.²⁶⁷ Nesse sentido, a possibilidade de introduzir as mercadorias sem o pagamento das taxas devidas, ou mesmo um acerto feito com os funcionários da Alfândega, deve ter sido outro elemento que acabou atraindo esses comerciantes para a região em estudo. Quando as autoridades manifestam ser o contrabando “*o mal que tem estragado a sociedade deste lugar*”,²⁶⁸ sugerindo ser prática corriqueira e até permitida, tolerada ou auxiliada pelos funcionários do fisco, para os comerciantes, certamente, essa possibilidade era usada como estratégia de maiores lucros.

²⁶⁶ AHRS, Fazenda, maço 490 – Alfândega de Uruguaiana.

²⁶⁷ FLORES, Mariana F. C. Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

²⁶⁸ Frase de Pedro Lopes, funcionário da Alfândega de Uruguaiana. AHRS, Fazenda, maço 490.

Essa possibilidade de burlar o fisco ganhava novas dimensões em função da prática da reexportação de mercadorias. Constantemente, eram depositados nos prédios da Alfândega de Uruguaiana produtos que vinham dos portos platinos ou então do Paraguai e que depois seguiriam caminho até outros destinos. Ao analisar os 30 despachos de mercadorias que entraram na Alfândega e foram reexportadas no ano de 1855, percebe-se que parte do produto ficava em Uruguaiana, e ao restante das mercadorias se somavam produtos despachados em outros momentos, ou por distintos comerciantes. Ou seja, num único envio para portos estrangeiros se somavam mercadorias entradas em Uruguaiana em distintos momentos e de distintos proprietários. Em meio a isso, na maioria das vezes, os funcionários já não sabiam exatamente o que tinha sido despachado para consumo e o que deveria pagar as taxas de reexportação.

O comerciante francês Pedro Inda teria uma porção de tabaco embargada pela Alfândega em abril de 1846. O embargo se deu porque a mercadoria que deveria ser reexportada tinha sido introduzida na Alfândega pagando somente os direitos de consumo. O inspetor Estanislau mais uma vez ficou perdido nas leis e não soube o que fazer com o tabaco que Pedro Inda pretendia despachar, sendo que outras mercadorias já tinham se juntado ao pedido. O tabaco tinha vindo do Paraguai, e a erva-mate, cabelo e couros, de Salto. Pedro Inda, assim como a maioria dos comerciantes da região, dedicava-se aos negócios de reexportação de mercadorias, lidando com a introdução e despacho de produtos vindos de distintas praças comerciais.

No inventário de Pedro Inda²⁶⁹, aberto após a sua morte em 10 de dezembro de 1858, aparecem indícios de que ele participava também do leilão de mercadorias, arrematando aqueles produtos confiscados ou entrados ilegalmente na Alfândega. As mercadorias de sua casa comercial (dentre elas tecidos, roupas, material de ferragem e artigos domésticos variados) foram avaliadas em 3:540\$439. O avaliador dos bens será João Arsaguette.

Além das mercadorias de sua casa comercial, Inda possuía móveis avaliados em 784\$800 e uma morada de casas sito à Rua do Comércio, com quintal com arvoredos, em bom estado, avaliada em 7:500\$000. Em moeda corrente, a viúva declarou ter em seu poder 6:331\$145, e constam como credores Pasolo y Arsaguette e Salvador Comas, já apontados como pertencentes ao grupo dos principais comerciantes da cidade. O monte mor de Pedro Inda era de 14:615\$946, valor do qual se aproximava a fortuna de grande parte dos comerciantes da Fronteira. As fortunas inventariadas comprovam que estes comerciantes não

²⁶⁹ APERS, inventários Itaqui, maço 06, auto n.125

eram a elite econômica da região, sendo que seus bens eram constituídos por um capital móvel, aplicado na compra de mercadorias e usado em empréstimos. Nesta segunda metade do século XIX, as maiores fortunas continuam sendo aquelas dos proprietários de terras, dos “*senhores de campos e gado*”.²⁷⁰

No caderno borrador no qual foram anotadas as dívidas ativas, fica claro que grande parte das mercadorias deveriam ser vendidas “a crédito” nesta fronteira. Trata-se de faturas não superiores a 30\$000, que eram pagas mensalmente. Outro fato que fica evidenciado a partir da lista dos devedores é o aparente conhecimento e proximidade do vendedor de seus fregueses, que são identificados a partir dos ofícios ou apelidos²⁷¹, que possivelmente os tornasse conhecidos de toda a população da Vila. Nesse sentido, o João Carpinteiro deveria ser assim conhecido por toda a população de Vila de Uruguaiana, sendo assim também reconhecido pelo comerciante que lhe vendia os gêneros de primeira necessidade.

Se agregarmos a esse fato a questão de que moravam próximos uns dos outros nestes pequenos núcleos urbanos da fronteira, podemos considerar o conhecimento de fatos da vida de cada um por todos eles. Nesse sentido, os moradores de Uruguaiana sabiam que o Gregório um dia tinha sido carretilheiro, desconhecendo possivelmente até o seu sobrenome. Talvez se possa falar numa vila onde todos se conhecem, o que permite pensar na maior proximidade dos compatriotas vindos de outros países, mas também na sua rápida inserção na sociedade local, não ficando isolados do restante da população.

Em 1854, as autoridades de Uruguaiana informavam que “*o estado comercial deste Município é satisfatório e de aqui resulta o crescimento diário que vai tendo a população, a este respeito esta corporação assegura que este ponto é um dos mais importantes da Província pela sua colocação e relação topográfica com os Estados vizinhos*”.²⁷² O Porto da Vila de Uruguaiana, no ano de 1858, registra um movimento de mais de 800 embarcações, a maioria de pequeno porte, empregadas no transporte de mercadorias que tinham como origem ou destino diversos portos ao longo do rio Uruguai.²⁷³ Em uma monografia²⁷⁴ não datada, apresenta-se a cidade como “*florescente e um dos centros mais importantes do Estado pelo*

²⁷⁰ Sobre a posição econômica e social desta elite da Fronteira, ver FARINATTI, Op. Cit.

²⁷¹ Francisco Carpinteiro, Sarmom Agrimensor, Dona Beatriz, Felipe Alfaiate, Lourenço Sapateiro (francês), Euzébio Carretilheiro, Geronimo (genro de Francisco Dias), Maria Mulata, o Filho de Luiz Carlos, a Mulher de João Pio, João Ferreiro, João Carpinteiro, Gregório sócio de João Zacotegui, Gregório que foi carretilheiro de Beterran, o irmão de João Prez, Ibarra Boteiro, o Sócio de Zajerq, Juliana (lavandeira), Riban Carpinteiro, Fernando Falcão (italiano), Ribaud Carpinteiro, a Mulher de Severino Pedreiro, Angelino Alfaiate.

²⁷² AHRS – A.MU 337, ano de 1854

²⁷³ AHRS – Fundo Fazenda – maço 490 - Mapa do movimento do Porto da Vila de Uruguaiana.

²⁷⁴ AHRS – A.MU 336, caixa 182.

seu comércio, que é feito diretamente com a praça de Montevideu”. A cidade teria nesse momento em torno de 10.000 habitantes, sendo que grande parte desta população, atraída para a fronteira a partir da década de 1840, seria constituída por indivíduos de nacionalidade europeia.

Essas atividades relacionadas ao comércio e demais serviços urbanos possibilitavam aos negociantes uma diversificação de atividades, investindo no serviço de transporte de carretas, contratando caixeiros, ou até mesmo no transporte fluvial. João Manoel da Rocha, português, morava na Rua do Comércio, “com negócio de fazendas”, na cidade de Uruguaiana. No entanto, tinha também uma casa de comércio na Vila de São Borja e outra no Passo de São Borja. A primeira dividia com um sócio e a segunda estava a cargo de seu filho adotivo. No porto de São Borja, em 1852, estava ele construindo um barco, com capacidade para transportar quatro mil arrobas. No porto de Uruguaiana, tinha ele uma chalana, já navegando há anos, com capacidade para 300 arrobas.

Ou seja, para esses comerciantes o acesso e facilidade de transporte pelo rio era necessária para o bem andar dos seus negócios. No caso citado, a ligação constante e intrínseca entre os negócios nas cidades de Uruguaiana e São Borja exigiam que esse deslocamento de um ponto a outro fosse facilitado e rápido, dependendo necessariamente do rio Uruguai para isso.

6 “*Sous le drapeau français*” – Imigrantes Franceses na Fronteira Oeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul

Em junho de 1865, quando as tropas do exército paraguaio cruzam o rio Uruguai e invadem as cidades da fronteira gaúcha, ao longe, avistam dezenas de bandeiras francesas hasteadas diante de casas e lojas. A bandeira hasteada, símbolo da nacionalidade francesa, tornava-se mais do que uma manifestação patriótica, mas um intento desesperado de manifestar neutralidade num conflito do qual esses imigrantes que viviam nas vilas brasileiras não queriam tomar parte. Sob o pavilhão francês, esperavam proteger sua família e seus bens de uma tropa temida pela crueldade.

Como em São Borja, primeira cidade invadida, nem todas as bandeiras foram respeitadas e algumas casas de franceses foram saqueadas, o Padre Gay se utiliza da simbologia da bandeira para exigir reparos às atrocidades cometidas pelos paraguaios. Ao escrever para o Ministro francês no Rio de Janeiro, Gay afirma “*não haver no universo uma bandeira que seja mais respeitada que o pavilhão francês*”, no entanto, na fronteira do Brasil, esta “*gloriosa bandeira*” teria sido insultada por uma armada “*ridícula e obscura*”. Alguns dias depois, seria a cidade de Itaqui que veria tremular por todos os lados as bandeiras francesas, indicando o local de moradia daqueles que não desejavam estar neste cenário de guerra, mas que precisavam defender sua propriedade de alguma maneira. Neste momento, como em muitos outros na trajetória desses imigrantes, tornava-se importante manifestar a sua condição de estrangeiro.

Na segunda metade do século XIX viveram nas vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana 264 imigrantes franceses. Antes de ser mapeada nas fontes consultadas, essa presença fora evidenciada em alguns relatos dos viajantes que percorreram a região no

período, ou então pela memória das famílias que localizam aí os seus ascendentes. No entanto, quase nada se sabia sobre a vida destes franceses, que agora ganham visibilidade.

6.1 A emigração francesa

Nascido nos *Hautes Pyrénées* no dia 20 de novembro de 1815, Jean Pierre Gay seria ordenado no dia 18 de abril de 1840 no arcebispado de *Bordeaux*. Logo seria dirigido “ao vigário apostólico de Montevideú, onde acudia então grande emigração, sobretudo de bascos franceses, para estabelecer uma igreja para os súditos daquela nação”.²⁷⁵

Ao chegar em Montevideú, em outubro de 1842, Gay encontra a cidade sitiada e muda seus planos, dirigindo-se para o Brasil. Assim como o padre Gay, muitos outros imigrantes franceses que chegaram aos portos de Buenos Aires e Montevideú na década de 1840 encontraram uma situação política bastante complicada. Por vezes, até havia a proibição dos barcos chegados da França de atracarem em um porto ou outro para descarga de passageiros. Nesse contexto, são muitos os franceses que deixam as cidades nas quais pensavam em estabelecer suas vidas em direção ao interior do Prata.

Já a partir de 1830, em função das más relações do governo de Rosas com a França, a maioria dos imigrantes franceses se dirigia para o Uruguai. Muitos daqueles que já viviam na Argentina fizeram nova migração e aqueles que chegavam ao Prata preferiam o porto de Montevideú para o seu desembarque.

El flujo francés osciló entre las dos riberas del Plata según las coyunturas políticas de cada país, con dirección preferencial hacia la Argentina desde el gobierno de Rivadavia hasta 1834 y entre 1843 y 1851, y hacia Uruguay en 1835-1842 y en 1852-1862. Entre 1833 y 1842 llegaron a Uruguay 13.922 franceses, con picos máximos en 1838, 1841 y sobre todo 1842 cuando se contabilizaron más de cinco mil arribos. La preferéncia por el país hermano en esas dos coyunturas se vinculó sobre todo con la segunda administración de Fructuoso Rivera (1838-1843), en el primer caso, y con el conflicto entre Buenos Aires y la Confederación, en el segundo.²⁷⁶

Apesar desses conflitos que aconteciam no Prata, o fluxo de franceses para a região aumentou durante a década de 1840 e se manteve alto a partir de então. A Província de Entre

²⁷⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Padre Gay, DL 404.21

²⁷⁶ OTERO, Op. Cit, 2012, p.112.

Ríos, como já visto, teria uma presença de franceses muito significativa, interferindo nesse processo os projetos de colonização do Governador Justo José de Urquiza, que atraiu famílias francesas para a fundação de colônias agrícolas.

Hernán Otero salienta que as estatísticas da emigração francesa são bastante lacunares, não existindo documentos que permitam uma seriação, ou então com dados priorizando alguns portos em detrimento de outros. Ao analisar as possibilidades estatísticas, enfatizando sempre que os dados estão sub-representando a real saída de franceses do país, o autor apresenta números que lhe permitem “observar três traços muito claros: os significativos incrementos da emigração ultramarina nas décadas de 1840, 1880 e 1900; a notável menor importância da emigração para as colônias francesas em relação com a emigração ultramarina; e o número total de mais de três milhões de emigrantes (entre 1830 e 1930), o que revela a significativa incidência do fenômeno”.²⁷⁷

Se os imigrantes procuravam portos de fácil acesso para viajar, os principais portos franceses acabaram se especializando segundo seus destinos migratórios. Nesse sentido, o porto de Bayonne foi o lugar de saída privilegiado da emigração basca e bernesca para a América²⁷⁸ e o porto de Bordeaux mantinha sólidos contatos comerciais com a América do Sul.

Para a segunda metade do século XIX, Otero sustenta que se pode caracterizar a emigração francesa como uma emigração “periférica” ou “fronteiriça.”²⁷⁹ Para a América Latina vieram os imigrantes saídos principalmente da fronteira dos Pirineus, no sudoeste da França, região essencialmente latina e católica. Otero ainda salienta que os fatores linguísticos foram decisivos para definir o destino dos emigrantes. Nesse sentido “o idioma era considerado pelos potenciais migrantes uma barreira a levar em conta no momento de abandonar o país” sendo que a similitude entre as *langues d’oc* e o castelhano incentivaram vários indivíduos do sudoeste francês a buscarem o destino sul-americano.²⁸⁰

Outros fatores que contribuíram para um alto índice de emigração das regiões dos Pirineus foram a grande proporção de população no setor agrícola, com predomínio da pequena propriedade e um alto crescimento vegetativo da população. De forma geral, foram os departamentos caracterizados pela presença de montanhas que tiveram o maior número de

²⁷⁷ OTERO, Op. Cit, 2012, p. 29.

²⁷⁸ Ibidem, p. 30.

²⁷⁹ Ibidem, p. 33.

²⁸⁰ Ibidem, p. 36.

emigrantes internacionais. Houve interferência também dos sistemas de herança não igualitários e a ocorrência de crises agrícolas (em 1846-1848, 1854 e 1870) e políticas.²⁸¹ No país basco francês, na primeira década do século XIX, uma série de conflitos e tratados “deu lugar à emergência de uma fronteira, até então quase inexistente, que fez com que os Pirineus se tornassem progressivamente uma barreira.”²⁸²

El desplazamiento de la frontera administrativa y de la aduana española desde el Elbro hasta el río Bidassoa en 1841, tras la primera guerra carlista, implicó a su vez la fuerte reducción de las relaciones comerciales con España, e indujo la “asfíxia económica” de la parte vasco-francesa y favoreció la emigración de esa región. La redefinición de las fronteras administrativas implicó asimismo la modificación de la frontera económica y, sobretudo, la supresión del contrabando entre Francia y España, actividad lucrativa de larguísima data entre los vascos. Menos mensurable pero igualmente relevante fue que la frontera contribuyó progresivamente a la pérdida de identidad cultural de los euskaldunes.²⁸³

Apesar dessa progressiva interferência dos Estados nacionais na região, a forte conexão histórica da região fronteira francesa com a Espanha habituou os bascos ao caminho americano desde cedo. E talvez por isso a emigração dos Baixos Pirineus - bascos (Bayona e Mauleón) e bearneses (Pau, Oloron e Orthez) - tenha se dado principalmente para a América do Sul e para a Argentina. O contingente emigratório ultrapassou as 80 mil partidas entre 1832 e 1891, deixando alguns departamentos despovoados.²⁸⁴ O fluxo foi intenso entre 1846 e 1856, momento de crise econômica, e possivelmente o momento em que os imigrantes estudados nesta tese realizam a sua travessia para a América.

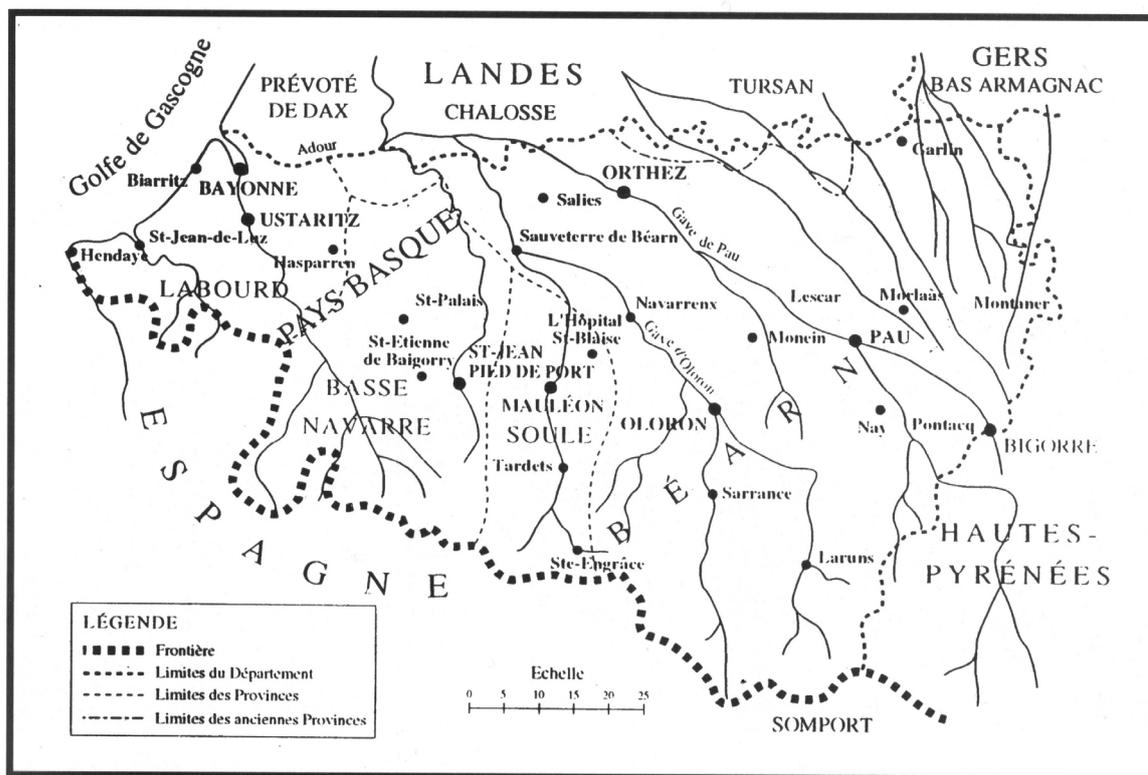
²⁸¹ Ibidem, p. 37-42.

²⁸² OTERO, 2012, Op. Cit, p. 47.

²⁸³ Ibidem, p. 48.

²⁸⁴ Ibidem, p. 54.

Figura 6.1 – O Sudoeste francês



Fonte: Revista Todo es Historia, n. 388, 1999, p. 13.

Do total de 264 franceses que viveram na fronteira rio-grandense, sabemos o local de origem na França de apenas 36. Destes, 19 declaram ter emigrado dos Pirineus ou do País Basco. No entanto, há dezenas de outros sobrenomes²⁸⁵ que nos indicam ser esta a origem predominante dos imigrantes franceses que chegam à fronteira gaúcha em meados do século XIX. Seguindo esta corrente de emigração para a América Latina, guiados pela questão da maior facilidade linguística, o que nos chama a atenção é que são indivíduos saídos de regiões de fronteira entre países e que acabam novamente se estabelecendo num espaço fronteiriço. Para Otero, como “espaços de permanente circulação de pessoas e informação, as fronteiras contribuíram a criar uma tradição migratória nos habitantes.”²⁸⁶

Os franceses que chegam à fronteira brasileira, depois de percorrer o interior da Argentina ou do Uruguai, eram, na sua maioria, homens solteiros. Do total de imigrantes,

²⁸⁵ Otero trabalha com identificação da origem dos imigrantes a partir do seu sobrenome. Por exemplo, nomes que finalizam com: etche, exe, urru, inda, iriart, oburu, itte, garay, churi/e, çabal/zabal, ain, hety, ena, al, eguy, mendí – seriam caracteristicamente bascos. “No caso dos bascos, seu ciclo na Argentina foi similar ao do conjunto da imigração francesa, porém com um início mais precoce. O foco expulsor basco-francês se ativou por volta de 1825, adquiriu força a partir de 1832 e continuou até a crise de 1890, momento a partir do qual se reorientou para o Chile e, sobretudo para os Estados Unidos.” OTERO, 2012, Op.cit, p. 153.

²⁸⁶ Ibidem, p. 48.

temos 218 homens e 46 mulheres francesas. Essa taxa de masculinidade de 82,6% supera as médias encontradas por Otero para a Argentina que estiveram perto dos 70%.²⁸⁷ Essa população masculina (jovem e solteira) entre os emigrados franceses terá participação decisiva no mercado matrimonial da fronteira, como veremos adiante.

Em relação a essa população masculina, existe igualmente uma clara associação entre a emigração e a insubmissão ao serviço militar. Na França “em efeito, os departamentos com maior número de emigrantes eram aqueles que contavam com um maior número de insubmissos e refratários ao serviço militar.”²⁸⁸ Nessa associação, Otero salienta a posição dos Baixos Pirineus que contavam, segundo as autoridades militares, com 23% do total de insubmissos franceses durante o período de 1875-1882.

La intensidad de la insumisión obedeció en principio a la duración del servicio militar (que en algunos períodos trepaba hasta los siete años), lo que implicaba una prolongada separación de la familia, la pérdida temporal de un salario o de mano de obra vital para la reproducción doméstica y una vida dura en los cuarteles, sin contar el peligro de muerte o invalidez en las inciertas guerras coloniales.²⁸⁹

Em Uruguaiiana, viveram dois desses jovens que abandonaram a França para fugir do serviço militar. Joseph Irenée Gay, nascido em Chateauroux, Departamento des Hautes Alpes, em 24 de abril de 1852, veio para a América em 1869. Barthemy Théodore Richard, nascido em Abriés, também Hautes Alpes, em 20 de novembro de 1856, viria para a Argentina no ano de 1873. Ambos emigraram com 17 anos, no momento em que deveriam prestar o serviço militar obrigatório. José Gay, sobrinho do padre Gay que já está na fronteira desde a década de 1840, dedicar-se-ia aos negócios em São Borja e Uruguaiiana. Richard será joalheiro nesta última cidade. Em 1890, os dois franceses escrevem para o agente consular em Porto Alegre solicitando maiores esclarecimentos sobre uma *lei de anistia* que teria sido aprovada na França no ano anterior.

Dois franceses insubmissos vieram para a América antes do sorteio das armas de terra e mar. Eles não se apresentaram pessoalmente na ocasião do sorteio. Eles querem aproveitar a anistia plena concedida aos desertores e insubmissos das armas de terra e mar pelo artigo 3 da lei de anistia de 19 de julho de 1889.²⁹⁰

José Gay chega até a fronteira brasileira em função dos vínculos familiares que aqui já existiam. Muitos outros jovens serão atraídos pelas possibilidades de amparo familiar que

²⁸⁷ OTERO, 2012, Op.cit, p. 31

²⁸⁸ Ibidem, p. 50

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ ARCHIVES DIPLOMATIQUES NANTES, Caixa 189, Uruguaiiana, 10 de março de 1890.

teriam na região platina. No entanto, alguns imigrantes chegavam de maneira mais independente e solitária, atraídos por informações que circulavam, sobretudo nestas cidades que registravam um grande número de emigrados ou então nos portos, para onde se dirigiam.

Os portos eram os locais onde se cruzavam múltiplos agentes, colocando em funcionamento circuitos de informação e propaganda. “En los puertos circulaba mayor información sobre las posibilidades existentes en los países americanos, que alentaba tanto las vocaciones por partir como la disponibilidad de una mayor variedad de alternativas en el momento de elegir un destino.”²⁹¹ Os portos podem ser entendidos como uma fronteira que punha em contato dois mundos distintos, que acenava com novas possibilidades de vida e que se sustentava nas redes migratórias e comerciais já firmadas de longa data.

Antes de partir, alguns trâmites burocráticos se faziam necessários. Assim como haveria de ter o visto do Consulado uruguaio nas mercadorias despachadas dos portos franceses para Montevidéu, todos os passageiros saídos da França com destino a Montevidéu tinham igualmente de ir até o consulado e registrar o visto no seu passaporte. A regra era válida tanto para os passageiros dos vapores que faziam a linha França - Brasil – Prata, como para os barcos a vela, para as linhas mensageiras e para os navios mercantes.

Para esses passageiros, mesmo o navio fazendo escala no Brasil, seria possibilitado seguirem viagem, em outro barco, diretamente para o destino pretendido. Aqueles que viajassem sem o visto, ao chegarem em Montevidéu, deveriam pagar uma multa de dois patações e ainda o valor referente ao visto que seria encaminhado para o consulado na França. Da mesma forma, as autoridades alertavam que um visto dado pelo cônsul uruguaio no Rio de Janeiro não seria admitido como válido, uma vez que o valor cobrado pelo visto deveria ser arrecadado nas representações consulares que estavam no país de origem dos passageiros, ou seja, na França.²⁹²

A imposição do visto no passaporte e a cobrança de multa na falta deste foram noticiados nos jornais franceses no início do ano de 1861. Essa maior visibilidade e cobrança de uma regra já antiga (instituída pelo Regulamento Consular e já reclamando-se de seu descumprimento desde 1852) foi motivada pelas inúmeras queixas dos cônsules uruguaios na França que constantemente reclamavam do grande número de passageiros que não realizavam o visto de seus passaportes antes de viajar até Montevidéu. Dizia o cônsul em Bordeaux que esse não cumprimento da exigência do visto tinha aumentado “desde que se organizou o

²⁹¹ OTERO, 2012, Op.cti, p. 35

²⁹² AGNU- Legajo 97

serviço dos vapores transatlânticos franceses²⁹³, dando como razão que em Montevideu não se colocava dificuldade alguma por essa falta”.²⁹⁴ Ou seja, reclamava-se das autoridades de Montevideu que não exigiam o visto quando da verificação dos passaportes.

O controle do aumento ou diminuição dos passaportes visados era facilitado pela exigência feita aos cônsules de terem de enviar trimestralmente um relatório para o Ministério de Relações Exteriores com a quantidade de saídas registradas em cada consulado. Percebe-se implícito nessa questão o aumento ou diminuição dos rendimentos que eram arrecadados por cada repartição consular com a cobrança sobre os vistos das mercadorias ou então dos passaportes de passageiros.

Apesar de serem pequenas as taxas cobradas pela concessão dos vistos e despachos, tratava-se de uma renda bastante importante para a manutenção do consulado. Diziam a esse respeito as autoridades policiais da Capitania do Porto de Montevideu que não lhes cabia a fiscalização ou cobrança de multas, e que os passaportes eram remetidos diretamente para os consulados respectivos ou então para a repartição central da polícia. Ou seja, a cobrança pelo visto realmente era uma imposição dos consulados, aparentemente mais vinculada com a arrecadação do que com o controle de entrada de imigrantes. Nesse sentido, os registros de passaportes e vistos são outra fonte que não nos permite aceder com precisão ao fenômeno emigratório francês.

Para o Rio Grande do Sul, como mencionado no segundo capítulo, não há informações sobre registros de passaportes ou vistos de imigrantes entrados pela fronteira oeste. Nos portos do litoral, esse registro cabia aos departamentos de polícia. No “*mapa geral dos estrangeiros que entraram na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*”²⁹⁵ consta que no ano de 1866, 138 novos franceses aqui aportaram. Destes, 83,3% eram do sexo masculino e vinham sozinhos, sem família. Em relação às ocupações, 20 dedicavam-se à agricultura, 54 ao comércio, 58 às artes e quatro à indústria, comprovando se tratar de uma imigração essencialmente masculina e de caráter mais urbano.

Para a cidade de Tandil, Otero encontra dados que revelam que os estrangeiros tenderam a se concentrar, em meados do século XIX, nas novas atividades enquanto que os nativos ocuparam os postos mais ligados à economia pecuarista tradicional. Nesse sentido, os franceses tinham um alto peso relativo nas categorias de comerciantes e empregados (muitos

²⁹³ Que ligavam o porto de Bordeaux aos do Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires. Inauguradas em setembro de 1860, a cada mês um dos vapores saíria de Bordeaux com destino ao Prata.

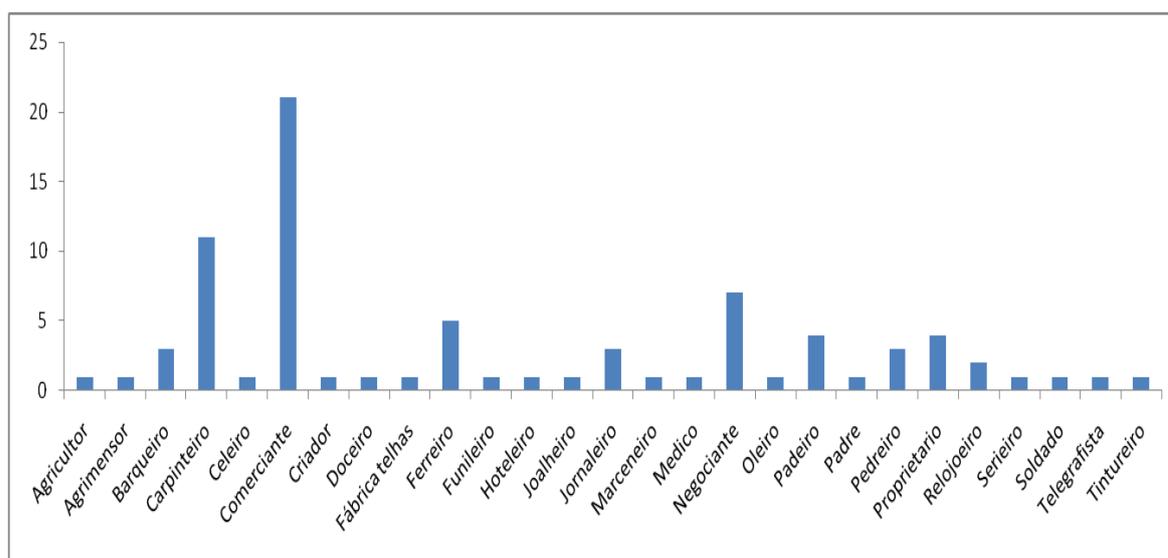
²⁹⁴ AGNU, Legajo 92

²⁹⁵ Arquivo Nacional. Série agricultura e obras públicas - IJ 6 848

deles dependentes do comércio), mas também entre os industriais e os trabalhadores urbanos.²⁹⁶ Gladys Massé, a partir dos dados do censo de 1855, demonstra que os homens franceses residentes em Buenos Aires estavam mais presentes nas ocupações do setor secundário (manufaturas e atividades industriais: 56,7%) do que nas do terciário (comércio, transporte e serviços: 27,2%).²⁹⁷

Ao estudar a imigração francesa na cidade de São Paulo, Vanessa Bivar igualmente identifica os franceses como imigrantes voltados, sobretudo, às ocupações urbanas. A autora rastreia em sua pesquisa a presença de 465 franceses residindo na cidade de São Paulo desde meados do século XIX até o final da década de 1880,²⁹⁸ destacando suas diversas atividades e ofícios urbanos. Nesse sentido, para os franceses que emigravam para a América do Sul em meados do século XIX, comércio e serviços lhes possibilitaram boas oportunidades de negócios e inserção social na cidade que lhes acolhia.

Gráfico 6.1- Ofícios dos imigrantes franceses da fronteira gaúcha



As cidades de Itaqui, Uruguiana e São Borja, espaço de análise deste estudo, não eram grandes centros urbanos em 1850; no entanto, as possibilidades de comércio nesta fronteira foram fundamentais para a atração dos imigrantes franceses. Dos indivíduos para os quais conhecemos a ocupação, 38,7% dos franceses da fronteira dedicavam-se ao comércio e

²⁹⁶ OTERO, 2012, Op.cit, p. 190.

²⁹⁷ MASSÉ, Gladys, 2008, apud OTERO, p. 188.

²⁹⁸ BIVAR, Vanessa dos Santos. *Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007, p. 160.

transporte das mercadorias. Com o aumento da população e chegada dos imigrantes europeus, essas vilas convertem-se em espaços menos vinculados ao entorno rural, e os imigrantes franceses se inseriram nestas atividades diversas que os núcleos urbanos exigiam.

6.2 Viver na fronteira gaúcha

De Montevideu, Pe. João Pedro Gay vai até a Província de Santa Catarina, desembarcando em Laguna em abril de 1843.²⁹⁹ Como tinha planos de se estabelecer no Rio de Janeiro, vai para a Corte por conta própria, onde se dedica à homeopatia³⁰⁰ e dará aulas de francês. Contra seus propósitos, Gay não recebe a autorização para permanecer na Corte do Império brasileiro. Será nomeado para assumir a paróquia de Alegrete em 1848, ano em que encaminha o seu pedido de naturalização, o que atesta a sua vontade em receber uma boa colocação na comunidade eclesiástica no centro do Brasil, afastando-se do “*labirinto de alambrados*” no qual se encontrava.

“Acabo lisonjeando-me com a doce esperança de me achar logo aos pés de Va. Excia. Rv. o digno modelo do clero e da glória do Episcopado brasileiro. Este pensamento consola o coração do pobre sacerdote que anda como perdido nas suas numerosas ocupações, ao meio de umas campinas quase desertas e pouco civilizadas. E digo com verdade que se não for uma ordem de V.Excia. que me determine a opor-me a esta igreja de Alegrete ou a qualquer outra, me hei muito mais feliz em estabelecer minha residência mais perto do mais ilustre prelado que tenha tido o Império de Santa Cruz”.³⁰¹

Os seus planos de voltar para a Corte, no entanto, são frustrados e Gay precisa se contentar com uma nomeação para a Província de São Pedro. Em 25 de outubro de 1849 chegaria à paróquia de São Borja, permanecendo na fronteira até o final de sua vida, falecendo em Uruguaiana em 1891. Logo quando chega em São Borja, Gay pede autorização para exercer, na paróquia, a medicina homeopática. Quatro anos depois, o padre estará envolvido na fundação da Loja maçônica em São Borja. No seu discurso, encontrado em meio aos sermões dizia: “*a maçonaria disse aos homens do comércio: vós sois as veias e o sangue*

²⁹⁹ DOCCA, Sousa. Comentários e edição da obra: GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

³⁰⁰ “Gay possivelmente fez parte das primeiras turmas que se formaram no curso de Homeopatia na Escola Homeopática do Brasil, criada em 1845, quando a homeopatia ainda vivia sua fase de implantação no Rio de Janeiro”. WEBER, Beatriz T; SILVA, Jaisson. Padre Gay: um cônego ilustrado na Campanha Gaúcha. In: *Estudos Ibero-Americanos*. V.38, n.01, jan/jun 2012, p.154.

³⁰¹ IHGB. Coleção Padre Gay, DL 24.

do corpo social: a vida das nações está nas vossas honras e na vossa probidade. Deveis lembrar que sois para as nações, o que o estômago é para o corpo".³⁰²

Em função dessa sua atuação social e política no nível local, e também dos contatos que fazia constantemente com as autoridades provinciais e também funcionários dos consulados franceses no Prata e em Porto Alegre, o padre Gay tornara-se um intermediador de toda espécie de situações que envolviam a população francesa da cidade. Já em 1850, estabelece-se em São Borja, Francisco Gay, irmão do vigário. Alguns anos depois, outro irmão e o sobrinho viriam se juntar à família Gay que vivia em São Borja.³⁰³ Junto do irmão, o padre Gay compraria terras tanto no lado brasileiro quanto argentino do rio Uruguai e logo se tornaria um entusiasta da colonização. Alguns anos depois de chegar à Fronteira, Gay deixa os lamentos de seu discurso do momento de chegada e passa a enfatizar as vantagens que os franceses teriam em se estabelecer nessas prósperas terras da América do Sul.

Essas informações transmitidas pelos imigrantes para os seus conterrâneos que pretendiam a emigração, bem como a ajuda financeira enviada pelos franceses já chegados ao Prata para aqueles que ainda estavam na França garantiram o fluxo emigratório ao longo dos anos. Muito mais do que a ação dos agentes recrutadores ou da propaganda difundida pelos países americanos, a questão da confiança naqueles que já tinham empreendido a viagem foi decisiva na hora de emigrar, bem como o apoio recebido nos primeiros meses no novo destino.

La emigración francesa se inscribió, como muchas otras, en el mecanismo habitual según el cual los flujos migratorios tienden a crearse a sí mismos mediante prácticas que contribuyen a mantenerlos como un fenómeno de naturaleza acumulativa e inercial más allá de las causas iniciales que los originaron.³⁰⁴

Duas questões foram decisivas para a boa inserção dos franceses na sociedade de acolhimento: possuir um saber especializado, sobretudo aqueles que se tornavam fundamentais ou eram valorizados pela população local, e o momento de chegada. Na Argentina, por exemplo, o fato dos franceses terem chegado antes do que outros grupos

³⁰² IHGB. Coleção Padre Gay, DL 24.

³⁰³ Os livros de registros paroquiais de São Borja e Uruguaiiana nos sugerem que João Pedro Gay (ao menos que se trate de algum parente homônimo) teve um relacionamento do qual nasceram filhos com Carolina Ferreira Larramendi. Amado João Pedro Gay (e pode-se inferir o nome do menino como uma homenagem ao amigo Amado Bonpland), nascido em 1858, nomeado “doutor” em 1881, casa-se neste ano, em Uruguaiiana, com Lucilda Fabrício. Maria Magdalena Gay, nascida em São Borja, casaria com o tenente Joaquim de Salles Torres Homem, natural do Rio de Janeiro, filho do Senador Francisco de Salles Torres Homem, o Visconde de Inhomerim. Joaquim e Maria Magdalena batizam seu filho em Uruguaiiana em 1875, sendo “*padrinhos o cônego vigário João Pedro Gay batizante e dona Carolina Thomazia Ferreira de Lorrarmendi, avó materna*”. CHF, MICROFILME 1284869, Batismos 2, Uruguaiiana.

³⁰⁴ OTERO, 2012, Op. Cit, p. 128.

européus “Ihes permitiu integrar-se a uma estrutura social relativamente aberta que permitia a ascensão dos estrangeiros.”³⁰⁵

Na Fronteira rio-grandense, como referido no segundo capítulo, os franceses estão igualmente entre os imigrantes que primeiro se estabelecem na região. Junto com os espanhóis são o grupo majoritário até a década de 1860. Se considerarmos somente o grupo francês, 56,4% dos imigrantes que vivem nas três cidades estudadas ao longo do século XIX chegaram à região antes de 1870. Durante a década de 1860, momento de grande desenvolvimento econômico e comercial na região, 30,3% dos franceses estabelecem residência na Fronteira.

A inserção exitosa desses imigrantes na fronteira pode ser comprovada pelo alto índice de permanência. Apesar de tratarmos de uma população com bastante mobilidade espacial, 25,8% do total de imigrantes franceses da região permaneceram nas cidades em estudo por um período maior de 10 anos. Outros 15,8% viveram na cidade entre um e nove anos. Aqueles imigrantes para os quais foi encontrado um único registro foram 58,5% do total, índice praticamente idêntico àquele encontrado para Tandil, onde 59% dos indivíduos franceses apareceram uma única vez nas fontes. Na cidade argentina, 23% dos franceses foram observados num período de um até nove anos e 18% estiveram presentes nas fontes por mais de 10 anos.³⁰⁶ Os franceses da fronteira gaúcha que permanecem por mais de uma década vivendo aí, e muitos dos quais até o final da sua vida, são em maior número do que aqueles da fronteira da província de Buenos Aires.

Otero supõe existir uma “correlação inversa entre o número de filhos observados e o nível de mobilidade: em geral, as famílias com filhos tornam-se menos móveis do que aquelas sem filhos, e as com dois ou mais filhos menos do que aquelas com um filho somente.”³⁰⁷ Nos dados analisados, são poucos os casais que não possuíam filhos na fronteira brasileira. Do grupo analisado, 25 famílias tiveram mais de quatro filhos e pelo menos três famílias francesas com um número de filhos superior a dez.

Esses filhos eram fundamentalmente frutos de uniões legítimas. São menos de dez os casos de franceses que tiveram filhos e não tinham regularizado o seu casamento. Esse índice está bastante distante da grande incidência de ilegitimidade do restante da população

³⁰⁵ Ibidem, p. 195.

³⁰⁶ OTERO, Hernán. *Démographie historique différentielle de familles migrantes. L’immigration française à Tandil (Argentine) 1850-1914*. Thèse. Paris, 1993, p. 106. O total de imigrantes franceses estudados pelo autor foi de 2.201.

³⁰⁷ Ibidem, p. 40.

fronteiriça.³⁰⁸ No entanto, aproxima-se do comportamento dos imigrantes franceses de outras regiões. Em Tandil, por exemplo, 90% dos filhos de franceses são legítimos,³⁰⁹ sendo praticamente nula a ilegitimidade em casais em que a esposa é francesa. O mesmo acontece no grupo em estudo: as uniões endogâmicas, que representam 19,9% dos casos, eram legítimas e formadas em sua maioria antes da emigração.

Alguns fatores como a alta taxa de masculinidade, a presença de um reduzido número de compatriotas logo de sua chegada na fronteira e o seu estabelecimento em pequenos núcleos urbanos, onde a interação entre o conjunto da população tende a ser maior, deve ter influenciado o caráter exogâmico do casamento dos imigrantes franceses do sexo masculino. Ao chegarem à Fronteira brasileira nas décadas de 1840 e 1850 – quando eram poucos e majoritariamente homens – acabaram por se casar com mulheres da sociedade local.

Entre os homens, foram 63,3% de casamentos exogâmicos. Destes, 47,8% dos casamentos se deram com brasileiras, após a chegada na fronteira. De maneira geral, os franceses eram bem vistos pela sociedade local, por terem qualificação em algum ofício e por trazerem implícita a referência de cultura e bons costumes do país de origem. Do ponto de vista do imigrante, esse casamento lhe garantia uma rápida inserção na sociedade local e, por vezes, a possibilidade de ascensão social e política.

Esses matrimônios mistos, entre homens franceses e mulheres de outra nacionalidade, foram mais recorrentes nas cidades do interior da Argentina do que na Capital, Buenos Aires. A existência de mercados matrimoniais com maior abundância de homens no interior das províncias, e um grau de urbanização das localidades que permitia a maior interação entre a população - que explicaria esses altos índices de exogamia³¹⁰ - pode ser também considerado para a realidade de Itaqui, Uruguiana e São Borja.

Puede postularse que las relaciones personales (étnicas, sociales, matrimoniales) eran más fluidas en localidades de menor tamaño por al menos três razones: la existencia de menores – o incluso nulos – niveles de segregación espacial, las mayores posibilidades de contacto, sociabilidad e interacción resultantes de las menores distancias, y la mayor homogeneidad social que caracterizo a esos espacios en términos de ingresos, consumos y jerarquias.³¹¹

³⁰⁸ Proporção de nascimentos ilegítimos: Itaqui: 43,5%, Uruguiana: 30,1%, São Borja: 33,9%, França (1855): 7,3%, Cidade de Buenos Aires (1856): 17%, Tandil (1860): 35%

³⁰⁹ OTERO, 1993, Op.cit, p. 193.

³¹⁰ OTERO, 2012, Op.cit, p. 218. Esta perspectiva evidencia que o comportamento deve ser entendido a partir do contexto vivido pelos imigrantes e não tomar a sua nacionalidade como fator determinante das ações.

³¹¹ OTERO, 2012, Op.cit, p. 218.

Já as mulheres francesas, em todas as cidades platinas, tiveram casamentos predominantemente endogâmicos. Entre 1854 e 1914, a taxa de endogamia média em Tandil foi de 36,1% para os homens e de 58,7% para as mulheres. Para a cidade de Buenos Aires, os dados revelam uma endogamia de 62,2% para os homens franceses e 63,1% para as francesas. Para a população francesa da fronteira analisada, a taxa de endogamia para os homens foi de 19,9% e para as mulheres de 72,5%. Esses dados revelam que os casamentos entre franceses praticamente não aconteceram nas cidades de Itaqui, Uruguaiiana e São Borja. Os matrimônios endogâmicos dos franceses homens revelam casais que já migraram nessa condição, assim também como a maioria das mulheres francesas já migrou casada.

A característica mais marcante foi efetivamente a união dos homens franceses com as brasileiras ou então com mulheres argentinas e uruguaias, sendo que muitos destes matrimônios aconteceram durante o percurso imigratório, antes do estabelecimento definitivo da família no espaço estudado. Em relação ao celibato, 16,1% da população masculina francesa estudada declarava-se solteira ao final da vida. Otero também encontra altas proporções de celibato definitivo entre os imigrantes franceses de Tandil, onde, em 1895, chega-se a mais de 33% dos franceses homens, com mais de 49 anos, solteiros.³¹²

Otero constata ainda que “os imigrantes que chegaram sozinhos têm um comportamento duas vezes mais exogâmico do que aqueles que imigraram em grupos familiares.”³¹³ Essa abertura se produziria justamente em favor das mulheres naturais do local e não de outros grupos. Em relação a esses migrantes individuais, que acabam constituindo ligações matrimoniais com os nativos do país, Otero apenas aponta a sua rápida integração no país de acolhimento. No entanto, esse autor não analisa essa integração como também dotada de escolhas e intenções. Inserir-se em determinada família local poderia representar para o imigrante recém-chegado uma abertura de possibilidades de integração e ação no contexto em que passava a viver. A constituição dessas redes no pós-imigração serão analisadas no próximo capítulo.

Assim como a família do Padre Gay, que constitui um núcleo de imigrantes franceses que viveram na Fronteira na segunda metade do século XIX, esta pesquisa mapeou outros 26 núcleos familiares que viveram nas cidades estudadas. Trata-se de indivíduos aparentados que imigraram juntos, ou que foram atraídos pelo irmão ou cunhado que já vivia no local. Para Tandil, Otero conclui que 36% do fluxo migratório tinha uma relação familiar direta com

³¹² OTERO, 1993, Op.cit, p. 140.

³¹³ OTERO, 1993, Op.cit, p. 164.

outros migrantes que já estavam na região. O autor reconhece um reagrupamento familiar, no qual predominavam as relações horizontais.³¹⁴

No caso dos grupos migrantes, se pode admitir como válida a hipótese segundo a qual a imigração familiar favorece e protege, em muitos casos, o migrante dos custos de transferência, ao mesmo tempo em que, no caso da escolha matrimonial, ela age favorecendo e multiplicando as opções de sociabilidade e de encontro.³¹⁵

Esses vínculos familiares, muitas vezes constituídos de uma relação entre duas pessoas – dois irmãos – acaba por estabelecer grupos de apoio que garantem a emigração de outros indivíduos e, principalmente, o suporte para as necessidades cotidianas daqueles que se aventuraram na empreitada emigratória.

Otero define essa corrente migratória como “o movimento pelo qual os futuros migrantes tomam conhecimento de oportunidades de trabalho, recebem os meios para se deslocar e resolver seus problemas de estadia e emprego inicial, por meio de suas relações sociais com os emigrantes anteriores.”³¹⁶ Nessa perspectiva, considera-se os contatos, comunicações e favores entre indivíduos separados pelo Oceano, cujos laços familiares jamais foram perdidos.

6.3 Os vínculos com a pátria mãe

“La distance que nous sépare ne serait rien du tout s’il n’y avait pas au milieu cette enorme masse de l’eau qu’on appelle l’océan ou la mer”.

Agathe Bidal

A frase da francesa Agathe Bidal talvez represente bem a condição na qual viveram os imigrantes europeus que se dirigiram para a América do Sul na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo em que a sua transferência física para o outro lado do oceano Atlântico representou uma ruptura profunda com o espaço no qual viviam até então, os laços deixados na Europa e sua organização social e familiar no novo espaço eram condições que tornavam tal ruptura impossível.

³¹⁴ Ibidem, p. 87.

³¹⁵ Ibidem, p. 163.

³¹⁶ Ibidem, p. 83.

A maior parte dos imigrantes franceses que viveram em São Borja, Itaqui e Uruguaiana deixaram a França sozinhos ou acompanhados de um ou dois irmãos. O restante da família permaneceu no país de origem, mantendo ambos os lados do oceano conectados. O padre Gay fará uma única viagem até a França depois de ter deixado o país na década de 1840, manifestando a vontade de novamente visitar a sua região de origem e os familiares que lá permaneceram.

Os irmãos Surreaux mantiveram uma relação mais intensa com a pátria mãe. Alexandre estará em Uruguaiana já durante a invasão dos paraguaios, em 1865, e vai falecer em 1876. Como não deixou descendentes, os pais e irmãos que vivem no departamento de l'Indre, na França, reclamam a sua parte da herança. Em Uruguaiana, desde pelo menos 1870 vive seu irmão, Luiz Surreax, que se casa na cidade neste ano.

Antes de falecer, Alexandre tinha uma sociedade com o irmão Luiz. Ambos eram padeiros, assim como era padeiro seu pai, na França. Com esse ofício que aprendera no país de origem, Alexandre logo consegue uma boa colocação como padeiro em Uruguaiana, e ainda vai possibilitar que o seu irmão torne-se seu sócio. Os irmãos Surreaux terão um *negócio de padaria* prestigiado em Uruguaiana, e são mais um de tantos exemplos de imigrantes bem sucedidos nas atividades urbanas desenvolvidas nas vilas da fronteira.

Alexandre, no entanto, ao contrário da grande maioria dos imigrantes solteiros que chegam à Fronteira do Rio Grande do Sul nas décadas de 1850 e 1860, não vai casar com uma moça da paróquia ou da freguesia, nem com alguma mulher natural da Confederação Argentina ou do Estado Oriental. O contrato do casamento de Alexandre, anexo ao inventário³¹⁷, atesta que o mesmo voltou para a França para se casar. A escolhida para ser a senhora Surreaux foi Luiza Rallet, modista, e moradora em Belabre, mesma cidade em que morava a família de Alexandre.

No artigo terceiro do contrato, o esposo declara trazer ao monte e constituir como seu dote pessoal “a roupa branca de seu uso, vestuário, relógio de ouro e jóias avaliadas em mil francos (quatrocentos mil réis) e uma fortuna de oitenta mil francos (32 contos de réis) em móveis, dívidas e imóveis situados em Uruguaiana.” Estes bens estariam livres de qualquer dívida, provindo de seus lucros e economias.³¹⁸ No artigo oitavo, para provar a sua dedicação à senhorita Rallet, Surreaux lhe faz uma doação inter-vivos e irrevogável de oito contos de

³¹⁷ APERS, CAIXA N. 346, INVENTARIOS URUGUAIANA, CIVEL E CRIME, AUTO N. 52, 1877.

³¹⁸ Idem.

réis. O “*ato foi feito e passado*” em Belabre, na casa do pai da noiva, aos 21 dias do mês de outubro de 1875.

Ou seja, Alexandre viveu em Uruguaiana por pelo menos 10 anos, solteiro, e decide retornar para a França para se casar com uma compatriota. Talvez a união com Luiza já estivesse “pré-definida” mesmo antes de vir para a América, ou então, esperou que conformasse o que intitula como a sua “fortuna” para depois se casar.

Quis o destino, no entanto, que a união durasse pouco: Alexandre faleceu no dia 21 de novembro de 1876, um ano após o casamento. Luiza deixa os negócios a cargo do cunhado, e é bem possível que tenha retornado à França logo de sua viuvez – estando há tão pouco tempo em Uruguaiana, com a morte do marido, sem filhos, nada a prendia à cidade. O monte mor deixado por Alexandre Surreaux foi de 60:303\$411, o que comprova que economicamente este imigrante, assim como muitos outros, teve êxito no destino escolhido para viver.

No entanto, retornar para a França foi uma possibilidade vivida por poucos dos imigrantes que se estabeleceram na região em estudo. Na maior parte dos casos, o contato com o país de origem se dava por meio de cartas, informações ou memórias. Da mesma forma, o retorno poderia representar uma tentativa imigratória frustrada, na qual o imigrante volta para o amparo de sua família, abandonando o projeto de viver na América.

Jean Vignaux vivia em São Borja quando as tropas paraguaias atacaram a cidade, e é um dos poucos franceses da região que empreende o retorno definitivo para a França. Para os estudiosos da imigração, há uma relação direta entre a imigração e o retorno ao país de origem. No entanto, ao contrário do que a historiografia recorrentemente postula, nem sempre o retorno reflete uma vida bem sucedida no país de acolhimento. Por vezes, as dificuldades de inserção ou então algum problema maior tornam-se exigência para que o imigrante retorne ao seu país de nascimento, onde reencontra o apoio da rede familiar.

Em 21 de dezembro de 1873, Vignaux escreve ao Ministro Plenipotenciário Francês, no Rio de Janeiro. Diz estar vivendo em Federación, na Província de Entre Ríos, em total desgraça desde o tempo da Guerra do Paraguai.³¹⁹ Com escrita trêmula e erros de grafia, mas ainda utilizando a língua francesa, Vignaux recorria às autoridades francesas no país para pedir esclarecimentos em relação ao seu pedido de indenização pelos danos causados pelos paraguaios.

³¹⁹ Archives Diplomatiques Nantes, caixa 205.

Inicia a carta reclamando da falta de respostas e da demora de esclarecimentos sobre o seu pedido, já encaminhado há anos. Um ano depois, envia mais um apelo ao Rio de Janeiro, enfatizando *“a situação precária na qual eu me encontro hoje, situação que me obriga a procurar no trabalho a minha subsistência numa idade na qual o homem precisa de descanso (perto dos 70 anos) me faz esperar, senhor cônsul, que você não me esqueça”*.³²⁰ Quando do envio da segunda carta, em 1874, indica estar morando no Salto Oriental.

Sem conseguir melhorar a sua situação, e não obtendo respostas das autoridades brasileiras e francesas, Vignaux decide abandonar a América e retornar para a França. Em 1880, estava vivendo em Monttérié, Hautes Pyrinnées. Para conseguir o pagamento da sua pretendida indenização, o migrante solicitaria a intermediação do Ministério de Assuntos Estrangeiros, em Paris:

Senhor, o Sr. Vignaux (Jean), atualmente domiciliado em Monttérié (Hautes Pyrenées), deseja a intervenção de meu departamento para obter a reparação de prejuízos sofridos durante a Guerra de 1865 entre o Brasil e o Paraguai. O requerimento expõe que ele estava fixado em São Borja (província do Brasil), onde ele havia fundado um estabelecimento de carpintaria e de vigamento quando iniciaram as hostilidades entre os dois Estados. As operações da Guerra se estenderam até a localidade que habitava o Sr. Vignaux, e as tropas Paraguaias incendiaram seus armazéns.

Uma comissão constituída ao fim da guerra para examinar as reclamações dos particulares que sofreram danos devidos às operações das armadas beligerantes, tinha, naquele momento, já fixado os valores que seriam pagos como indenizações. No entanto, Vignaux continuava sem nada receber. Nos documentos analisados constam serem 18 os franceses que foram indenizados em função dos prejuízos sofridos na Guerra.³²¹ No entanto, em nenhum momento, todos os nomes são listados.

As autoridades brasileiras informam, em julho de 1880, que dentre as indenizações deferidas está nomeado Jean Vignaux, ao qual foi atribuída uma dupla indenização. Descobri-se, por fim, que havia dois Jean Vigneaux com direito ao recebimento das indenizações, e as apólices não teriam sido entregues justamente por não se saber a quem seriam de direito. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Rio de Janeiro, em junho de 1881, informava que a apólice de 9:200\$000 estava sendo remetida para Vigneaux.

³²⁰ Archives Diplomatiques Nantes, caixa 205.

³²¹ No total a Comissão teria avaliado 778 pedidos de indenização, somando numa fortuna praticamente impagável pelo Paraguai. Dezoito reclamantes franceses teriam tido seus pedidos aceitos. Archives Diplomatiques Nantes, caixa 205.

O homônimo de Vigneaux, que gerou as confusões na lista dos indenizados, era seu sobrinho que vivia em *San Juan de Mernie*, a cinco léguas de São Borja, e que passa a viver na cidade depois que seu tio a abandona. Para Vigneaux a reclamação do seu sobrinho não deveria ter existido, uma vez que ele não morava na cidade no momento da invasão. Vigneaux diz que quando iniciaram os trabalhos da comissão lhe foram avaliados 25 mil francos de prejuízos. No entanto, logo tentou evidenciar que as suas perdas somavam 56 mil francos. Nessa retificação, acredita ter feito dois pedidos.

A questão é que essa confusão de nomes gerou ainda mais demora no processo. Vigneaux vivia na França, amparado pela família, em total pobreza, na esperança de receber a sua indenização. Em junho de 1883, a questão ainda não estava resolvida, e ficamos sem saber se o pedido do francês foi atendido. Assim como os outros franceses que anexavam as suas apólices de indenização nos inventários, acredita-se que poucos efetivamente receberam algum pagamento.

Quando os paraguaios invadem a cidade de São Borja, a casa do padre Gay seria a primeira a ser atacada. Assim como ela, a Igreja foi saqueada, depredada e todos os objetos da igreja e particulares do padre espalhados pelas ruas. Gay afirma que a ordem era de lhe levar prisioneiro, a mando do padre paraguaio, e que por não terem lhe encontrado na cidade, fizeram questão de destruir todos seus objetos, livros, manuscritos e experimentos científicos. Teriam sido oito dias de saques, ao tremular das bandeiras francesas, deixando “*famílias e o comércio desgraçados*”. Após o ocorrido, os franceses se apóiam na rede consular para garantir a defesa de seus direitos.

No entanto, essas reclamações dos franceses da região da fronteira foram bastante dificultadas pelas distâncias que existiam em relação aos consulados. Os contatos eram demorados, e nem sempre as respostas chegavam até os destinatários. A maioria dos contatos destes imigrantes se dava com os consulados de Montevidéu ou Buenos Aires, sendo que a relação com Porto Alegre era ainda mais complicada.

Desde 1851 o padre Gay já menciona a necessidade de haver uma representação consular que olhasse pela população francesa da Fronteira. A partir de 1865 esses pedidos se intensificam. Solicita-se a nomeação de um agente francês na fronteira brasileira, visto estarem todos os compatriotas franceses precisando de auxílio para justificar seus prejuízos e refazer suas vidas. O vice-consulado em Porto Alegre se apresentaria muito distante, e o momento exigia uma presença efetiva da pátria mãe. Gay indica Marcelino D. Lacroix para exercer esse posto na Fronteira.

Para ter um consulado francês na cidade, era imprescindível que aí houvesse um agrupamento de franceses importante. No entanto, pesavam igualmente os interesses econômicos na fundação dessas agências. Na Argentina, por exemplo, os consulados de Santa Fé (1896) e Rosário (1893) foram criados justamente quando atuavam nessas cidades empresas francesas de navegação e ferrovias.³²² Ou seja, a presença dos imigrantes nessa região já remontava há muitas décadas de quando foram instalados os consulados, evidenciando que os vínculos comerciais e financeiros interessavam sobremaneira à França. No Rio Grande do Sul, o vice-consulado francês e as agências consulares foram instalados em Porto Alegre (1853), Rio Grande (1881) e em Pelotas (1886), justamente onde se localizavam os maiores portos da Província, e onde a presença dos engenheiros e administradores franceses será intensa.

Em 1893, uma nova petição seria enviada pelos franceses estabelecidos em Uruguaiana para obter a nomeação de um agente consular para proteger, na vila, os interesses dos compatriotas. Os pedidos passaram a ser encaminhados para o ministro francês em Buenos Aires, visto que do Rio de Janeiro não esperavam mais atenção. No pedido, enfatizavam a distância em relação a Porto Alegre e Rio Grande, demorando cerca de um mês para se conseguir uma comunicação com esses locais.

Diziam ser inexplicável que outros grupos, como os portugueses, que eram em menor número do que o dos franceses, tivessem um vice-cônsul nomeado em Uruguaiana, e os franceses não estarem representados por ninguém. Dizem ser em torno de 80 franceses, quase todos negociantes e industriais, “*tous bons français, dont aucun n’a accepté la nationalité brésilienne, et dont la France n’a pas à rougir*”.³²³ Portanto, esses compatriotas, que por livre vontade mantiveram a nacionalidade francesa morando em território brasileiro, reivindicavam uma maior vinculação com a sua pátria mãe.

Esas demandas contribuyeron a estrechar los vínculos de los inmigrantes y la comunidad migratoria con el gobierno francés, relación que – más allá de eventuales intenciones instrumentales por parte de aquellos que buscaban protección – fue también un poderoso vector para la conformación de la comunidad migratoria, sobre todo en los frecuentes casos de demandas colectivas que requerían, forzosamente, una organización grupal previa.³²⁴

³²² OTERO, 2012, Op.cit, p. 105.

³²³ ADN, caixa 205, pasta 44.

³²⁴ OTERO, 2012, Op.cit, p. 99.

Além do atendimento das solicitações e encaminhamentos requeridos pelos imigrantes, outra das funções básicas da rede consular era a aplicação das leis francesas relativas ao registro de nascimentos, óbitos e matrimônios de pessoas dessa origem e a matrícula dos residentes no estrangeiro.

La inmatriculación de los residentes en el consulado fue un auténtico talón de Aquiles de esa reiterada vocación extraterritorial, pues constituía el requisito mínimo e indispensable para la aplicación de las leyes de ciudadanía y de servicio militar. Las quejas por la no matriculación de los inmigrantes fueron una auténtica letanía de la documentación consular a lo largo de todo el período y permiten apreciar el variado conjunto de causas que la producía.³²⁵

Segundo Otero, as razões para que os imigrantes não se inscrevessem nos consulados iam desde a ignorância, ou fato de não saber que essa obrigação existia, até a declarada fuga de qualquer registro que os pudesse vincular ao Estado francês (grupo no qual estavam aqueles imigrantes que fugiam do recrutamento militar). Mas, no geral, se a matrícula não era realizada no porto, logo da chegada na América, as condições para fazê-lo tornavam-se cada vez mais complicadas. Na Argentina, as matrículas realizadas entre 1869 e 1886 variaram entre 37 a 54% em relação ao contingente de imigrantes franceses entrados no país.³²⁶

Em relação aos franceses que se estabeleceram ao longo da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, sabe-se que a grande maioria chegou à América através dos portos de Buenos Aires ou Montevideú. Nas listas de matrícula daqueles consulados³²⁷ foram encontrados poucos daqueles nomes, o que comprova a não efetivação desses registros por parte dos imigrantes.

No consulado estabelecido em Porto Alegre, há registros de apenas dois imigrantes que viviam na Fronteira e que procuraram este consulado para os registros civis. Considerando-se a distância que deveria ser percorrida até Porto Alegre, bem se pode considerar os grandes custos e tempo demandados para isso. Nos dois casos vistos, o interesse pelo registro aparentemente teve vinculação com a situação dos filhos desses imigrantes.

O Código Civil de Napoleão estabeleceu em 1804 o direito de sangue ou *jus sanguinis*, considerado na época como uma inovação progressista que punha fim ao *jus solis* da monarquia absolutista. Seguindo a nova concepção, passaram a ser considerados franceses os filhos de pai francês, independentemente de seu sexo, ainda que as filhas perdiam a nacionalidade em caso de casar-se com alguém que não fosse francês. O *Jus solis* foi reintroduzido pela lei de nacionalidade de 1889, o

³²⁵ OTERO, 2012, Op.cit, p. 102.

³²⁶ Ibidem, p. 104.

³²⁷ ADN, Immatriculation Montevideo 378-183; Immatriculation Buenos Aires 2Mi 3307

que não implicou, sem embargo, modificações no direito de sangue, o que permitiu a coexistência de dois critérios de definição da nacionalidade.³²⁸

Estas leis permitiam a manutenção da nacionalidade francesa para os filhos dos emigrantes saídos da França e chegados na América. O registro civil feito nos consulados garantia esse direito aos franceses; no entanto, a conservação de sua nacionalidade por parte dos imigrantes tornava-se um problema para os países de acolhida, que desejavam a participação e cobrança de deveres desses indivíduos.

Para tanto, foram postas em ação as campanhas de naturalização e a gradativa possibilidade de tornar o processo mais fácil. Em relação aos franceses essa política não teve muito êxito, sendo que na Argentina menos de 2% dos franceses se naturalizou até 1914.³²⁹ Os franceses que viveram na fronteira brasileira também optaram por manter a sua nacionalidade de origem, que os deixava na situação de poderem contar com a tutela da pátria mãe. Assim, contavam com a proteção dos cônsules europeus diante das autoridades locais, mas também se viam em situações complexas e diante de fatores negativos em função dessa escolha.

O negociante Eugenio Cailar, natural de Lorient, viveu em São Borja a partir de 1839. Chega solteiro e casa-se com Margarida Aleis, que vivia na cidade acompanhada de seus pais alemães. No dia 20 de junho de 1857, Cailar vai até o vice-consulado francês em Porto Alegre para registrar nas atas de Estado Civil consulares o nascimento de seus seis filhos, “*para que os registros sejam válidos na França*”.³³⁰ Dessa maneira, Cailar garantia a nacionalidade francesa a todos os seus filhos.

Cailar foi um imigrante de bastante reconhecimento e prestígio em São Borja, o que nos faz considerar a hipótese de Hernán Otero de que “os imigrantes que, em geral, procuravam os consulados para matricular-se eram membros mais estáveis, instruídos e de maior fortuna relativa da comunidade”.³³¹ Alguns anos depois, João Cailar, o filho nascido em 1840, estaria envolvido em questões de recebimento de herança, nas quais se afirma que ele se declarava francês ou brasileiro, de acordo com a conveniência da situação.³³²

Para além da manifestação de sua nacionalidade em foro privado, os franceses da fronteira oeste manifestavam a sua vinculação patriótica também em grandes festas.

³²⁸ OTERO, 2012, Op.cit, p. 86

³²⁹ Ibidem, p. 87

³³⁰ ADP, microfilme P4193

³³¹ OTERO, 2012, Op.cit, p. 194

³³² APERS, São Borja, Processo crime, autos n.1310

Geralmente lideradas pelo padre Gay, essas cerimônias garantiam a visibilidade da comunidade francesa nessas cidades. Em Uruguaiana, no dia 14 de julho de 1889, foram intensas as atividades em função do centenário “*de notre grande et immortele révolution*”. Nas palavras do padre Gay, 89 era uma data sagrada para os cidadãos franceses, que enchia de orgulho e esperança aos corações.³³³

Uma das expressões mais acabadas dos imigrantes foram as celebrações e festas, de decisiva importância para a sobrevivência do tramado comunitário. Sua funcionalidade radicava no fato de constituírem uma oportunidade de encontro, que favorecia a sociabilidade entre co-nacionais mas também a visibilidade do grupo na sociedade de recepção e, através dela, a lembrança dos valores da pátria de origem e a projeção das contribuições dos estrangeiros no novo país. Concebidas como expressão de lealdade à Pátria distante, revestiam uma finalidade política muito clara que explica a atenção que puseram nela tanto as autoridades diplomáticas estrangeiras como as próprias autoridades nacionais.³³⁴

As celebrações e manifestações de patriotismo na fronteira, no entanto, foram bastante restritas a comemoração de algumas datas importantes. No cotidiano dos imigrantes, ao que até agora pudemos perceber, tornava-se mais importante a inserção nos padrões locais do que a exaltação de uma identidade distinta.

Os franceses da fronteira oeste rio-grandense viviam em cidades nas quais os contatos com outros grupos sociais permitiam uma completa integração no novo meio social que passavam a habitar. Juridicamente, tornava-se importante manifestar a sua nacionalidade, mas no cotidiano da população, não foi necessária a organização de uma liderança étnica e a reafirmação de seus elementos identitários. Talvez por isso as escolas e associações francesas não tenham surgido nesse espaço até a década de 1890, o que mais uma vez aproxima a forma de organização social destes imigrantes com aqueles que viveram em Tandil, na Argentina.

A integração social dos franceses nesses pequenos núcleos urbanos é uma característica distinta do modelo de inserção dos franceses em grandes centros urbanos, como Buenos Aires, onde houve segregação espacial no tecido urbano. É também distinto daquelas regiões de colonização agrícola, na qual os imigrantes em sua maioria se adaptam à mão de obra rural, e acabam vivendo suas particularidades étnicas em pequenos grupos. Na fronteira oeste da Província de São Pedro os franceses articularam distintas estratégias de inserção social, que perpassavam as esferas da família e dos negócios, e que permitiram a constituição de redes de apoio que não se mantiveram restritas ao grupo dos imigrantes. Para os

³³³ IHGB. Coleção Padre Gay, lata 404, documento 47.

³³⁴ OTERO, 2012, Op.cit, p. 312.

comerciantes, sobretudo, a diversidade de vínculos e relações, e a possibilidade de mobilidade neste espaço de trocas, era condição básica para a estruturação de seus negócios.

7 “*Faisant des affaires sur la frontière*” - Comerciantes franceses no espaço fronteiriço

Denise Monteiro Takeya, ao estudar o estabelecimento de casas comerciais francesas no nordeste do Brasil,³³⁵ salienta a falta de pesquisas sobre essa atuação comercial no restante do país. Neste cenário de negócios e investimentos financeiros, os estudos da área enfatizam o início do século XIX, e dão destaque à presença inglesa, ficando a atuação comercial dos franceses fora da pauta dos estudos.

Neste sentido, é importante lembrar que, no decorrer do século citado, sobretudo de 1850 até o seu final, a França ocupou uma posição privilegiada nas relações comerciais externas brasileiras: o segundo país no movimento de importação e exportação de mercadorias no Brasil, logo em seguida à Inglaterra. A origem dessa posição privilegiada encontra-se no crescimento econômico ocorrido nesse país no chamado 2º Império, caracterizado especialmente por um impulso industrial que passou a exigir mercados cada vez mais amplos, redundando numa expansão comercial francesa para o Brasil no período referido, e, certamente, para outros países da América Latina.³³⁶

Na América do Sul, a vinculação comercial da França com a Argentina era ainda mais intensa. O país sul-americano convertia-se num grande importador de bebidas, roupas e objetos franceses, enquanto que para os portos daquele país, a Argentina enviava toneladas de lã. Para a efetivação dessas trocas, tornava-se importante a colocação de comerciantes franceses nos principais portos platinos.

Takeya nos sugere que os comerciantes franceses do século XIX tinham acesso a uma rede coletora de informações que dava conta de evidenciar espaços propícios para sua atuação. Esta rede, baseada no trabalho dos cônsules, recrutados entre os próprios comerciantes, garantia a produção de um conhecimento bastante amplo, regular e abrangente

³³⁵ TAKEYA, Op. Cit, 1995.

³³⁶ Ibidem, p. 56

sobre o Brasil³³⁷ e demais países americanos, que despontavam como locais privilegiados para a expansão comercial pretendida.

7.1 Interesses comerciais franceses

Nos relatórios e boletins produzidos regularmente pelos cônsules, havia notícias sobre os meios de transporte existentes, as formas de compra e venda de mercadorias, condições da marinha, estado geral da agricultura, problemas climáticos, impostos, concorrência de mercadorias estrangeiras, mercados de consumo regionais para determinadas mercadorias francesas, mercados regionais fornecedores de matérias-primas, preços, câmbio, e outros.³³⁸ É importante salientar que “essa massa de informações era destinada aos industriais, comerciantes e negociantes em geral, objetora de informação da própria rede montada, os quais entravam em contato com os Ministérios diretamente ou através das Câmaras de Comércio”.³³⁹

A presença da representação consular francesa no Brasil tendeu a expandir-se territorialmente na razão direta em que se expandiram as próprias relações comerciais entre os dois países e estava intimamente ligada à importância crescente ou decrescente dos mercados regionais e, provavelmente, à perspectiva sobre o futuro comercial de certas áreas para os interesses franceses.³⁴⁰

Na Argentina, antes mesmo do estabelecimento dos consulados, as missões diplomáticas francesas já “tinham por finalidade proteger os interesses dos comerciantes instalados e desenvolver os intercâmbios comerciais entre ambos os países.”³⁴¹ As missões enviadas pela França para a Argentina começaram em 1817 e foram permanentes até o final do século. O primeiro cônsul geral francês foi nomeado na Argentina em abril de 1827. Tratou-se de Jean Baptiste de Mendeville, agente de comércio em Buenos Aires desde 1825, sendo que a *Mendeville, Loreilhe y Cía* era uma das mais importantes firmas francesas na década de 1820.³⁴²

No período *rosista*, 1829-1852, a situação não foi muito favorável aos franceses e comercialmente a Inglaterra conseguiu assinar acordos mais vantajosos. No entanto, esses

³³⁷ TAKEYA, Op.Cit., 1998, p. 61.

³³⁸ Ibidem, p. 62.

³³⁹ Ibidem, p. 63.

³⁴⁰ TAKEYA, Op. Cit., 1995, p. 41.

³⁴¹ OTERO, Op.cit, 2012, p. 90.

³⁴² Idem.

interesses não foram abandonados e estão em todos os discursos dos agentes consulares franceses – o objetivo era o de incrementar o comércio da França na América do Sul. “A incipiente presença de franceses a partir das décadas de 1820 e 1830 mostra já alguns dos traços que caracterizariam esse grupo, entre os quais se destaca a sua inserção preferencial na cidade de Buenos Aires e a existência de um setor comercial significativo e muito diversificado”³⁴³ que será auxiliado pelas autoridades consulares.³⁴⁴

“[...] On a jusqu’à présent, a dit un économiste, donné, en France, toute espèce de primes : primes à l’exportation des marchandises, primes aux meilleurs ouvrages publiés, primes aux plus beaux chevaux, primes à l’agriculture ; et on n’a pas encore songé à donner une prime à celui qui se transporterait avec sa famille dans un pays où il aura tôt ou tard des relations commerciales avec la mère patrie.”³⁴⁵

Na perspectiva que objetivava o incremento das relações comerciais, passa-se a entender o incentivo à imigração como fator que poderia alavancar o consumo e o comércio de produtos franceses pelo mundo. No discurso que passa a ser veiculado em algumas câmaras de comércio, haveria uma possível vinculação da emigração de franceses com o estreitamento de relações comerciais decorrentes disso.

Defendia-se a correlação entre imigração francesa e importação de produtos dessa origem. Vários teóricos da imigração passam a incentivar as saídas enfatizando os ganhos econômicos que os imigrantes representariam para a França desde o país de destino. “O argumento assegurava que os imigrantes tendiam a manter os seus hábitos de consumo pré-imigratórios, provocando assim um aumento das importações dos países respectivos.”³⁴⁶

Efetivamente, a importação do vinho francês para a Argentina teve um grande incremento quando da chegada dos imigrantes franceses a partir da década de 1840. Mas logo os próprios imigrantes começariam a produzir o vinho na terra que escolheram para viver, competindo em preço com aqueles trazidos da Europa.

Até 1890, as relações comerciais entre a França e a Argentina tiveram importância tão grande quanto aquelas que a Argentina tinha com a Inglaterra. “O comércio entre ambos países cresceu sobretudo a partir de 1860, momento em que a França importava quase metade

³⁴³ OTERO, 2012, Op.cit, p. 179.

³⁴⁴ “A abertura de um consulado pela França imperial, em 1854 em Assunção, foi seguido à assinatura, no ano anterior, do tratado franco-paraguaio de amizade, comércio e navegação.” CAPDEVILA, Luc. *Une Guerre totale. Paraguay, 1864-1870*. Rennes: Presses Universitaires, 2007, p. 257. O que comprova a relação direta da criação dos consulados com as oportunidades de negócios em cada região.

³⁴⁵ CARVALHO (1858:127) APUD MIALHE, p. 70

³⁴⁶ OTERO, 2012, Op.cit, p. 128.

da lã produzida na Argentina. Desde 1876 até o final do século, a França foi o principal receptor das exportações argentinas, com valores que chegavam aos 30%.³⁴⁷ Durante toda a segunda metade do século XIX, a França foi a segunda provedora de artigos manufaturados para a Argentina.

O mesmo grau de importância nas relações comerciais da França se deu com o Uruguai. Em 1865, o maior volume de exportação e importação de mercadorias com o porto de Montevideu era feito com aquele do Havre. Mas as trocas com Marselha e Bordeaux também eram significativas. De Montevideu eram trazidos couros secos e salgados, peles, carne e lã. Dos portos franceses partiam com destino ao Prata: vinhos, frutas confeitadas, óleo de oliva, vinagre, açúcar refinado, porcelanas, chapéus, sapatos, gesso, objetos em alumínio e vidro.³⁴⁸

Além de aumentar as possibilidades de comércio com o país de destino dos imigrantes, a emigração também era entendida como fonte de lucros, principalmente para os portos. O decreto de emigração assinado na França em 1855 tinha a preocupação de regular as viagens e garantir condições adequadas de travessia aos emigrantes, mas também garantir a ordem e cobrança de tributos dos emigrantes vindos de outros países europeus que emigravam através dos portos franceses. Subjacente a esses decretos estava o objetivo de atrair aos portos franceses – sobretudo Havre – o maior número de emigrantes possível. Os ganhos econômicos através da emigração de indivíduos vindos de todos os países europeus garantiriam bons recursos e o desenvolvimento dos portos franceses.

As empresas de navegação obtinham os recursos mais importantes já que nos lucros derivados do transporte de emigrantes para o Novo Mundo se somava o barateamento dos custos das mercadorias que faziam a viagem em sentido inverso. A estes atores principais (empresas ferroviárias e de navegação e as agências de recrutamento) se somavam inúmeras atividades conexas – como a hospedagem e a alimentação – e, através delas, o interesse geral do Estado pela expansão da economia e do comércio exterior, o que explica que o decreto fora promovido e elaborado em primeira instância pelo Ministério do Comércio.³⁴⁹

Hernán Otero destaca que a proibição da emigração de franceses para determinados países na segunda metade do século XIX possivelmente tivesse relação com os interesses, propósitos ou resultados comerciais. O Estado Francês “em 1875 proibiu a emigração para a Venezuela e Brasil, medida que durou até 1883, e que originou o protesto da Câmara de

³⁴⁷ OTERO, 2012, Op. Cit, p. 129.

³⁴⁸ AGNU – legajo 426.

³⁴⁹ OTERO, 2012, Op.cit, p. 66.

Comércio de Bordeaux, porto especializado nestes destinos. A Argentina nunca foi alcançada por medidas desse tipo, provavelmente porque as relações comerciais, financeiras e culturais entre ambos os países representavam um sólido vínculo.”³⁵⁰

7.2 Comerciantes franceses na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

Ao analisar a documentação da Câmara de Comércio Francesa em Montevideu e da representação consular francesa no país,³⁵¹ deparamo-nos com um aparato burocrático que tinha como objetivo facilitar as trocas comerciais entre os portos franceses e Montevideu. Fica claro na documentação que uma das funções do Consulado e de seus agentes era a de cooperar para o fomento das relações comerciais entre os dois países. O cônsul uruguaio em Marselha, no ano de 1887, revelava que ainda era grande a quantidade de mercadorias que saíam da França rumo aos portos platinos. De Marselha, eram exportados azeite de oliva, sabão, vinho, remédios e móveis com destino a Montevideu.³⁵²

Mas o mais interessante que essa documentação nos permite aceder é à rede de agentes envolvidos na compra e transporte dessas mercadorias. O contato direto do agente consular, que despachava as mercadorias e vistoriava os barcos, se dava com os chamados *carregadores*. São estes indivíduos (geralmente donos do barco ou empregados deste) que vão até a França buscar as mercadorias que serão trazidas para o Prata. Chegando em Montevideu ou Buenos Aires, essas mercadorias seriam entregues para os *consignatários* – os proprietários das casas comerciais que revendem essas mercadorias para outros comerciantes.

Em razão do dispendioso da viagem, geralmente, pelo que indicam os despachos, um mesmo carregador trazia mercadorias para vários consignatários. Esse carregador poderia ser um agente marítimo ou mesmo uma companhia de navegação. Já o consignatário era o destinatário da mercadoria em terras platinas. Mas entre o carregador e o consignatário poderia existir um intermediário – o *recedor*. Este agente recebe as mercadorias francesas em Montevideu para redistribuí-las entre diversos consignatários. Esses despachos, feitos “à ordem” do recedor, pagavam um único imposto de selo.

Assim, temos o carregador, que atua diretamente nos portos franceses, despachando as mercadorias para Montevideu. Não necessariamente ele acompanha as mercadorias na

³⁵⁰ OTERO, 2012, Op.cit, p. 72.

³⁵¹ AGNU – legajo 426.

³⁵² Idem.

viagem, mas é o responsável pelos trâmites da exportação. O recebedor era o agente que atuava no porto de Montevideu e depois redistribuía as mercadorias recebidas entre os diferentes consignatários que lhe fizeram os pedidos. Já o consignatário era o negociante que comprava as mercadorias importadas para serem revendidas para diferentes comerciantes. Nas embarcações que cruzavam o Atlântico encontramos ainda os armadores, capitães e agentes marítimos.

Revelador ainda foi o relato vindo da Direção de Aduanas, ao informar que as relações que se estabeleciam entre o carregador e os consignatários das mercadorias revestiam-se com um caráter de solenidade, ou seja, um contrato entre as partes que garantia o sucesso das compras feitas. Diante desse comprometimento, afirmam as autoridades, não seria compensador para esses agentes tentar burlar o pagamento de pequenas somas, sendo que o que estava em jogo era justamente a manutenção dessa rede de compromissos e fidelidades.

Da mesma forma, pode-se supor que os favorecimentos estavam na relação estabelecida entre as duas partes mencionadas, ou seja, o agente exportador, aquele indivíduo que carregava e despachava as mercadorias nos portos franceses e aqueles comerciantes para quem as mercadorias tinham sido compradas e remetidas até os portos uruguaios. Qualquer indivíduo que fosse intermediar essa relação tiraria proveito financeiro disso e conseqüentemente seriam menores os lucros do carregador.

Para chegar até a Fronteira gaúcha, em um movimento de subida do rio Uruguai, outros tantos agentes se apresentam para o negócio. Há alguns indícios de que os grandes comerciantes da fronteira compravam as mercadorias diretamente dos consignatários estabelecidos em Montevideu ou Buenos Aires. Esses chamados atacadistas acabam se tornando os segundos consignatários das mercadorias, uma vez que revendiam a sua compra para comerciantes menores da Província de São Pedro.

Outra possibilidade era a venda realizada através dos agentes de comércio das casas consignatárias de Montevideu ou Buenos Aires, que enviavam seus vendedores até a Fronteira para fazer os pedidos, sendo a mercadoria enviada através de barqueiros. Em Montevideu, para meados do século XIX, são nomeadas algumas casas de consignação e venda de mercadorias vindas da França: Juan Chauv, Máximo Carrera Cia, Dufrechou y hijos, Petit, Seré, T. Vilaró, R. Cazam Hermano, Hufnagel e ainda Plottier Cia, de Paysandú.

Nesse contexto de trocas, para as quais se apresentam distintos agentes, as relações comerciais exigem tempo, energia e apresentam riscos. “Os negociantes implicados devem estruturar redes que permitam a circulação eficaz das informações e dos pagamentos;

organizar o transporte das mercadorias; distinguir os gêneros e produtos rentáveis; encontrar parceiros de negócio confiáveis.”³⁵³

Ao estudar as vinculações entre os agentes mercantis da fronteira, percebe-se o quanto importante era a participação dos mestres das embarcações para a estruturação das rotas mercantis. Encontramos indicadores de relações de fidelidade e/ou confiança, uma vez que os vínculos entre esses mestres de embarcação e os comerciantes que recebem as mercadorias são importantes para diminuir os riscos do percurso e fortalecer a segurança das trocas comerciais.

Para o comerciante, era importante não receber as mercadorias danificadas ou mesmo faltando parte do volume comprado. Para o mestre da embarcação, fundamental era ter a certeza de que receberia o valor do frete. Essa cumplicidade entre comerciante e transportador garantia a eficiência e lucratividade das transações.

A chegada e saída de uma embarcação precisava estar muito bem “arranjada” para se aproveitar o trajeto do retorno igualmente levando mercadorias. Para tanto, o embarque do que seria levado deveria ser organizado antes mesmo da embarcação chegar ao porto. Nesse sentido, o estabelecimento de relações – estáveis e de confiança – entre os agentes de ambas as margens do rio Uruguai era fundamental para o sucesso das transações comerciais.

Eugénio Danrée foi um negociante francês estabelecido com casa importadora na Montevideu da década de 1880.³⁵⁴ Em outubro de 1888, Danrée recebia 700 caixas de cerveja, vindas de Hamburgo e retiradas na aduana montevideana. A exemplo desta cerveja, que Danrée dizia “*sempre teria sido bem aceita no Prata e que ela era recebida na República Argentina, no Brasil e no Paraguai*”³⁵⁵, esses comerciantes revendedores das mercadorias europeias eram conhecedores dos gostos e sabedores do tipo de produtos que seriam facilmente vendidos no Prata. Tanto o Brasil como o Paraguai eram mercados consumidores desses produtos saídos dos portos europeus, chegados no Prata e enviados para os seus destinos de consumo. Assim sendo, bebidas e produtos alimentícios de toda espécie eram transportados ao longo dos rios Paraná e Uruguai até as cidades consumidoras.

Em relação aos comerciantes estabelecidos nos portos dispostos ao longo desses rios, percebe-se uma hierarquia e diversidade bastante grande. Há desde aqueles com negócios em Buenos Aires, Montevideu e vilas da fronteira, agregando diversos caixeiros e diversificando

³⁵³ MARZAGALLI, Op.cit, p. 92

³⁵⁴ AGNU, legajo 452.

³⁵⁵ Idem.

seus investimentos, até aqueles que vendem suas mercadorias, em baús, pela campanha dos municípios. Há ainda um grande número daqueles estabelecidos com casa de negócio – geralmente de secos e molhados – na área central das vilas.

7.2.1 A inserção na rede mercantil

Marcelino Domingos Lacroix, estabelecido com “*casa de negócio com fazendas e molhados por grosso e miúdo*” em Itaquí, chegará à fronteira, ainda solteiro, no início da década de 1850.³⁵⁶ No ano de 1856, casa-se com Cândida Marques Barboza, com quem terá doze filhos. Antes ainda de seu casamento, no entanto, Lacroix consegue se inserir no mundo dos negócios fronteiriços vinculando-se com um comerciante já estabelecido na região.

O comerciante Manoel Diamico faleceu em Itaquí no dia 15 de outubro de 1855,³⁵⁷ deixando como bens uma casa, mercadorias, um bote no porto de Uruguaiana, e “*uma letra de cinco mil patações prata, passada por Marcelino D. Lacroix, assim como mais em créditos da importância de oito mil patações passado pelo mesmo Marcelino D. Lacroix, a prazo de seis meses*”.³⁵⁸

Proprietário de um bote registrado no porto de Uruguaiana, e vinculado ainda a outros mestres de embarcações, Diamico trazia as mercadorias de diferentes portos do Prata até Itaquí, onde as revendia. No seu inventário, consta ele ter em estoque na sua casa comercial uma grande quantidade de farinha de trigo, aguardente, vinho, cerveja e mais produtos. As dívidas passivas de Diamico evidenciam as suas relações comerciais com Santiago Gandolpho, da Vila de Cruz Alta, Andres Falle & Cia, de Montevideú, Jacinto Cabrera, da Restauração, além de alguns credores em Uruguaiana.

Além dos bens declarados em Itaquí, consta no inventário que Manoel Diamico possuía uma morada de casas na povoação do Salto Oriental, e outra casa na Constituição, departamento do Salto Oriental. Declara-se ainda que “*existiam em poder de Fernando, morador no Salto, nove carretas e oitenta e dois bois mansos*”. Ou seja, além do transporte de

³⁵⁶ No dia 02 de outubro de 1845 lhe foi concedido um visto no passaporte, que o autorizava a seguir viagem para Pelotas. Possivelmente, Lacroix tenha permanecido por um tempo nesta cidade antes de se transferir para Itaquí. O interessante é que já neste registro, aparece como profissão “*negócio*”, ramo que vai desenvolver na fronteira. Com 24 anos de idade, solteiro, e dedicado ao comércio, possivelmente tenha sido atraído para Itaquí pelas possibilidades das atividades comerciais que aí existiam. AHRS, fundo Polícia, código 140.

³⁵⁷ APERS, Inventários Itaquí. Cível e crime, março 03, autos n. 65.

³⁵⁸ Idem.

mercadorias trazidas através do rio Uruguai com o seu bote, Diamico era proprietário de nove carretas que faziam o transporte de mercadorias por via terrestre, desde Salto até a fronteira rio-grandense. Em Salto, Diamico tinha uma segunda base de atuação comercial – com casa, empregados e carretas – que permitia a redistribuição das mercadorias vindas de distintos pontos, em embarcações ou carretas, e o seu envio para as cidades da fronteira gaúcha.

Essa estrutura comercial montada por Diamico permitia a ele um rápido e rentável deslocamento de mercadorias vindas de Constituição ou Salto até Uruguaiana e Itaqui. Para tanto, ele dispunha de um bote, para o transporte via rio Uruguai e ainda contava com carretas e bois que permitiam o transporte de tais mercadorias por terra. Dessa maneira, comprando mercadorias em Montevideu ou então dos distribuidores em Salto, ele tinha todas as vantagens ao trazer tais mercadorias até Uruguaiana e Itaqui, onde as revendia para os comerciantes locais.

É a este comerciante, importador de mercadorias, que Marcelino D. Lacroix vai se vincular logo quando da sua chegada em Itaqui. No inventário de Diamico, “*declarou a inventariante ser devedor ao monte Marcelino D. Lacroix, por uma letra contra João Manoel Fernandez, do Salto, a quantia de 10:000\$000.*” Lacroix devia mais 16:000\$000 por um crédito e 1:092\$500 por acerto de diversas contas. Nesse sentido, Lacroix vai se tornar devedor da quantia de mais de 27 contos de réis em empréstimos e créditos cedidos por Diamico. No entanto, o que se percebe é que esse valor será a base de seus investimentos e da sua inserção nessa rede comercial que interligava o litoral argentino, o nordeste uruguaio e a região da fronteira do Rio Grande do Sul via rio Uruguai.

Em janeiro de 1854, nos registros de importação da Alfândega de Uruguaiana, *Diamico & Lacroix* aparecem despachando para consumo mercadorias vindas de Salto. No mesmo mês, Marcelino Lacroix despacha um carregamento de erva-mate e madeiras vindas de Itaqui, sendo que também enviava deste porto para o de Uruguaiana couros e cabelos. Nos registros da Alfândega, *Diamico & Lacroix* aparecem colocando em funcionamento aquela rede de transporte que fica indicada no inventário – as mercadorias eram transportadas de Salto nas carretas e também chegavam em Uruguaiana ou Itaqui através do rio Uruguai.

Pelo rio Uruguai, também, *Diamico e Lacroix* exportavam a erva-mate. Ou seja, aproveitavam aquela estrutura de embarcações e carretas também para o transporte e exportação do produto cuja comercialização gerava mais lucros nesta fronteira – a erva-mate. Os registros indicam que a venda da erva se dava diretamente na praça de Montevideu, evitando os intermediadores, e lhes conferindo maiores lucros.

Diamico comprava a erva-mate do comerciante Gandolpho, de Cruz Alta e a enviava para Montevideú, além de ser revendida em Itaqui e Uruguaiana. Diamico, portanto, comprava e revendia a erva-mate, exportando-a para os países vizinhos, de onde trazia para a fronteira os produtos estrangeiros que seriam consumidos nas cidades de Uruguaiana, Itaqui e São Borja.

Quando da morte de Diamico, Marcelino Lacroix torna-se o herdeiro dessa rede de contatos, vínculos e estrutura comercial. Até o ano de 1855, percebe-se Lacroix vinculado, mas ainda dependente do sócio Diamico, inclusive pagando aluguel pela ocupação de uma casa de propriedade do sócio. Depois da morte do sócio, Lacroix assume integralmente os negócios.

Na década de 1860, Vicente Lopes, casado com a filha de Diamico, transfere-se para Montevideú e vai passar a receber as remessas de erva-mate enviadas de Itaqui, fornecendo constantemente informações sobre preços e a situação do mercado para o produto. Lopes tinha boas relações com vários comerciantes de Itaqui e era o intermediário direto com os compradores da erva-mate em Montevideú.

A partir da década de 1860, pode-se afirmar que vários comerciantes de Itaqui abasteciam as suas lojas com produtos comprados de Marcelino D. Lacroix. Ou seja, Lacroix torna-se um dos maiores fornecedores de mercadorias e credores da praça de Itaqui. Nesse momento, constitui-se uma segunda rede de apoios, agora pautada nos vínculos com os compatriotas franceses que chegavam à fronteira.

Marcelino Domingos Lacroix torna-se sócio do francês João Gustavo Mongardey, que em 1862 casava-se com a irmã da esposa de Lacroix. Sócios, cunhados e compadres tornaram-se referência para a comunidade mercantil da fronteira, sendo constantemente referidos como credores, testemunhas e avaliadores em processos diversos. Em novembro de 1860, Marcelino Lacroix assumirá os negócios de outro seu compatriota, que transferira seus interesses para Montevideú.

Nas palavras do encarregado da Alfândega de Uruguaiana³⁵⁹ a casa de Carlos Karsten & Cia era uma das “*de comércio de maior importação para consumo*” da fronteira. Estabelecidos em Uruguaiana, tinham, no entanto, um representante em Itaqui. Tratava-se do

³⁵⁹ APERS, São Borja, Cível e Crime, maço 45, autos n.1316

comerciante francês Pierre Marcel Prieu que, naquele ano, “*fesant des affaires sur la frontière de Rio Grande et Montevideu, a Itaqui e à Uruguaiana, fut soupçonné de fraude.*”³⁶⁰

Pierre Marcel Prieu foi encarregado pela casa comercial de Karsten e Cia de Uruguaiana da venda de uma avultada fatura de fazendas e da compra de erva-mate recebendo para esse fim uma soma avultada. Foram essas fazendas expedidas para Itaqui, parte pela referida casa e parte pela Alfândega, depois de pagos os direitos na importância de 12:271\$505. Chegadas a Itaqui, a respectiva Mesa de Rendas confrontando o número de volumes com o mencionado nas guias cobrou os direitos de expediente de 5%, mas a instâncias do escrivão tratou-se de conferir e verificar as ditas guias com os gêneros que deviam conter os volumes, os quais foram achados intactos como se tivessem saído da fábrica.³⁶¹

Esse fato deu lugar a suspeita de fraude, e como os gêneros divergiam das guias em quantidade e qualidade, o administrador embargou-os e pediu explicação à Alfândega de Uruguaiana, que imediatamente respondeu que tais gêneros deviam ser despachados para consumo, e entregues depois ao dono ou consignatários. As mercadorias foram despachadas, elevando-se os direitos a 5:018\$886, a cujo pagamento se opôs Prieu. O escrivão da Mesa de Rendas requereu depois embargo da fatura ao juiz municipal que mandou fechar e lacrar as portas da casa comercial de Prieu. Este recorreu à Alfândega de Uruguaiana para que se lhe entregasse a casa, e o inspetor interino dirigiu-se a Itaqui, solicitou e obteve o levantamento do embargo e foram entregues ao reclamante as mercadorias, a casa e mais tudo que havia sido embargado.

Prieu fora encarregado por Karsten & Cia da venda de uma fatura de fazendas e da compra de erva-mate. A apreensão das mercadorias e mandado de prisão aconteceram em janeiro de 1857. As mercadorias foram despachadas em Uruguaiana com destino a Itaqui, onde seriam introduzidas para consumo. Chegando no Porto de Itaqui, o escrivão da Mesa de Rendas, ao analisar a totalidade dos volumes, não lhe pareceu corresponder com as fazendas mencionadas nas guias. Os volumes, além disso, encontravam-se intactos, “*como se tivessem saído das fábricas, o que era indício certo de nenhum exame terem sofrido no despacho para pagamento dos direitos de consumo na Uruguaiana*”.³⁶²

Como evidencia Mariana Thompson Flores³⁶³ em sua pesquisa sobre o contrabando, a maior parte das mercadorias que entravam sem pagar os direitos devidos à Alfândega eram

³⁶⁰ ADN, caixa 201.

³⁶¹ ADN, caixa 201.

³⁶² Idem.

³⁶³ FLORES, Mariana F. C. Thompson. *Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

liberadas pelos próprios funcionários. No caso das mercadorias de Karsten (comerciantes citados pela autora como réus em processos de contrabando), a ideia de que foram liberadas pelos funcionários da Alfândega de Uruguaiana sem pagar a totalidade dos impostos devidos é confirmada pela pronta resposta desses funcionários quando perguntados sobre o despacho pelos empregados da repartição de Itaqui – a mercadoria já teria pago os direitos e deveria ser liberada para consumo.

Para as autoridades de Itaqui “*não gravam de grande conceito, ante a Repartição, a casa comercial e seu agente*”. Em Itaqui, foi constatada uma fraude no despacho que, aparentemente, tinha sido legalizada em Uruguaiana. Nesta análise, obteve-se “a quantia de 5:018\$816 réis, importância de direitos de consumo subtraídos fraudulentamente de mercadorias compreendidas nos volumes navegados com carta de guia”. As mercadorias vindas de portos estrangeiros pagavam direitos de consumo e de expediente.

A alegação de Prieu de que desconhecia certos trâmites alfandegários brasileiros, por ser estrangeiro, é contestada pelas autoridades de Itaqui:

A qualidade de estrangeiro não isentava a Prieu de submeter-se às disposições legais citadas, nem ao pagamento de todos os direitos alfandegários de que eram passíveis os objetos que fez transportar para Itaqui. Domiciliário desta Vila, como era, e comissionado pela casa de Kasten & Cia, residente na Uruguaiana, ele teria meios de informar-se circunstanciadamente das exigências das Estações fiscais do país antes de encarregar-se da especulação mercantil de que fora incumbido. E, de fato, não é presumível, e quando fora, seria em todo o caso inadmissível em direito, que um estrangeiro ou mesmo nacional se emaranhasse em importantes especulações comerciais no país, sem primeiro orientar-se dos ônus, encargos e formalidades a que tinha de sujeitar-se.

As autoridades brasileiras sustentavam que tanto os brasileiros quanto os estrangeiros residentes no Brasil teriam de respeitar os mesmos deveres e estariam amparados por direitos pautados pelas leis do Império do Brasil. Nesse sentido, “Prieu não usou de um só dos meios que as leis do Império lhe propiciavam”, mas recorreu diretamente ao Vice-Cônsul da França em Porto Alegre, e, em 29 de novembro de 1857, este Agente apresentou a sua reclamação à Presidência da Província, que a submeteu à decisão do Ministério da Fazenda por ofício de 26 de março de 1859. Não estando a questão resolvida, interveio a Legação Francesa por nota de 29 de janeiro de 1862, recomendando levá-la à atenção do Governo Imperial. Por ser uma reclamação feita por meios diplomáticos, atingiu a Diretoria Geral de Rendas Públicas, e o Ministério dos Negócios estrangeiros manifestou as circunstâncias que teriam levado Prieu a abandonar o país.

Após esse episódio, Prieu solicita, por intermédio do vice-consulado francês de Porto Alegre, uma indenização pelos prejuízos e ofensas sofridos durante a sua prisão, por suspeita de contrabando de mercadorias. As autoridades alfandegárias, no entanto, afirmam que:

O reclamante não foi preso como alega. Houve um mandado expedido por ordem do Juiz de Paz e a pedido do Administrador da Mesa de Rendas, mas quando se intimava a Prieu apareceu Marcellino Lacroix, que, responsabilizando-se pela importância dos direitos impediu a prisão de seu compatriota. Prieu então sacou uma letra de 5:000\$000 sobre Karsten e Cia, que eram os donos das mercadorias, a qual foi aceita e paga, o que não teria lugar se Karsten e Cia se julgassem lesados com a exigência dos direitos.³⁶⁴

Com problemas econômicos no Brasil, Prieu passaria todos seus recursos e valores para Montevideu, por intermédio de Lacroix. Todas as exportações passariam a ser feitas por Lacroix, não aparecendo nenhuma menção a Prieu nos registros das alfândegas. Assim, Lacroix remeteria erva-mate à Domingos Burzaco, quitando somas que ele devia a Prieu. A isso se segue a acusação de que Prieu teria mascarado uma transferência para Montevideu, deixando em Itaqui seus representantes, estes, encarregados de transferir todos os negócios para Montevideu, sem que Prieu tivesse que pagar aos credores brasileiros. Ao contrário de Prieu que se retira da fronteira³⁶⁵, Lacroix vai arquitetando sua inserção na sociedade fronteiriça de maneira bastante eficiente.

Lacroix, além do sócio Mongardey, terá pelo menos mais dois caixeiros³⁶⁶ trabalhando em sua casa comercial: Paulo Jorge Tripoviche e Aníbal Ferreira de Carvalho. A presença desses funcionários demonstra a importância da sua loja, mas também as relações firmadas que extrapolam o sentido estritamente profissional. Em novembro de 1859, Marcelino e Cândida Lacroix tinham sido os padrinhos de batismo do menino Paulo, que anos mais tarde seria o caixeiro da loja *Lacroix*. “A ascensão social do caixeiro, via de regra, fazia-se através da sua união com a família do comerciante,³⁶⁷ sendo que poderiam se casar com as filhas

³⁶⁴ ADN, caixa 201.

³⁶⁵ Prieu faleceu em Paris, em 1899. No entanto, suas reivindicações e luta pela indenização não morreram com ele. Em 1925, os herdeiros de Prieu ainda lutavam na justiça para conseguir a indenização do Governo Brasileiro, e as autoridades afirmavam “l’affaire Prieu est actuellement de nouveau soulevée par plusieurs membres du Parlement”.

³⁶⁶ “Os caixeiros eram peças extremamente importantes na engrenagem de funcionamento das lojas e dos negócios. Realizavam os pagamentos e cobranças, cuidando ainda de toda a escrituração dos negócios dos patrões.” MARTINHO, Lenira M.; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura e Turismo, 1993, p.38. Tratava-se de uma ocupação reconhecida, e registrada junto ao Tribunal de Comércio, e a relação pública do comerciante com os seus caixeiros era apoiada na concessão de direitos reconhecidos por todos – numa relação apoiada no respeito e confiança. Assim como os comerciantes, os caixeiros também tinham a preocupação constante de “zelar pelo seu bom nome e crédito.” Idem, p.42.

³⁶⁷ Ibidem, p.56.

dos comerciantes ou ainda se tornarem sócios do estabelecimento. No caso de Lacroix e seu caixeiro, entre os quais existia um anterior apadrinhamento, estabeleceram-se relações mais duráveis e amplas do que aquelas do âmbito do trabalho que realizavam juntos. Essas mesmas vinculações existem com Pedro de Alcantara Rey que igualmente fará parte da sociedade da casa comercial na década de 1870.

Além dos vínculos e articulações com os comerciantes da fronteira e demais agentes mercantis espalhados pela região integrada pelo rio, Lacroix firmará relações também com a elite rural da fronteira. Os filhos mais velhos de Lacroix e Mongardey vão se casar com filhas de importantes coronéis da fronteira. Raul Mongardey casa com a filha do Capitão Firmino Fernandez Lima e Rodolpho Lacroix vai casar com Maria Izabel Fernandez Lima, filha do prestigiado Coronel Antônio Fernandez Lima. Os dois jovens logo receberão suas patentes militares e intensificarão os vínculos com outras famílias tradicionais da região.

Na verdade, na década de 1870, Marcelino e Candida Lacroix já constituíam uma família tradicional em Itaqui. Mesmo sendo Lacroix um imigrante que chegara na fronteira há pouco mais de 20 anos, ele e a esposa já faziam parte “do seletto grupo de 46 casais que mais compareceram à pia batismal em Itaqui.”³⁶⁸ Lacroix também foi testamenteiro e tutor em inúmeras situações, o que comprova a sua vinculação com distintos grupos da sociedade fronteiriça e o prestígio que já lhe era devotado na sociedade local.

Ao falecer, em 1898, Marcelino Lacroix terá uma fortuna avaliada em 71:910\$464. Trata-se de um dos valores mais altos encontrados nos inventários de comerciantes analisados. Na década de 1890, a média das fortunas declaradas nos inventários dos comerciantes da fronteira era de 50:000\$000.

Comparando estes valores com os demais inventários abertos nas cidades, constata-se que os indivíduos de maior fortuna em Uruguaiana e Itaqui são aqueles que têm algum bem rural – ou seja, a terra é o elemento que confere maior riqueza aos indivíduos da Fronteira, constituindo a sua elite econômica.³⁶⁹ Aqueles que não têm campos, ou então apenas imóveis urbanos, até podem apresentar alguma riqueza considerável no seu inventário, mas não

³⁶⁸ FOLETTO, Arlene. *No Rodeio das Relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da Província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos)*. 2012. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 291.

³⁶⁹ Ver FARINATTI, Op.cit., 2007.

alcançam aqueles valores declarados por aqueles que possuem propriedades rurais dentre os bens inventariados.³⁷⁰

Após a morte de Marcelino Lacroix, Rodolpho e Alfredo, os dois filhos mais velhos, assumem a casa comercial do pai. A filha mais velha, Cândida, vai se casar com o filho do comerciante Mousquère, também de família francesa e, possivelmente, ele mesmo comerciante. Os irmãos Lacroix, ao assumirem o ativo e passivo da casa comercial do pai, transformam a antiga casa *Lacroix* em *Bazar Brasileiro*. Ou seja, apaga-se completamente a referência à nacionalidade do pai, este francês que logrou se inserir na sociedade fronteiriça e constituir vínculos que permitiram a sua reprodução econômica e prestígio social.

Nesse sentido, os fatores culturais e os valores da sociedade na qual estes indivíduos estão inseridos fazem parte da explicação das trajetórias dos imigrantes na fronteira. Esses comerciantes buscavam vários objetivos, econômicos e sociais, “nos quais fortuna e status se aliam, permitindo que se conheça os comportamentos dos homens de negócios do passado”.³⁷¹ Assim, em meados do século XIX, pode-se dizer que parte da “vida econômica e política era coisa de família, e a capacidade de mobilizar recursos a partir dos nexos com redes de parentes foi um atributo que se gerou ou foi gerador de capital social e econômico.”³⁷²

Esses nexos familiares se apresentam de maneira ainda mais forte na trajetória do imigrante francês Jean Armand Mousquère, que chegará em Itaqui já casado, possivelmente atraído pelas possibilidades econômicas acenadas pelo seu tio, que já vivia na região há alguns anos.³⁷³ Diferentemente de Lacroix, Mousquère terá vínculos mais estreitos com o grupo dos franceses, resultando numa inserção social e econômica distinta.

Mousquère será o sócio capitalista de uma sociedade com o também súdito francês Eugenio Villanova. Mousquère entregava na vila de Itaqui várias fazendas e gêneros para que Villanova as vendesse em Mercedes, na Província de Corrientes. O produto da venda deveria ser convertido em madeiras e estas enviadas novamente para Itaqui, onde seriam revendidas por Mousquère e os lucros divididos entre os sócios.

³⁷⁰ O cunhado de Rodolpho Lacroix (Belisário Fernandes Lima) por exemplo, apresentará um monte-mór de 207:789\$731, em 1894. Conforme FOLETTTO, op. Cit., 2012.

³⁷¹ MARZAGALLI, Op.cit, p. 90.

³⁷² MATEO, José. *Población, parentesco y red social en la frontera*. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar del Plata, 2000, p.186.

³⁷³ MOUSQUER, Zélce D. *Família Mousquer*. Uma imigração francesa no sul do Brasil. Porto Alegre: EST edições, 2008.

Por algum tempo, a empresa funcionaria muito bem, empregando outros compatriotas como barqueiros, e trazendo de Mercedes as madeiras que eram usadas para a construção de balsas e revendidas também para outras cidades. O próprio Mousquère construía as balsas utilizadas nos seus negócios no porto de Itaqui. Além da revenda de produtos importados e madeiras, Mousquère dedicava-se também à exportação da erva-mate. No ano de 1863, no entanto, a sociedade de Mousquère e Villanova é desfeita.

Villanova acusará o sócio de roubo de uma quantidade de madeiras, empregadas na construção de uma balsa, e a justiça ordenará o confisco de tais madeiras. Mousquère defende-se dizendo que não houve roubo e, se algo tivesse acontecido de maneira irregular não cabia à justiça brasileira a definir, uma vez que as mercadorias tinham sido enviadas de Mercedes para o Povo da Cruz, portanto, em território estrangeiro. Assim,

É contra a ilegalidade desse mandado, e contra a caluniosa acusação que o acusado antepôs as seguintes razões para serem ponderadas pela justiça do Brasil. É ilegal o mandado porquanto não há lei alguma no Brasil que sujeite a carga e navio arribados, em viagem de portos estrangeiros a portos estrangeiros à jurisdição do país. É ilegal o mandado porquanto não se guardou as formalidades do Tratado entre a França e o Brasil, celebrado a 06 de junho de 1826.³⁷⁴

Ao afirmar que os fatos aconteceram em território estrangeiro, Mousquère pretendia se esquivar da prestação de contas à justiça brasileira, alegando que neste caso não caberia a interferência das autoridades brasileiras. Dois anos depois, em processo no qual tem um carregamento de erva-mate apreendida pelo não pagamento dos impostos³⁷⁵ (que ele justifica ter acontecido porque o barco estava em fuga, junto com a sua família, no momento em que se deu a invasão da cidade de Itaqui pelas tropas paraguaias) Mousquère usaria o mesmo argumento. Nos dois processos, utiliza a existência da linha de fronteira que dividia os dois países para alegar nulidade dos processos que enfrentava, ao dizer que a justiça brasileira não deveria se interferir nos assuntos acontecidos em outro país. Esse posicionamento mais uma vez nos evidencia a forma com a qual esses sujeitos históricos utilizam estrategicamente o sentido político da fronteira,³⁷⁶ interagindo com o território e se favorecendo com a distinta jurisdição que define ambas as margens do rio.

³⁷⁴ ADN, caixa 198.

³⁷⁵ Idem. Mousquère vai ser acusado do fato que a embarcação que levava o seu carregamento de erva-mate teria escapado dos fiscais para tentar chegar em Constituição sem fazer a aduana em Uruguaiana, onde deveria pagar os direitos de exportação.

³⁷⁶ O conceito foi trabalhado em: VOLKMER, Márcia S. “*Onde começa ou termina o território pátrio*” – Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio

Mousquère reclama que a denúncia (de ter roubado algumas linhas de madeira de construção) teria sido feita com o propósito único de “*manchar a sua reputação, e abater o seu crédito comercial, cometendo, portanto, o crime de injúria.*”³⁷⁷ Um processo será movido pelo francês contra aqueles que diz lhe acusarem injustamente, em cujas páginas insiste veementemente em afirmar que ele é “*reconhecido como de inteiro crédito nestas praças*”, numa tentativa de restabelecer alguns vínculos perdidos com os seus compatriotas. O que se percebe é que nesse contexto de trocas econômicas, a confiança tornava-se a moeda de maior valor.

7.2.2 A circulação de informações e o crédito

Damien Coulon³⁷⁸ sustenta que para se definir uma rede de comércio e de comerciantes, três componentes devem ser analisados: um conjunto de elementos distintos, constituído de indivíduos, de pontos no espaço (portos, centros de produção e de consumo) e instituições; os vínculos econômicos que repousam sobre mecanismos simples de oferta e demanda e da circulação de informações comerciais; uma organização, uma hierarquia estruturada, na qual alguns indivíduos, pólos ou instituições assumem a liderança.

Para tanto, o mais importante é atentarmos para as relações. Nesses mecanismos e lógicas relacionais destaca-se a importância das noções de confiança e reputação, sendo que a troca de informações entre os negociantes e o estabelecimento de laços de confiança são dois dos mecanismos que sustentam as redes mercantis.

Assim como Marcelino Lacroix, Pedro Croharé era outro francês que vivia em Itaqui, constituindo-se como um dos maiores fornecedores de mercadorias para os demais comerciantes da cidade. E os vínculos de Croharé não estavam restritos a Uruguaiana e Itaqui. De São Borja, alguns comerciantes vinham suprir-se de mercadorias na sua “*vasta e bem surtida casa*”. Dentre esses contatos, destaca-se o forte e consolidado vínculo de Croharé com José Pinto Soares, o único comerciante que registra a sua matrícula na década de 1850, e que

Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

³⁷⁷ ADN, caixa 198.

³⁷⁸ COULON, Damien (org.). *Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques*. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010, p. 08.

terá avultados negócios na região. No ano de 1879, uma apelação crime é movida contra João Antônio Martins, acusando-o dos crimes de falsificação e estelionato.³⁷⁹

“O denunciado fabricando uma carta em nome do negociante desta praça, José Pinto Soares, com ela se fora apresentar na vila de Itaqui, em princípios do corrente mês, ao negociante de grosso trato, Pedro Croharé; simulando-se por ela recomendado por José Pinto ao dito Croharé, para o fim de haver deste a quantia de dois contos de réis, mais ou menos, em gêneros”.³⁸⁰

Ao receber a carta supostamente encaminhada pelo comerciante com quem Croharé tinha um longo histórico de relações e confiança, diz que desconheceu no papel “*não só o estilo, como a letra da carta que se atribuía a Pinto*”. Croharé não “*confia coisa alguma a Martins*” e escreve então para Pinto Soares, que lhe confirma a suspeita de que a carta não fora escrita pelo comerciante de São Borja.

Martins era conhecedor dos trâmites mercantis, e tinha certeza de que a carta de recomendação enviada por Pinto Soares lhe garantiria a possibilidade de receber, a crédito, mercadorias num valor aproximado ao de dois contos de réis.

Na documentação lida, Pedro Croharé é apresentado como “*negociante de grosso*”, e os vínculos com Pinto Soares já vinham de longa data. Pelas correspondências trocadas, percebe-se que Croharé enviava mercadorias para São Borja com bastante frequência. Muitos destes produtos, que se afirma virem de Uruguaiana, eram solicitados por Pinto Soares. Para prover essas encomendas de Pinto Soares, Croharé, caso não tivesse a mercadoria disponível, a comprava de outros comerciantes em Itaqui, a exemplo de Lacroix, e a enviava para São Borja.

Percebe-se que os preços eram conhecidos pelos dois comerciantes, ou até acordados antes da compra, e sempre que alguma mercadoria não era encontrada, ou estava com valor superior, Croharé afirmava “*não tenho querido mandar sem lhe consultar*”. Em fevereiro de 1879, por exemplo, Croharé informa que a cal solicitada por Pinto Soares “*ainda não chegou, por conseqüente, não temos na praça mais que o que o Lacroix tem em barras de quatro alqueires e que pede 16\$000 pela barrica. Na Uruguaiana, por informações que tenho, vendem a 14\$000, de modo que vem a dar no mesmo; me diga se quer que lhe mande e quantas barricas*”.³⁸¹

³⁷⁹ APERS, São Borja, Cível e Crime, maço 45, autos n.1316

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ APERS, São Borja, Cível e Crime, maço 45, autos n.1316.

Nesse sentido, Croharé era igualmente o informante das condições de mercado, existência de mercadorias, preços e câmbio cobrados. Justamente, uma das características funcionais das redes comerciais consiste em facilitar a circulação da informação.³⁸² Para o bom andamento dos negócios e possibilidades de lucro, tornavam-se necessárias informações econômicas, como preços de mercadorias e fretes, condições dos negócios, sistema de medidas, valor das moedas; práticas financeiras, notícias relativas às guerras e aos riscos durante o percurso, conhecimento das disposições legais de cada país. Todas essas informações tornavam-se fundamentais, e circulavam também por intermédio de viajantes, agentes, transportadores, navegadores.

Das informações enviadas por Croharé para São Borja, percebe-se que as mercadorias vendidas em Itaqui tinham valor mais alto do que a mesma quantidade e produto vendidos em Uruguaiana. Essa diferença, relacionada ao custo de transporte de uma praça comercial até a outra, pode indicar também a possibilidade de lucro que esses comerciantes de Itaqui poderiam ter se conseguissem diminuir os custos de transporte, agregando mais valor ao produto vendido. Pedro Croharé informava ao comerciante de São Borja que naquela praça estava “*o papel em decadência. No Rio, as libras valem 11\$400. Os couros seguem o mesmo*”.

Pedro Croharé e José Pinto Soares, eram, portanto, comerciantes que faziam parte do grupo de negociantes mais prestigiados na Fronteira. Lembremos que Pinto Soares foi o único comerciante, junto aos irmãos Balthar, a registrar a sua matrícula no Tribunal de Comércio da Corte na década de 1850. Nas fontes consultadas, não consta outra referência de “negociante de grosso” a nenhum outro comerciante.

José Antônio Martins tinha 30 anos e era solteiro quando escreveu a falsa carta. Tinha nascido em Laguna e vivia há menos de quatro anos em São Borja quando o fato aconteceu. As testemunhas dizem que o “*denunciado vivia com muita economia e trabalho*”, não lhe sendo atribuídos outros fatos que indicassem o comportamento criminal do réu. Isso nos permite conjecturar que, comerciando por três anos na fronteira, Martins se dera conta da vantagem de poder se inserir numa rede mercantil, que lhe asseguraria, num primeiro momento, o acesso ao crédito que é tão fundamental para os comerciantes.

Da mesma forma, tornava-se importante a inserção em algumas redes específicas, através das quais um sortimento de mercadorias variado e de bom preço poderia ser adquirido,

³⁸² ALONSO, Hilario C. Genèse et fin des réseaux de commerce castillans dans l'Europe des XVe et XVIe siècles. In: COULON, Damien (org.). *Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques*. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010, p. 130.

como era possível no estabelecimento de Croharé. No momento em que é movida a ação contra ele, Martins já se encontrava em “*lugar não sabido*”, evidenciando uma fuga da possível condenação, mas também o destino daqueles comerciantes que não gozavam mais do bem mais importante para as suas atividades – a confiança e o crédito diante de seus pares.

Pedro Croharé importava mercadorias de Restauração e de Constituição. Não encontrei despachos feitos por ele em Uruguaiana, mas na Alfândega constam ter sido feitos despachos “*por conta de Pedro Croharé*”.³⁸³ Ou seja, ele tinha no porto de Uruguaiana pessoas incumbidas de fazer os despachos em seu nome. Atuava, portanto, em distintas praças, comprando mercadorias nos portos platinos, despachando as mercadorias em Uruguaiana e as reenviando para Itaqui, de onde as distribuía para os comerciantes da cidade e cidades vizinhas. Para a efetivação dessas compras e despachos, contava com o apoio de outros indivíduos. “O recurso às procurações ajudava os comerciantes a intervir simultaneamente em distintos teatros de operações comerciais e, portanto, em redes desenvolvidas em distintas escalas.”³⁸⁴

Croharé importava uma diversidade imensa de produtos. Em 1861, nota-se diferenças nos despachos de consumo e de saída de uma fatura de mercadorias sua. A afirmação é feita pelas autoridades que estão em Uruguaiana em processo de averiguação dos serviços da Alfândega³⁸⁵, levantando-se a suspeita da menor taxaçaõ praticada para alguns comerciantes do que o devido. Ou seja, sugere-se que as autoridades alfandegárias de Uruguaiana estariam favorecendo alguns comerciantes, dentre eles Croharé. Este favorecimento se daria pela não conferência dos produtos – sendo que os barcos chegados das províncias argentinas não eram nem descarregados antes de seguir para Itaqui – e menor taxaçaõ na Alfândega. Croharé, assim como muitos outros comerciantes, estaria sendo favorecido pelas boas relações que teria com os guardas e fiscais da Alfândega.

Nesse sentido, se para Croharé era importante estar vinculado a outros comerciantes – tanto àqueles que lhe despacham as mercadorias em Uruguaiana quanto àqueles para os quais fornece os produtos – igualmente lhe poderia ser lucrativo estar vinculado com as autoridades fiscais, possibilitando favorecimentos que talvez não fossem atribuídos a todos os

³⁸³ APERS, Itaqui, Cível e Crime, maço 64, autos n.2470

³⁸⁴ COULON, Damien (org.). *Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques*. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010, p. 29

³⁸⁵ APERS, Itaqui, Cível e Crime, maço 64, autos n.2470

comerciantes. Assim, “cada membro da rede é, potencialmente, uma porta aberta para outros vínculos, alargando o leque de possibilidades”³⁸⁶ e ações.

Dessa forma, aos vínculos entre Croharé e Pinto Soares, dois dos maiores comerciantes importadores e exportadores da Fronteira, poderiam se somar outros indivíduos, com relações distintas, mas igualmente se favorecendo dos apoios que nessa rede circulavam. Operações mercantis exigem confiança (de que receberá o produto e de que receberá o pagamento). Essa confiança era buscada no estabelecimento de vínculos, na conformação das redes sociais e mercantis. “Para estabelecer relações de confiança com indivíduos que possam fornecer serviços e informações, os negociantes mobilizam a rede de seus correspondentes, assim como pessoas que possam ter conhecimento direto de uma praça distante.”³⁸⁷

Além dos grandes comerciantes, importadores e exportadores, havia um grande número de pequenos comerciantes na Fronteira. Essas casas se abasteciam de produtos com os comerciantes importadores que viviam em Uruguaiana ou Itaqui. As casas importadoras, nos inventários pesquisados, tinham mercadorias variadas e em grande quantidade, avaliadas em vários contos de réis. Os credores destas casas importadoras estavam em Salto, Montevideu ou Buenos Aires. Ou seja, a escala dos negócios influenciava na possibilidade de mobilidade e acesso a mercados que pudessem oferecer maior diversidade e melhores preços nas mercadorias. No entanto, para aqueles pequenos comerciantes, o abastecimento tinha de ser feito na própria cidade, evitando despesas com transporte e a incerteza de conseguir o crédito em outras praças.

Essas relações de compra se davam por períodos longos, estabelecendo vínculos de confiança que acabavam por relacionar publicamente o comprador e o vendedor. Assim sendo, cada comerciante tinha uma rede de credores que eram conhecidos dos demais comerciantes, mesmo que estes não fizessem parte do mesmo grupo. É certo que essas vinculações poderiam ser rompidas por distintos motivos mas, como indicam as cartas trocadas entre Croharé e Pinto Soares, a longa duração dessas relações caracterizaria a intensidade do vínculos.

De acordo com o decreto n.2433 de 15 de junho de 1859, ao falecer indivíduo estrangeiro sem herdeiros no país, o processo deveria ser informado ao agente consular da nação do falecido. Na inexistência do agente consular, a participação deveria ser feita ao ministro dos estrangeiros. Na Fronteira do Rio Grande do Sul, quando esses casos

³⁸⁶ MARZAGALLI, Op.cit., p. 106

³⁸⁷ MARZAGALLI, Op.cit., p. 106

aconteciam, não havendo herdeiros e alegando-se a inexistência do consulado francês, eram convocados dois indivíduos de mesma nacionalidade do finado (geralmente comerciantes) para apresentarem e avaliar os bens deixados. No caso de morte de algum francês em Itaquí, Lacroix era imediatamente acionado. Foi o que aconteceu quando do falecimento de João Arch, em 1859, que nem certidão de óbito tinha “*em razão de que quando faleceu não havia pároco nesta Vila*”.³⁸⁸

João Arch era francês e carretilheiro. Quando da sua morte, os credores afirmam que Arch comprava as mercadorias necessárias para o seu consumo sempre no mesmo estabelecimento “*sem passar obrigação como é de costume nesta praça, sendo sempre pontual em seus pagamentos nos tempos em que se lhes passavam as contas.*” Ou seja, Arch gozava de crédito diante de alguns comerciantes, que lhe vendiam as mercadorias mesmo sem ter nenhum comprovante de tal compra, “por não ser costume na praça” exigí-lo.³⁸⁹

Nesse sentido, nas práticas comerciais de meados do século XIX “o crédito é uma faculdade social que deriva-se da confiança, ou antes é a própria confiança”.³⁹⁰ Ou, ainda, “comprar à crédito era uma estratégia de construção de confiança.”³⁹¹ Outro francês que percorria a região da fronteira comprando mercadorias à crédito foi João Baptista Moyon.

Moyon tinha uma casa de negócio que vendia produtos variados e uma ferraria anexa à loja.³⁹² Eram seus credores: Pedro Bindé, Alexandre Cacciatori, Bettinely & Ruffoni, Andre Demarqui, João Valente, Ronco & Cia, Antonio Demaria, Bamman & Majó, em geral em pequenos valores. Para Andre Demarqui, comerciante da praça de Uruguaiana, Moyon devia 1:512\$667, “*proveniente de mercadorias supridas a este*”. Todos os credores pedem quitação judicial da dívida, em função da morte e inventário do devedor.

Possivelmente, Moyon comprava deste comerciante grande parte das mercadorias vindas de Uruguaiana. Nos autos consta “*que o finado João Baptista Moyon sortiu-se de sua casa de comércio e que da última compra de gêneros que fez em sua dita casa ficou lhe o mesmo Moyon a dever-lhe a quantia de 1:512\$667*”. Ou seja, o alto valor era referente a uma

³⁸⁸ APERS, Itaquí, Inventários Cível e Crime.

³⁸⁹ Pode-se relacionar esse costume às “práticas costumeiras, construídas pela regularidade das sociabilidades locais.” FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 249.

³⁹⁰ Secretaria dos negócios estrangeiros, abril de 1866. Nantes, caixa 193.

³⁹¹ TEIXEIRA, Paula Chaves. Negócios entre “mineiros” y “cariocas”: família, estratégias y redes mercantiles en el caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). In: II Congreso Latino Americano de História Econômica, CLADHE, 2010.

³⁹² APERS, Cível e Crime, Inventário de João Baptista Moyon, 1881, maço 12, autos n.343.

única compra/sortimento de produtos. Os pequenos valores dos demais credores podem sugerir que algumas pequenas quantidades fossem compradas em Itaquí, enquanto que o maior volume e diversidade de produtos vinham de Uruguaiana.

Uma das testemunhas, João Francisco Pinto, 29 anos, comerciante em Itaquí, natural de Portugal, disse que naquela mesma data tinha ele também ido sortir-se em Uruguaiana e “*aí esteve com ele na mesma casa*”. Aparentemente, Moyon e Pinto não viajaram juntos, mas se encontraram durante as compras, e acrescenta que o pedido de Moyon veio incluído no mesmo despacho da testemunha. As testemunhas sugerem também que as compras feitas a prazo dificilmente seriam pagas em menos de 15 dias, que foi o tempo aproximado que Moyon teve antes de adoecer. Ao que as transações indicam, a quitação das compras a prazo era sempre feita no mês seguinte.

Sendo assim, pelo menos uma vez por mês Moyon ia até Uruguaiana suprir-se de mercadorias. Ao que tudo indica, parte das compras eram pagas na hora, ficando um crédito para ser pago depois. A preocupação de ter de ir a Uruguaiana em maio sem dinheiro algum talvez justifique uma compra maior feita num único estabelecimento (sendo que as demais compras eram feitas em diversas casas comerciais, ficando devendo parte do valor total da compra).

Quem testemunha e vai afirmar ser verdadeira a dívida de Moyon com Demarqui será Paulo Ruffoni, 36 anos, comerciante, natural da Itália, que diz “*ter ouvido do próprio Moyon, dias antes de morrer, que havia comprado e devia na Uruguaiana a Andre Demarqui um conto e quinhentos mil réis mais ou menos*”. Anibal Ferreira de Carvalho, 25 anos, solteiro, profissão comerciante, natural desta Província, era o caixeiro da casa do finado Moyon. Ele confirma que Demarqui é credor de Moyon de “*gêneros que lhe comprou a crédito antes de sua morte*”. Ou seja, mesmo sendo um alto valor de compras feitas, o crédito foi cedido a Moyon, possivelmente em função de relações de confiança que já vinham de tempo. Essa confiança fica mais evidente quando se sabe que essa dívida para com Demarqui não estava nos registros de Moyon, e por isso da necessidade das testemunhas de afirmarem a existência de tal valor em dívida.

Chama a atenção também a circulação de informação entre os próprios comerciantes. Se Ruffoni sabia o quanto o colega comerciante devia em Uruguaiana, possivelmente sabia em detalhes quais os produtos tinham sido comprados e por qual valores. Dessa forma, se estreitavam laços com fins de obter vantagens econômicas. Ou seja, os melhores fornecedores

logo estariam entrando nos vínculos de alguns comerciantes, recomendados por outros. A quarta testemunha será Marcelino D. Lacroix, 59 anos, comerciante, natural da França.

“Disse que sabe por lhe ter dito o próprio Moyon poucos dias antes **de ir a Uruguaiana sortir-se**, que havendo empregado em compra de uma partida de sal o dinheiro que tinha disponível, **via-se obrigado a ir a Uruguaiana sortir-se a crédito**, como de fato o fez, e falecendo logo depois; ele testemunha foi a pedido da viúva examinar essas contas, relacioná-las e por isso soube que o finado Moyon era devedor.”

Ou seja, a compra a crédito tornava-se uma necessidade em algumas situações. Mas, ao mesmo tempo, era uma possibilidade segura, que não impedia os comerciantes de fazerem as compras necessárias. Mais uma vez, a questão da confiança dava ao comerciante a certeza de que receberia os produtos necessários; e o fornecedor tinha a garantia de receber seu pagamento depois.

Mas Moyon não comprava apenas em Uruguaiana e Itaqui. Lizarald y Avellanal “*do comércio do Salto*”, em outubro de 1880, teriam consignado a Moyon 275 fanegas de sal “*para serem vendidas por conta e risco*” dos comerciantes de Salto. Consta que “desta partida de sal só foram vendidas 145 fanegas na importância de um conto cento e sessenta e sete mil réis, e deduzida desta quantia a de quarenta e cinco mil seissentos réis importância das despesas”. Os comerciantes de Salto diziam ter um saldo líquido a seu favor de 1:121\$400.

Revela-se aí a prática da consignação. Ou seja, o sal era de propriedade dos comerciantes Lizarald y Avellanal, de Salto. Estes deixavam o sal depositado na casa de comércio de Moyon, e à medida que o sal seria vendido, o dinheiro, descontando um valor de despesas, seria de direito dos proprietários do sal. Mais uma vez a questão da confiança se impõe num tipo de relação na qual a mercadoria era depositada em poder de outro comerciante “*por conta e risco*” dos donos da mercadoria, e não daquele que as revendia. O procurador dos comerciantes de Salto em Itaqui será Marcelino D. Lacroix.

No balanço das mercadorias, percebe-se tratar de roupas, tecidos, chapéus, produtos de armarinho, louças, produtos de metal e, em menor quantidade, gêneros alimentícios de necessidade básica, como farinha, açúcar e feijão. Aparentemente, havia uma maior especialização em gêneros não comestíveis. Essas fazendas depositadas na loja de Moyon somavam mais de nove contos de réis. Havia mais de dois contos em material de ferragem, e o valor de 5:500\$000 pela casa na rua do Comércio. Ao analisar o seu monte mor de 27:097\$153, percebe-se que há quase um equilíbrio entre o que lhe deviam e o que ele devia

pagar para os credores. De qualquer maneira, metade de sua fortuna era constituída por mercadorias estocadas em sua casa de comércio.

Tendo em vista suas vinculações com Uruguaiana e Salto, depreende-se que Moyon estava no grupo dos comerciantes de Itaqui que compravam as mercadorias naqueles portos e as revendiam na cidade. Ao reconstituir essas práticas mercantis e as redes de negócios numa região de fronteira, “remetemo-nos não apenas a um sistema comercial, mas a atividades vividas cotidianamente ao longo de várias décadas em lugares muito concretos, como navios, portos, ruas, armazéns e lojas.”³⁹³ Ao reconstituir essas práticas e relações, e entender a inserção dos comerciantes franceses no espaço de negócios platino da segunda metade do século XIX, a sociedade da fronteira rio-grandense se apresenta mais complexa no seu aspecto econômico, demográfico e social.

³⁹³ BARBUY, Heloisa. Comércio francês e cultura material em São Paulo na segunda metade do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania R. (org.) *Franceses no Brasil*. Séculos XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 208.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XIX, a migração de franceses vindos do Prata em direção à fronteira brasileira ainda acontecia:

“É da prisão de Porto Alegre que eu traço estas linhas, e as dirijo em forma de solicitação a Vossa Excelência. Há um ano que eu moro no Brasil, vindo de Montevidéu acompanhado de minha esposa e de meus três filhos, todos menores de 10 anos; possuindo um pequeno capital, nós nos dirigíamos à Uruguaiana a fim de me instalar como fotógrafo e desenhista. Eu tinha algumas recomendações que deveriam favorecer minha instalação nesta Vila. Fomos obrigados a fazer esta viagem por terra em função da delicada saúde de minha esposa e filhos; de passagem por Pelotas eu me vi obrigado a passar uma noite para reparar os danos ocasionados por esta longa e penosa viagem em diligência. Como a doença pulmonar de minha esposa foi agravada, nós permanecemos por alguns meses na campanha, próximo a Pelotas interrompendo assim nossa viagem. Durante este tempo o segundo dos meus filhos foi acometido pela febre tifóide, e nós nos transferimos à Pelotas para o tratar, aceitando a oferta feita por um companheiro de viagem para ocupar sua casa. Depois de dois meses cuidando do nosso filho, eu mesmo fiquei doente. Como uma grande parte de nossos recursos tinha sido consumida, eu tomei a resolução de não estender a nossa viagem, e mudei de planos, alugando no centro da Vila uma pequena casa para aí trabalhar”.³⁹⁴

Depois de um mês e meio morando em Pelotas, a casa do francês Georges Raimbault foi invadida no meio da noite, recebendo as ordens do delegado de polícia de que haveria contra ele um mandado de prisão, por acusação de “moedeiro falso”. Vasculharam a casa e o levaram para a prisão em Pelotas. Mesmo não sabendo sua esposa falar português, foi obrigada a prestar depoimentos e toda a família exposta a um tratamento autoritário. O francês foi orientado pelo cônsul do Estado Oriental a enviar para aquele país a sua esposa e filhos enquanto a sua situação não fosse resolvida.

As moedas falsas foram encontradas na casa do amigo que lhes prestou auxílio quando da doença do filho. Por esse motivo, quase vinte pessoas na cidade teriam sido presas. O francês diz que daqueles vinte indivíduos presos, aqueles que possuíam um “padrinho” já estavam em liberdade, enquanto que ele, e mais outros sete desconhecidos permaneciam na

³⁹⁴ ADN, caixa 201.

cadeia. No momento em que consegue o auxílio dos representantes franceses, G. Raimbault já estava preso há três meses. A carta é de setembro de 1900 e no julgamento o francês foi condenado a oito anos de prisão.

George não consegue chegar ao seu destino planejado – a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Por circunstâncias da vida, ficou pelo caminho. No entanto, interessante é saber que a fronteira ainda atraía aos imigrantes franceses no início do século XX. Trazendo informações sobre a região e cartas de recomendação que lhes permitiriam uma melhor inserção social e profissional, esses imigrantes cruzavam o Oceano Atlântico e depois, embarcados em Montevideu ou Buenos Aires, tomavam o rumo da fronteira em busca de um bom lugar para viver.

Os projetos oficiais para o estabelecimento de colônias agrícolas e de atração de imigrantes europeus para a fronteira oeste da Província do Rio Grande do Sul não aconteceram ao longo do século XIX. No entanto, no outro lado do rio Uruguai, os governos das Províncias argentinas engendraram grandes esforços e investimentos que acabaram por atrair milhares de europeus, responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento de vários núcleos urbanos e rurais no contexto platino.

O desenvolvimento comercial da região a partir da década de 1840 possibilitou o surgimento e crescimento de outros núcleos populacionais dispostos ao longo do rio Uruguai. Por essa via fluvial, que interligava os portos platinos ao Paraguai, pessoas e mercadorias farão um constante movimento de ir e vir, possibilitando que os portos dispostos ao longo do rio tornem-se locais de grande importância comercial. Essa possibilidade de comércio, e os lucros auferidos com a exportação e importação de mercadorias, transformará esses pequenos portos em espaços dinâmicos de trocas sociais e econômicas.

As cidades dispostas ao longo da fronteira brasileira também se desenvolverão nesse contexto, e atrairão uma população migrante que percebe nesse espaço de negócios boas oportunidades de vida. Este trabalho procurou evidenciar o fluxo de pessoas e mercadorias que conformarão uma região integrada por laços econômicos e sociais.

A partir de meados do século XIX, quando acontece a abertura dos rios da Bacia Platina para a navegação internacional, intensificam-se os contatos e fluxos comerciais entre a região do oeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e os portos de Buenos Aires e Montevideu. Esse processo acaba por promover o desenvolvimento comercial de pequenas vilas fronteiriças e por habilitar uma rede de fornecedores, transportadores e comerciantes ao longo de toda a região integrada pelo rio Uruguai.

Ao enfatizar o comércio realizado nos portos de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, caracteriza-se a dinâmica econômica de um espaço regional que teve seu desenvolvimento propiciado pela possibilidade da navegação fluvial e pela integração com os portos da Bacia Platina. A partir da análise dos registros das Alfândegas da região e de documentos que evidenciam o desenvolvimento comercial num nível local, reconstitui-se as rotas das mercadorias, o sistema de transportes e os serviços que interligavam a região fluvial platina.

Entre a produção e o consumo, a circulação de mercadorias é um processo fundamental de sua valorização. As regiões de fronteira, em função de sua posição geográfica e política, costumam ser espaços de análise privilegiados, considerando as vinculações transfronteiriças que as caracterizam. Complementarmente à atividade agro-pastoril que caracterizava a região da Campanha, a prática do comércio foi de fundamental importância econômica para o desenvolvimento das vilas da fronteira oeste da Província de São Pedro.

Para conhecer a circulação de mercadorias e a natureza dos fluxos desse comércio, bem como os laços entre compradores, vendedores e demais intermediários, utilizou-se o conceito de redes comerciais. No espaço analisado, essas redes formavam-se em distintas escalas, constituindo relações econômicas duráveis. A análise evidenciou um comércio transfronteiriço, pautado por relações de trocas entre ambos os lados da linha política, formando um espaço de negócios regional.

Neste período de grande desenvolvimento comercial na região, uma população migrante será atraída para as vilas de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, constituindo-se como importantes intermediadores econômicos dos fluxos transfronteiriços. Ao mapear a presença desses imigrantes, constata-se que o grupo dos franceses foi o primeiro a se estabelecer na região, lhe conferindo maiores possibilidades de integração com a sociedade local. Se a maioria dos comerciantes e transportadores de mercadorias que atuam na região platina são imigrantes, acaba-se por constituir um grupo que partilha dos mesmos elementos, uma comunidade, ou uma rede, que se beneficia das possibilidades de comércio desta região integrada pelos rios Paraná e Uruguai.

A pesquisa estuda um grupo social pouco referido nesta sociedade da fronteira. Mostra-se uma diversidade maior do que a existência do grupo dos estancieiros e de uma população pobre ligada ao campo (escravos, peões e arrendatários). Essa população imigrante vive nas pequenas vilas e ocupa uma diversidade de posições sociais na fronteira do século XIX. Mais do que a sua vinculação a uma economia pecuarista, a condição do comércio

realizado na fronteira, e sua vinculação com a região do Prata, permitiram a esses indivíduos uma inserção econômica bastante diversificada.

Assim, pontua-se a relação entre o espaço geográfico e os setores econômicos. As vilas e portos são entendidos como espaços centrais da atuação dos comerciantes, revelando a capacidade de se estabelecer simultaneamente redes em escala local, regional e internacional. A vocação comercial destes portos da fronteira acaba por interligar distintos pontos geográficos, sendo que os comerciantes se movem nesse espaço usufruindo das possibilidades de contatos.

As cidades da fronteira, além de centros de consumo das mercadorias importadas, eram também locais de reexportação dessas mercadorias. A partir de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, novas rotas eram traçadas levando essas mercadorias até o Paraguai. Essas mesmas rotas eram utilizadas no sentido inverso, levando até a fronteira outros produtos, sobretudo a erva-mate, que transformaram os portos citados também em centros exportadores. Essas distintas atividades exigiram uma articulação entre as regiões e vínculos entre os comerciantes que permitiram a dinâmica desse comércio inter-regional.

As pequenas embarcações utilizadas, e a grande quantidade das mesmas na região, acentuam a complexidade e a densidade da rede, na qual vários mestres de embarcações e comerciantes interagem. Várias rotas de comércio inter-regional foram se estabelecendo através do tramado dos rios ou então na poeira das carretas e, nesse contexto, ganha centralidade a presença dos comerciantes franceses.

As vilas por mim estudadas constituíam um mundo urbano estruturado por laços comunitários, onde as pessoas se conhecem e estabelecem relações de diferentes tipos. Ao analisar o meio relacional desses indivíduos em distintos contextos normativos – parentesco, amizade, vizinhança, e o meio profissional – percebe-se a sua interação com diferentes segmentos sociais, assim como as vinculações com o espaço de atuação que, na fronteira, ao ser regional era também internacional. As atividades mercantis dos comerciantes franceses alcançavam uma diversidade de esferas de circulação e se estendiam sobre um vasto território geográfico. A vinculação regional, que punha em contato distintos portos e vilas, gerava uma trama de operações superpostas, na medida em que os negócios na Fronteira constituíam uma multiplicidade de vínculos e situações.

FONTES

• **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

- 1) Relatórios dos Presidentes de Província – 1850 a 1880
- 2) Fundo Autoridades Municipais – Correspondência expedida pelas Câmaras Municipais
 - São Borja: Maço 232 (1848-1857); Maço 233 (1858-1864); Maço 234 (1868-1875)
 - Itaqui: Maço 76 (1859-1871); Maço 77 (1872-1880)
 - Uruguaiana: Maço 336 (1847-1849); Maço 337 (1850-1858); Maço 338 (1859-1866)
- 3) Fundo Terras e Colonização – Correspondência dos Juizes Comissários
- 4) Fundo Consulados e legações:
 - Maços: CN 08; CN 09; CN 28
- 5) Fundo Estatística:
 - Códices E-1 e E-2
 - Maços 01, 02, 03 e 04
- 6) Fundo Polícia
 - códices C138 (matrícula estrangeiros), C 140 até C 148 (passaportes)
 - maços 11, 47, 43, 66, 52
- 7) Fundo Junta Comercial
 - JC 17, 18, 19, 23, 24, 65, 66, 75, 92, 93.
- 8) Fundo Fazenda:
 - códices F 1041 até F 1047
 - maços 399, 405, 490, 491, 493

• **Arquivo do Itamaraty**

- 1) Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil – França: maços 01, 06, 09, 13, 17, 18, 284.
- 2) Ministério da Guerra: maços 02, 10, 299

• **Arquivo Nacional**

- 1) Fazenda: IF3 327, IF3 329, IF3 265, IF3 323, IF3 192, IF3 191, IF3 180, IF3 181, IF3 423

- 2) Estrangeiros: Ij6 848
- 3) Legação do Brasil na França: IR3 1, IJJ7 2, IJJ7 3, IJJ7 9
- 4) Tribunal de Comércio: IC3 4, IC3 40, IC3 42, IC3 57.

*** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**

-Inventários e testamentos Uruguaiana e Itaqui: fundos Cível e Crime, Família e Provedoria (1850-1880)

-Processos criminais e inventários São Borja: fundo Cível e Crime (1850-1880)

-Tabelionatos

-Ações sumárias, executivas e falências

- **Archives Diplomatiques Paris – La Courneuve**

-correspondance politique des consuls

-negociations commerciales

-affaires politiques

-consulat Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro

-correspondance commerciale

- **Archives Diplomatiques Nantes**

-actes notaries

-immatriculations Buenos Aires et Montevideo

-consulat Porto Alegre, Montevideú, Rio de Janeiro

-etat civil Porto Alegre, Buenos Aires et Montevideo

-dossies nominatifs

- **Archives Nationales Paris**

-series F 12 – commerce et industrie

-series F 17 – dossiês nominatifs

- **Archivo General de la Nacion/ Argentina**

1) Fondo Sala X:

-Relaciones exteriores; Tratados internacionales; Comandancia de Fronteras; Entrada de Passageros; Tierras y Colonización.

- **Archivo General de la Nacion/ Uruguay**

1) Legación de Francia – legajos 01 a 338

- *** Centro de História da Família**

-Registros de batismos, casamentos e óbitos (São Borja, Itaqui e Uruguaiana) – 1850 a 1890.

-Registros civis de nascimentos, casamentos e óbitos (São Borja, Itaqui e Uruguaiana) – 1874 a 1890.

- **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

- Coleção João Pedro Gay.

FONTES IMPRESSAS

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

AZARA, Félix de. *Memória sobre el Estado Rural del Rio de la Plata y otros informes*. Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

GAY, João Pedro. *Invasão Paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1980.

GUILLEMOT, Eugène. *Affaires de la Plata. Correspondance pendant sa mission dans l'Amérique du sud*. Paris: Lange Lévy, 1849.

IOTTI, Luiza H. (org.). *Imigração e colonização – legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MOREIRA, Nicolau J. *Indicações agrícolas para os emigrantes que se dirigirem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875.

SILVA, Resende. *A Fronteira do Sul*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. **Nueva Historia de la Nación Argentina**. 2.ed. Buenos Aires: Planeta, 2003.

ALONSO, Hilario C. Genèse et fin des réseaux de commerce castillans dans l'Europe des XVe et XVIe siècles. In: COULON, Damien (org.). **Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques**. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010, p. 129-149.

ALVES, Jorge Fernandes. Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil. In: **Revista Portuguesa de História**, tomo XXXIII. Coimbra, 1999, p.191-222.

AMORIM, Maria Norberta. Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980). In: **Boletín de la Asociación de Demografía Histórica**, XVI, I, 1998, p.55-77.

BARBOSA, Eni. **O Órgão Fazendário no Rio Grande do Sul (1831-1859)**. Dissertação. Porto Alegre: PUCRS, 1979.

BARBUY, Heloisa. Comércio francês e cultura material em São Paulo na segunda metade do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania R. (org.) **Franceses no Brasil**. Séculos XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.193-208.

BECK-BERNARD, Lina. El río Paraná. Cinco años en la Confederación Argentina 1857-1862. Buenos Aires: Emecé, 2001.

BERUTE, Gabriel. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese. (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BETEMPS, Leandro Ramos. **Vinhos e doces ao som da Marselhesa**. Um estudo sobre os 120 anos da tradição francesa na Colônia Santo Antônio de Pelotas. Pelotas: Educat, 2006.

_____. **A presença francesa no sul do Brasil**. O caso de Pelotas. Porto Alegre: EST edições, 2010.

BERTRAND, Michel (org.). **Configuraciones y redes de poder**. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002.

BEUX, Armindo. **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

BIERSACK, Aletta. Saber Local, História Local: Geertz e Além. In: HUNT, Lynn (Org.) **A Nova História Cultural**. São Paulo: Francisco Alves, 1992, p.97-130.

BIVAR, Vanessa dos Santos B. **Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Franceses na São Paulo oitocentista: emigração, ofícios e relações comerciais**. Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.

_____. Do outro lado do Atlântico: imigrantes franceses na São Paulo do século XIX. In: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania R. (org.) **Franceses no Brasil**. Séculos XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.209-230.

BJERG, María. **Historias de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

BJERG, Maria; OTERO, Hernan (comp.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna**. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995.

BOLSI, Alfredo. **La fuerza de trabajo en la ciudad de Corrientes (1820-1868)**. Buenos Aires, 1988.

_____. **La población de la ciudad de Corrientes entre 1588 y 1980**. Buenos Aires: Academia Nacional de Geografía, 1995.

BONAUDO, Marta. (org.). **Nueva Historia Argentina. Tomo 4: Liberalismo, Estado y Orden burgués (1852-1880)**. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.

BOSCH, Beatriz. **Historia de Entre Rios**. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978.

BRAGONI, Beatriz. Redes, inmigración y movilidad social en Mendoza: racionalidad empresaria y modos de relación política de una parentela de origen finisecular, 1880-1930. In: **Estudios Migratórios Latinoamericanos**. Ano 8. n.24, 1993. p. 171-203.

BRAGONI, Beatriz. **Microanálisis. Ensayos de historiografía argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

---- **Los hijos de la Revolución. Familia, negocios y poder en Mendoza en el siglo XIX**. Buenos Aires: Taurus, 1999.

CAPDEVILA, Luc. *Une Guerre totale. Paraguay, 1864-1870*. Rennes: Presses Universitaires, 2007.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frineia. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventários das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CASTELLANO, Juan; DEDIEU, Jean. (org). **Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime**. Paris: CNRS Éditions, 1998.

CASTELLO, Iara Regina. Áreas de Fronteira: Territórios de Integração, Espaços Culturalmente Identificados? In: CASTELLO Et all (orgs). **Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p.15-26.

CASTRO, Ana Célia. **As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CERUTTI, Simona. **Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII**. in: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 173-201.

CHASTEEN, John. **Fronteira Rebelde**. A vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império Português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. Tese. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. **Mercaderes del Litoral**. Economía y sociedad en la Provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX. Mexico-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na madrugada: formação e expansão do comércio ilícito em Uruguaiana**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

CONDE, Roberto Cortés. **Corrientes Inmigratorias y surgimiento de industrias en Argentina (1870-1914)**. Buenos Aires: UBA, 1964.

CONGOST, Rosa. **Tierra, Leyes e Historia. Estudios sobre “la gran obra de la propiedad”**. Barcelona, 2007.

CORAZZA, Gentil; FONSECA, Pedro C. D. **A Junta Comercial no contexto da economia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

COSTA, Wilma Peres. As condições de vida e do trabalhador urbano no Brasil e as expectativas sobre a imigração européia – um panorama a partir dos Relatórios Consulares Ingleses em 1870. In: **Revista Theomai**, n.3. Quilmes, 2001. Disponível em www.unq.edu.ar/revista-theomai

COSTA E SILVA, Alberto da. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. In: **Estudos Avançados**, vol.8, n.21. 1994, p.21-42.

COULON, Damien (org.). **Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques**. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010.

CURY, Vânia Maria. Cidades: Objetos de Estudo para a História Econômica. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica**, n.14, 2003.

D’AGOSTINO, Valeria A. **Estado y propiedad de la tierra. Instituciones, derechos, leyes y actores sociales. (Provincia de Buenos Aires, 1824-1904)**. Tese. (Doutorado em História). Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 2008.

DEDIEU, J.; MOUTOUKIAS, Z. L'historien de l'administration et la notion de réseau. In: CASTELLANO, Juan; DEDIEU, Jean. (org). **Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime**. Paris: CNRS Éditions, 1998, p.247-263.

DEMARTINI, Zeila; TRUZZI, Oswaldo. **Estudos Migratórios – perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

DEVEZA, Guilherme. **Um precursor do comercio francês no Brasil**. São Paulo: Brasiliana, 1976.

DEVOTO, Fernando. **Historia de la Inmigración en la Argentina**. 2.ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

DEVOTO, Fernando; OTERO, Hernán. **Veinte años después. Una lectura sobre el crisol de razas, el pluralismo cultural y la historia nacional en la historiografía argentina**. In: Estudios Migratorios Latinoamericanos, año 17, n.50, 2003, p. 181-227.

DIAS, Marcelo Henrique. **O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino: permanência ou desarticulação durante a 1ª República?**. 1996. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1996.

DJENDEREDJIAN, Julio. **Gringos en las pampas**. Inmigrantes y colonos en el campo argentino. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

DONGHI, Tulio Halperín. **Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

_____. **Argentina – de la revolucion de independência a la confederacion rosista**. 2.ed. Buenos Aires: Paidós, 1985.

DUPREY, Jacques. **Voyage aux Origines Françaises de l'Uruguay**. Montevideo: Instituto Historico y Geografico del Uruguay, 1952.

FARET, Laurent. Las redes de la movilidad: formas de organización social entre los migrantes mexicanos en Estados Unidos. In: BERTRAND, Michel (org). **Configuraciones y redes de poder**. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002, p.187-206.

FARINATTI, Luís A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, Luís A.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Editora da USP, 1999.

FERNÁNDEZ, Sandra; DALLA CORTE, Gabriela (org). **Lugares para la História.** Espaço, História Regional e História local en los Estudios Contemporáneos. 2.ed. Rosário: UNR Editora, 2005.

FERNÁNDEZ, Sandra. **Más Allá del Territorio.** La historia regional y local como problema – discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007.

FERNÁNDEZ, Sandra; GELI, Patricio. (org.). **Derroteros del viaje en la cultura: mito, historia y discurso.** Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008.

FIGUEIREDO, Joana B. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado Nacional (1851-1865).** 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FLORES, Luiz Felipe B. Neves. Região e Nação: novas fronteiras. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). **Região e nação na América Latina.** Brasília: Editora Universidade de Brasília/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FLORES, Mariana F. C. Thompson. **Contrabando e contrabandistas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864).** 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

———. **Crimes de fronteira.** A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012. Tese. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FOLETTI, Arlene Guimarães. **Dos campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra.** A paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889). 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

———. **No Rodeio das Relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da Província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos).** 2012. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João; GOUVEA, Maria de Fátima. (orgs) **Na trama das redes.** Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GALLO, Ezequiel. **La Pampa Gringa: la colonización agrícola en Santa Fe (1870-1895).** Buenos Aires: Edhasa, 2004.

GARCIA, Domingos S. da Cunha. **Território e Negócios na “era dos impérios”:** os belgas na fronteira oeste do Brasil. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

———. **A ocupação de terras por estrangeiros na fronteira oeste do Brasil nos primórdios da República: ocupar para desintegrar.** In: Anais ABPHE, 2003.

GELMAN, Jorge. **La historia económica argentina en la encrucijada – balances y perspectivas**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GIRBAL-BLACHA, Noemi; MENDONÇA, Sonia R. (coord.). **Cuestiones agrarias en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

GORI, Gastón. **Inmigración y colonización en la Argentina**. Buenos Aires: Eudeba, 1988.

GRANDO, Marinês Z. **Pequena agricultura em crise**. O caso da Colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1989.

GRENDI, Edoardo. Repensar a Micro-História? In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.251-262.

GRIBAUDI, Maurizio. (org.) **Espaces, temporalités, stratifications – exercices sur les réseaux sociaux**. Paris: EHESS, 1998.

GRIMSON, Alejandro. **La Nación en sus límites**. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

GUAZZELLI, Cesar A. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. 1998. Tese. (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

GUIONET, Hector Norberto. **La Colonia San Jose. Inmigrantes: memórias entre ríos y imágenes (1857-2000)**. 3.ed. Buenos Aires: Pasco, 2001.

_____. **La Colonie San Jose: émigrants (1857-2007)**. Buenos Aires: Urugua-í, 2008.

GUTIÉRREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M. **Fronteiras, Paisagens, Personagens, Identidades**. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

GUTIERREZ, Ramon; NEGRETTE, Angela. **Evolucion urbana y arquitectonica de Corrientes**. Tomo 1. (1588-1850). Buenos Aires, 1988.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina. A Questão de Palmas**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HENRY, Louis. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Universidade Federal do Paraná, 1977.

IMÍZCOZ BEUNZA, J. Communauté, réseau social, élites. L'armature sociale de l'Ancien Régime. In: CASTELLANO, Juan; DEDIEU, Jean. (org). **Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime**. Paris: CNRS Éditions, 1998, p. 31-66.

INFESTA, M. E. **La Pampa criolla. Usufructo y apropiación privada de tierras públicas en Buenos Aires, 1820-1850.** La Plata: Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, 2003.

JACOB, Raúl. **Cruzando la frontera.** Montevideo: Arpoador, 2004.

JACOB, Raúl; MORAES, María Inés. El Litoral Norte uruguayo: región, frontera, país. In: **IV Congresso Brasileiro de História Econômica.** São Paulo: FEA/ USP, 2001.

KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 13-31.

KROEBER, Clifton. *La navegacion de los rios en la História Argentina (1794-1860).* Buenos Aires: Paidós, 1978.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. **Crédito, negócios e acumulação. Rio de Janeiro 1844-1857.** Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

———. **A intermediação mercantil e bancária na fronteira meridional do Brasil.** in: História e Economia: revista interdisciplinar. Brazilian Business School. São Paulo: Terra Comunicação Editorial, v. 1, n. 1, 2005. p. 67-86.

KUHN, Fábio. **Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - Século XVIII.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, Fronteiras Culturais e Globalização. In: MARTINS Maria Helena (org). **Fronteiras Culturais.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial.** Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia M. Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

———. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** 5.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LOBATO, Mirta; SURIANO, Juan. **Atlas histórico de la Argentina.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

MACFARLANE, Alan; HARRISON, Sarah; JARDINE, Charles. **Reconstructing Historical Communities.** Cambridge: University Press, 1977.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.** In: Revista Território, n.8. 2000. p. 09-29. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02pub02.htm>.

MARICHAL, Carlos. (org.) **Las inversiones extranjeras en América Latina, 1850-1930.** México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

MARTINHO, Lenira M.; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência.** Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura e Turismo, 1993.

MARTINS, Ana Luiza. A Invenção e/ou Eleição dos Símbolos Urbanos: História e Memória da Cidade Paulista. In: BRESCIANI, Stella (Org.). **Imagens da Cidade – Séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, p.177-190.

MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais – Brasil, Argentina, Uruguai**. Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.

MARTINS, Roberto Duarte. **A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay: A Construção da Cidade de Jaguarão**. Barcelona: Universidade Politécnica da Catalunha/ Tese de Doutorado, PPG em Arquitetura da Escola Técnica Superior de Arquitetura, 2001. Disponível em: www.tdx.cesca.es/ acesso em 30 agosto 2004.

MARTINS, Rui Cunha. **Fronteira, referencialidade e visibilidade**. In: Estudos Ibero-Americanos. Edição Especial n.1. Porto Alegre: PUCRS, 2000. p. 07-19.

_____. **O método da Fronteira**. Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo. Coimbra: Almedina, 2007.

MARZAGALLI, Silvia. La mise en place d'un réseau commercial et marchand: Bordeaux et les États-Unis à la fin du XVIIIe siècle. In: COULON, Damien (org.). **Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce – concepts récents, réalités historiques**. Strasbourg: Presses Universitaires, 2010, p.87-113.

MATEO, Jose. **Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (Provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX**. Mar del Plata: UNMd-GIHR, 2001.

MAURO, Frédéric. Las empresas francesas y América Latina, 1850-1930. In: MARICHAL, Carlos. (org.) **Las inversiones extranjeras en América Latina, 1850-1930**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 53-69.

_____. Les investissements français en Amérique Latine, **Revue d'Histoire Économique et Sociale**, 1977. p.234-262.

MEDRANO, Lilia. **A livre navegação dos rios Paraná e Uruguay**. Uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina 1852-1889. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MELLO E SOUZA, Laura. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MIALHE, Jorge Luis. **Cidadãos de dois mundos**. Imigração francesa e dupla nacionalidade na região de Piracicaba: aspectos histórico-jurídicos. Tese. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

MIALHE, Jorge Luis. **A emigração francesa pelo porto de Bordeaux com destino ao Brasil (1840-1900)**. In: Revista História, v.19, 2000, p.213-242.

MINOVEZ, Jean M. (org.). **Circulation des marchandises et réseaux commerciaux dans le Pyrénées**. Toulouse: CNRS, 2005.

MOUSQUER, Zélce D. **Família Mousquer**. Uma imigração francesa no sul do Brasil. Porto Alegre: EST edições, 2008.

MOUTOUKIAS, Zacarías. **Contrabando y control colonial en el siglo XVII. Buenos Aires, el Atlantico y el espacio peruano**. Buenos Aires: Bibliotecas Universitarias/ Centro Editor de América Latina, 1988.

_____. Narracion y analisis en la observacion de vínculos y dinâmicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: OTERO, Hernán; BJERG, Maria. **Inmigracion y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 221-241.

_____. La notion de réseau en histoire sociale: un instrument d'analyse de l'action collective. In: CASTELLANO, Juan; DEDIEU, Jean. (org). **Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime**. Paris: CNRS Éditions, 1998a, p.231-246.

_____. Réseaux et parcours. La construction ordinaire d'un tissu de liens personnels à Madrid. In: GRIBAUDI, Maurizio. (org.) **Espaces, temporalités, stratifications – exercices sur les réseaux sociaux**. Paris: EHESS, 1998, p.255-288.

_____. Lazos débiles/ lazos fuertes y la organización espacial de los negocios en hispanoamerica colonial. In: BERTRAND, Michel. (org). **Configuraciones y redes de poder**. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002, p. 15-26.

OLIVEIRA, Tito Carlos (org). **Território sem limites. Estudos sobre Fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade 1850-1889)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do Espaço Platino**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

_____. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

_____. **Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 115-134.

_____. **O império português no sul da América**. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

OTERO, Hernán G. **L'emigration française**. Une analyse des facteurs d'expulsion de la population durant la seconde moitié du XIX siècle et Notes pour une étude des Français en Argentine. Memoire pour le Diplome d'Etudes Approfondies. Paris, 1987.

_____. **Démographie historique différentielle de familles migrantes**. L'immigration française à Tandil (Argentine) 1850-1914. Thèse. Paris, 1993.

———. Los Inmigrantes Franceses “Notre plus belle colonie”. In: **Los Franceses en la Argentina**. Revista Todo es Historia. N.388, 1999.

———. **Historia de los franceses en la Argentina**. Buenos Aires: Biblos, 2012.

PEREZ, Maria Emilia. **La red vial y las comunicaciones terrestres en Corrientes**. Origen y evolución (1588-1898). Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

———. Além das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org). **Fronteiras Culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

———. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.

———. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marco (Org.). **História em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990, p.67-79.

PICCOLO, Helga I. **A imigração estrangeira na visão de um republicano na década de 70 do século XIX**. In: Anais da XXII reunião da SBPH, 2002.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Uruguiana**. Porto Alegre: Livraria Continental, 1942.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **A construção da autonomia: O Corpo de Comercio do Rio de Janeiro**. Disponível em: www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf

PUIGGRÓS, Rodolfo. **História Económica del Rio de la Plata**. Buenos Aires: Peña Lillo Editor, 1946.

QUEIROZ, Jonas; GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades. Reconfigurações coloniais e pós-coloniais**. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>

QUIRÓS, Pilar González. **Civilidad y política en los orígenes de la nación Argentina**. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

RAVIGNANI, Leda A. Cruz de. Les investissements français au Brésil 1890 – 1930. In: **Cahiers des Amériques Latines**, n° 16, 1977, p. 107-126.

REGALSKY, Andrés. **Mercados, inversores y elites**. Las inversiones francesas en la Argentina 1880-1914. Argentina: EDUNTREF, 2002.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

———. **Escola dos Annales – a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

———. **Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REVEL, Jacques. Microanálise e Construção do Social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas: A Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.15-38.

RIBEIRO, M. de Barros. L'Amérique meridionale et le commerce français, quelques remarques, 1800-1840. In: MAURO, Frédéric. ALEMANY, Soline. **Transport et Commerce en Amérique Latine, 1800-1970**. Paris: L'Harmattan, 1990, p. 145-162.

RICHE CHANET, R. de la Croix. **Franceses en el Rio de la Plata y el Atlantico Sur (1526-1876)**. Buenos Aires: Mega Libros, 2004.

RODRIGUES, Cláudio. **São Borja e sua história**. Coleção Tricentenário, n.1, 1982.

RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. História Regional e Local: Problemas Teóricos e Práticos. In: **História & Perspectivas**. n.16/17, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997, p.149-164.

SAES, Flávio A. M. de. Os investimentos franceses no Brasil: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930). In: **Revista de História (São Paulo)**, N. 119, p. 23-42.

SAES, Flávio A. M. de. Os investimentos franceses no Brasil: o caso da Brazil Railway Company (1900-1930). In: **Revista de História (São Paulo)**, N. 119, p. 23-42.

SAMPAIO, Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SÁNCHEZ, Andréa Quadrelli. **A Fronteira Inevitável**. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SARMIENTO, Domingos F. **Facundo (ou Civilização e Barbárie)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

SCHALLER, Enrique Cesar. **La distribución de la tierra y el poblamiento en la Provincia de Corrientes (1821-1860)**. Chaco: Instituto de Investigaciones Geohistoricas, 1995.

SCHÄFFER, Neiva Otero. A Urbanização na Fronteira Meridional e o Projeto de Integração Regional. In: SCARLATO, et.all (Orgs). **O Novo Mapa do Mundo. Globalização e Espaço Latino-Americano**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p.149-159.

———. Globalização e Fronteira. In: CASTELLO Et all (orgs). **Práticas de Integração nas Fronteiras: Temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995, p.79-91.

———. **Urbanização na Fronteira (A Expansão de Sant'Ana do Livramento)**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.

SCHMIT, Roberto. **Ruína y resurrección en tiempos de guerra**. Sociedad, economia y poder en el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

———. Fronteras rioplatenses: ocupación del espacio y estructura socio-ocupacional en el oriente entrerriano (1820-1850). In: GELMAN, Jorge et. All. (org). **Expansion capitalista y transformaciones regionales**. Relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: La Colmena, 1999, p. 45-73.

———. El Rio de la Plata entre el mercantilismo y el capitalismo: mercados, comerciantes y medios de pago, 1810-1860. In: GELMAN, Jorge (org.) **La historia económica argentina en la encrucijada: balances y perspectivas**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p.77-99

———. Derechos y acceso a la tierra en una economía de frontera, Entre Rios 1820-1870. IN: Anais XX Jornadas de Historia Económica Argentina. AAHE-UNMDP, 2006.

SHUMWAY, Nicolás. **La invención de la Argentina - Historia de una idea**. Buenos Aires: Emecé, 1995.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães, 1999.

SILVA, Ismar. Uma metodologia sobre a Melimitação da Faixa de Fronteira do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico. Disponível em: http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/Cobrac_2004/090.pdf. 2004.

SILVA, Ligia Osório. **Las tierras públicas en la construcción del Estado: una perspectiva comparada**. Anais do II Congresso Nacional de Historia Económica. México: Ciudad Universitaria, 2004.

SILVA, Marcio A. Both da. **Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense 1850-1900**. Dissertação. (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: SILVA, Marco (Org.) **História em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990, p.43-49.

SOARES, Manoel Adolpho. **Uruguaiana, um século de História**. Porto Alegre: Gráfica Livraria do Globo, 1942.

SORIANO, Raqueline; MAURO, Frédéric. Un consul au Rio Grande do Sul. In: **Cahiers des Amériques Latines**, nº16, 1977.p. 53-78.

SOUZA, Susana Bleil de. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos – uma aproximação histórica. In: **Fronteiras do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

———. **Identidade e Nacionalismo no processo de integração da fronteira uruguiaia no final do XIX**. In: Revista Humanas, v.18, n.1/2. Porto Alegre, 1995, p.151-169.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>.

STEIMAN, Rebeca. Brasil e América do Sul: Questões institucionais de fronteira. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/pdf/REBECAlegislatlas.pdf>

SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás. Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização no Brasil. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História Econômica da Primeira República**. Coletânea de Textos Apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.261-283.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**. Origens do capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: Hucitec. Natal: UFRN Ed. Universitária, 1995.

_____. Casas comerciais francesas no Brasil e na América Latina do século XIX: fontes para a pesquisa histórica. In: **América Latina en la Historia Económica**. N. 9, 1998. p. 55-63.

_____. Comércio e Diplomacia: o corpo consular francês na expansão comercial da França para o Brasil no século XIX. In: **Revista Pós-História**. Assis – São Paulo, 1994. p. 221-235.

TEIXEIRA, Paula Chaves. Negocios entre “mineiros” y “cariocas”: familia, estrategias y redes mercantiles en el caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). In: II Congreso Latino Americano de História Econômica, CLADHE, 2010.

VARGAS LLOSA, Mário. **La verdad de las Mentiras**. Madrid: Alfaguara, 2002.

VERNAZ, Celia. **Papeles de un inmigrante. Colonia San Jose**. Santa Fé: Ediciones Colmegna, 1897.

_____. **La Colonia San Jose y la Inmigración Europea**. Santa Fé: Colmegna, 1986.

_____. **La Colonia San José. Escritos**. Santa Fé: Colmegna, 1991.

_____. **Les français dans la Colonie San José**. San José, 2000.

VIDAL, Laurent; LUCA, Tania R. (org.) **Franceses no Brasil**. Séculos XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VOLKMER, Márcia S. **“Onde começa ou termina o território pátrio”** – Os Estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

WEBER, Beatriz T; SILVA, Jaisson. Padre Gay: um cônego ilustrado na Campanha Gaúcha. In: **Estudos Ibero-Americanos**. V.38, n.01, jan/jun 2012, p.144-160.

WRIGLEY, E. A. **Identifying People in the Past**. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. **Historia y Población. Introducción a la demografía histórica**. Madrid: Guadarrama, 1969.

XAVIER, Lídia de Oliveira. Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia. In: **Em tempos de Histórias**. Revista dos alunos de Pós-Graduação em História da UnB. v. 5. Brasília, 2002.

YOUNG, Eric Van. **Haciendo História Regional. Consideraciones metodológicas y teoricas**. In: Anuario IEHS, n.2, 1987, p.255-281.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

_____. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

APÊNDICE 1 - Alfândega de São Borja (1845-1846)
 MAPA GERAL dos gêneros e mercadorias de produção
 e manufatura de **Países Estrangeiros**³⁹⁵

PRODUTOS	Importados e despachados para consumo	Reexportados para o Paraguai	Reexportados para o Estado Oriental	Reexportados para Entre Ríos	Reexportados para Corrientes
Peças de chita	43	261			
Peças de algodão	76	700			
Dúzias de meias de algodão	12	23			
Dúzias de camisas	12				
Dúzias de xales de seda	06	02			
Dúzias de tesouras de costura	15	05			
Dúzias de facas de ponta	40	68			
Dúzias de Enxadas	60	10			
Dúzias de serrotes	06	02			
Dúzias de facas de mesa	10				
Dúzias de panelas de ferro	02	03			
Dúzias de fechaduras de porta	12				
Dúzias de martelos	02				

³⁹⁵ AHRS, Fazenda, maço 364.

Barris de tinta para pintar	10				
Dúzias de espelhos de algibeira	04				
Alqueires de cal	83				
Dúzias de pratos de pó de pedra	71				
Dúzias de copos de vidro	20				
Dúzias de garrafas de vidro	03				
Canadas de vinho frontignan	18	06			
Canadas de vinho carlão	3360	06			
Pipas	21				
Canadas de aguardente	960				
Arrobas de carne verde	779				
Alqueires de feijão	½				
Alqueires de milho	02				
Arrobas de rapaduras	10				
Arrobas passas de uva	26				
Canadas de azeite	28				
Arrobas de chocolate	90				
Arrobas de chá	20	12			

Arrobas de fumo	12		197	945	
Couros vacuns	12026			594	
Bezerros	02				
Arrobas de cabelo de cavalo	349				
Carretas	08				
Arrobas sebo em rama	20				
Arrobas graxa de tutano	16				
Arrobas sabão	06				
Arrobas de erva mate				1316	

APÊNDICE 2 - Alfândega de São Borja (1845-1846)
 MAPA GERAL dos **gêneros e mercadorias do País** exportados para fora do
 Império e despachados nesta Alfândega³⁹⁶

PRODUTO	Exportados para o Estado Oriental		Exportados para Entre Ríos		Exportados para Corrientes		Exportados para o Paraguai	
	QUANTI DADE	VALOR	QUANTI DADE	VALOR	QUANTI DADE	VALOR	QUANTI DADE	VALOR
Couros vacuns	2293	1:834\$400						
Erva-mate	3109	7:653\$000	1791	4:420\$080	584	1:505\$720		
Canadas de aguardente					758	974\$600		
Alqueires de fumo			28	280\$000	285	2:938\$125		
Farinha de Mandioca					45	181\$600		
Alqueires de arroz					71	178\$200		
Alqueires de açúcar					215	985\$800		
Alqueires rapadura					03	6\$000		
Sal					109	430\$000		
Resmas de papel					97	375\$000	20	60\$000
Tijolos de goiabada					1500	30\$000		
Pares de botas					14	56\$000		
Pares sapatos de mulher					120	199\$600		
Ceroulas de algodão					11	41\$000		
Coletes de fustão					56	71\$680		
Camisas de algodão					31	31\$000		
Fuzis					02	16\$000		
Tachas de ferro							10	2\$400
Dúzias de freios campeiros					61	744\$000		
Dúzias esporas de ferro					05	120\$000		
Pregos					05	20\$000		

³⁹⁶ AHRS, Fazenda, maço 364.

Estopas					02	16\$000		
Dúzias estribos campeiros					123	885\$600		
Dúzias de Enxadas							02	19\$200
Dúzias de Taboas					05	120\$000		

APÊNDICE 3 – Imigrantes europeus Itaqui

	Nome	Nacionalidade	Profissão	Casam.	Padr.	1o. Filho	Óbito	Cônjuge
1	Abardeo, Pedro	frança				1866		brasil
2	Aguistapacho (tapás), Pedro	italia				1877		brasil
3	Aisbous, Miguel	espanha				1881		brasil
4	Albert, João	holanda					1879	
5	Alemback, Maria	alemanha				1884		alemanha
6	Alen, Francisco Casqueiro	espanha					1900	
7	Alvim, Manoel Pereira de Lima e	portugal	agência		1879	1877		brasileira
8	Amoroso (Morosso), Santiago	italia		1874		1871		brasileira
9	Anchordoque, Estevão	frança	comerciante		1867			
10	Andareche, Salvador	frança					1882	
11	Andises, Graciano	frança			1868	1860	1888	frança
12	Andises, Mariana	frança				1864		frança
13	Angel, Gabriel	espanha				1885		brasil
14	Angeli, Antonelli	italia		1887				brasileira
15	Antonelli, Josefina	italia					1918	
16	Araujo, Francisco José de	portugal		1874				paraguaia
17	Arche, João	frança	carretilheiro				1859	
18	Archetti, Regina Janoni	italia			1874	1868	1902	italia
19	Archetti, Ruffina	italia				1868		italia
20	Archetti, Santiago	italia	pedreiro		1874	1868		italia
21	Ardisser, João Jose	suiça			1859	1874		brasil
22	Arguedi, Luiza	italia		1885				italiano
23	Arlez (x), Pedro Bernardes	frança				1859		brasil
24	Arrindei, João	frança				1877		uruguai
25	Arrondo, Joaquim	espanha	padeiro	1880	1879	1881	1898	espanhola
26	Arrondo, Victoria Laza de	espanha		1880	1880	1881		espanhol
27	Arteta, Emigdeo	espanha			1880			
28	Artice, Francisco	italia	pescador				1868	
29	Ascovereta, Miguel	espanha	negociante	1882		1885		uruguai
30	Atabite, Luiz	italia				1879		argentina
31	Azzaline, Pedro	italia				1879		brasil
32	Bachini, Severino	italia			1883		1885	
33	Badie, Pedro	frança	comerciante		1867	1870	1876	brasil
34	Bado, Angelo	italia			1868	1860		brasil
35	Barbieri, Maria	italia				1875		italia
36	Barboza, Francisco	espanha				1876		brasil
37	Barragan, Carmen	portugal				1888		espanha
38	Barthe, Pedro Manoel Deodato	frança	relojeiro	1883		1884	1885	brasileira
39	Bassal, Diogo de	espanha	carpinteiro		1878			
40	Bausset, Luiz	frança	funileiro	1875		1873		brasileira
41	Bazice (Bosi), Pascoal	austria		1876		1879		argentina
42	Bera, Balthazar	italia		1878		1879	1898	brasileira
43	Bernard, Guilherme	alemanha			1866	1866		
44	Bernd, Adão	alemanha	comerciante			1863	1876	alemanha
45	Bernd, Jacob	alemanha	comerciante		1867	1883		
46	Bernd, Mariana	alemanha				1866	1898	alemanha
47	Berria, Salvador	italia	comerciante			1879		brasil
48	Bianc, Sabina	suiça				1878		italia
49	Bianquete, Thomaz Jerônimo	italia				1863	1888	

50	Bianqui, Angela Belis de	italia				1888		italia
51	Bianqui, Caetano	italia				1888		italia
52	Biarca, Carolina	suiça			1878	1878	1896	suiça
53	Biarca, João Baptista	suiça/italia	comerciante		1878	1878	1889	suiça
54	Biaschi, Isolina	italia		1891				italiano
55	Biereta, Benedito	suiça				1872		suiça
56	Biereta, Maria Cravacier	suiça				1872		suiça
57	Bilbás, Felix	espanha		1874	1870	1879	1885	uruguai
58	Billar, Pedro	espanha				1867		argentina
59	Bina, Benedito	italia				1870		suiça
60	Bindé, Pedro	frança	comerciante			1887		1888
61	Boccacio, Francisco	italia	padeiro			1880	1875	1888
62	Boccacio, Maria	italia					1875	italia
63	Bocussa, Simeão	italia					1878	brasil
64	Boêro, Andre	italia		1879			1880	brasileira
65	Boiaca, Victorio	italia						1918
66	Bonapacce, Paulo	austria						1917
67	Bonet (Benet), Sebastião	espanha	comerciante			1867	1880	
68	Bonetti, Bernardo	italia	pedreiro			1878		1904
69	Bonetti, Dorothea	italia					1879	italia
70	Bonetti, Goltardo	italia				1875		
71	Bonos, Paulino Jacob	alemanha		1879				brasileira
72	Bonuma, Marcelo	frança		1889				brasileira
73	Borrel, João	frança						1869
74	Bortholi, João	austria						1910
75	Boschetti, Constantino	suiça		1880	1882			1888
76	Bosquetz, Jeronimo Comas y	espanha						1867
77	Braga, Manoel Jose Correa	portugal		1887			1860	brasil
78	Brambilla, Antonio	italia						1916
79	Brandi, Ana Thereza Garramony	italia				1884	1879	italia
80	Brandi, Antonio	italia	hoteleiro			1884	1879	italiana
81	Brandi, Carlos	alemanha					1874	1895
82	Brustoloni, Francisco	italia					1868	uruguai
83	Bucrés, Simão	italia					1884	brasil
84	Bueno, Santiago	italia	lavrador					1893
85	Caccia, Heitor	suiça		1885				brasileira
86	Cacciatori, Alexandre	italia	açougueiro			1878	1875	italiana
87	Cacciatori, Delfina Veronese	italia				1880	1875	italia
88	Cadiac, Henrique	frança	comerciante			1864		1880
89	Cafarine, Pedro	frança					1862	frança
90	Calvano, Angelo	italia		1887				1916
91	Caminal, Ramão	espanha		1877				brasileira
92	Candido, Antonio Joaquim	portugal	foguista	1881			1888	brasileira
93	Canepa, Agostinho	italia						1884
94	Canepa, João Baptista	italia	comerciante			1856	1863	uruguai
95	Capotto, Theodoro	italia				1863		uruguai
96	Capua, Rogerio Antonio	italia		1888				paraguai
97	Cara, Lourenço	italia					1874	brasil
98	Caravelli, Antonio	italia	barbeiro	1886			1890	brasileira
99	Caravelli, Luiza	italia						1895
100	Caravelli, Silverio	italia		1885				italiana
101	Carmanin, Agostinho	espanha					1879	espanha
102	Carmanin, Francisca	espanha					1879	espanha
103	Carmenian, Mercedes	espanha		1886				espanhol
104	Carril, Francisco	espanha	militar	1884			1888	argentina

105	Carvalho, Francisco Barroso de	portugal					1885	
106	Carvalho, Jose Barroso de	portugal	carroceiro		1876			
107	Carvalho, Manoel dos Santos	portugal				1866		brasil
108	Casabuena, Estevão	italia			1866	1862	1875	brasileira
109	Casanova, Pedro	frança	carpinteiro				1883	
110	Cassandra, Hipolita	italia				1859		argentina
111	Castanho, Antonio	espanha		1878				uruguaia
112	Castria, Jose	italia				1884		italia
113	Caudis, Antonio Joaquim	portugal				1885		brasil
114	Cezar, Antonio Augusto	portugal					1877	
115	Chabarría, Florencio	frança				1872		brasil
116	Chevalier, João Baptista	frança			1888	1879		
117	Chiesa, Hercules	italia	trabalhador	1892				brasileira
118	Chiraposú (poni), Clemente	espanha			1878	1874		uruguai
119	Chuglar, Daniel	espanha				1883		uruguai
120	Cleris, Santin	italia/ austria	barqueiro			1888		brasileira
121	Clos, Jacob	alemanha		1866		1854	1879	argentina
122	Coimbra, Francisco José Pereira	portugal	ag.Alfândega				1878	
123	Comas, Emilio	espanha		1870	1867	1870		
124	Comas, Jose	espanha					1885	
125	Comas, Luiz	espanha	negociante		1865	1860		
126	Corini, João Batista	italia		1888				brasil
127	Costa, João da	portugal		1886			1891	paraguaia
128	Court, Eduardo	frança	comerciante		1876	1879		argentina
129	Couseviet, Justino	frança	comerciante		1859			
130	Cremonte, Vicente	italia		1879	1882	1885	1918	brasileira
131	Croalé, Pedro	EUA		1876				brasileira
132	Croharé, Pedro	frança	comerciante		1864	1866		brasileira
133	Crovarica (Crovassier), Francisco	suiça			1881			
134	Cruz, João Gomes da	portugal		1886				argentina
135	Cyriaco, Antonio Ferreira	portugal				1873		brasil
136	Daborre, Salvador	italia		1878				brasileira
137	Dachor, João Baptista	frança		1880		1880		brasileira
138	Dasque, Paulo	frança	comerciante			1 filho	1859	brasil
139	Daumercá, Pedro	frança				1863		brasileira
140	Degracia, Domingos Antonio	italia	comerciante		1879	1884		italia
141	Degracia, Felicia Ricci	italia				1886		italia
142	Degracia, Salvador	italia	comerciante	1885	1880	1888	1923	argentina
143	Delamora, Ambrosio	italia	artista			1879	1897	italiana
144	Delamora, Antonio	italia				1879	1895	italia
145	Delamora, Carlos	italia	pedreiro	1889	1879	1890		brasileira
146	Delamora, Delphino	italia					1899	
147	Delamora, Raphael	italia					1906	
148	Delamora, Severina	italia		1888				italiano
149	Dellamora, Mariana	italia					1916	
150	Dia, Francisco	italia					1891	solteiro
151	Diani, Pedro	italia		1879		1880		brasileira
152	Diar, Filipe	frança				1887		brasil
153	Dinaht, João Paulino	alemanha				1875		brasil
154	Dockhorn, João Frederico	alemanha	comerciante		1878			
155	Ducar, Eugenio Antônio	frança	negociante	1880		1881		brasileira
156	Dumerck, Pedro	frança	mascate		1864			
157	Dupin, Henrique	frança	proprietario	1873		1871	1881	brasileira
158	Durante, Nicolas	italia				1868		
159	Duzac, Pedro	frança	negociante	1863	1875	1865		brasileira

160	Elizalde, Clemente	frança				5 filhos	1888	espanha
161	Elizalde, Joana	espanha				5 filhos	1889	frança
162	Elizalde, Pedro	espanha	proprietário		1864	1867		brasileira
163	Eriche, Gregorio	austria			1867		1878	
164	Espagnoletti, Jose	italia					1917	
165	Etcheberge, Pedro	frança				1864		frança
166	Etchevery, João	frança			1867			
167	Euguy, Pedro	espanha				1863		argentina
168	Ferentes, Manoel	portugal					1884	
169	Fernandez, Antonio	espanha		1889				brasileira
170	Fernandez, Ignez Reguera de	espanha			1872	1864		espanha
171	Fernandez, Jeronimo	espanha	foguista	1876		1859		paraguaia
172	Fernandez, Manoel	espanha	comerciante		1868	1864		espanhola
173	Fernandez, Maria	espanha				1886		espanha
174	Ferrara, Angelo	italia				1879		brasil
175	Ferrari, Agostinho	italia				1884		italia
176	Ferrari, Rosa	italia				1880		italiano
177	Ferraz, Antonio Brandão	portugal				1 filha	1888	
178	Ferreira (Ferraz), Sebastião	italia				1888		uruguai
179	Ferrer, Jacintho	espanha	negociante		1866	1868	1882	brasileira
180	Ferrer, Jose	espanha	comerciante		1877	1873	1890	espanha
181	Ferrer, Maria Aragonéz	espanha				1873	1915	espanha
182	Ferroni, Antonio	suiça	comerciante		1878			
183	Ferroni, Domingos	italia			1881		1915	
184	Figueira, Jose Antonio	portugal	negociante		1865		1870	
185	Figueira, Pedro Gonsalves	espanha		1885		1888		brasileira
186	Fortes, Guilherme	EUA		1873		1877		brasileira
187	Fourés, Luiz	frança	pedreiro		1865			
188	Galetti, Jovanni	italia	verdureiro			1887		
189	Gallerraga, Francisco	espanha	carpinteiro		1878	1879		espanha
190	Galleti, João	italia		1878		1879	1920	brasileira
191	Gandolfo, Pedro	italia	negociante	1883		1888		brasileira
192	Ganzi, Henrique	italia					1915	
193	Garcia, Jose Maria	espanha	padeiro		1863	1875	1890	espanha
194	Garcia, Manoel	espanha		1886				espanhola
195	Garcia, Maria Josepha Regueira de	espanha			1867		1911	espanha
196	Garcias, Theodoro	espanha	comerciante			1859	1904	brasil
197	Garrot, João	frança	comerciante		1860	1865	1881	brasileira
198	Garrot, Manoel	frança			1867			
199	Gick, Anselmo	espanha				1876		argentina
200	Goethel, Antonio Clemente	alemanha	carpinteiro	1875		1878	1883	brasil
201	Gomes, Inocencio	portugal				1884		brasil
202	Gondim, Jose	espanha						argentina
203	Gondor, Constantino	italia	curtidor		1866	1867		
204	Gonsales, Euzebio	espanha				1873		argentina
205	Gonsalves, João Fernandes	portugal		1876		1873		paraguaia
206	Goya, Jose	espanha				1867		argentina
207	Guardiola, Emilio	espanha	comerciante		1868	1868		espanha
208	Guardiola, Eugenia Vinhales de	espanha			1871	1868		espanha
209	Gudolle, João	frança				1 filho	1869	brasil
210	Guglielmi, Antonio	italia	marceneiro		1879	1879	1918	francesa
211	Guglielmi, Joana Maria Mourguiart	frança			1880	1879	1928	italia
212	Guglielmi, João Carlos	italia	marceneiro	1878	1880			brasileira
213	Guglielmi, Santiago	italia	marceneiro	1884	1879	1885	1904	brasileira
214	Guimarães, Jose da Costa	portugal	foguista					

215	Harisbour, Miguel	frança		1876				brasileira
216	Herran, Valentina	espanha				1875		espanha
217	Hoffman, Izabel	alemanha				9 filhos	1883	alemanha
218	Homothea, Benedita	espanha				1858		espanha
219	Homothea, Jose Maria	espanha				1858		espanha
220	Horat, Francisco	frança					1868	
221	Hoxens (Hoxene), Guilherme	EUA		1875		1876		brasileira
222	Iberlucia, Manoel	espanha			1867	1872	1874	brasileira
223	Igalyto, Jose Gaspar	espanha	serralheiro		1880	1879		argentina
224	Jasso, Antonio	italia				1860		brasileira
225	Jesus, Manoel Estevão de	portugal					1884	
226	Jesus, Miguel de	portugal					1897	
227	Jorge, João Pedro	alemanha				1883		brasil
228	Jornada, João da	frança						frança
229	Jornada, Maria da	frança						frança
230	Jubedicht, Jorge	alemanha	sombilheiro	1878		1878	1900	brasileira
231	Kaiser, Gustavo	alemanha	músico			1879		brasil
232	Keller, João	alemanha				1880		brasil
233	Kneip, João	alemanha				1876		brasil
234	Kneip, Jose	alemanha	marceneiro		1871	1866	1907	brasil
235	Lacroix, Marcellino Domingos	frança	negociante	1856	1855	1855	1898	brasileira
236	Lambary, Casemiro	espanha	comerciante				1868	
237	Landres, Francisco	alemanha						
238	Larraburu, Pedro Victor	frança	barqueiro		1867	1869		
239	Lartigue, Santiago	frança	negociante		1866			
240	Lazbal, Flora	espanha		1878				espanhol
241	Lazbal, Jose Maria	espanha	comerciante		1870	1879		espanhola
242	Lazbal, Mathilde Artesa de	espanha			1875	1879		espanhol
243	Lenci, Ignacio	espanha	comerciante		1863	1872		brasileira
244	Lenci, João	corsega						gibraltar
245	Lenci, Norberto	gibraltar			1875	1862		brasileira
246	Licker, Jorge	alemanha				1879		brasil
247	Lopecher (Lopachio), Henrique	suiça		1873		1877		brasileira
248	Lopes, Jose	espanha	doutor			1872		brasil
249	Lopes, Lourenço	espanha				1881		espanha
250	Lovati, Jose	italia			1880			
251	Maça, Jose	italia				1865		brasil
252	Macedo, Antonio Francisco de	portugal		1877			1891	brasileira
253	Machado, Antonio Joaquim	portugal	foguista					
254	Machado, Jose Pereira Baptista	portugal	comerciante	1880		1872		paraguaia
255	Magalhães, Francisco Castro	portugal	negociante				1870	
256	Majo, Antonio	italia		1881		1888		brasileira
257	Malgôr, João	frança	proprietario		1859	1863		argentina
258	Mancri, Andres	italia	sapateiro					
259	Mansini (Mossina), Antonio	italia	pedreiro		1878		1892	
260	Marengo, João Baptista	italia	comerciante	1874		1876	1907	brasileira
261	Margarida	italia					1895	
262	Maria, Jose	espanha					1886	
263	Marmor, Estevão	italia		1884				brasileira
264	Marques, Jose Maria	portugal				1862		
265	Marques, Manoel Correia	portugal	alfaiate		1865			
266	Martins, Jose Antonio	portugal		1879		1868		brasil
267	Martins, Miguel	italia	sapateiro	1878		1879		brasil
268	Martozollo, Daniel	italia	jornaleiro	1880	1881	1883	1892	brasileira
269	Matheos, Pedro de	italia				1873		argentina

270	Matina, Antonio	suiça	pedreiro				1893	
271	Mayer, Emilio	alemanha					1885	brasil
272	Mazetti, Simão Sílvio	italia		1883		1884		brasileira
273	Mêça, Maciel Rudorino	ilhas canárias				1857		
274	Mechello, Paulino	italia	jornaleiro			1880		
275	Mendigay, Maria	frança				1862		frança
276	Mendonça, Luiz Ferreira de	portugal	barbeiro	1876		1879		brasileira
277	Merlo, Antonio de	italia				1862		
278	Messina, Victor	italia		1880		1880		brasileira
279	Michelina, Fidelis	italia				1878		brasil
280	Migliarini, Josefina	italia				1887		italia
281	Migliarini, Ricardo	italia				1887		italia
282	Mill, João Mill e	espanha	comerciante		1879			argentina
283	Minoggio, Albino	italia	pedreiro		1876			brasil
284	Minoggio, Amadeu	italia				1888	1918	italiana
285	Minoggio, Ana Maria	italia				1880		italia
286	Minoggio, Angelina	italia				1888		italia
287	Minoggio, Catharina Bonetti de	italia				1871	1913	italia
288	Minoggio, Diolinda	italia		1888		1890		italiano
289	Minoggio, Guilherme	italia		1888				italiana
290	Minoggio, João	italia				1880	1916	italia
291	Minoggio, Maximo	italia			1882		1896	
292	Minoggio, Paulo Defendente	italia			1882	1871	1911	italia
293	Minoggio, Thereza	italia			1884			
294	Minoggio, Virginia	italia				1880		italia
295	Miranda, Augusto Jose de	portugal				1871		brasil
296	Mochele, Paulo	italia				1885		argentina
297	Molina, Miguel	espanha			1876			uruguaí
298	Mongardey, João Gustavo	frança	comerciante	1862	1868	1863	1890	brasileira
299	Monjardino, João Baptista	italia				1883		brasil
300	Montserrat, Leon de Vegan y	espanha				1888		portugal
301	Moreira, Manoel	portugal	proprietario			1856	1896	
302	Moura, Magdalena	espanha					1881	
303	Mourguiart, Joana Maria	frança				1879		italia
304	Mousquere, João Armand	frança			1864	1858		frança
305	Mousquere, Maria Liçar de	frança			1864	1858		frança
306	Moyon, João Baptista	frança	ferreiro		1874	1872	1881	brasileira
307	Mulijano, Andre	EUA		1876	1877			brasileira
308	Naud, Amadeo Leon	frança				1885		brasil
309	Nava, Pedro	italia	pedreiro			1878		suiça
310	Negri, Pedro	espanha	comerciante		1867	1879		
311	Neque, Antonio	italia	pedreiro	1881		1882		brasileira
312	Neque, João	italia						brasil
313	Neque, Jose	italia	pedreiro	1876		1879		brasileira
314	Nigro (negri), Jose	italia			1869	1879		brasil
315	Novelli, Agostinho	italia				1880		italia
316	Ofur, Hygina Lazbal	espanha				1870		espanha
317	Ofur, Manoel Dario	espanha	negociante		1876	1870	1882	espanha
318	Oliveira, Manoel de	portugal	comerciante			1872	1886	brasil
319	Oliveira, Ventura da Costa e	portugal	açougueiro		1864	1874	1894	brasil
320	Oliveria, Antonio Pereira de	portugal						
321	O'Neil, Willian	irlanda	maquinista		1890			
322	Ornellas, Pedro Nicolau de	portugal					1896	
323	Orrera, Angelo	italia				1879		brasil
324	Ortelano, Leopoldo	italia				1888		brasil

325	Pacheco, Jose Luiz	portugal		1866				brasileira
326	Palacio, Jose	espanha	padeiro	1866		1867	1891	brasileira
327	Pando, Jose	espanha	comerciante		1870	1863	1879	brasileira
328	Pasarella, Maria Rachel	italia				1884		italia
329	Passaval, Candido	italia	sapateiro		1880			
330	Paulino, Vicente	italia				1884		brasil
331	Perdigão, Pedro Gonsalves	portugal	militar			1877		brasil
332	Pereira, Elias	espanha					1917	
333	Pereira, Sebastião José	portugal		1872				
334	Peres, Jose	espanha		1877				brasileira
335	Perroni, Jose	italia	funileiro		1868	1879		brasileira
336	Petrichelo, Pascoal	alemanha				1871		
337	Piagetti, Silverio	italia	curtidor	1869	1874	1870	1887	brasileira
338	Pica, Antonio	italia	alfaiate	1886	1887			brasileira
339	Piche, Benito	italia			1880	1887		brasil
340	Pientá, Benito	italia	marceneiro		1873	1870	1916	suiça
341	Pienta, Maria Crovassier de	frança			1880	1870	1928	italiano
342	Piffero, João	italia					1910	italiana
343	Piffero, Luiz	italia	comerciante	1882	1888	1884	1908	italiana
344	Piffero, Maria Bonetti	italia		1882		1884		italiano
345	Piffero, Primo	italia	pedreiro		1878	1880	1922	italia
346	Piffero, Rosa Bigetta	italia				1880		italia
347	Piffero, Rosa Bizole	italia				1883	1899	italiano
348	Piffero, Victor	italia				1873		
349	Pinheiro, Antonio Alberto Ferreira	portugal		1884		1888		brasileira
350	Pinto, João Francisco	portugal	negociante		1876	1884		brasil
351	Plecholle, Julião	frança	comerciante			1890		brasil
352	Pointini, Henrique	italia	carretilheiro	1888		1890		italiana
353	Porquato, Andrasto	italia				1862		argentina
354	Ramos, Carlos Luiz	portugal		1875	1885	1875		brasileira
355	Ramos, Jose Pinto	portugal				1875		
356	Recagno, João	italia				1875	1895	italiana
357	Recagno, Josefina Ferro de	italia				1879		italiano
358	Reguera, Jose Maria	espanha	açougueiro	1875	1867	1876		brasileira
359	Reis, João Bento dos	portugal		1874	1874	1879		brasil
360	Reveilleau, Alexandre	frança			1874	1874		
361	Ribas, Jose	italia					1898	
362	Rigall, Paulo	espanha	comerciante		1857			
363	Riso, Domingos	italia		1881		1884		brasileira
364	Rissi, Maria Felicia	italia				1884		italia
365	Robert, Eugenio	frança	telegrafista			1878		argentina
366	Rocha, Francisco dos Santos	portugal	comerciante				1861	
367	Rodrigues, Francisco Jose	ilhas						brasileira
368	Roldia, Maria	espanha					1891	
369	Roncolli, Antonio	italia	pedreiro		1874	1874		suiça
370	Roncolli, Berta Avasembak	suiça				1874		italia
371	Rosa, Francisco José da	portugal				2 filhos	1879	
372	Rosa, Jose Lopes da	portugal	militar	1878				
373	Rosa, Martin	italia						
374	Rossi, João Baptista	italia	fabr. sabão	1891	1878			italiana
375	Rossi, Thereza Bonetti	italia					1914	
376	Rozadeal, Thomaz	inglaterra				1873		brasil
377	Ruffoni, Paulo	italia	comerciante	1879	1870	1880	1896	francesa
378	Ruffoni, Rosalina Mouguiart de	frança		1879	1879	1880	1887	italiano
379	Ruiz, Claudio	espanha		1878				espanhola

380	Sabelor, Santiago Murus	italia				1873		brasil
381	Sabino, Catharina Guarnala	frança				1867		frança
382	Sabino, Pedro	frança				1867		frança
383	Sablich (Sablitz), Andre Avelino	austria		1882		1885		argentina
384	Saico, Antonio	italia				1863		
385	Saint Martin, João Maria	frança	criador		1860	1860	1891	brasil
386	Saint Martin, Miguel	frança	negociante		1865	1860	1905	argentina
387	Salazio, Jeronimo	italia				1875		italia
388	Salvani (Saldes), Jose	espanha	comerciante		1864			
389	Salvani, Jose Antônio	espanha	comerciante	1876	1879		1887	brasileira
390	Salvattera, Luiz Francisco	italia	agencia			1879		brasil
391	Sambolino, Francisco	italia	negociante		1875			
392	Sambolli, Miguel	italia	sapateiro		1880	1883		brasil
393	Sanches, Antonio	espanha	comerciante		1874			
394	Sanches, Laureano	espanha	carpinteiro	1883	1883	1884		brasileira
395	Sanguinetti, Santiago	italia	comerciante			1877		oriental
396	Santiago, Amoroso	italia		1874				brasileira
397	Santos, Zacarias Antonio dos	portugal	alfaiate		1865			
398	Santosleris, Santini	austria		1887				brasileira
399	Sapune, Luiz	frança	comerciante		1865			
400	Saque, Josefina	italia		1887				italiano
401	Saque, Lourenço	italia				1883	1901	italia
402	Saque, Sophia Matochelli	italia				1883		italia
403	Sartelli, Christina	italia				1886		italia
404	Sartelli, Luiz	italia				1886		italia
405	Sarto, Marcos	italia				1878		brasileira
406	Sarto, Mario Balthasar	italia		1877				brasil
407	Savedra, Manoel	espanha	agencia			1874		argentina
408	Schanhofer, Henrique	prussia					1887	
409	Schenini, João	italia	comerciante	1883	1884	1884		italiana
410	Schilbach, Gustavo	alemanha	comerciante				1857	
411	Schinini, Catarina Bonetti de	italia		1883	1884	1884		italiano
412	Schinini, Jose	italia				1885		italia
413	Schoarzenback, Bertha	alemanha				1875		italia
414	Schwarzman, Maria Elizabeth	suiça		1884		1881		brasileiro
415	Sengbruck, Carlos	alemanha						
416	Serres, João	frança			1860	1863	1875	frança
417	Sestini, Antonio	italia		1889				italiana
418	Shering, Frederico	alemanha			1868			
419	Sienna, Luiz Casentim	italia					1914	
420	Signoretti, Jacomo	italia		1883		1884		brasileira
421	Sillo, Domingos João	italia	alfaiate	1887				brasil
422	Silva, Antonio Joaquim da	portugal					1887	brasil
423	Silva, Antonio Manoel da	portugal				1885	1911	brasileira
424	Simonelli, Cezario	italia				1879		brasil
425	Simonetti, Jacomo	italia	pedreiro					
426	Snierch, João	austria	carpinteiro		1878			
427	Soknvarzanback, Alberta	inglaterra			1874	1874		italia
428	Soles, Jose	italia					1916	
429	Soto, Jose Antônio	espanha						
430	Souza, Antonio Manoel de	portugal		1877				brasileira
431	Suiche, Helena	austria				1879		austria
432	Tarrabochia, Antonio	austria	boteiro		1878	1879		austria
433	Tarrago, Afonso	espanha		1884				uruguiaia
434	Tarrago, Antonio	espanha		1886	1881			brasileira

435	Tarragó, Fernando	espanha		1887	1882			uruguaia
436	Tarrago, João	espanha	comerciante		1867	1867	1888	espanha
437	Tarragó, Jose	espanha	comerciante	1879	1879	1880		argentina
438	Tarrago, Maria das Neves Elizalde	espanha			1867	1867		espanhol
439	Tatsch, Catharina Hoffman	alemanha				6 filhos	1882	alemanha
440	Tatsch, Jacob	alemanha			1880	1860	1893	alemanha
441	Teixeira, Albano Gomes	portugal					1882	
442	Teixeira, Antonio Gomes	portugal	alfaiate	1873	1879	1873		brasil
443	Teixeira, Jose	portugal					1878	
444	Teixeira, Mathias Dias	portugal	alfaiate		1865			
445	Teixeira, Miguel Gomes	portugal	alfaiate		1879			
446	Theodoro, Jose	espanha				1876		brasil
447	Trescano, Bernardina	espanha				1881		espanha
448	Trode, Antonio Christovão de	dinamarca				1859		
449	Uliberri, Simão	espanha	negociante	1887		1888	1891	brasil
450	Urussolla, Francisco	espanha	jornaleiro				1881	
451	Uzandizaga, Jose Antônio	espanha				2 filhas	1879	brasileira
452	Vagner, Pedro	alemanha		1880				brasileira
453	Vatier, Pedro Jose Alcides	frança	proprietario	1875	1876	1876		brasileira
454	Vaz, Raymundo	portugal				1875		brasil
455	Vecchio, Domingo	italia	maquinista		1878			
456	Vencipe, Jose	alemanha				1884		alemanha
457	Veppo, Angelo Maria	italia	comerciante			1878	1886	italiana
458	Veppo, João Baptista	italia	barqueiro		1880			
459	Veppo, Julio	italia	barqueiro			1861		
460	Veppo, Luiz	italia	comerciante	1876	1859	1859	1885	uruguai
461	Veppo, Maria Colomba	italia		1889	1884	1878		italia
462	Vianna, Gabriel Luiz Ramos	portugal	comerciante		1873	1872	1890	brasileira
463	Vidal, Francisco Duarte da Costa	portugal	militar	1866		2 filhos	1881	brasileira
464	Vieira, Francisco Fernandes	portugal	indigente				1889	
465	Vigne, Pedro	frança					1889	
466	Villanova, João	espanha	comerciante		1868		1880	
467	Vinhas, Jayme	espanha	bolicheiro	1886				brasil
468	Virgili, Jose	espanha		1879		1885		brasileira
469	Zubialde, Maria	espanha				1879		espanha

APÊNDICE 4 – Imigrantes europeus Uruguiana

	Nome	Nacionalidade	Profissão	Casam.	Padr.	1o. Filho	Óbito	Cônjuge
1	Abad, Dario	espanha		1888	1889			uruguai
2	Abetegui, Maria	italia				1859		
3	Abranches, Fernando Afonso de	portugal		1853		1848	1860	brasil
4	Abreu, Jose Paulo de	portugal				1876		brasil
5	Ademo, Antonio	italia				1877	1890	italia
6	Aguerre, Mariana	frança						espanha
7	Aguilesa/ aguillera, Jose	espanha	dentista				1889	brasil
8	Agulla, Modesto	espanha				1879		brasil
9	Aimore, Jose	italia		1882				brasil
10	Alçadi, Sebastião	italia	negociante				1871	
11	Aleixo ?	frança					1866	
12	Alipio, Pedro	italia					1876	
13	Almeida, Barbara Micaela de	portugal					1856	
14	Almeida, Jose Antonio de	portugal	comerciante		1847		1860	
15	Almeida, Ricardo da Silva	portugal		1874		1875		brasil
16	Almon, Domingos	frança				1874		brasil
17	Alt, Felipe	alemanha	comerciante		1864	1862	1886	
18	Alt, João	alemanha			1870			
19	Alvares, Eduardo	espanha					1878	
20	Andreani, Domingos	italia		1878				
21	Antunes, Gregorio	espanha		1883				espanha
22	Apesteguy, João Baptista	frança	interdicto			6 filhos	1900	
23	Apesteguy, Jose	frança		1878		1887		brasil
24	Arдохain, Graciana Biscay	frança					1917	
25	Arduino, Thomaz	italia		1862				italia
26	Argimon, Jose	espanha		1868		1869		espanha
27	Argimon. Francisca P. Valls de	espanha		1868		1869		espanha
28	Aribaul, Victor	frança			1864	1860		
29	Arismendi, Antonio	espanha			1880		1888	
30	Arnolde, Carlos	italia				1885		
31	Aromi e Orta, Gaspar	espanha				1862		espanha
32	Arozini, Felix	italia	cozinheiro				1896	
33	Arregui, João Luiz	espanha		1878				brasil
34	Arregui, Jose	espanha	relojeiro				1880	
35	Arrondo, Joaquim	espanha	padeiro			1880	1898	espanha
36	Arsaguetti, João	frança	negociante		1846	1860	1871	argentina
37	Arsuaga, Izidoro	espanha		1886				brasil
38	Arsuaga, Maria	espanha		1884				espanha
39	Arteliano, Segundo	italia	comerciante	1881	1879			brasil
40	Artois, João	belgica					1879	
41	Atkinson, João	inglaterra	ferrovia				1903	
42	Augusto, João	italia					1865	
43	Aurique, Augusto						1861	
44	Ausina, Pedro Motta	italia					1878	
45	Aymonda, Domingo	italia		1868		1878		brasil
46	Aymone, Jose	italia					1917	
47	Azevedo, Antonio Esteves de	portugal	comerciante		1873			

48	Bahi, Pedro	espanha				1889		
49	Bajaguot/arraguout, João	franço			1847	1847		argentina
50	Banante, Gumercindo	espanha	medico		1858			
51	Barayola, Jose	italia		1878				franço
52	Barbará, Constantina de	espanha					1916	
53	Barbará, Francisco	espanha					1881	
54	Barbará, João	espanha		1862				
55	Barbeteguy, João	franço	proprietario		1873	1871	1901	
56	Barbier, Luiz	italia			1861			
57	Barbieri, Domingos	italia	comerciante	1876	1863	6 filhos	1879	argentina
58	Barbosa, Luiz Maximiano Alves	portugal	negociante		1878		1879	
59	Barbot, Estacio Ramão	espanha		1878				brasil
60	Barbot, Petra	espanha		1884				italia
61	Barnascone, Antonio	italia		1887		1888		brasil
62	Bartholomé, Henrique	espanha		1874				argentina
63	Bassuino, Braz	italia		1882				brasil
64	Beheregaray, Catharina O. de	franço			1871	1862	1893	franço
65	Beheregaray, Francisco	franço	comerciante		1871	1862		franço
66	Belles, Jose	franço	douceiro		1853			
67	Belloc, Augusto	franço		1883				franço
68	Belloc, Gaston	franço		1876		1876		brasil
69	Beltrame, Bertran de	italia		1885				brasil
70	Benevenga, Paschoal	italia	sapateiro				1899	
71	Benites, Miguel	italia					1861	
72	Bentavera, João	franço	fabr. telhas		1860		1879	
73	Berardes, Casimiro	franço			1847			
74	Bergallo, Francisco	italia			1856			
75	Bergamerio, Geronimo	italia						
76	Beroterão, João Jose de	espanha			1846			
77	Bertrame, João Baptista	italia		1880				italia
78	Bettini, Nicodemo	italia				1880	1881	brasil
79	Bianchi, Andre	italia	pedreiro				1883	
80	Bianchi, Luiz	italia	negociante	1875	1879	1865		brasil
81	Bianchi, Nicolas	italia	calafate				1893	
82	Bianqui, Caetano	italia	pintor	1884	1874	1888	1891	brasil
83	Bigorio, Alexandre	italia		1880				brasil
84	Biscaichipe, Carlos				1858			
85	Biscalha, Joana Conquo de	franço				1846		franço
86	Biscay, Ramão	franço	ferreiro	1879			1917	brasil
87	Bischoff, Carlos	alemanha	maquinista				1897	
88	Biseag, Ramão	espanha				1879		espanha
89	Bocau, Jose	italia				1875		italia
90	Bocau, Thereza	italia				1875		italia
91	Bohengahren, Augusto D. C.	alemanha		1883				brasil
92	Bomplan, Amado	franço				1842		
93	Bonavot, Luiza	franço				1875		brasil
94	Bonhgaharon, Augusto	alemanha					1890	
95	Bonot, Luiz Patricio	italia		1882				espanha
96	Borda, Maria Echipari	espanha				1862		
97	Bordalese, Pedro	franço				1863		franço
98	Bordalo, Nicolau da Silva	portugal					1884	
99	Borlo, Alexis	franço				1875		
100	Bortolini, Pedro	italia		1880				argentina
101	Botaro, Jeronimo	italia		1866				brasil
102	Braga, Antonio Jose Soares	portugal	negociante		1859	1846	1882	

103	Braun, Catharina	alemanha		1848				espanha
104	Bravo, Manoel	espanha			1879			
105	Brenkney, João	alemanha		1887				brasil
106	Brochim, Justino	frança					1881	
107	Broglio, Cristovão	italia	pedreiro		1879	1876		brasil
108	Brostoloni, Francisco	italia		1867				brasil
109	Brunelli, Giovani	austria	jornaleiro				1896	
110	Brunet, Antonia Rodrigues	espanha					1877	
111	Brunet, Carlos	italia				1863		italia
112	Brunet, Isolina	italia				1862		italia
113	Brunet, Izidro	espanha	negociante		1851		1871	
114	Bruno, Jose	italia					1877	
115	Bruschetti, Jose	italia				1874		argentina
116	Cabuffo, Josefa	italia				1877		italia
117	Caçazem, Jose	espanha					1876	
118	Cadamartori, Augusto Cezar	italia				1858		brasil
119	Cafado, Jose Leão	italia					1874	
120	Cafarati, Camilla Ferrari	italia				1872		italia
121	Cafarati, Jose	italia			1870	1872	1892	italia
122	Cairoli, Carolina	italia				1877	1886	italia
123	Cairoli, Melchior	italia			1878	1877		italia
124	Calvet, Afonso	espanha	comerciante				1895	
125	Calvete, Casimiro	espanha		1883				brasil
126	Camblon/Cambroa, João	frança				1862	1878	frança
127	Cameyo, Vicente	espanha		1862				
128	Camino, Jose	espanha		1874		1876	1878	espanha
129	Camino, Nicolassa Hermida	espanha		1874		1876		espanha
130	Campomor, Justo	espanha					1864	
131	Canabs, Jose	espanha			1879			
132	Canaparo, Luiz	italia		1879				italia
133	Candelot, Victor	frança			1878	1876		italia
134	Canellas, Jose	espanha				1885		
135	Caprio, Afonso	italia		1883				brasil
136	Caraminos, Dolores	espanha		1869				espanha
137	Carbonet, Pablo	espanha		1848				alemanha
138	Cariboni, João	italia	arquiteto				1899	argentina
139	Carlos, Francisco	espanha		1862			1891	uruguai
140	Carron, Francisco Jorge	espanha		1862				uruguai
141	Cartell, Antonio	espanha					1886	
142	Carvalho, Francisco	portugal	comerciante				1851	
143	Carvellido, Jose	espanha		1879				brasil
144	Castil, Luiz	frança		1849				uruguai
145	Castro, Antonio Jose de	portugal				1848		
146	Cavalinno, João	italia	calafate			1888		
147	Cavalloti, Pedro	italia					1887	
148	Cerejo, Carlos	italia		1877				brasil
149	Cesarini, Rafael	italia			1876		1877	
150	Cezarine, Pedro Paulo	italia	latoeiro		1878			
151	Chafin, Francisco	italia	negociante		1856			
152	Chafino, Alexandre	italia				1879		italia
153	Chafino, Thereza	italia				1879		italia
154	Challes, Emilio	frança		1889				brasil
155	Chavasco, Manoel	italia					1890	
156	Chelai, João Baptista	frança	jornaleiro				1888	
157	Chiarelli, Petronilla	italia					1913	italia

158	Chilales, Elias	austria				1848		brasil
159	Chipora, Maria	frança				1864		italia
160	Chrisbur, Rodolpho	russia	marinheiro				1889	
161	Ciappa, Ambrosio	italia	pedreiro	1887		1878	1891	argentina
162	Clausell, Benito	espanha		1880	1871			argentina
163	Clos, Ana Maria	alemanha				1847		alemanha
164	Clos, João Miguel	alemanha				1847		alemanha
165	Coca, Angelo	italia				1878		brasil
166	Coca/ Cocaro, Francisco	italia	comerciante				1886	
167	Coelho, Abel Maria	portugal				1879		
168	Coll, Manoel	espanha				1847		espanha
169	Collas Desessards, Carlos	frança		1874	1874	1875		brasil
170	Colsta, Domingos Alves da	portugal		1886				brasil
171	Comas e Busquets, Ana Maria					1862		
172	Comas e Busquets, Leon	frança				1862		
173	Comas, Jose	espanha	comerciante			1868		
174	Comas, Maria	espanha				1862		espanha
175	Compodonico, Maria	italia					1879	
176	Cora, Carlos	italia					1893	
177	Coral, Francisca	espanha				1872		espanha
178	Corso, Antonio	italia	comerciante			1853		
179	Cortino, Bartolo	italia				1869		
180	Cortoy, Joaquina Brunet de	espanha					1890	
181	Cossi, Carolina	italia				1878		italia
182	Cossi, Paulo	italia	carpinteiro			1878		italia
183	Costa, Ramão	espanha					1869	
184	Cova, Pedro Luiz	italia	pedreiro	1884	1880			brasil
185	Cremonte, João	italia				1873		
186	Croharé, Pedro	frança	negociante			1869		
187	Cunha, Antonio Felipe da	portugal					1885	
188	Curtoy, Antonio	espanha	negociante		1871	1876	1914	brasil
189	Damajeno, Leontina Palant	frança				1847		frança
190	Damajeno, Theofilo Alves	frança	comerciante			1847	1851	frança
191	Dantil, Joana	frança					1881	frança
192	Dantil, Jorge Jose	frança		1874		1875		brasil
193	Dantil, Miguel	frança						frança
194	Dardé, Henrique	espanha				1876	1887	argentina
195	Daries, Jofin	inglaterra	artista				1900	
196	Declar, Luiz	frança				1880		argentina
197	Dejain, Marcelino	frança					1890	
198	Del'eau, Thomaz	frança					1880	
199	Delacosta/ Delacorte, João	frança					1889	
200	Delgado, Francisco	espanha					1877	
201	Demarchi, Andre	italia	negociante			1867	1917	
202	Demarchi, Maria Magdalena	italia		1879				italia
203	Demari/Dinari, Thomaz	italia					1890	
204	Demaria, Pedro	espanha					1877	
205	Demarqui, Santiago	italia	confeiteiro		1878	1878	1881	italia
206	Dias, Bernardino	espanha					1861	
207	Dias, Marcos	espanha				1863	1872	
208	Dierry, Jose	portugal				1876		uruguai
209	Dies, Sofia	frança				1868		frança
210	Docena, Justino Palacio	frança			1847			frança
211	Domingues, Manoel	espanha	comerciante		1870			
212	Dominico, Luiz	suiça	pedreiro	1884			1888	argentina

213	Dourati, Catharina	frança			1847			frança
214	Drago, Antonia Bianquett de	italia				1865		italia
215	Drago, Sebastião	italia				1865		
216	Dubois, Frederico	belgica		1877				brasil
217	Dumas, Pedro	frança					1916	
218	Duprat, Baptista	frança					1882	
219	Echeparre, Ana	frança		1881				espanha
220	Egui, Pedro	frança					1866	
221	Elizalde, Clemente	frança				1846		frança
222	Eparreguery, João	espanha					1867	
223	Epilom, Domingos				1855			
224	Errobidarte, João	espanha	comerciante		1861			
225	Ervité, Miguel	espanha					1882	
226	Espanha, Jose	espanha		1863				espanha
227	Esponde, João	frança		1875		1875		espanha
228	Esquiavo, Jose	italia		1880				brasil
229	Estigardes, Fernando	alemanha				1879		brasil
230	Estiquino, Vicente	italia		1880				brasil
231	Estrella, Jacintho da Costa	portugal	pedreiro			1858	1877	
232	Etchausepe, Graciana	frança				1855		frança
233	Etchebary, João	frança				1855	1876	frança
234	Etchemendegaray, Joana	frança			1859			
235	Etchemendegaray, João	frança			1868			frança
236	Etchemendegaray, Maria	frança			1868			frança
237	Etchemendegaray, Pedro	frança	carpinteiro		1870	1855	1884	frança
238	Etchepare, João	frança			1859	1855	1889	brasil
239	Etchepare, Maria	frança				1873		frança
240	Etchepare, Sebastião	frança	hoteleiro	1879	1871	1880	1901	brasil
241	Etcheverry Filho, João	frança	ferreiro			1867	1899	brasil
242	Etchevery, Maria	frança			1855			
243	Fabricio, Frederico	alemanha	negociante		1847	1847	1874	alemanha
244	Fabriga, Jose	espanha	comerciante		1878			
245	Falco, Maria	frança		1849				frança
246	Fangueiro, Jose João	portugal	barbeiro		1878		1882	
247	Fauque, Siffroi	frança	relojoeiro		1874	1879	1899	brasil
248	Fazzini, João	suiça		1866		1868	1891	brasil
249	Feboni, Geronimo	italia				1846		italia
250	Feijo, Jose Antonio	portugal					1882	
251	Feistner, Francisco	alemanha				1877		brasil
252	Feliciate, Gomesinda	espanha		1879				italia
253	Feliciati, Aurora	espanha		1888				italia
254	Feliciati, Luiz	italia					1893	
255	Feliciati, Ramão	espanha		1888				brasil
256	Fellechea, Jose	espanha		1884				espanha
257	Fernandez, Francisco	espanha				1876		espanha
258	Fernandez, Jose	espanha					1884	
259	Fernandez, Manoel	espanha					1885	
260	Ferrano, Braz	italia					1872	
261	Ferrari, Angelo	italia		1877				brasil
262	Ferrari, João	italia	proprietario	1879	1877			espanha
263	Ferreira, Antonio Jose	portugal				1847		brasil
264	Ferreira, Manoel	portugal					1886	
265	Ferrer, Jose	espanha					1869	
266	Ferroni, Antonio					1873		
267	Fierro, Antonio	italia		1881				uruguai

268	Figueredo, Manoel da Silva	portugal		1872				brasil
269	Fittipaldi, Victor	italia				1891		brasil
270	Fogt, João	alemanha			1862	1862	1877	
271	Fonseca, João Maximo Pinto da	portugal	solicitador		1878			
272	Fontes, Libargo de	portugal		1878				brasil
273	Forts, Frederico Frits	alemanha	pedreiro				1889	
274	Fostera, João	espanha				1847		uruguai
275	Franzoni, Thereza	italia		1874		1876		italia
276	Frapote, Agostin	espanha				1847		
277	Frola, João	italia		1884				brasil
278	Fulguet, João	espanha				1876		brasil
279	Funtan, Antonio	frança		1862				
280	Furgone, Nicolau	italia		1889				brasil
281	Gabarrú/ Gabares, Thomaz	frança				1875		brasil
282	Galan/ Galante, Domingos	frança			1862	1860	1879	frança
283	Galant, Graciana Zacoteguy de	frança			1855	1860		frança
284	Gallaraga, Maria Zubiarte	frança				1873	1897	espanha
285	Galmarini, Achilles	italia		1879				brasil
286	Gandalph, Luiz	italia	peão				1878	
287	Gandim, David	italia		1877				italia
288	Gandin, Antonio	italia		1880				argentina
289	Garcia, Jose	espanha	comerciante		1856	1862	1888	
290	Garcia, Manoel Bilbao	espanha	comerciante	1880	1873			brasil
291	Garcia, Manoel Peres	espanha					1885	
292	Garcia, Martim	espanha	proprietario		1871			
293	Garrot, Mariana	frança						frança
294	Gay, João Pedro	frança	padre		1874		1891	
295	Gay, Jose Irineu	frança		1883				brasil
296	Gazaba/Garave, Marcos	frança		1866		1874		brasil
297	Gemini, Brigida Ferrari	italia		1875		1875		italia
298	Gemini/Gusmini, João Baptista	italia		1875		1875		italia
299	George, Luiz de	suiça		1879				prussia
300	Gionelli, David	italia		1884				argentina
301	Girolt, Diego	espanha	negociante		1878	1872	1893	espanha
302	Godoy, Domingos	espanha	cozinheiro				1888	
303	Goicoa, Martim	espanha	proprietario		1857	1854		uruguai
304	Goigiano, Benito	italia	oleiro	1881	1878		1882	italia
305	Goliath/ Pogliati, Thereza	italia		1881				italia
306	Golpi, Luiz	italia				1868		italia
307	Gomes, Pedro	italia					1884	
308	Gonoria, Euzebio	espanha		1879				espanha
309	Gorovina, Pedro	italia					1876	
310	Gouguet, Luiz	frança				1872		
311	Goya, Maria	espanha				1847		espanha
312	Grandinot, Julio	frança					1875	
313	Grego, Francisco	italia		1885				
314	Gregorio, Martino	espanha		1849				uruguai
315	Grillo, Jose	italia		1887				
316	Grimaldi, Rafael	italia		1886				
317	Griso, Domingos	italia				1879	1891	brasil
318	Grivot, Felix Alexandre	frança	agrimensor		1870	1865	1888	brasil
319	Grosso, João	italia	negociante		1857			
320	Grosso, Jose	italia	comerciante		1856			
321	Guaschi, Agostinha	espanha				1847		frança
322	Guayenche, João Pedro	frança				1847		argentina

323	Guenari, Jose	italia	doutor	1877				uruguai
324	Guichemery, Agostinho	frança		1866			1867	argentina
325	Guichenev, Ramão	frança			1864		1896	
326	Guichinay, Pedro	frança	carpinteiro				1897	
327	Guimarães, Demetrio Felicio	espanha	mascate				1859	
328	Guimarães, Jose Ribeiro	portugal		1846				
329	Guirland, Gustavo Adolfo	austria	guard. livros	1894		1870		brasil
330	Guterres, Izidoro	espanha		1880				brasil
331	Guterres, Luiz	italia					1886	
332	Guterres, Vicente	austria					1884	
333	Gutierrez, Carlos	espanha	negociante		1871			
334	Gutierrez, Felix	espanha	negociante		1871		1881	
335	Gutierrez, Rupesto	espanha					1876	
336	Hacler, Cristiano	alemanha		1865				brasil
337	Haouache, Catharina	frança					1885	
338	Harispe, Alexandre	frança		1880				brasil
339	Harisson/Holliday, Guilherme	EUA		1884				
340	Hasperú, João	frança				1864		brasil
341	Hobas, Jose	hungria					1886	
342	Hortolani, Leopoldo	italia		1880				brasil
343	Hubert, João	suiça				1884		
344	Ibieta, Serapio	espanha				1867		espanha
345	Idiart, Felipe	frança		1884				brasil
346	Ignacio, Manoel	espanha					1881	
347	Imbeloni, Antonio	italia		1883				brasil
348	Inchaspe, Fernando	frança					1876	
349	Inda, Pedro	frança	comerciante		1854	1848	1858	brasil
350	Ipy, Sebastião João	espanha		1888				espanha
351	Iraça, Joaquim	frança		1878				brasil
352	Irala, Francisco Ramão	espanha		1880				brasil
353	Irasabal, Catalina Agabol de	frança				1872		frança
354	Iribarregaray, Santiago	frança	ferreiro		1859		1877	
355	Irogoyen, Pedro	frança			1864		1883	
356	Isala, Manoel Maria	espanha		1877		1877		brasil
357	Itabide, Luiz	italia					1897	
358	Iturbara, Vicenta	espanha				1880		frança
359	Iugorte, Romulo	espanha					1864	
360	Jacques, Manoel Francisco	portugal					1884	
361	Jalon, Andre	espanha					1882	
362	Jaqueray, Bento	frança				1872		frança
363	Jaquet, Fernando	frança				1868		frança
364	Johanson, Johan Emerik	suecia	maquinista	1889		1890	1896	argentina
365	Jolbi, Francisco	italia	pedreiro		1896			brasil
366	Joldi, Miguel	espanha	comerciante	1866	1870	1867	1874	uruguai
367	Jutda, Jose	espanha	ferreiro				1878	
368	Kamer mann, Eduardo				1863	1863		
369	Karsten, Carlos	alemanha	comerciante		1859		1865	
370	Kilin, Gustavo		padeiro		1878			
371	Kilman, João	alemanha				1864		
372	Kituolini, Bertran	frança				1875		brasil
373	Knaip, Jose	alemanha		1862		1863		brasil
374	Koehler, Cristiano	alemanha			1864	1873	1917	
375	Laborda, Pedro	frança	celeiro		1864			
376	Lacaje, Mariquita Baleche de	frança				1847		frança
377	Lacaje, Silvestre	frança				1847		frança

378	Lafitte, Maria	frança			1859			
379	Lafont, Victor	frança					1889	
380	Laforconda, Pedro	frança				1862		frança
381	Lagache, Cristina	italia				1888		italia
382	Lagache/ Lagaggio, João	italia	agricultor			1870	1918	italia
383	Lagaggio, Izabel	italia				1870	1874	italia
384	Lagisquet, Joana M. Lartigue	frança			1861	1858	1873	frança
385	Lagisquet, João Clausel	frança			1859		1878	
386	Lagisquet, Leão	frança			1868	1858		frança
387	Lagisquet, Pedro	frança			1861			
388	Landabour, Bernardo	frança	carpinteiro	1870	1864	1874		brasil
389	Landerech, Joana					1860		
390	Lapts, Pedro	frança	pedreiro			1889		
391	Laridecio, Guilherme	frança					1868	
392	Larraburu, Pedro Victor	frança				1877		argentina
393	Larraburu, Thomaz	frança		1874		1884		
394	Larré, Eugenio	frança			1874	1860	1882	uruguai
395	Larré, João Alberto	frança		1878				uruguai
396	Lasonhe, Guilherme	frança				1859		brasil
397	Laylotto, Nicolau	italia					1914	
398	Leães, Antonio Soares	portugal					1863	
399	Ledesma, Antonio	espanha				1847		brasil
400	Legaggio, Carlos	italia					1913	
401	Leopoldo Luiz	alemanha	pianista				1888	
402	Lesbon, Francisco	frança					1890	
403	Lessa, Antonio	portugal					1890	
404	Lessana, Ignacio	espanha	negociante				1863	
405	Lezama, Manoel	espanha			1863			
406	Licheteban, Augusto	alemanha					1878	
407	Lichovere, Maria	frança					1882	
408	Lima, Manoel Rodrigues	portugal					1864	
409	Lisboa, Manoel Resende	portugal		1878				
410	Lopes, Apolinario	espanha					1877	
411	Lopes, Manoel Fernandez	portugal		1874				brasil
412	Lopets, Miguel	espanha	carpinteiro				1887	
413	Lorenço, Roberto	frança					1863	
414	Lorrain, Ana Dantil de	frança			1865			belgica
415	Lorrain, Luiz	belgica					1876	frança
416	Lourenço, Francisco	espanha				1875		argentina
417	Louzado, Antonio Nunes	portugal				1874		
418	Loy, Emilia	espanha		1883				espanha
419	Lu?mandes, Eduardo	inglaterra					1865	
420	Luca, Giovanni de	italia					1898	
421	Lusages, Antonio	espanha				1848		
422	Machiavello, Victorio	italia		1885				brasil
423	Machiglet, Guilherme	inglaterra		1879				brasil
424	Magalhães, Antonio Ribeiro de	portugal	carpinteiro		1873	1874	1891	brasil
425	Magalhães, Miguel Jose de	portugal					1877	
426	Maia, Antonio Vieira	portugal					1889	
427	Maleider, Carlos	alemanha			1847			
428	Malheiro, Antonio Candido	portugal	agricultor			1875	1892	
429	Malmann, João N.	alemanha	ferreiro		1869			
430	Malulich, Jorge					1849		
431	Mandagaran, Lucas	espanha	comerciante	1875		1866	1904	
432	Mandigabal, Francisca	espanha				1879		espanha

433	Maquein, João	frança					1866	
434	Marcellino, Honorina	italia		1877				
435	Marcenaris, Jose					1864		
436	March, Alexandre	frança				1 filho	1878	
437	Marecas, João Estanislau	espanha	comerciante		1854			
438	Marmor, Felix Jose						1861	
439	Marmor, Ignacio Jose				1861			
440	Marques, Manoel Correia	portugal	alfaiate		1878			
441	Martegane, Luiza Schemoni de	italia					1901	
442	Marti, Francisco	espanha				1876	1882	brasil
443	Martines, Felicia	espanha				1875	1897	
444	Martini, Henrique	espanha				1875		argentina
445	Martins, Joaquim Alexandre	portugal		1864				brasil
446	Martins, Jose	portugal			1847			
447	Mary, Alberto	frança			1889	1883		
448	Massa, Bertholo	italia		1861		1860		italia
449	Massia, Miguel	italia		1887				brasil
450	Matalicio, Georgeo	alemanha				1847		argentina
451	Mayó, Jose	espanha	negociante	1873	1874	1874		brasil
452	Mayol, Pedro	italia		1877				brasil
453	Mazoyer, Augusto	frança			1870			
454	Melleo, João	italia	latoeiro				1878	
455	Mello, Candido de	portugal	professor		1870			
456	Mello, Luiz Candido de	portugal					1875	
457	Mendel, Gustavo	alemanha	comerciante			1879		alemanha
458	Mendel, Henriqueta	alemanha				1879		alemanha
459	Mendel, Leopoldo	alemanha	comerciante	1880	1880			brasil
460	Mendizebal, Paula	espanha		1875		1875		frança
461	Menillo, João	espanha					1889	
462	Mercador, Miguel	espanha		1874			1874	brasil
463	Messias, Jose	espanha		1879				brasil
464	Messinguer, Adão	alemanha				1847		argentina
465	Miguelina, Graciana	frança				1876		frança
466	Molinari, Felix	italia		1869		1870		uruguai
467	Molinos, Miguel	espanha	comerciante	1872	1857	1874	1897	uruguai
468	Momback, Theodoro	alemanha				1858	1866	
469	Mombak, Maria	alemanha				1863		
470	Monfredine, Celestina	italia		1862				italia
471	Mongelo, Ricardo	italia				1873		
472	Monjardim, Antonio	espanha	comerciante		1854	1857	1874	brasil
473	Monjello, João Gregorio	espanha		1863		1860		brasil
474	Monró, Henrique					1849		
475	Monteberria, Maria Ignacia	espanha		1861				frança
476	Montese, Pedro	italia		1885				brasil
477	Moquecen, João Antonio	alemanha					1869	
478	Morales, João	espanha				1869	1886	uruguai
479	Moreau, Juliano	frança		1887				uruguai
480	Moreira, Manoel	portugal			1854	1847		brasil
481	Morel, Santiago	frança		1861				
482	Morell, Jose	espanha	carpinteiro	1862			1875	brasil
483	Moret, João	espanha				1874		brasil
484	Morette, Maria	italia				1862		italia
485	Mortona, Maria	italia				1846		italia
486	Morusi, Valentim	italia				1880		brasil
487	Mossa, Francisco	frança					1894	

488	Moura, Antonio Fernandez de	portugal	negociante	1854		1845	1854	argentina
489	Müller, Nicolau	alemanha				1874		argentina
490	Murillo, Estevão	espanha	ferreiro				1916	
491	Murillo, Julião	espanha	ferreiro				1889	
492	Muzica, João	espanha		1881			1889	frança
493	Naymayer, João Baptista	alemanha				1869		
494	Nessi, Pedro	suiça	cabeleireiro	1881				argentina
495	Neve, Jose	espanha				1873		brasil
496	Neves, Reduzindo	espanha				1867		brasil
497	Nicodemo, Jose	italia		1886				brasil
498	Nim, Jose	espanha				1870		brasil
499	Nin, João	espanha		1864				argentina
500	Nunes, João Jose	portugal					1879	
501	Oleri, Bertran	frança					1878	
502	Oliveira, Agostinho Maria de	portugal	comerciante		1869			
503	Oliveira, Antonio Ferreira de	portugal		1862				brasil
504	Oliveira, João Martins de	portugal	negociante		1875			
505	Oliveira, Jose Caetano de	portugal				1878		
506	Oliveira, Manoel Martins de	portugal	maquinista				1874	
507	Oliveira, Miguel Lopes de	espanha	artista		1878			
508	Oliveiros, Miguel Maria Lopes	espanha		1858				brasil
509	Olseu, João	dinamarca				1876		argentina
510	Ordenadia, Santiago	frança				1880		espanha
511	Oresal, Martha	espanha				1867		espanha
512	Oriol, Francisco	frança					1885	
513	Ovas, Jose	hungria		1874				brasil
514	Oyarzabal, Santiago	frança					1880	
515	Padula, Biagio	italia	agricultor				1916	
516	Paillet, Justino	frança	relojeiro		1851		1872	frança
517	Paillet, Leão	frança			1864	1861	1900	brasil
518	Paillet, Luiza Larrasin	frança					1868	frança
519	Païot, Naïs	frança					1877	
520	Paolinelli, Serafin	italia		1881		1880		paraguai
521	Parsons, Ellen	inglaterra					1887	
522	Parto, Pedro	prussia				1876		brasil
523	Paulhier, Angelo	italia				1877		
524	Peduci, Thereza	italia				1868		italia
525	Peiffer, João Fernandez	alemanha		1857	1867	1860	1896	brasil
526	Pelegri, Bernardo	italia	pedreiro	1884		1885	1897	italia
527	Peluffo, Pedro	italia			1861			
528	Peluffo, Santiago	italia	comerciante	1861	1870	1864	1888	frança
529	Peniche, Francisco Rodrigues	portugal					1867	
530	Pereira, Joaquim Dias	portugal	comerciante		1873			
531	Peres, Conceição	espanha				1879		
532	Perga, Manoel Antonio Elias	espanha		1880				espanha
533	Peró, Jose	espanha	proprietario		1861	1858	1900	espanha
534	Peró, Theodora	espanha		1873		1874		espanha
535	Perrino, Jose	italia					1879	
536	Perroni, Pedro	italia	jornaleiro				1897	
537	Pessano, Bernardo	italia	proprietario		1867	1865	1889	
538	Pessano, Estevão	italia		1886				italia
539	Pessano, Francisco	italia		1878			1915	
540	Pessano, João	italia					1882	
541	Pessano, Maria	italia		1886				italia
542	Pessano, Mariana	italia					1917	

543	Pesseira, Pedro	frança		1864			1887	brasil
544	Pestegui, Jose	frança				1887		brasil
545	Petella, Domingos	italia		1883				brasil
546	Petersen, Guilherme	alemanha		1875		1875		argentina
547	Pibernat, Florencio	espanha		1890				argentina
548	Picant, Honifacio	frança				1847		espanha
549	Pietry, Antonio	frança					1874	
550	Pina, Gregoria	italia				1879		italia
551	Pina, João	italia				1879		italia
552	Pinto, Joaquim Pereira	portugal				1846	1879	
553	Piolt, Henrique	italia		1857	1862	1863		uruguai
554	Pirnani, Baptista	italia		1884				argentina
555	Pitameglio, Jeronimo	italia					1871	
556	Piva, Amancio	italia		1880				brasil
557	Pivernati, Narcizo	espanha	comerciante		1875	1869		argentina
558	Polaro, Antonio	italia					1888	
559	Ponsard, Rafael	italia	sapateiro	1884				espanha
560	Ponsback, João	suecia	ourives	1879		1875	1900	paraguai
561	Porenti, Maria	italia		1886				italia
562	Porenti, Vicente	italia	sapateiro	1886	1889			italia
563	Porga, Maximo	espanha	comerciante			1875		argentina
564	Porta, Jose	italia		1888				espanha
565	Portella, Antonio	espanha		1878				brasil
566	Porto, Francisco do	portugal					1872	
567	Porto, Manoel	espanha				1879		
568	Prat, Bernardo	espanha	comerciante			1857	1887	espanha
569	Prat, Josefa Ballejos de	espanha				1857	1878	espanha
570	Preis, Francisco	alemanha				1862	1864	
571	Preis, João	alemanha				1846		frança
572	Puchem, Manoel	italia				1863		
573	Pugliesi, Agostinho	italia				1875		italia
574	Pulano, Bertholdo	italia		1877				brasil
575	Pury, Ambrosio	espanha	peão				1877	
576	Raich, Geraldo	espanha		1886				brasil
577	Raimundo, Felipe Jose	portugal		1861				brasil
578	Ranquetat, Pedro Casimiro	frança	ferreiro			1850	1864	
579	Real, Jose Pereira Santo	portugal					1887	
580	Regio, Agostinho	italia				1873	1876	
581	Reguera, João	espanha					1878	
582	Reguera, João de	espanha	negociante				1878	
583	Reis, Antonio	espanha	criado				1887	
584	Reolando, Carlos Theodoro	alemanha				1874		brasil
585	Requim, João	italia		1861				uruguai
586	Revendito, Catharina	italia		1861				italia
587	Ricci, Angelo	italia				1875		italia
588	Ricci, Jose	italia					1887	
589	Ricci, Maria	italia				1875		italia
590	Richard, Bartholomeu Theodoro	frança	joalheiro	1885		1883	1895	brasil
591	Riela, João	italia		1885				brasil
592	Riffi, Luiz Augusto Nadal	italia		1876				
593	Rins, Geovana	italia				1889		alemanha
594	Rins, Henrique	alemanha				1889		italia
595	Rivaldo, Santiago	espanha	comerciante		1856			
596	Rivolto, Gaspar	italia					1881	
597	Robes, Paulo	espanha		1882				

598	Rocha, João Manoel	portugal	negociante		1851		1853	
599	Rodrigues, Antonio Jose	espanha	comerciante		1861			
600	Rodrigues, Jose Joaquim	portugal	agencia		1866		1875	
601	Rodrigues, Mathildes	espanha		1882				italia
602	Ronco, Jose Maria	italia	cônsul				1893	
603	Rorbate, Jacoba	espanha				1876		espanha
604	Rosa, Jorge	italia			1847			
605	Rosa, Pilar	espanha				1864		
606	Roses, Salvador	espanha	pedreiro		1861	1861	1890	
607	Rossel, Magdalena	espanha				1877		espanha
608	Rotela, Josefa Romana	espanha		1885				espanha
609	Roth Fabricio, Catharina	alemanha			1847	1847	1891	alemanha
610	Roura, Gertrudes	espanha		1863				espanha
611	Roussel, Willian	inglaterra					1888	
612	Ruarte, João	italia					1868	
613	Rubio, Casemiro	frança		1849				frança
614	Ruffoni, Artidoro	italia		1881				brasil
615	Salban, Antonio Amaro				1873			
616	Sallar, Calisto	espanha		1864			1867	brasil
617	Sambolino, Francisco	italia			1868			
618	San Martin, Manoel	espanha		1877				brasil
619	San Martin, Thereza	italia				1878	1881	italia
620	Sanchepeña, Graciana	frança				1876		frança
621	Sanchepeña, Francisco	frança			1875	1876		frança
622	Sanhe, Guilherme	frança		1873				brasil
623	Santiago, Antonio Parodi	italia		1861				argentina
624	Santo, Agostinho Monte	italia		1879				brasil
625	Santos, Matheos Cardozo dos	portugal					1863	
626	Sapoli, Santa	italia		1880				italia
627	Saragem, Alcibiado	frança			1846			
628	Saragem, Sofia	frança			1847			frança
629	Saragem/savageni, Marcelina	frança				1846		alemanha
630	Saranja, Jose Villaplan de	espanha	pedreiro				1868	
631	Sardo, Silvano	frança		1875		1874		brasil
632	Sariang, Silvestre	frança			1847			frança
633	Sastre, Rosendo	espanha				1870		brasil
634	Saunier, Guilherme le	frança				1873		uruguai
635	Saurechi, João	frança					1874	
636	Schasseri, Jose	italia					1880	
637	Schauer, Carlos	alemanha	comerciante	1877		1878		brasil
638	Schenkel, Carolina	alemanha			1871			
639	Schenkel, Jacob	alemanha		1886	1871			brasil
640	Schetini, Jeronimo	italia			1890			
641	Schettini, Pedro	italia					1894	
642	Schiedeck, Ana	prussia		1879				suiça
643	Schmitt, Carlos Jose	alemanha		1889		1877		brasil
644	Schotz, Gustavo					1885		
645	Schuedt, Guilherme	alemanha						
646	Schultz, João	alemanha				1847		argentina
647	Scola, Angelo	italia		1874		1876		italia
648	Scolla, Gottardo	italia	oleiro		1877			
649	Segu, Paulo	espanha	negociante				1917	
650	Seidie, Augusta	alemanha					1883	
651	Serau, Jose	frança				1876		argentina
652	Shamby, Jose Antonio	italia		1862				brasil

653	Silja, Salvador	espanha					1880	
654	Silva, Agostinho Jose da	portugal					1865	
655	Silva, Agostinho Luiz da	portugal	negociante		1847	1846		uruguai
656	Silva, Carlos Joaquim da	portugal	secretario		1869			
657	Silva, Francisco Joaquim da	portugal					1861	
658	Silva, Francisco Pereira da	portugal	criador		1875			
659	Silva, Guilherme A. Pereira da	portugal				1874		
660	Silva, João Antonio da	portugal					1882	
661	Silva, Joaquim Jose da	portugal					1862	
662	Silva, Manoel Soares da	portugal			1879			
663	Siordam, Rafael	italia			1873			
664	Soler, Francisco	espanha				1877		espanha
665	Soler, Paulo	espanha	comerciante		1866			
666	Soler, Ventura	espanha	carpinteiro		1884		1898	
667	Sosant, Henrique	alemanha			1875			
668	Sotelo, Pedro	espanha					1880	
669	Souza, Jose Francisco de	portugal					1883	
670	Sovalegui, Vicente	espanha			1847			
671	Squeri, Domingos	italia	jornaleiro				1900	
672	Stanstmeister, Carlos	alemanha	corrieiro		1862	1871	1897	argentina
673	Stein, Dolores	espanha					1881	
674	Stein, Gaspar	espanha					1880	
675	Stein, Jose	espanha	carpinteiro		1869		1871	1878
676	Sualet, Domingos	frança	jornaleiro				1890	argentina
677	Suaza, Jose Antonio	espanha	negociante		1874			
678	Subizarate, Josefa	espanha			1879			espanha
679	Surreaux, Alexandre Silvano	frança	padeiro		1867		1876	frança
680	Surreaux, Luiz	frança	padeiro		1870	1871	1871	brasil
681	Tada, Pedro	frança					1846	brasil
682	Tarrago, Luiz	italia			1862			brasil
683	Techener, João Frantz	alemanha			1868			
684	Teixeira, Manoel Borges	portugal	negociante		1851		1872	
685	Telechea, Jose Domingos	espanha			1885			espanha
686	Tinorna, Rachel	italia					1876	frança
687	Toncati, David	italia					1891	
688	Torre, Filomena	italia					1875	italia
689	Trovamala, João	italia					1862	italia
690	Tunes, Vicente	italia			1885			uruguai
691	Ugarte, Nicolau	espanha			1887			brasil
692	Umperre, Francisco	espanha					1877	uruguai
693	Uorche, Alexandre	frança					1878	
694	Urango, Josepha Etchevery	espanha					1898	
695	Urutigaray, Bernardo	frança	carpinteiro				1900	
696	Valada, Marcelino	frança					1899	
697	Valem, João	italia	comerciante		1868			uruguai
698	Vales, Leopoldo	italia					1898	
699	Valla, Domingos	italia			1867			brasil
700	Valls, Florencia	espanha					1872	1894
701	Valls, Frederico	espanha					1872	espanha
702	Valls, Leão	espanha	comerciante				1869	1895
703	Vanacor, Francisco	italia	negociante		1851	1862	1881	
704	Vardy, Henry Harora	inglaterra			1889			brasil
705	Varlet, Fernando	belgica			1889			argentina
706	Vely, Jose	suiça			1850		1855	1886
707	Verdum, Bonifacio	espanha					1879	

708	Vergeis, Pedro Augusto	frança	jornaleiro			1868	1898	brasil
709	Verigarai/Videgaray, Francisco					1860		
710	Villanova, Domingos	espanha			1878			
711	Villanova, João	espanha				1877		
712	Viotti, Jose	italia				1879		uruguai
713	Vurlod, Aleixo Vicente	frança		1882		1868		brasil
714	Waldi, Miguel	espanha	carretilheiro		1850		1862	
715	Wegui, João	espanha		1882				brasil
716	Willing, Roberto	alemanha	marceneiro		1878			
717	Winkler, Guilherme	alemanha		1875		1876		brasil
718	Wisman, João	suiça		1863	1863	1866		brasil
719	Xavier, Antonio Maria Pedro	portugal					1861	
720	Zacaro, Jose	italia		1888				uruguai
721	Zacoteguy Primo, João	frança	oleiro	1861	1870	1867	1891	espanha
722	Zacoteguy Sobrinho, João	frança	padeiro	1868	1869			frança
723	Zacoteguy, Agostinha G. de	frança		1868	1868			frança
724	Zacoteguy, Bernardo	frança			1860			
725	Zacoteguy, Joana	frança		1883				frança
726	Zacoteguy, Joana Barbeteguy de	frança			1864	1860		frança
727	Zacoteguy, João	frança		1862	1855	1860		frança
728	Zacoteguy, Pedro	frança	comerciante	1879		1880	1901	brasil
729	Zuffardi, Clementina	italia					1883	
730	Zuffordi, Antonio	italia				1874		uruguai

APÊNDICE 5 – Imigrantes europeus São Borja

	Nome	Nacionalidade	Profissão	Casam.	Padr.	1o. Filho	Óbito	Cônjuge
1	Abadie, João Carlos	frança					1881	
2	Abadie, João Francisco	frança				1850		argentina
3	Agedo, Maria Felisberta	alemanha				1850		alemanha
4	Agostinho, Antonio	portugal		1879				brasil
5	Aim, Jose Eduardo	alemanha				1851		brasil
6	Aingnes, Felisberta	alemanha				1850		alemanha
7	Aipes, Jacob	prussia		1870				brasil
8	Albres, Jorge Diniz	EUA	negociante		1876			
9	Aldrigen/ Alverigen, Jose	EUA	pedreiro		1849	1849		brasil
10	Allés, Elizabethe	alemanha				1849		alemanha
11	Allés, Margarida	alemanha				1842	1902	frança
12	Allés, Maria Fris	prussia			1842		1862	
13	Allés, Nicolau	alemanha			1845			
14	Almeida, Henrique Manuel de	portugal	alfaiate		1858		1872	
15	Alves, Antonio	portugal				1850		paraguai
16	Ancheil, Catharina	alemanha				1849		alemanha
17	Andrade, Manoel Rodrigues de	portugal	sapateiro		1849	1851		brasil
18	Aquileman, João	alemanha	agricultor		1855			
19	Archemann, Felipe	alemanha				1858		brasil
20	Argilaga, Pablo	espanha		1860				brasil
21	Arrilhaga, Ignacio	espanha	lavrador		1866			
22	Arttman, Felipe	prussia	lavrador		1880	1861		alemanha
23	Augusto, Rodolfo	alemanha				1859		
24	Ayeta, Jacob	alemanha				1850		alemanha
25	Azevedo, Luiz Antonio de	portugal	comerciante		1848			
26	Bacardi, Mathias	austria					1887	
27	Bamby, Agostinho	frança				1849		brasil
28	Barba, Antonio	alemanha	alfaiate		1846			
29	Barbara, Maria	alemanha					1878	
30	Barboza, João Ferreira	portugal	comercio		1850	1847		brasil
31	Barcellos, Pedro	alemanha		1849		1868		brasil
32	Baren, Moyses	inglaterra	carpinteiro				1866	
33	Bastarachea, João			1870				brasil
34	Benguchy, Veturiano	espanha	lavrador		1856	1864		
35	Bergallo, Francisco	italia				1866	1878	
36	Bertagnoli, Pedro	italia	jornaleiro				1891	
37	Bertrand, Luiz Pedro	frança	medico		1880			
38	Besuh, Ignacio			1854				
39	Bierman, Henriqueta Kruehl	alemanha				1847		alemanha
40	Bierman, João Henrique	alemanha			1842	1847	1856	alemanha
41	Billerbeck, Fernando	prussia	comerciante		1867			
42	Bocaccio, João	italia	padeiro			1888		argentina
43	Bolungaro, Anselmo	italia	oleiro		1869			
44	Bordes, Josefina	frança		1872				frança
45	Bordonave, Pedro	frança				1852		
46	Branton/ Brandon, Jose	frança		1853		1854		brasil
47	Bravo, Manoel	espanha	comerciante		1896			
48	Brinkmann, Otto	prussia	militar	1868				brasil
49	Bruce, Francisco	italia	pedreiro		1871			
50	Brunet, Venancio			1857				

51	Brung/ Bronche, Jose	italia	pedreiro		1871			
52	Brustotoni, Francisco	italia	negociante			1870	1891	
53	Cabate, Honorata	italia				1850		italia
54	Cabeça, Jose G. F. Guimarães	portugal	escrivão					
55	Cabute, Angelina	italia				1850		italia
56	Cadelt, Bernardo	frança	militar		1857			
57	Cailar, Eugenio	frança			1868	1842	1870	alemanha
58	Camberlin, Henrique	frança		1868				brasil
59	Carbo, Angelo	alemanha				1850		alemanha
60	Cardozo, Antonio Jose Ferreira	portugal				1850		brasil
61	Carolina, Maria	alemanha	agricultor		1873			
62	Carvalho, Antonio	portugal					1859	
63	Carvalho, Manoel dos Santos	portugal				1849		brasil
64	Caseaux, Pedro	frança		1850				brasil
65	Caudelets, João Francisco	alemanha		1853				brasil
66	Cesarini, Rafael	italia		1876				brasil
67	Chafim, Ciriaco				1870			
68	Chauret, João Henrique	alemanha		1847		1858		brasil
69	Chauspe, Gaspar	italia				1867		brasil
70	Chukley, Henrique	alemanha				1858		alemanha
71	Ciampi, Gaspar	italia		1863				
72	Clarck, Samuel	EUA			1849			brasil
73	Clinger, Jose Eduardo	alemanha				1847		brasil
74	Clos, Jacob	alemanha	pedreiro		1847			
75	Comella, João	espanha		1849		1852	1866	brasil
76	Corcetti, Luiz	italia	comerciante		1851			
77	Correa, Custodio Alves	portugal	negociante		1871			
78	Corti, Paulo	italia		1874				brasil
79	Costa, Narcizo Antonio da	portugal	comerciante		1866			
80	Crhistaldo, Lucas					1855		brasil
81	Croharé, Pedro	frança	comerciante		1879			
82	Cron, João Theodoro	alemanha	pintor		1864			
83	Desantis, Bernardino	italia		1874				brasil
84	Doce, Manoel Moreira	portugal	pedreiro	1863	1855	1860	1868	brasil
85	Don Jose	espanha					1860	
86	Dordens, João Alexandre	frança					1890	
87	Eguery, Jose	frança		1851				brasil
88	Elbra, Nicolau Antonio	alemanha				1849		brasil
89	Elizalde, Clemente	frança				1850		frança
90	Elizalde, Joana Junco	frança				1850		frança
91	Ellis, João	alemanha			1872			
92	Espelho, Antonio Alexandre	prussia	pedreiro		1863			
93	Estrae, João	alemanha				1857		brasil
94	Everdin, Alexandre	alemanha				1855		
95	Favos, João	italia		1869			1877	brasil
96	Fegerstein, Pedro Nicolau	suecia	coronel				1866	
97	Ferhr, Jacob	alemanha	jornaleiro		1867			
98	Fernandez, Francisco da Costa	portugal	lavrador		1867			
99	Fernandez, Gregorio	espanha			1850			
100	Fernandez, João Marques	portugal			1878			
101	Fernandez, Manoel	portugal				1848		
102	Ferrari, Pedro	italia		1866				uruguai
103	Ferreira, João Francisco	portugal	proprietario		1862			
104	Ferreira, Manoel Jose	portugal	trabalhador		1850			
105	Fiève, Henrique	alemanha				1849		brasil

106	Finamor, Braz Antonio	italia	negociante		1879			
107	Finge, Pedro	alemanha				1851		alemanha
108	Fioravante, Marcos Christino	greCIA	cirurgião		1855	1851	1859	brasil
109	Franco, Estevão	portugal				1853	1860	
110	Fucks, João Nicolau	alemanha	negociante		1868	1861		brasil
111	Fumel, Carlos	alemanha				1852		alemanha
112	Fumil, Jacob	alemanha				1849		alemanha
113	Gallino, Estevão	italia	negociante		1866		1869	
114	Gaudioso, Domingos	italia	sapateiro	1890				brasil
115	Gaudiozo, Vicente	italia	negociante			1889		brasil
116	Gay Sobrinho, João Pedro	frança	negociante	1872	1873			frança
117	Gay, Francisco	frança	carpinteiro	1852	1850	1854		brasil
118	Gay, João Pedro	frança	vigario		1850			
119	Gay, Jose	frança			1878			
120	Geiry, João					1856		
121	Gerardot, Victor Xavier	frança	agricultor	1890				brasil
122	Gonçalves, Jose Maria	espanha		1879				brasil
123	Gonsalves, João Ferreira	frança	carpinteiro		1872			
124	Gonsalves, Placido Jose	portugal	criador		1876			
125	Gozzo, Lourenço	italia				1850		italia
126	Greff, Felipe	alemanha	pedreiro			1860	1891	
127	Grisolia, João	italia	comerciante	1901				brasil
128	Guamaser, Gaspar	prussia		1855				
129	Gudolle, João	frança	padeiro		1861			
130	Guedes, Jose Caetano	portugal	comerciante		1874			
131	Guelpi, Luiz	italia	pedreiro		1879			
132	Gueriar, Jose Cezar	portugal	caixeiro		1850			
133	Guieto, Agostinho	italia	carreteiro		1877			
134	Guimarães, Antonio T. da Silva	portugal				1855	1885	brasil
135	Guinton, Carlos Leon	frança				1884	1900	brasil
136	Gulf, João	dinamarca		1862				brasil
137	Harthmann, Carolina Verber	alemanha			1868	1861		prussia
138	Harthmann, Felipe	alemanha	lavrador			1867		brasil
139	Harvé, Jacob Martin	frança		1842				brasil
140	Hausbour, Miguel	frança	carpinteiro		1873			
141	Haynon, Frederico	alemanha				1852		alemanha
142	Henrique, Francisco	alemanha		1850				brasil
143	Herris, Jacob	frança				1850		brasil
144	Hoffman, Catharina	alemanha			1850			
145	Hoffman, Cristovão	alemanha				1849		alemanha
146	Hoffman, Gaspar	alemanha				1848		alemanha
147	Hoffman, Izabel	alemanha			1850			
148	Hoffmann, Guilherme	alemanha	pedreiro			1891		brasil
149	Hoffmann, Nicolau	alemanha			1871			
150	Huff, Henrique	alemanha				1849		brasil
151	Idastosse, Jose	espanha					1887	
152	Inglez, João	inglaterra	carpinteiro		1852			
153	Inhaquiti, Braz	italia		1868				brasil
154	Jahn, João Jose	alemanha				1853		brasil
155	Jorge, Jose	italia	negociante		1876			
156	Jornada, João da	frança		1868		1869		brasil
157	Jose, Pedro	alemanha				1854		brasil
158	Jungle, Catharina	alemanha				1852		alemanha
159	Kilin, Ana Maria	alemanha				1851		alemanha
160	Kilin, Antonio	alemanha			1850			

161	Kilin, João	alemanha				1851		alemanha
162	Kruger, Leopoldo	alemanha	agencia		1877			
163	Lacour, João	frança		1858		1869		brasil
164	Langres, Francisco Lourenço	belgica		1866				brasil
165	Lehemann, João Roberto	alemanha				1869		
166	Lima Filho, Jose E. Barbosa	portugal	criador		1868		1870	
167	Lima, Luiz E. Barboza de	portugal	trabalhador		1869			
168	Lindau, João	alemanha				1856		
169	Lindberg, Pedro Guilherme H.	alemanha		1848		1840		brasil
170	Lissalda, Clemente	frança	pedreiro		1850			
171	Lopes, Miguel	espanha	carpinteiro		1868			
172	Lourenço, Frederico	alemanha				1856		
173	Magalhães, Serafim Peixoto de	portugal	negociante	1872	1866			brasil
174	Maia, Ana Margarida	alemanha				1851		alemanha
175	Maia, João	alemanha				1851		alemanha
176	Maia, Jose de Azevedo	portugal	criador		1878			
177	Malveiro, Jose Francisco Alves	portugal	cirurgião		1846		1850	
178	Manço, Henrique	alemanha				1855		alemanha
179	Manivel, Jacob	alemanha		1869				brasil
180	Manoel, Jacob	alemanha				1849		argentina
181	Marques, Jose Maria	portugal	criador		1851			
182	Maurich, Caetano			1868				
183	May, Jacob	alemanha				1850		alemanha
184	Mayer, Emilio	prussia		1868				brasil
185	Melarca, Catharina	alemanha				1851		alemanha
186	Menesper, Jacob	alemanha				1870		brasil
187	Messa, Maciel Reduzino	espanha	criador		1855			
188	Millo, Francisco	italia	comerciante	1896				brasil
189	Millon, Carlos de	alemanha				1849		alemanha
190	Miranda, Domingos G. de	portugal	comerciante		1859	1852		paraguai
191	Misher, Luiz Carlos				1852			
192	Moliterno, Francisco	italia	comerciante	1896				brasil
193	Moliterno, Vicente	italia	negociante			1889		brasil
194	Mollinos, Domingos	espanha	carpinteiro	1845	1871		1872	brasil
195	Monró, Henrique	irlanda				1846		alemanha
196	Monviler, Jacob	alemanha		1857	1825			brasil
197	Mooman, Henrique	alemanha		1878				brasil
198	Moreira, Antonio Jose	portugal			1871			
199	Mosqueira, Jean	frança				1849		brasil
200	Mosqueira, João Marcos	frança		1846				brasil
201	Motta, Caetano Gonsalves da	portugal	negociante		1857	1849	1873	brasil
202	Motta, Ildefonso Pereira da	portugal	negociante	1868	1871	1869		brasil
203	Moura, Bernardo da Silva	portugal	comerciante		1852			
204	Mouro, Henrique	escocia				1851		alemanha
205	Mozuca, Jacintho	italia	negociante			1889		brasil
206	Müller, Augusto	alemanha	pedreiro		1872			
207	Müller, Henrique	alemanha	ferreiro	1845	1851	1849		brasil
208	Müller, João	austria		1850				brasil
209	Nacler, Carolina	alemanha				1848		alemanha
210	Naigle, João	alemanha				1848	1890	
211	Negri, Paschoal	italia	pedreiro	1870	1878	1872		
212	Negrís, Carlos	austria	negociante	1896				brasil
213	Nieco, Luiz	italia		1871				brasil
214	Nolibos, Luiz	frança	carpinteiro		1863	1865		brasil
215	Oliveira, Antonio de	portugal	negociante		1846			

216	Oliveira, Fulgencio Jose de	portugal	criador		1851			
217	Oliveira, Isidoro Paulo de	austria	militar		1866			
218	Oliveira, Manoel Marques de	portugal	negociante	1861	1870		1886	brasil
219	Papenbruck, Henrique	alemanha				1850	1861	alemanha
220	Parode, Francisco	italia				1848		uruguai
221	Parvo, Antonio	alemanha				1849		brasil
222	Paz, Felipe Freire da	portugal		1846				brasil
223	Peline, Barbara	alemanha				1850		alemanha
224	Penna, Jose Antonio	portugal	trabalhador		1872			
225	Pez/ Bes, Pedro	alemanha				1851		brasil
226	Pignher, Pedro	alemanha		1850				brasil
227	Pillé, Luiz Augusto	austria		1850				brasil
228	Pimenta, Manoel Ignacio	portugal		1847			1850	brasil
229	Pinto, Domingos da Silva	portugal	carpinteiro		1871		1873	
230	Pinto, Joaquim da Silva	portugal	carpinteiro		1871			
231	Pinto, Luiz Jose	portugal	sapateiro		1857			
232	Piste, Henrique	alemanha				1849		brasil
233	Pitaluga, Thomas	italia	comerciante	1864	1859	1860		brasil
234	Porto, Joaquim Pereira	portugal				1848		brasil
235	Prie, Frederico	alemanha		1853				
236	Prieux, Pedro Marcello	frança			1859			
237	Puck, Henrique	alemanha				1853		brasil
238	Putch, Julio Cesario de	polonia					1871	
239	Rabello, Alexandre Joaquim	portugal	comerciante		1852			
240	Ramos, Julio Candido de Souza	portugal	criador		1867			
241	Ravel, Luiz Francisco Casemiro	frança	serieiro		1857			
242	Rego, Manoel Pereira	portugal	negociante	1849			1854	argentina
243	Reinaldo, Felipe	alemanha				1868		
244	Ressel, Carlos Jacob	alemanha		1863				brasil
245	Richter, Frederico Eduardo	prussia		1857				brasil
246	Rilbrok, Agostinho	prussia		1851				brasil
247	Riso, Luiz	jenoves	marinheiro		1859			
248	Rodrigues, Francisco	espanha	fabr. velas		1879			
249	Rodrigues, João Braga	portugal	negociante	1860	1863			brasil
250	Roleri, Jose	italia		1877				brasil
251	Rolin, Manoel de Oliveira	portugal	comerciante		1869			
252	Rosatis, João	italia	embarcadiço				1889	
253	Roxo, Domingos Jose	portugal	criador		1855			
254	Saint Martin, João Maria	frança				1852		
255	Sans, Martins	espanha	negociante			1875		brasil
256	Santos, Jose Fernandez dos	portugal				1848		brasil
257	Sarate/ Saratea, Tiburcio	espanha	pedreiro	1878	1871			brasil
258	Sargentelle, Rafael	italia	negociante		1871			
259	Satubeos/ Santabesi, Jose Maria	frança					1873	
260	Schepquel, Henrique	alemanha				1865	1890	alemanha
261	Schiatti, Francisco	italia		1879				argentina
262	Schmidt, João	prussia	colono	1890				brasil
263	Schmidt, Mathias	prussia	sapateiro	1868	1866	1869		brasil
264	Schmidt, Mathildes Pedragosa	espanha					1891	alemanha
265	Schmith, Jose	alemanha	comerciante		1875			
266	Schneider, Augusto	alemanha	ferreiro		1871			
267	Schupquel, Cristina	alemanha	agricultor			1844	1891	alemanha
268	Schustel, Cristina	alemanha				1849		alemanha
269	Schustel, Henrique	alemanha				1849		alemanha
270	Schute, João	alemanha		1857				

271	Scoti, Paulo	italia					1870	
272	Segui, Vicente	espanha	negociante		1861		1892	brasil
273	Sehaffino, Maximiano				1870			
274	Sehuch, Joana Sofia	alemanha				1851		escocia
275	Serrate, Bernardo	italia				1845		brasil
276	Sestan, Francisco	hungria	criador		1877			
277	Silva Sobrinho, Jose Francisco da	portugal					1867	
278	Silva, Antonio Joaquim da	portugal	negociante		1855			
279	Silva, Antonio Jose da	portugal	pedreiro		1861			
280	Silva, Francisco Jose da	portugal	pedreiro		1847			
281	Silva, Joaquim Domingos da	portugal	comerciante		1861			
282	Silva, Jose Rodrigues da	portugal	criador		1874			
283	Silva, Manoel Jose da	portugal				1849		brasil
284	Sisti, Miguel	italia		1877				brasil
285	Soares, Estevão	italia	barqueiro		1850			
286	Soares, Jose Pinto	portugal					1861	
287	Souza, João de	italia				1860		brasil
288	Squerry, João Jose				1851			
289	Stein, João Pedro	prussia				1841		brasil
290	Stumpf, Margarida	alemanha			1859			
291	Stumph, Nicolau	alemanha					1857	
292	Sufort, Carlos	russia	jornaleiro		1863			
293	Sulte, Sofia	alemanha				1846		irlanda
294	Suniariba, Angelo					1853		brasil
295	Suns, Antonio	italia				1862		brasil
296	Talrine, Henrique	alemanha				1857		alemanha
297	Tatsch, Jacob	alemanha		1849				brasil
298	Tedeman, Jorge Augusto					1848		
299	Theodoro Mary, Alberto Mario	frança		1868				brasil
300	Turás, Antonio Luiz	portugal	comerciante		1846			
301	Vairechen, Ana Eva	alemanha				1850		alemanha
302	Valente, Antonio Rodrigues	portugal	alfaiate		1858			
303	Vanacourt, Francisco	italia	comerciante		1874			
304	Vanni, Jose	italia				1868		
305	Vecchio, Domingos	italia	padeiro			1887		brasil
306	Velloso, Domingos da Silva	portugal	agencia		1859	1850	1859	brasil
307	Veppo, João Baptista	italia	barqueiro		1874			
308	Vertongi, Francisco A. Leopoldo	belgica		1871		1877	1899	brasil
309	Vidal, Francisco D. da Costa	portugal		1866				brasil
310	Vigneaux, João Bertrand	frança		1861		1868	1890	brasil
311	Villa, Manoel Jose	portugal		1846			1858	brasil
312	Villaglam, Jose				1868			
313	Vinkaer, Antonio	alemanha	pedreiro		1871			
314	Virgilio, Paulo	italia				1850		italia
315	Was, João	alemanha	ferreiro		1867			
316	Weber, Jose	alemanha	carpinteiro		1853	1849		alemanha
317	Weber, Maria Ignez	alemanha			1861	1849	1886	alemanha
318	Wellington, Carlos	alemanha	criador	1862	1872			brasil
319	Wertonge, Francisco	frança	marceneiro			1870	1891	brasil
320	Wohlfahet, Victor Otto	alemanha	agricultor	1890				brasil
321	Xalerer, João Felipe	alemanha		1865				brasil
322	Zacharia, Jose	italia		1874				brasil
323	Zimmermann, Adão	prussia					1867	
324	Zinguago, Santiago	italia				1850		italia
325	Zulueta, Aniceto	espanha	negociante			1890		brasil

APÊNDICE 6 – Comerciantes que despacham mercadorias na Alfândega de
Uruguaiana (1851-1854)

1	Agapito Rendam	49	Boaventura Vallejos
2	Agostinho Justo	50	Bonifacio Leguiça
3	Agostinho Luiz da Silva	51	Bonifacio Veloso
4	Agostinho Moura	52	Cabred & Silva
5	Agra & Cia	53	Candido Ferreira Alvim
6	Albino Barbosa dos Santos	54	Carlos Prado Lima
7	Alexandre Lombardo	55	Carmilo Martins
8	Almeida e Andrade	56	Casimiro Berald
9	Ambrosio Lange	57	Casimiro Pallejo
10	Anastacio Dias	58	Cesarino dos Santos Guterres
11	Andre Genaro	59	Chafim & Rivaldo
12	Andre Mezano	60	Cipriano Chaparro
13	Andre Rene	61	Constantino e Luiz de Souza
14	Aniceto Megano	62	Diamico & Lacroix
15	Antonio Alves Ferreira	63	Dionizio Bellon
16	Antonio da Costa	64	Domingos Alcarás
17	Antonio da Cruz	65	Domingos Barbier
18	Antonio F. de Moura	66	Domingos Luiz de Souza
19	Antonio Francisco de Macedo	67	Domingos Verissimo da Fonseca
20	Antonio Joaquim Pereira Coimbra	68	Donato Tordeville
21	Antonio Jose Correa	69	Echenique Hermanos
22	Antonio Jose de Azevedo Castro	70	Eduardo Encina
23	Antonio Jose Soares Braga	71	Eduardo Piñeyro
24	Antonio Luiz Ferraz	72	Estevão Franco
25	Antonio Manoel	73	Estevão Solari
26	Antonio Monjardim	74	Eugenio Villanova
27	Antonio Pelles da Silva Guimarães	75	Eusebio Sarrabia
28	Antonio Pereira da Trindade	76	Feliciano Pacheco de Medeiros
29	Antonio Rodrigues de Freitas	77	Felipe Guerche
30	Antonio Schroeder	78	Fermino Maia
31	Antonio Viana de Andrade	79	Fernando Alves de Menezes
32	Augusto Cesar Cadamartori	80	Fidel Etchenique
33	Balthar Irmãos	81	Firmino da Silva Santos
34	Baptista Apestegue	82	Florencio Etcheverry
35	Barbaro Riquelme	83	Florencio Portilla
36	Bartholo Freitas	84	Florenço Moreno
37	Bartolo Velasques	85	Fortunado Multedo
38	Beltran Beggarei	86	Francisco Arrouet
39	Benedicto Pinasco	87	Francisco Berdias
40	Benedicto Romano	88	Francisco Bergallo
41	Bento Jorge	89	Francisco Carlos e cia
42	Bento M. Pugas	90	Francisco Chafim
43	Bento Ribeiro de Almeida	91	Francisco Copello
44	Bernabe Antonio	92	Francisco Delfino
45	Bernardo Gomes	93	Francisco Joaquim da Silva
46	Bertrand Barrera	94	Francisco Jose Dias
47	Blas Peres Millun	95	Francisco Mirbeck
48	Blaz Garrigas	96	Francisco Noli

97	Francisco Thomas	151	João Ramon Puyol
98	Francisco Vanacor	152	João Rivaldo
99	Frederico Fabricio	153	João Rodrigues
100	Gaspar Pereira da Silva	154	João Sabattini
101	Genaro Ibarra	155	João Savall
102	Gerônimo Betameia	156	João Viana
103	Geronimo Mis	157	Joaquim Antunes de Almeida
104	Geronimo Pitanglio	158	Joaquim Garcia
105	Gervasio Vieira	159	Joaquim Jose da Silva
106	Gil Rodrigues	160	Joaquim Narciso Rovira
107	Giulio Veppo	161	Joaquim Pio
108	Hilario Gonçalves	162	Jorge Matulich
109	Hilario Ortiz	163	Jose Alcaras
110	Hio y Pubill	164	Jose Amarillo
111	Hipolito Mendonça	165	Jose Antonio Figueira
112	Izidro Brunet	166	Jose Antonio Vieira
113	Jacinto Barbier	167	Jose Antunes Fogaço
114	Jacinto Cabred	168	Jose Bonorino
115	Jacinto Robledo	169	Jose Caetano de Mello
116	Jacinto Roque Carriego	170	Jose Calvenoso
117	Jenaro Mendonça	171	Jose Candido Ferreira Alvim
118	Jeronimo Jose Lemos	172	Jose Casas
119	João Aguilera	173	Jose Crape
120	João Antonio de Almeida	174	Jose da Costa
121	João Arsaguete	175	Jose de Oliveira do Monte
122	João Baptista Canepa	176	Jose Echenique
123	João Baptista Yturbide	177	Jose Escoete
124	João Bason	178	Jose Espalter
125	João Belicho	179	Jose Garasino
126	João Bergara	180	Jose Garcia
127	João Berrotarán	181	Jose Gavaling
128	João Boso	182	Jose Gregorio
129	João Caetano de Mello	183	Jose Lourenço Cigaran
130	João Castello	184	Jose Maciel Gomes
131	João Chuttz	185	Jose Maria Bergara
132	João Correa	186	Jose Maria de Castro
133	João da Costa	187	Jose Maria Munhoz
134	João de Luchi	188	Jose Merlo
135	João de Oliveira Pinheiro	189	Jose Roura
136	João de Souza Fagundes	190	Jose Rufino Arnau
137	João Detchemendy	191	Jose Salasini
138	João Dias	192	Jose Torres
139	João Garrot	193	Jose Vely
140	João Gonsalves	194	Jose Vicente Calengo
141	João Grosso	195	Juan Grosso
142	João Jose Berrotarán	196	Juan Jose Berrotazan
143	João Machado	197	Juan Jose Talaveras
144	João Manoel Rocha	198	Juan Mendilahara
145	João Nibe	199	Juan Mullins
146	João Oliveira	200	Julio Juyon
147	João Pedro Fernandes	201	Justino Antunes da Costa
148	João Pense	202	Justino Paillot
149	João Podesta	203	Leonardo Gomes
150	João Poncio	204	Lisardo Galan

205	Lorenço Sanches	259	Pancacio Medina
206	Lourenço Bera	260	Paulo Carbonell
207	Lourenço Fontana	261	Paulo Moura
208	Lourenço Sanches	262	Paulo Ramos
209	Luciano Ramires	263	Paulo Soller
210	Luciano Suli	264	Paulo Vinhals
211	Lucio Itursarry	265	Pedro Amarillo
212	Lucio Schreiner	266	Pedro Angelo
213	Luis Rocha	267	Pedro Garate
214	Luiz Arrouet	268	Pedro Inda
215	Luiz Braga	269	Pedro Luiz de Souza
216	Luiz da S. Bastos	270	Pedro Mattei
217	Luiz Galan Rocha	271	Pedro Medana
218	Luiz M. de Souza	272	Pedro Pascoal Mendonça
219	Luiz Nheco	273	Pedro Pila
220	Luiz Risso	274	Pedro Reboul
221	Luiz Rocha	275	Pedro Sanches
222	Luiz Veppo	276	Pedro Toso
223	Manoel Aguirrazabal	277	Peres Millan
224	Manoel Doria da Luz	278	Placido Alves de Menezes
225	Manoel Feu	279	Polidoro Jose de Miranda
226	Manoel Francisco Barboza	280	Quintino Alegre
227	Manoel Gomes Guimarães Cabeça	281	Ramão Bergara
228	Manoel Gonçalves	282	Ramon de Area
229	Manoel Jose da Fonseca	283	Ramon Donato
230	Manoel Jose do Nascimento	284	Ramon Ribeiro
231	Manoel Jose Torres	285	Ramon Rios
232	Manoel Marques Viana	286	Romano Rodrigues
233	Manoel Monjardim	287	Rufino Jose de Abreu
234	Manoel Moreira	288	Salvador Moreno
235	Manoel Pesena	289	Salvador Salvado
236	Manoel Salado	290	Santiago Araujo
237	Manoel Thomas da Costa	291	Santiago Rivaldo
238	Marcelino Lacroix	292	Sezefredo Coitinho
239	Marcellino Altamirana	293	Sipriano Segabia
240	Maria Rosa	294	Soares e Cruz
241	Mariano Benedi	295	Thimoteo Balestero
242	Martin Centurion	296	Thomas Gomes
243	Martin Echeverria	297	Tomas Pittaluga
244	Martins Basilis	298	Tristão de Oliveira Salazar
245	Mateo Barri	299	Valentim Ortiz
246	Mauricio Jose Brazeiro	300	Ventura Bertrand
247	Miguel Cerisola	301	Vicente Bianqui
248	Miguel Leiva	302	Vicente Lopes
249	Miguel Martins	303	Vicente Paulete
250	N. Bigarrey	304	Victor Pereira da Silva
251	Nicola Bianqui	305	Victoriano Benguechea
252	Nicola Migone	306	Victoriano Sisé
253	Nicolas Sollari	307	Virgilio Mujica
254	Nicolau Bú	308	Zeferino Coelho Neto
255	Nicolau Mingoni		
256	Nicolau Samera		
57	Nicolau Silva		
258	Pablo Mora		

APÊNDICE 7 – Mestres das embarcações / Uruguaiana 1851-1854

1	Agostinho Bonefai	39	João Rodrigues
2	Anastacio Dias	40	João Roiz
3	Aniceto Arrier	41	João Sabatine
4	Anisete Riesa	42	Joaquim Domingues
5	Antonio Batari	43	Jorge Tripolicho
6	Antonio Corso	44	Jose Antonio Vieira
7	Antonio dos Santos	45	Jose Defendente Corso
8	Antonio Manoel	46	Jose Esquete
9	Apolinario Mendonça	47	Jose Fernandez
10	Basilio Ramos	48	Jose Garcia
11	Bazilio Fernandez	49	Jose Gregorio
12	Benito Pinasco	50	Jose M. Munhós
13	Bernardino Mandi	51	Jose Maria Bergara
14	Blaz Garrigas	52	Jose Pulle/Poggi
15	capataz Ramon Rios	53	Jose Rodrigues
16	Domingo Alcarás	54	Jose Vera
17	Elias Chalalich	55	Luiz Arrue
18	Escolastico Siqueira	56	Luiz Camp
19	Estevão Sollare	57	Luiz Canepa
20	Eugenio Neira	58	Luiz Neco
21	Eugenio Sarabin	59	Manoel Lino Roiz
22	Eugenio Vilaneve	60	Matheus Canepa
23	Euzebio Sandia	61	Mathias Guillermovich
24	Feliciano Rios	62	Miguel Darai
25	Francisco Bentura	63	Miguel Irisola
26	Francisco Delfino	64	Nicolas Bianque
27	Genaro Batarachin	65	Nicolas Sollari
28	Giulio Veppo	66	Nicolau Bú
29	Hipolito Mendonça	67	Paulo Ramos
30	Jenaro Bastaraxim	68	Pedro Ifram
31	Jeronimo Bossa e Antonio Batari	69	Ramão Ribeiro
32	João da Cruz	70	Ramon Rivera
33	João de Freitas	71	Roque Gentil
34	João Dias	72	Salvador Salvado
35	João Gonsalves	73	Thomaz Jerônimo
36	João Ibarra	74	Thomaz Pitanuga
37	João Potestá	75	Vicente Bianchi
38	João Ramires		

FONTE: Arquivo Nacional. Fazenda. IF3 191 e 192

APÊNDICE 8 – Imigrantes franceses que viveram nas vilas da Fronteira Oeste do RS
na segunda metade do século XIX

	Nome	Profissão	CIDADE	1o registro
1	Abadie, João Carlos		São Borja	1850
2	Abardeo, Pedro		Itaqui	1860
3	Aguerre, Mariana		Uruguaiana	1880
4	Almon, Domingos		Uruguaiana	1870
5	Anchordoque, Estevão	comerciante	Itaqui	1860
6	Andareche, Salvador		Itaqui	1880
7	Andises, Graciano		Itaqui	1860
8	Andises, Mariana		Itaqui	1860
9	Apesteguy, João Baptista	interdicto	Uruguaiana	1880
10	Apesteguy, Jose		Uruguaiana	1870
11	Arche, João	carretilheiro	Itaqui	1850
12	Arдохain, Graciana Biscay		Uruguaiana	1880
13	Aribaul, Victor		Uruguaiana	1860
14	Arlez, Pedro Bernardes		Itaqui	1850
15	Arrindei, João		Itaqui	1870
16	Arsaguetti, João	negociante	Uruguaiana	1840
17	Badie, Pedro	comerciante	Itaqui	1860
18	Bajaguot, João		Uruguaiana	1840
19	Bamby, Agostinho		São Borja	1840
20	Barbeteguy, João	proprietário	Uruguaiana	1870
21	Barthe, Pedro Manoel Deodato	relojeiro	Itaqui	1880
22	Bausset, Luiz	funileiro	Itaqui	1870
23	Beheregaray, Catharina Oyarsabal de		Uruguaiana	1860
24	Beheregaray, Francisco	comerciante	Uruguaiana	1860
25	Belles, Jose	douceiro	Uruguaiana	1850
26	Belloc, Augusto		Uruguaiana	1880
27	Belloc, Gaston		Uruguaiana	1870
28	Bentavera, João	fabrica telhas	Uruguaiana	1860
29	Berardes, Casimiro		Uruguaiana	1840
30	Bertrand, Luiz Pedro	médico	São Borja	1880
31	Bindé, Pedro	comerciante	Itaqui	1880
32	Biscalha, Joana Conquo de		Uruguaiana	1840
33	Biscay, Ramão	ferreiro	Uruguaiana	1870
34	Bomplan, Amado		Uruguaiana	1840
35	Bonavot, Luiza		Uruguaiana	1870
36	Bonuma, Marcelo		Itaqui	1880
37	Bordalese, Pedro		Uruguaiana	1860
38	Bordes, Josefina		São Borja	1870
39	Bordonave, Pedro		São Borja	1850

40	Borlo, Alexis		Uruguaiana	1870
41	Borrel, João		Itaqui	1860
42	Branton, Jose		São Borja	1850
43	Brochim, Justino		Uruguaiana	1880
44	Cadelt, Bernardo	soldado	São Borja	1850
45	Cadiac, Henrique	comerciante	Itaqui	1860
46	Cafarine, Pedro		Itaqui	1860
47	Cailar, Eugenio		São Borja	1840
48	Camberlin, Henrique		São Borja	1860
49	Camblon, João		Uruguaiana	1860
50	Candelot, Victor		Uruguaiana	1870
51	Casanova, Pedro	carpinteiro	Itaqui	1880
52	Caseaux, Pedro		São Borja	1850
53	Castil, Luiz		Uruguaiana	1840
54	Chabarría, Florencio		Itaqui	1870
55	Challes, Emilio		Uruguaiana	1880
56	Chelai, João Baptista	jornaleiro	Uruguaiana	1880
57	Chevalier, João Baptista		Itaqui	1870
58	Chipora, Maria		Uruguaiana	1860
59	Collas Desessards, Carlos		Uruguaiana	1870
60	Comas e Busquets, Leon		Uruguaiana	1860
61	Court, Eduardo	comerciante	Itaqui	1870
62	Couseviet, Justino	comerciante	Itaqui	1850
63	Croharé, Pedro	comerciante	Itaqui, São Borja e Uruguaiana	1860
64	Dachor, João Baptista		Itaqui	1880
65	Damajeno, Leontina Palant		Uruguaiana	1840
66	Damajeno, Theofilo Alves	comerciante	Uruguaiana	1840
67	Dantil, Joana		Uruguaiana	1880
68	Dantil, Jorge Jose		Uruguaiana	1870
69	Dantil, Miguel		Uruguaiana	1860
70	Dasque, Paulo	comerciante	Itaqui	1850
71	Daumercá, Pedro		Itaqui	1860
72	Declar, Luiz		Uruguaiana	1880
73	Dejain, Marcelino		Uruguaiana	1880
74	Del'eau, Thomaz		Uruguaiana	1880
75	Delacosta/ Delacorte, João		Uruguaiana	1880
76	Díart, Filipe		Itaqui	1880
77	Dies, Sofia		Uruguaiana	1860
78	Docena, Justino Palacio		Uruguaiana	1840
79	Dordens, João Alexandre		São Borja	1880
80	Dourati, Catharina		Uruguaiana	1840
81	Ducar, Eugenio Antônio	negociante	Itaqui	1880
82	Dumas, Pedro		Uruguaiana	1880
83	Dumerck, Pedro	mascate	Itaqui	1860
84	Dupin, Henrique	proprietário	Itaqui	1870

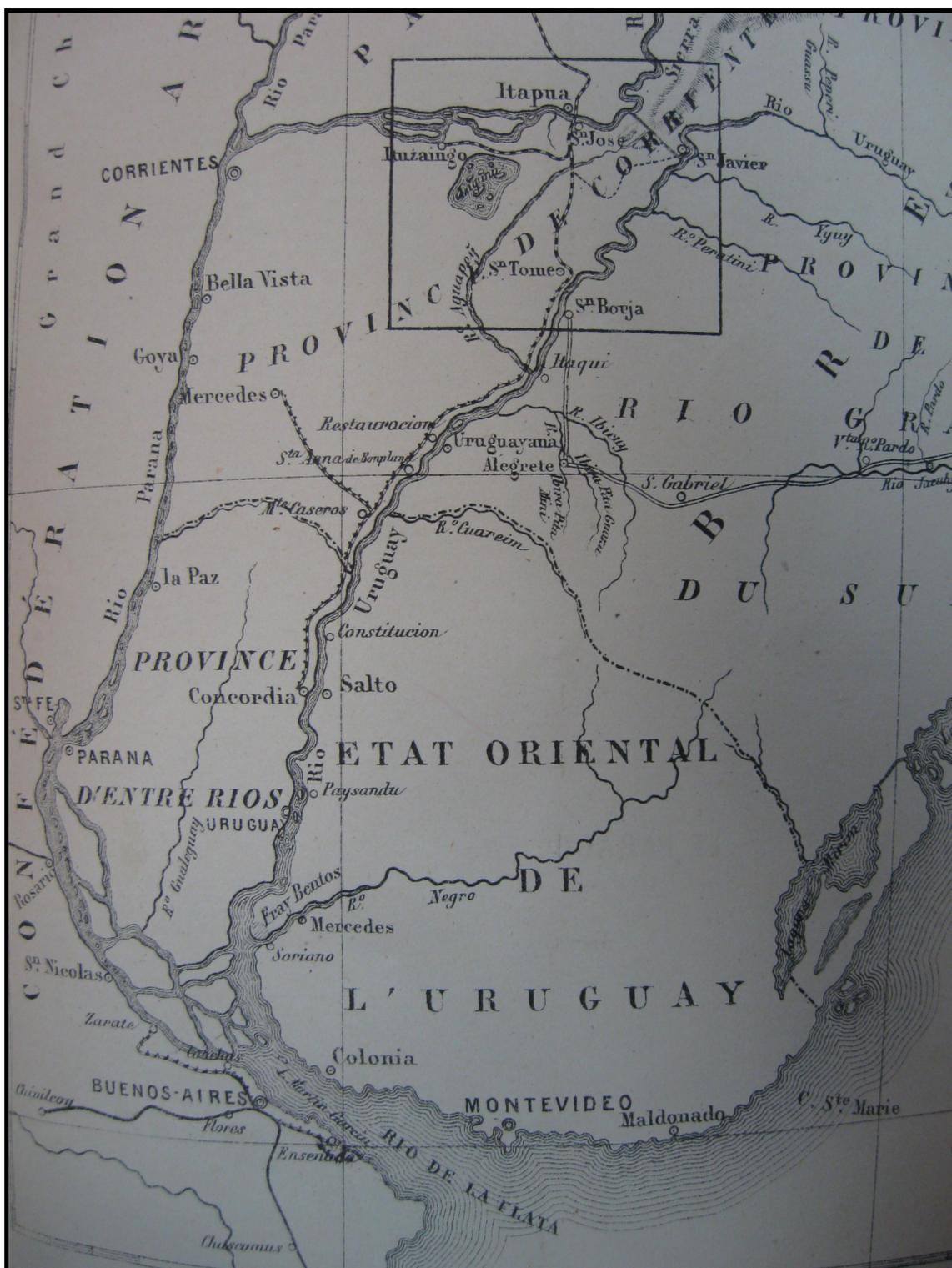
85	Duprat, Baptista		Uruguaiana	1880
86	Duzac, Pedro	negociante	Itaqui	1860
87	Echeparre, Ana		Uruguaiana	1880
88	Eguery, Jose		São Borja	1850
89	Egui, Pedro		Uruguaiana	1860
90	Elizalde, Clemente		Itaqui, São Borja e Uruguaiana	1840
91	Elizalde, Joana Junco		São Borja	1850
92	Esponde, João		Uruguaiana	1870
93	Etchausepe, Graciana		Uruguaiana	1850
94	Etchebary, João		Uruguaiana	1850
95	Etcheberge, Pedro		Itaqui	1860
96	Etchemendegaray, Joana		Uruguaiana	1850
97	Etchemendegaray, João		Uruguaiana	1860
98	Etchemendegaray, Maria		Uruguaiana	1860
99	Etchemendegaray, Pedro	carpinteiro	Uruguaiana	1850
100	Etchepare, João		Uruguaiana	1850
101	Etchepare, Maria		Uruguaiana	1870
102	Etchepare, Sebastião	hoteleiro	Uruguaiana	1870
103	Etcheverry Filho, João	ferreiro	Uruguaiana	1860
104	Etchevery, Maria		Uruguaiana	1850
105	Falco, Maria		Uruguaiana	1840
106	Fauque, Siffroi	relojeiro	Uruguaiana	1870
107	Fourés, Luiz	pedreiro	Itaqui	1860
108	Funtan, Antonio		Uruguaiana	1860
109	Gabarrú/ Gabares, Thomaz		Uruguaiana	1870
110	Galant, Domingos		Uruguaiana	1860
111	Galant, Graciana Zacoteguy de		Uruguaiana	1850
112	Gallaraga, Maria Zubiarte		Uruguaiana	1880
113	Garrot, João	comerciante	Itaqui	1860
114	Garrot, Mariana		Uruguaiana	1870
115	Gay Sobrinho, João Pedro	negociante	São Borja	1870
116	Gay, Francisco	carpinteiro	São Borja	1850
117	Gay, João Pedro	padre vigário	São Borja e Uruguaiana	1850
118	Gay, Jose		São Borja	1860
119	Gay, Jose Irineu		Uruguaiana	1880
120	Gazaba/Garave, Marcos		Uruguaiana	1860
121	Gerardot, Victor Xavier	agricultor	São Borja	1880
122	Gonsalves, João Ferreira	carpinteiro	São Borja	1870
123	Gouguet, Luiz		Uruguaiana	1870
124	Grandinot, Julio		Uruguaiana	1870
125	Grivot, Felix Alexandre	agrimensor	Uruguaiana	1860
126	Guayenche, João Pedro		Uruguaiana	1840
127	Gudolle, João	padeiro	São Borja e Itaqui	1860
128	Guglielmi, Joana Maria Mourguiart		Itaqui	1870
129	Guichemery, Agostinho		Uruguaiana	1860

130	Guichenev, Ramão		Uruguaiana	1860
131	Guichinay, Pedro	carpinteiro	Uruguaiana	1880
132	Guinton, Carlos Leon		São Borja	1880
133	Haouache, Catharina		Uruguaiana	1880
134	Harisbour, Miguel	carpinteiro	Itaqui e São Borja	1870
135	Harispe, Alexandre		Uruguaiana	1880
136	Harvé, Jacob Martin		São Borja	1840
137	Hasperú, João		Uruguaiana	1860
138	Herris, Jacob		São Borja	1850
139	Horat, Francisco		Itaqui	1860
140	Idiart, Felipe		Uruguaiana	1880
141	Inchaspe, Fernando		Uruguaiana	1870
142	Inda, Pedro	comerciante	Uruguaiana	1840
143	Iraça, Joaquim		Uruguaiana	1870
144	Irasabal, Catalina Agabol de		Uruguaiana	1870
145	Iribarregaray, Santiago	ferreiro	Uruguaiana	1850
146	Irogoyen, Pedro		Uruguaiana	1860
147	Jaqueray, Bento		Uruguaiana	1870
148	Jaquet, Fernando		Uruguaiana	1860
149	Jornada, João da		Itaqui	1850
150	Jornada, João da		São Borja	1860
151	Jornada, Maria da		Itaqui	1850
152	Kituolini, Bertran		Uruguaiana	1870
153	Laborda, Pedro	celeiro	Uruguaiana	1860
154	Lacaje, Mariquita Baleche de		Uruguaiana	1840
155	Lacaje, Silvestre		Uruguaiana	1840
156	Lacour, João		São Borja	1850
157	Lacroix, Marcellino Domingos	comerciante	Itaqui	1850
158	Lafitte, Maria		Uruguaiana	1850
159	Lafont, Victor		Uruguaiana	1880
160	Laforconda, Pedro		Uruguaiana	1860
161	Lagisquet, Joana Mathildes Lartigue		Uruguaiana	1850
162	Lagisquet, João Clausel		Uruguaiana	1850
163	Lagisquet, Leão		Uruguaiana	1850
164	Lagisquet, Pedro		Uruguaiana	1860
165	Landabour, Bernardo	carpinteiro	Uruguaiana	1860
166	Lapts, Pedro	pedreiro	Uruguaiana	1880
167	Laridécio, Guilherme		Uruguaiana	1860
168	Larraburu, Pedro Victor	marítimo	Itaqui e Uruguaiana	1860
169	Larraburu, Thomaz		Uruguaiana	1870
170	Larré, Eugenio		Uruguaiana	1860
171	Larré, João Alberto		Uruguaiana	1870
172	Lartigue, Santiago	negociante	Itaqui	1860
173	Lasonhe, Guilherme		Uruguaiana	1850
174	Lesbon, Francisco		Uruguaiana	1880

175	Levy, Louis	comerciante	itaqui	1850
176	Lichovere, Maria		Uruguaiana	1880
177	Lissalda, Clemente	pedreiro	São Borja	1850
178	Lorenço, Roberto		Uruguaiana	1860
179	Lorrain, Ana Dantil de		Uruguaiana	1860
180	Malgôr, João	proprietário	Itaqui	1850
181	Maquein, João		Uruguaiana	1860
182	March, Alexandre		Uruguaiana	1870
183	Mary, Alberto		Uruguaiana	1880
184	Mazoyer, Augusto		Uruguaiana	1870
185	Mendigay, Maria		Itaqui	1860
186	Miguelina, Graciana		Uruguaiana	1870
187	Mongardey, João Gustavo	comerciante	Itaqui	1860
188	Moreau, Juliano		Uruguaiana	1880
189	Morel, Santiago		Uruguaiana	1860
190	Mosqueira, Jean		São Borja	1840
191	Mosqueira, João Marcos		São Borja	1840
192	Mossa, Francisco		Uruguaiana	1880
193	Mourguiart, Joana Maria		Itaqui	1870
194	Mousquere, João Armand	comerciante	Itaqui	1850
195	Mousquere, Maria Liçar de		Itaqui	1850
196	Moyon, João Baptista	ferreiro	Itaqui	1870
197	Muralot, Sebastien		Uruguaiana	1860
198	Naud, Amadeo Leon		Itaqui	1880
199	Noel, Ernest	tintureiro	Uruguaiana	1880
200	Nolibos, Luiz	carpinteiro	São Borja	1860
201	Oleri, Bertran		Uruguaiana	1870
202	Ordenadia, Santiago		Uruguaiana	1880
203	Oriol, Francisco		Uruguaiana	1880
204	Oyerzabal, Pedro	barqueiro	Itaqui	1860
205	Oyerzabal, Santiago		Uruguaiana	1880
206	Paillot, Justino	negociante	Uruguaiana	1840
207	Paillot, Leão		Uruguaiana	1860
208	Paillot, Luiza Larrasin		Uruguaiana	1860
209	Païot, Naïs		Uruguaiana	1870
210	Pesseira, Pedro		Uruguaiana	1860
211	Pestegui, Jose		Uruguaiana	1880
212	Picant, Honifacio		Uruguaiana	1840
213	Pietry, Antonio		Uruguaiana	1870
214	Plecholle, Julião	comerciante	Itaqui	1880
215	Prieu, Pedro Marcel	comerciante	Itaqui	1850
216	Ranquetat, Pedro Casimiro	ferreiro	Uruguaiana	1850
217	Ravel, Luiz Francisco Casemiro	serieiro	São Borja	1850
218	Reveilleau, Alexandre		Itaqui	1870
219	Richard, Bartholomeu Theodoro	joalheiro	Uruguaiana	1880

220	Robert, Eugenio	telegrafista	Itaqui	1870
221	Rubio, Casemiro		Uruguaiana	1840
222	Ruffoni, Rosalina Mouguiart de		Itaqui	1870
223	Sabino, Catharina Guarnala		Itaqui	1860
224	Sabino, Pedro		Itaqui	1860
225	Saint Martin, João Maria	criador	São Borja e Itaqui	1850
226	Saint Martin, Miguel	negociante	Itaqui	1860
227	Sanchepeña, Graciana		Uruguaiana	1870
228	Sanchepeña, Francisco		Uruguaiana	1870
229	Sanhe, Guilherme		Uruguaiana	1870
230	Sapune, Luiz	comerciante	Itaqui	1860
231	Saragem, Alcibiado		Uruguaiana	1840
232	Saragem, Sofia		Uruguaiana	1840
233	Saragem/savageni, Marcelina		Uruguaiana	1840
234	Sardo, Silvano		Uruguaiana	1870
235	Sariang, Silvestre		Uruguaiana	1840
236	Satubeos, Jose Maria		São Borja	1870
237	Saunier, Guilherme le		Uruguaiana	1870
238	Saurechi, João		Uruguaiana	1870
239	Serau, Jose		Uruguaiana	1870
240	Serres, João		Itaqui	1860
241	Sualet, Domingos	jornaleiro	Uruguaiana	1880
242	Surreaux, Alexandre Silvano	padeiro	Uruguaiana	1860
243	Surreaux, Luiz	padeiro	Uruguaiana	1870
244	Tada, Pedro		Uruguaiana	1840
245	Theodoro Mary, Alberto Mario		São Borja	1860
246	Uorche, Alexandre		Uruguaiana	1870
247	Urutigaray, Bernardo	carpinteiro	Uruguaiana	1880
248	Valada, Marcelino		Uruguaiana	1880
249	Vatier, Pedro Jose Alcides	proprietario	Itaqui	1870
250	Vergeis, Pedro Augusto	jornaleiro	Uruguaiana	1860
251	Vigne, Pedro		Itaqui	1880
252	Vigneaux, João Bertrand	carpinteiro	São Borja	1860
253	Villanova, Eugenio	marítimo	Itaqui	1860
254	Vurlod, Aleixo Vicente		Uruguaiana	1860
255	Wertonge, Francisco	marceneiro	São Borja	1870
256	Zacoteguy Primo, João	oleiro	Uruguaiana	1860
257	Zacoteguy Sobrinho, João	padeiro	Uruguaiana	1860
258	Zacoteguy, Agostinha Guicheney de		Uruguaiana	1860
259	Zacoteguy, Bernardo		Uruguaiana	1860
260	Zacoteguy, Joana		Uruguaiana	1880
261	Zacoteguy, Joana Barbeteguy de		Uruguaiana	1860
262	Zacoteguy, João		Uruguaiana	1850
263	Zacoteguy, Pedro	comerciante	Uruguaiana	1870

ANEXO 1 – Mapa da Bacia do Rio da Prata – a região integrada pelo rio Uruguai



FONTE: Exploration dans l'Amérique du Sud. Projet d'exploitation générale des anciennes missions de Corrientes. Paris, 1875.